



ATLAS DA VIOLÊNCIA

2019

Daniel Cerqueira – Pesquisador (coordenador) (Ipea)
Renato Sergio de Lima – Pesquisador (FBSP e FGV)
Samira Bueno – Pesquisadora (FBSP)
Cristina Neme – Pesquisadora (FBSP)
Helder Ferreira – Pesquisador (Ipea)
Paloma Palmieri Alves – Pesquisadora (Ipea)
David Marques – Pesquisador (FBSP)
Milena Reis - Pesquisadora (Ipea)
Otavio Cypriano – Pesquisador (Ipea)
Isabela Sobral - Pesquisadora (FBSP)
Dennis Pacheco - Pesquisador (FBSP)
Gabriel Lins – Pesquisador (Ipea)
Karolina Armstrong – Estagiária (Ipea)



SUMÁRIO

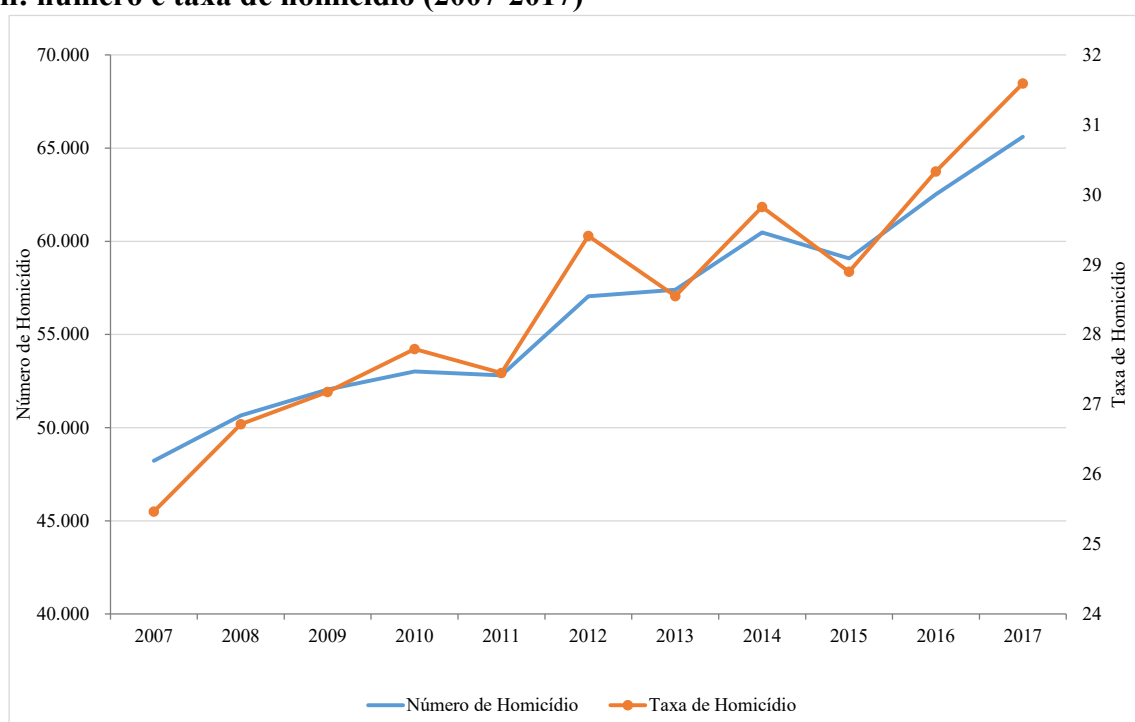
| | |
|--|----|
| 1. CONJUNTURA DA VIOLÊNCIA LETAL NO BRASIL | 3 |
| 2. HOMICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS | 10 |
| 2.1. COMPARAÇÃO DOS DADOS DA SAÚDE E DOS REGISTROS POLICIAIS | 18 |
| 3. JUVENTUDE PERDIDA | 22 |
| 4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER | 32 |
| 4.1. EVOLUÇÃO DOS HOMICÍDIOS CONTRA AS MULHERES NAS UNIDADES FEDERATIVAS .. | 32 |
| 4.2. HÁ UM AUMENTO DE VIOLÊNCIA LETAL CONTRA A MULHER OU FEMINICÍDIO? | 36 |
| 5. VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS | 46 |
| 6. VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+ | 53 |
| 6.1 DISQUE 100 | 53 |
| 6.2 SINAN | 61 |
| 7. O PERFIL DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL | 66 |
| 8. ARMAS DE FOGO | 75 |
| 8.1. UM QUADRO GERAL DA LITERATURA CIENTÍFICA SOBRE ARMAS E CRIMES | 75 |
| 8.2 ALGUNS ACHADOS ESPECÍFICOS DOS ESTUDOS | 76 |
| 8.3 POR QUE A DIFUSÃO DE ARMA FAZ AUMENTAR A INSEGURANÇA PÚBLICA? CANAIS CAUSAIS | 77 |
| 8.4 A ESCALADA DA VIOLÊNCIA ARMADA NO BRASIL DESDE 1980 E O FREIO AO AUMENTO DAS MORTES IMPOSTO PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO | 78 |
| 8.5 EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA ARMADA NAS UNIDADES FEDERATIVAS NA ÚLTIMA DÉCADA | 80 |
| 9. MORTES VIOLENTAS COM CAUSA INDETERMINADA E QUALIDADE DOS DADOS ... | 85 |
| 10. POR POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIAS E EM UMA GESTÃO FEDERATIVA | 91 |
| REFERÊNCIAS | 94 |
| APÊNDICE COM NOTAS METODOLÓGICAS | 97 |

1. CONJUNTURA DA VIOLÊNCIA LETAL NO BRASIL¹

Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios² no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, conforme destacado no gráfico 1.1.

GRÁFICO 1.1

Brasil: número e taxa de homicídio (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

¹ Os autores agradecem ao trabalho de assistência do Matheus Silva e aos comentários e sugestões de inúmeros colegas do Ipea, entre as quais a Flavia Schmidt, Janine Santos, Alexandre Cunha, Luseni Aquino, Acir Almeida, Rute Rodrigues e Danilo Coelho. Agradecemos ainda ao amigo e companheiro do FBSP, Arthur Trindade, pela colaboração.

² Nesse conceito estão agrupadas as categorias agressões (110) e intervenções legais (112), do CID-BR-10, ou as categorias do CID compreendidas entre Y85-Y09; Y35-36, segundo o SIM/SVS/MS. No Atlas da Violência seguimos, portanto, a definição de “homicídios” estabelecida pelo Protocolo de Bogotá: “O homicídio se define, para o presente propósito, como a morte de uma pessoa causada por uma agressão intencional de outra(s). Nesse sentido, excluem-se os homicídios não intencionais, os acidentais e as tentativas de homicídio (...). Além disso, são consideradas as mortes por agressão cometidas por agentes públicos no exercício do seu dever profissional, mesmo quando sejam legais, bem como as mortes acontecidas no exercício da legítima defesa por parte de qualquer pessoa. Em consequência, essa definição de homicídio não está limitada pela tipificação legal, que varia de país para país e inclui com frequência diversos tipos penais, mas por um conceito geral que não depende da legalidade ou ilegalidade dos fatos. Esta opção maximiza a comparabilidade internacional, é consistente com o objetivo de minimizar as mortes por agressão independentemente da sua legalidade e evita a demora que resulta da espera pela certeza de uma decisão judicial. (Open Society Foundations, 2015, p. 4). Ver: <<https://tinyurl.com/y2uta83n>>.

Tal problema ganha contornos ainda mais dramáticos quando levamos em conta que a violência letal acomete principalmente a população jovem. Para se ter uma ideia, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio, conforme destacado na tabela 1.1.

TABELA 1.1

Brasil: proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil (2017)

| Faixa etária => | 10 a 14 | 15 a 19 | 20 a 24 | 25 a 29 | 30 a 34 | 35 a 39 | 40 a 44 | 45 a 49 | 50 a 54 | 55 a 59 | 60 a 64 | 65 a 69 | Total |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|-------|
| Masculino | 18,4% | 59,1% | 55,7% | 45,1% | 35,3% | 23,9% | 14,3% | 8,2% | 4,5% | 2,5% | 1,4% | 0,8% | 14,7% |
| Feminino | 7,4% | 17,4% | 15,5% | 12,2% | 8,8% | 5,2% | 3,0% | 1,6% | 1,0% | 0,5% | 0,3% | 0,2% | 2,2% |
| Total | 14,1% | 51,8% | 49,4% | 38,6% | 28,6% | 18,2% | 10,5% | 5,8% | 3,2% | 1,7% | 0,9% | 0,5% | 10,4% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Os homicídios incluem agressões e intervenções legais (CID-BR-10). Não se levou em conta os óbitos com cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No atual cenário, enquanto está em curso a mais profunda transição demográfica de nossa história³, rumo ao envelhecimento da população, a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. De fato, a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando⁴ em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em consequência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação.

Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio.

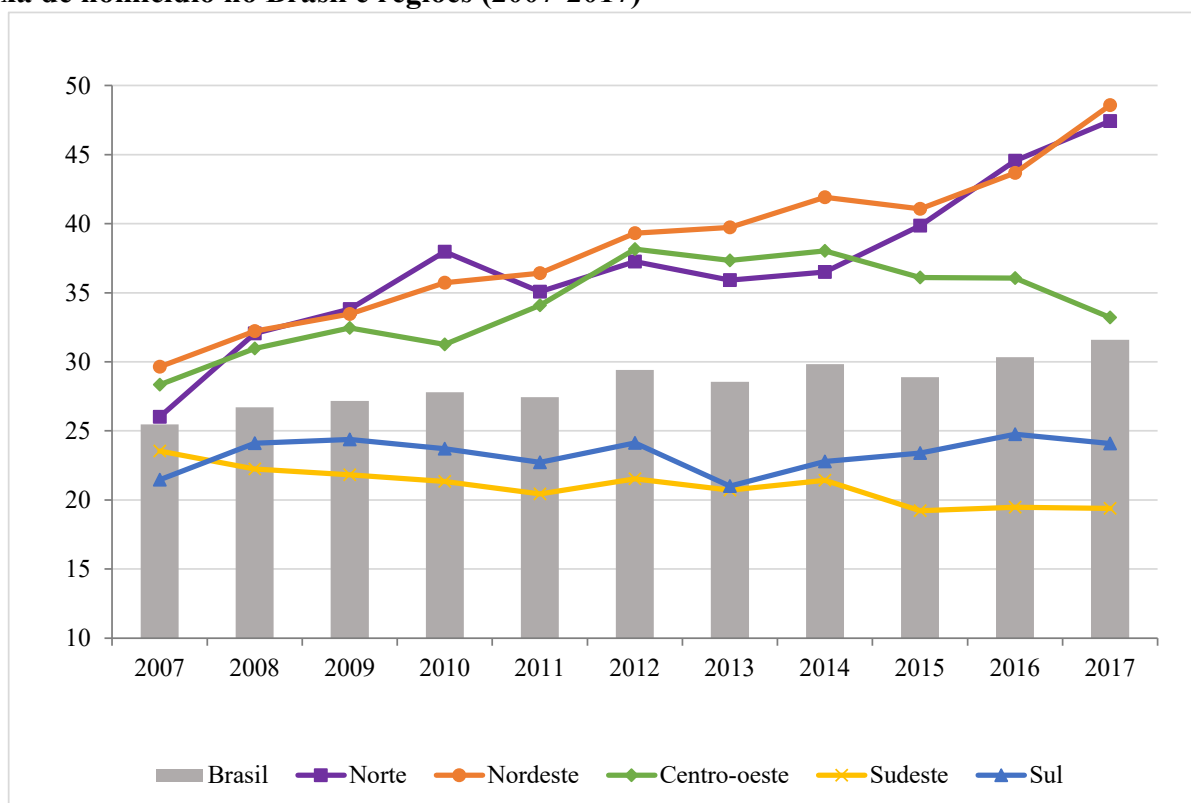
O gráfico 1.2 mostra que a evolução das taxas de homicídios entre 2007 e 2017 foi bastante diferenciada entre as regiões brasileiras. Nos últimos anos, enquanto houve uma residual diminuição nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, observou-se certa estabilidade do índice na região Sul e crescimento acentuado no Norte e no Nordeste.

³ Ver Camarano (2014).

⁴ Ver Costa (2018).

GRÁFICO 1.2

Taxa de homicídio no Brasil e regiões (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na Região de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Possivelmente, o forte crescimento da letalidade nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, tenha sido influenciado pela guerra de facções criminosas deflagrada entre junho e julho de 2016 (Manso e Dias, 2018) entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV); e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime.

Tal conflito ocorreu no rastro de dois fatores. Em primeiro lugar, em decorrência dos incentivos gerados pela paulatina diminuição da produção de cocaína na Colômbia⁵ desde 2000, e o aumento da participação da produção peruana e boliviana, que fez com que o Brasil assumisse gradualmente uma posição estratégica como entreposto para a exportação da droga para a África e a Europa, conforme apontado pelo UNODC (2015, p. 54).

⁵ Segundo o relatório da UNODC (2018, p. 29), a área para o cultivo da cocaína na Colômbia diminuiu 70% entre 2000 e 2013, voltando a crescer após esse momento, quando triplicou de tamanho, entre 2013 a 2016.

Em segundo lugar, conforme apontado por Manso e Dias (2018), houve um processo de expansão geoeconômica das maiores facções penais do Sudeste pelo domínio de novos mercados varejistas locais de drogas, assim como novas rotas para o transporte de drogas ilícitas, que se iniciou em meados dos anos 2000.

Este processo foi engendrado, sobretudo, pelo PCC, que viu a possibilidade de aumento dos lucros no negócio de cocaína pela integração vertical do mercado, tendo em vista as grandes diferenças de preço do cloridrato de cocaína pura nos territórios produtores e consumidores⁶. De acordo com Abreu (2017), inúmeras pistas de pouso clandestinas foram usadas na rota caipira de tráfico – no interior de São Paulo e no Triângulo Mineiro – para receber carregamentos provenientes da Bolívia, transportados por pequenos aviões monomotores. Outras novas rotas foram exploradas ao Norte do país, cujas mercadorias provenientes da Bolívia e do Peru chegavam, principalmente, ao Acre, sendo transportadas, posteriormente, para outras Unidades Federativas (UFs), na rota do Rio Solimões, chegando depois ao Nordeste e, em particular, ao Ceará⁷ e ao Rio Grande do Norte⁸, para serem levadas à Europa.

De fato, o gráfico 1.3 ilustra⁹ o processo de guerra de mercado expansionista entre as duas principais facções penais, a partir de meados dos 2000. Em 2007 o interesse maior sobre o PCC e o Comando Vermelho (CV) em pesquisas na internet (índice Google Trends maior do que zero) se limitava, respectivamente, a quatro e a duas UFs localizadas no Sudeste e no Centro-Oeste. Já no biênio 2017-2018, enquanto o interesse relativo pelo PCC abrangia basicamente todas as UFs, o interesse pelo CV foi verificado em dezesseis UFs.

A tensão na disputa por mercados varejistas e por novas rotas de narcotráfico chegou ao limite em 2013, quando, em Mato Grosso, os integrantes do CV – facção que possuía a hegemonia no estado – passaram a impedir que o PCC atraísse e fizesse a filiação e batismo de novos faccionados (Manso e Dias, 2018). Tal procedimento, que passou a ser adotado em outras regiões, fez com que as rusgas entre as duas maiores facções – e seus aliados regionais – aumentassem gradativamente nos anos seguintes.

⁶ Segundo Abreu (2017, p.21), custava US\$ 1 mil na região de Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, e chegava a valer US\$ 8 mil em São Paulo e US\$ 50 mil na Europa.

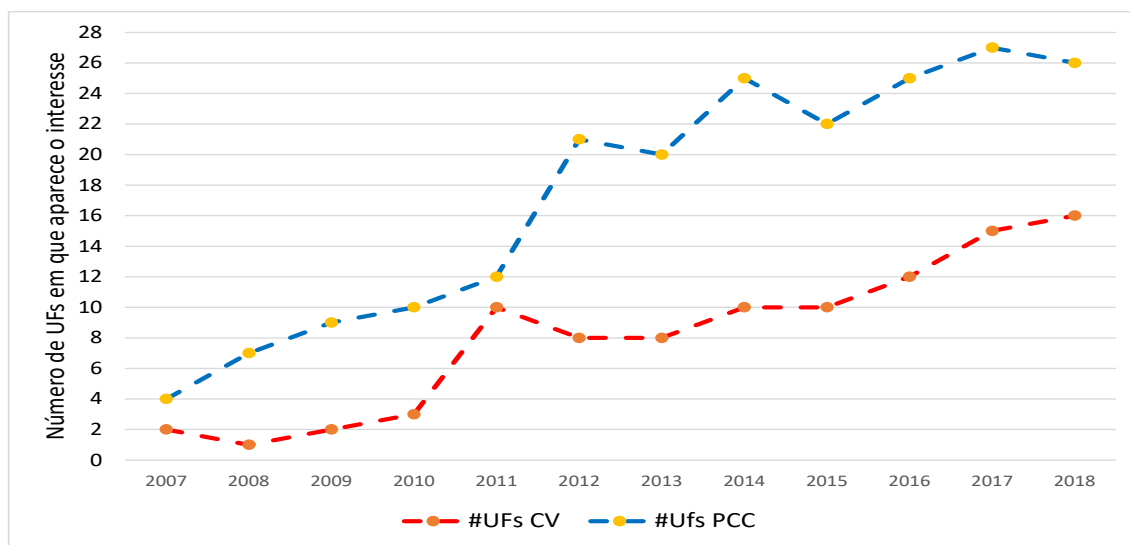
⁷ Uma ilustração do fato: <<https://tinyurl.com/y34g8lvm>>.

⁸ Uma ilustração do fato: <<https://tinyurl.com/y928wq>>.

⁹ Os índices do Google Trends medem a popularidade relativa de determinado termo, nas buscas na internet. Os valores são calculados em uma escala de 0 a 100, em que 100 é o local com a maior popularidade como uma fração do total de pesquisas naquele local; 50 indica um local que tem metade da popularidade; e 0 indica um local em que o termo tem menos de 1% da popularidade daquele local com o maior número de pesquisas. Para mais detalhes, ver: <<https://tinyurl.com/yc6jfn4k>>.

GRÁFICO 1.3

Número de UFs com índices de interesse positivo sobre “CV” e “PCC”, segundo o Google Trends – Brasil (2007-2018)



Fonte: Google Trends.

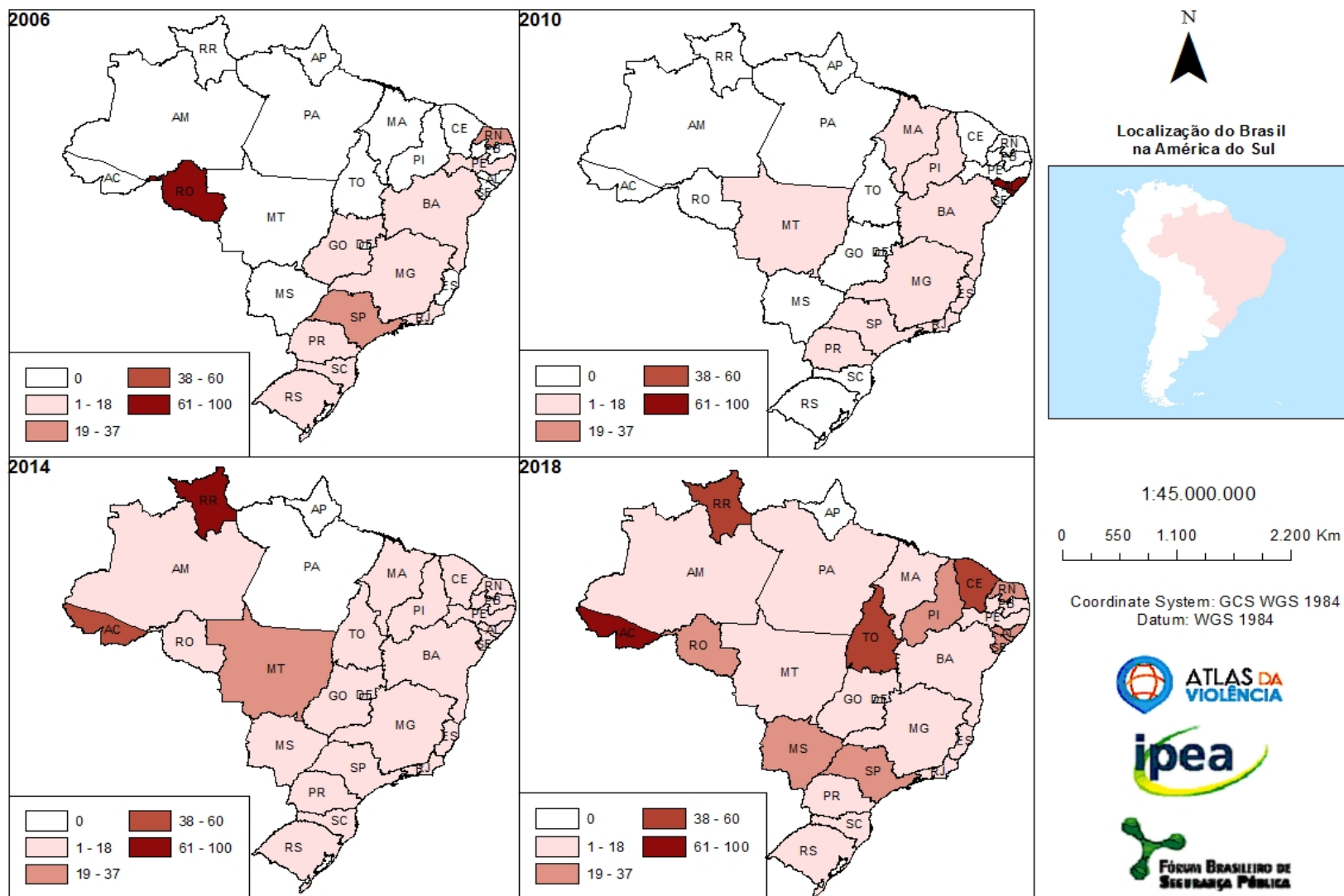
Elaboração: Atlas da Violência do Ipea e FBSP.

Finalmente, o assassinato do traficante Jorge Rafaat pelo PCC, em 15 de julho de 2016, na cidade de Pedro Juan Caballero, fronteira com Ponta Porã (MS), acentuou ainda mais a disputa do narconegócio, uma vez que que tinha como pano de fundo o controle do mercado criminal na fronteira e, por conseguinte, a obtenção de um grande diferencial competitivo, com a integração vertical da cadeia de valor, a partir do acesso privilegiado à droga produzida e comercializada na Bolívia, no Peru e no Paraguai (Manso e Dias, 2018). Finalmente, no início de 2017, a guerra entre as maiores facções penais brasileiras eclodiu de forma generalizada, primeiro dentro dos presídios e depois nas ruas.

No dia 1º de janeiro de 2017, houve uma rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, quando integrantes do PCC e da Família do Norte (FDN), aliada do CV, se enfrentaram, tendo como resultado 56 mortes. No dia 14, outros 26 detentos foram mortos na Prisão Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte, quando 26 detentos foram assassinados, nas escaramuças entre o PCC e o Sindicato do Crime (SDC), aliado do CV. Nesse período, em 15 dias o saldo foi de 138 homicídios nas prisões brasileiras, com episódios que atingiram também os sistemas penitenciários de Roraima, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

O índice de buscas na internet por essas facções captura a importância desses fatos, ao indicar que em 2017 os indicadores eram maiores exatamente nos estados onde a guerra entre os grupos rivais foi mais intensa, em estados do Norte e Nordeste, como Acre, Rio Grande do Norte e Ceará, conforme ilustrada na figura 1.1.

FIGURA 1.1
Evolução dos índices relativos do Google Trends nos estados para a busca “PCC” (2006-2018)



Fonte: Google Trends.
Elaboração: Atlas da Violência do Ipea e FBSP.

É interessante e importante frisar que os indicadores de homicídios analisados nesse relatório referem-se ao ano de 2017, com base nos dados oficiais do Ministério da Saúde, que foram recentemente divulgados. Nesse sentido, o crescimento da letalidade observada até esse momento destoa dos dados oriundos dos registros policiais relativos ao ano de 2018, divulgado há pouco pelo Monitor da Violência, numa parceria entre o G1, o NEV-USP e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que mostrou uma queda na letalidade violenta para esse ano.

Como nossa análise, contida nesse relatório, se apoia fundamentalmente nos dados da saúde, não investigaremos aqui, explícita e detalhadamente, as razões por trás da diminuição dos homicídios ocorrida em 2018, que será objeto de trabalhos futuros. Todavia, tendo em vista que as maiores diminuições nas taxas de homicídios nesse ano ocorreram exatamente nos estados onde estava em curso, com maior intensidade, a guerra entre as facções que eclodiu no final de 2016, não se pode descartar a hipótese de a queda das mortes em 2018 e início de 2019 estar intrinsecamente ligada a um processo de acomodação dessas escaramuças, uma vez que economicamente é inviável manter uma guerra de maior intensidade durante anos a fio.

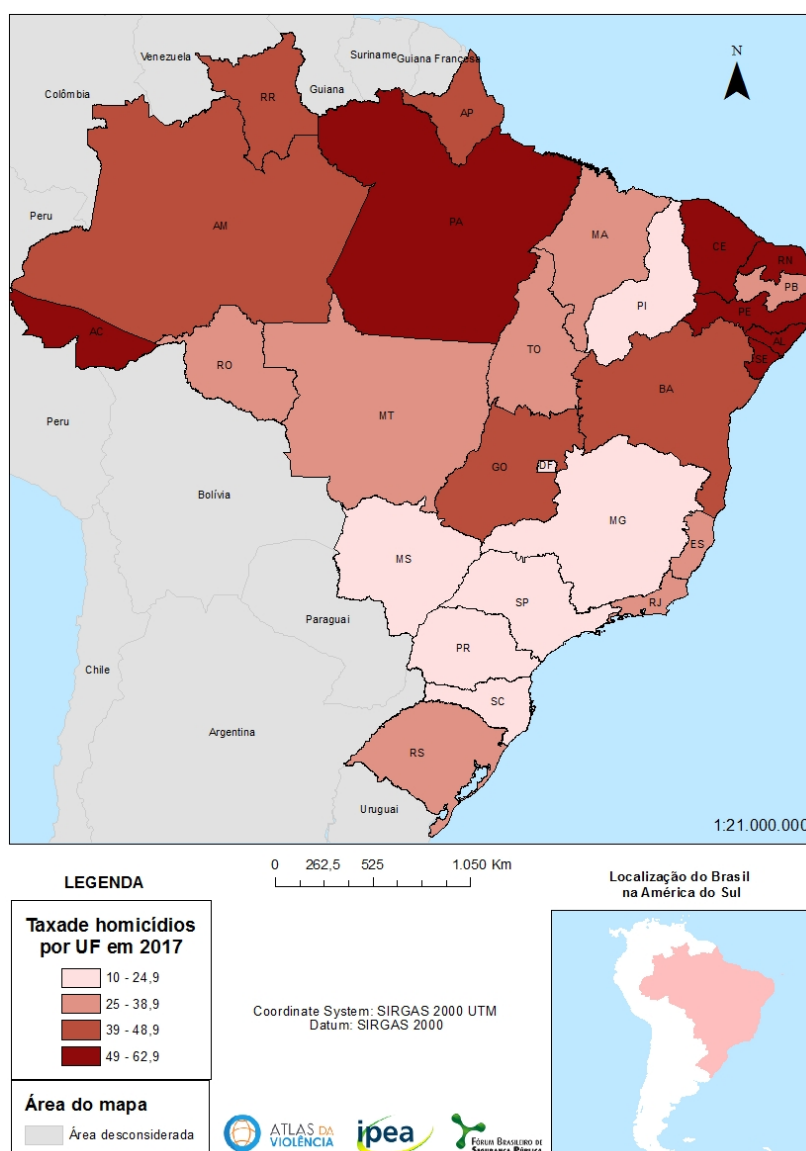
Todavia, esse virtual processo de acomodação na guerra entre as maiores facções se insere em um equilíbrio instável, podendo a qualquer momento ser revertido, como nos mostra o mais recente morticínio nas cadeias em Manaus, em finais de maio do ano corrente, quando as execuções foram feitas em pleno horário de visitas, o que vai contra uma “regra de ouro” dos próprios criminosos. Aparentemente, o presente caso foi motivado por uma disputa interna na Família do Norte. No entanto, o episódio serve para mostrar quão tenso está o ambiente nos cárceres, um verdadeiro barril de pólvora prestes a explodir a qualquer momento, sem que o Estado tenha controle da situação.

Chamada a atenção para a temporalidade de nossa análise, mesmo com dados defasados em relação ao momento atual, a base de dados do SIM/MS traz uma enorme riqueza de perfil e aspectos situacionais que nos ajudam a entender o fenômeno da violência no Brasil.

2. HOMICÍDIOS NAS UNIDADES FEDERATIVAS (UFs)

Ao analisar a evolução dos homicídios por Unidade Federativa (UF) de residência da vítima (figura 2.1 e tabelas 2.1 e 2.2), verificamos grande heterogeneidade nas taxas por 100 mil habitantes, que em 2017 se situaram no intervalo entre 10,3 (São Paulo¹⁰) e 62,8 (Rio Grande do Norte).

FIGURA 2.1
Brasil: taxas de homicídios por UF (2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

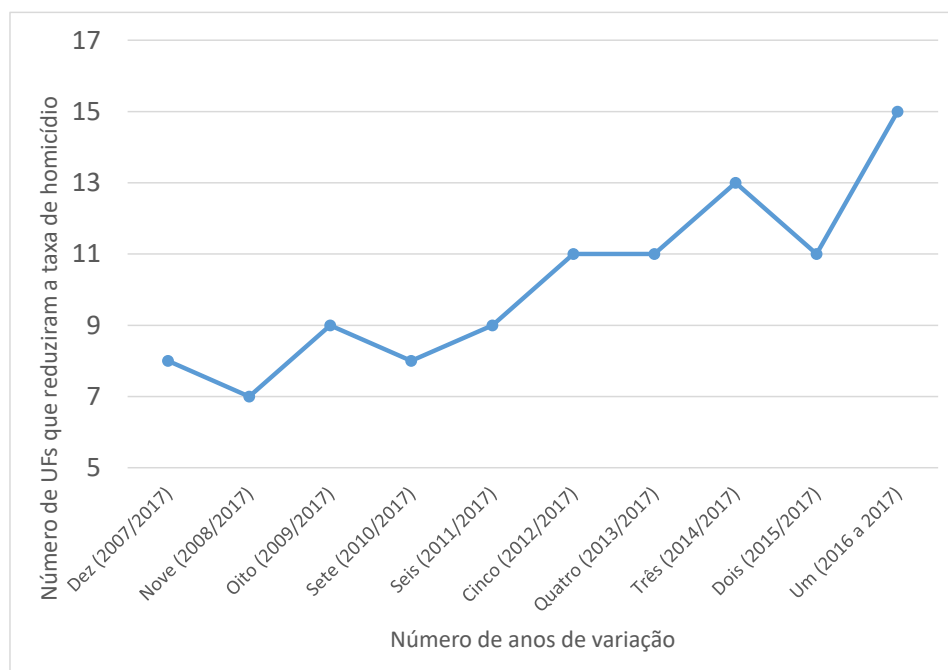
¹⁰ A taxa de homicídios de São Paulo deve ser observada com alguma cautela, tendo em vista o alto índice de mortes violentas com causa indeterminada (MVICI), que pode estar ocultando óbitos não classificados como homicídios. Para se ter uma ideia, a taxa de MVICI aumentou 13,4% no último ano, o que redundou num índice de 5,8 MVICI para cada 100 mil habitantes.

Quanto à variação das taxas entre 2016 e 2017, enquanto quinze UFs apresentaram diminuição nesse indicador, cinco estados sofreram aumento inferior a 10%, ao passo que se observou aumento dos homicídios acima de 10% em outras sete unidades federativas.

É importante salientar que ao mesmo tempo em que um houve crescimento de 4,2% na taxa de homicídios agregada no país, entre 2016 e 2017, houve a continuidade de um processo paulatino de redução de homicídio em um grande conjunto de estados da federação, que já estava em curso nos anos anteriores. O gráfico 2.1 mostra o número de UFs que, em relação ao ano de 2017, obtiveram redução nas taxas de homicídio, numa defasagem de 10 anos (entre 2007 e 2010) a um ano (entre 2016 e 2017). Nesse gráfico, verifica-se uma clara tendência crescente, a partir de 2010, em que mais unidades federativas assistem a uma redução nas suas taxas de homicídios.

GRÁFICO 2.1

Número de UFs que reduziram a taxa de homicídio, considerando diferentes intervalos anuais de variação, tomando sempre 2017 como ano de comparação

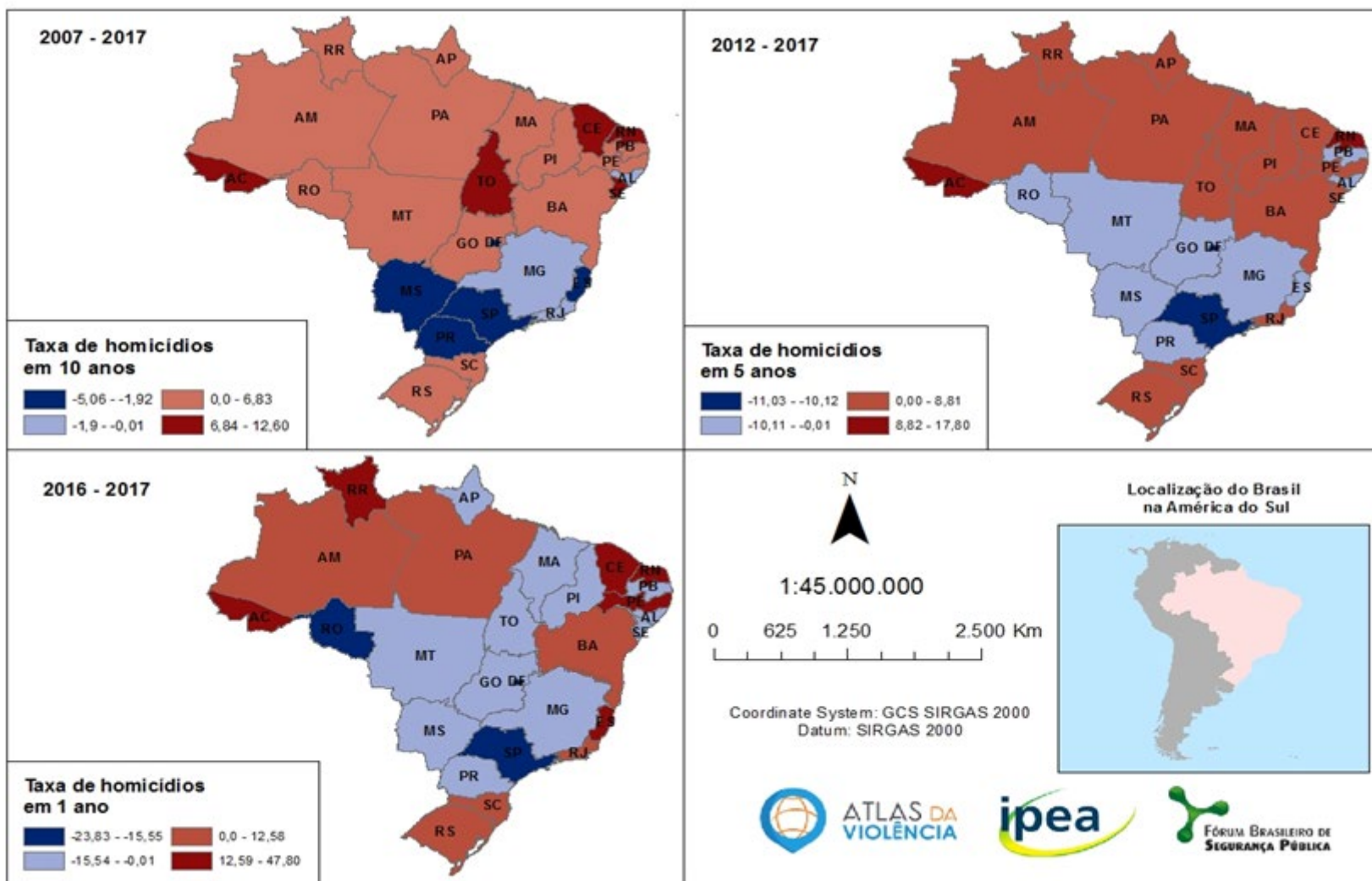


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Ou seja, dois fenômenos estão em curso no país. Ao mesmo tempo em que paulatinamente cada vez mais estados federativos estão assistindo a redução na taxa de letalidade violenta, por outro lado, vários estados das regiões Norte e Nordeste têm se confrontado com forte crescimento nos índices de homicídio, conforme ilustrado na figura 2.2. O resultado dessa composição de fenômenos tem sido o aumento da taxa de homicídios agregada no país.

FIGURA 2.2

Brasil: variação nas taxas de homicídios por UF nos últimos 10, 5 e 1 ano



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Acreditamos que a prevalência de homicídio nos estados seja resultante de dois conjuntos de fatores, de natureza mais global – que cobrem em maior ou menor magnitude o território nacional – e de natureza idiossincrática, que se refere aos acontecimentos atinentes a cada unidade federativa.

No que se refere aos fatores globais, citamos dois principais, com forte potencial para reduzir as mortes violentas. O primeiro é o Estatuto do Desarmamento, de 2003, que mesmo tendo sido gradativamente descaracterizado a partir de 2007, por diversas emendas parlamentares¹¹, conseguiu frear a escala armamentista¹². O percentual de mortes por armas de fogo, em relação ao total de homicídios, se estabilizou no patamar de 70% até 2016 (quando ficou em 71,1%), ante um índice de 46,9% em 1980 e que cresceu consistentemente até 2003 – ver seção 8 desta edição do Atlas da Violência.

Por outro lado, o país atravessa a maior transição demográfica rumo ao envelhecimento da população e à diminuição da presença de jovens. A esse respeito existem várias evidências internacionais que apontam para o papel da demografia e da maior participação de jovens na estrutura demográfica¹³ na dinâmica da taxa de crimes violentos e, em particular, de homicídios. Segundo projeções do IBGE¹⁴, a proporção de homens jovens (entre 15 e 29 anos) diminuirá cerca de 25% entre 2000 e 2030. Este fato, por si, exercerá um papel de extrema relevância a favor da redução de homicídios no país.

Porém, tal fenômeno ocorre de maneira heterogênea no país, com a região Sudeste tendo uma redução acima da diminuição média do Brasil, ao contrário dos estados do Nordeste e, em particular do Norte, em que não apenas a redução proporcional de jovens na população não ocorreu, mas onde se observa ainda um forte crescimento desse segmento. O gráfico 2.2 ilustra bem o ponto.

¹¹ São emendas que visam flexibilizar o Estatuto do Desarmamento. E mesmo por uma Portaria do Exército nº 28 - COLOG, DE 14 DE MARÇO DE 2017. EB: 64474.001474/2017-31.

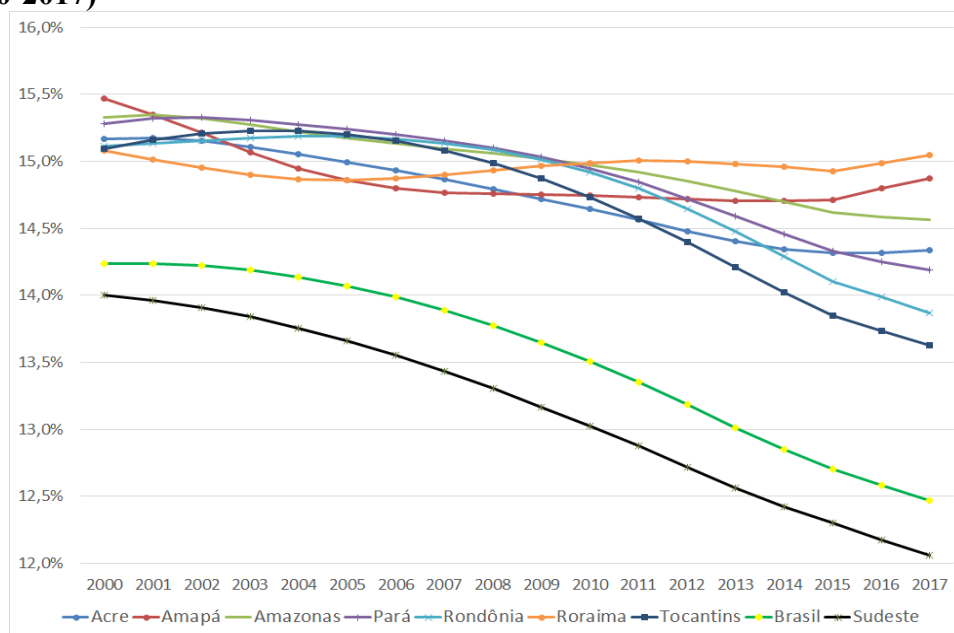
¹² Cerqueira e De Mello (2014), mostraram que se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídios teria crescido 12% a mais até 2007, em relação à observa.

¹³ Ver Cerqueira (2014), De Mello e Schneider e (2007) e Cerqueira e Moura (2015).

¹⁴ Produzidas pelo IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

GRÁFICO 2.2

Percentual de homens jovens (15-29 anos) na população dos estados do Norte, do Sudeste e no Brasil (2000-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Elaboração Atlas da Violência do Ipea e FBSP.

Na contramão desses dois elementos que influenciam positivamente a queda de crimes está a guerra entre as duas maiores facções criminosas no Brasil (PCC e CV) e seus aliados regionais pelo domínio de mercados varejistas e de novas rotas internacionais de tráfico de entorpecentes, que atravessam por estados do Norte do país e chegam ao Nordeste¹⁵, conforme destacado na seção anterior. Contudo, como apontamos, os conflitos envolvendo as facções também ocorreram de modo heterogêneo, havendo maiores concentração de escaramuças em estados como Acre, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte.

Junto a essas questões supramencionadas existem outros aspectos locais que ajudam na compreensão da prevalência de homicídios nos estados brasileiros, que contemplam, inclusive, inovações no campo da política pública e processos de implementação de gestão por resultados. Abaixo, fazemos menção aos estados que mais viram aumentar ou diminuir a taxa de homicídio em 2017.

¹⁵ Para uma compreensão do fenômeno, ver Manso e Dias (2018).

O **Ceará** foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio em 2017, ano em que se atingiu recorde histórico nesse índice. Não apenas aumentou de forma acentuada a taxa de homicídio contra jovens e adolescentes¹⁶, mas também contra mulheres, num quadro em que Barreiras¹⁷ sintetizou como uma “simbiose entre arma de fogo, droga ilícita e resolução violenta dos conflitos interpessoais, [onde] tem ganho cada vez mais evidência e relevância a presença forte das facções criminosas no estado, não só no interior dos presídios, mas também nos bairros populares, principalmente de Fortaleza”. De fato, esse ciclo de violência ao invés de ser interrompido por políticas públicas efetivas calcadas no trabalho de inteligência policial, mediação de conflitos e na prevenção social ao crime foi alimentado por apostas retóricas no inútil e perigoso mecanismo da violência para conter a violência.

O crescimento da violência letal no **Acre**, segundo Colombo Junior¹⁸ e também o Ministério Público do Estado do Acre¹⁹ (MPAC) está intimamente associado à guerra por novas rotas do narcotráfico que saem do Peru e da Bolívia e que envolve três facções criminosas: PCC, o CV e o Bonde dos 13 (B13). O MPAC mapeou mais de 10 rotas, a maioria delas perto da fronteira com o Peru, onde a droga é transportada por via fluvial e depois terrestre (pela BR-364), até chegar ao Rio Branco, onde nos bairros da periferia se travam as batalhas com maior número de vítimas pelo comando do tráfico na região.

Há uma década atrás o estado do **Amazonas** apresentava uma taxa de homicídios inferior à média nacional. Nesse período o índice de violência letal praticamente dobrou, sendo que a maior prevalência antes circunscrita à região metropolitana se espalhou para cidades do interior, numa dinâmica que acompanhou um processo nacional de interiorização do crime para cidades pequenas (ver Cerqueira *et al.*, 2013). Por outro lado – tendo em vista a amplitude e posição geográfica do estado, que faz fronteira com Peru, Colômbia e Venezuela – é um território importante para a logística do narcotráfico, disputado por facções penais como o PCC e a Família do Norte que protagonizaram a rebelião no Complexo Prisional Anísio Jobim, em Manaus, no dia 1º de janeiro de 2017.

Em 2017, **Pernambuco** assistiu a um aumento de 21,0% na sua taxa de homicídios, consolidando uma trajetória de crescimento da violência no estado desde 2014, demarcando a triste derrocada de um dos mais qualificados programas de segurança pública – o Pacto pela Vida (PPV) – implementado em 2007 pelo governo Eduardo Campos. Tal experiência trará importantes elementos para a

¹⁶ Ver Relatório 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência: <<https://tinyurl.com/y4gt7yks>>.

¹⁷ In FBSP (2018, p.34).

¹⁸ In FBSP (2018, p.9).

¹⁹ Ver: <<https://tinyurl.com/y4yjbaz>>.

investigação científica, sobre as razões que levaram tanto ao seu sucesso quanto ao subsequente declínio. Claramente a morte do governador que liderava pessoalmente o programa, em finais de 2014, nos dá pistas do caráter voluntarista dos mecanismos de governança, em contraposição a importância da arquitetura institucional e dos arranjos de governança para uma política de Estado. Rattón e Daudelin²⁰ citam como motivo do declínio do PPV, para além da morte do governador²¹, as resistências das corporações policiais em relação ao controle externo de sua atividade.

O crescimento da taxa de homicídio no **Espírito Santo**, em 2017, parece ser um ponto fora da curva da trajetória declinante das mortes violentas intencionais no estado que vinha de 2010. Tal aumento pode ser quase totalmente explicado pela greve da Polícia Militar no estado que durou 22 dias, em fevereiro de 2017, quando um clima caótico tomou conta do estado e 219 pessoas foram mortas.

O **Rio Grande do Norte** foi um dos estados com maior crescimento na taxa de homicídios em 2017 (+17,7%). O ano foi particularmente difícil no campo da segurança pública para o potiguar. Logo em janeiro eclodiu a guerra entre o PCC e o Sindicato do Crime (SDC) na Prisão Estadual de Alcaçuz, espalhada, subsequentemente, para as ruas. No final do ano, a população ficou aturdida com o aquartelamento da Polícia e Corpo de Bombeiros Militar, que durou 14 dias e que ocorreu como forma de protesto aos atrasos de salários e à falta de condições de trabalho, com indisponibilidade de viaturas e de equipamento de proteção. Basicamente, além da questão das facções, a segurança pública no Rio Grande do Norte sofreu os reflexos da má condução da política pública, não apenas no que se refere à questão fiscal, mas também à falta de uma política clara e efetiva de segurança baseada em métodos de gestão e evidências científicas, como também tende a ser a regra na maioria dos estados brasileiros.

Rondônia liderou a lista de estados com maior diminuição na taxa de homicídios em 2017 (-22,0%). Trata-se de um estado cujas mortes violentas estão historicamente associadas a conflitos agrários. Nas palavras de Machado²², “A história da colonização de Rondônia, portanto, também explica a violência e o grande número de conflitos que permeiam sua sociedade. Por exemplo, no ano de 2016, Rondônia foi o lugar do mundo mais violento em termos de conflitos pela posse da terra e os registros desta natureza aumentam desde o notável caso Corumbiara (1995)”. Segundo o secretário de segurança pública de Rondônia, Lioberto Caetano²³, um elemento que pode ter contribuído para a

²⁰ Ver <<https://tinyurl.com/y2bat3xz>>.

²¹ O que indica que o sucesso do modelo derivava em grande parte do voluntarismo e liderança do governador morto, menos de uma arquitetura institucional que engendrassse mecanismos de governança para uma política de Estado.

²² In FBSP (2018, p. 116).

²³ Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2fe5bk6>>.

redução de casos em 2017 diz respeito às inovações no trabalho de inteligência, com o apoio da Polícia Federal, para a identificação de líderes com envolvimento potencial nos conflitos agrários (Boni, 2018). Outro ponto que chama a atenção, segundo informações da Polícia Civil do estado²⁴ é a alta taxa de elucidação de homicídios, sendo que, em 2017, 60% dos casos foram elucidados. Por outro lado, em face dos 554 homicídios registrados pelo SIM/MS em 2017, uma dúvida que se coloca sobre os resultados obtidos é o alto número de 1.231 pessoas desaparecidas naquele ano, segundo informações do FBSP (2018, p.119).

O **Distrito Federal** foi a segunda unidade federativa com maior redução na taxa de homicídio em 2017, fato que vem ocorrendo desde 2012, período em que a queda foi 44,3%. Vários fatores concorreram para este resultado. Dentre eles, podemos destacar a melhoria das investigações realizadas pela PCDF e a intensificação da política de apreensão de armas da PMDF. A partir de 2015, foi lançado o “Plano Viva Brasília – o Nosso Pacto pela Vida”, quando foi inaugurada uma gestão integrada de segurança pública, onde o foco policial das ações passou a se concentrar nas áreas mais violentas, visando inibir as ações das gangues.

No caso do estado de **São Paulo**, que desde finais dos anos 90 vem obtendo uma paulatina redução das taxas de homicídio, a diminuição registrada em 2017 (-5,6%) tem que ser vista com bastante cautela, uma vez que a taxa de mortes violentas com causa indeterminada (MVCI) aumentou 13,4% nesse último ano.

O estado de **Sergipe**, que vinha tendo forte crescimento da taxa de homicídio nos anteriores, obteve em 2017 uma redução de 11,3%. Uma explicação possível poderia ser relacionada o retorno à média da taxa de crescimento da última década. De fato, enquanto nos nove anos anteriores a média anual de crescimento era de 10,8% ao ano, entre 2014 e 2016 o crescimento médio anual foi de 14,4%. Assim, devido ao patamar de mortes atipicamente alto em 2016, observou-se uma redução das mortes no último ano. Uma explicação alternativa passa pelo amadurecimento da reorganização do trabalho policial levada a cabo desde 2015, quando se passou a promover maior articulação das agências policiais (SSP, PM, especializadas, DHPP, etc.) e uso de indicadores estatísticos e análise criminal para a construção de diagnósticos locais sobre a dinâmica da violência.

Como conclusão, nossa análise considerou que houve fatores gerais que ajudaram a impulsionar a diminuição dos homicídios nas unidades federativas, entre eles a mudança do regime demográfico – com o envelhecimento da população – e o Estatuto do Desarmamento. Por outro lado, a guerra entre as facções criminosas, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste, conspirou contra o processo de

²⁴ Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4dgmve5>>.

diminuição de homicídios que estava em curso, desde 2010 na maioria dos estados federativos, fazendo com que, num efeito composição, a taxa agregada de homicídios no país tenha observado aumento de 4,2% no ano.

2.1. Comparação dos dados da saúde e dos registros policiais

Por fim, uma rápida comparação entre os dados do SIM/MS com os Boletins de Ocorrência produzidos pelas Polícias Estaduais indica que ambos os registros têm caminhado no mesmo sentido. É comum ouvir questionamentos sobre a qualidade dos registros policiais e o quanto estes refletem a realidade, na medida em que a lei que cria o Sistema Nacional de Estatística em Segurança Pública é muito recente, de 2012, e o sistema só passou a publicar sistematicamente informações muito recentemente, diferente do Sistema de Saúde. Como não existe padronização nacional em relação as estatísticas criminais, e os sistemas estaduais diferem muito entre si, a desconfiança é natural e a melhoria do registro deve ser perseguida continuamente.

De todo modo, Segurança Pública e Saúde contam com metodologias distintas para contabilização das mortes pois seus sistemas de informação servem a propósitos distintos. Para o sistema de segurança pública e justiça criminal importa saber se houve ou não um crime e tipificá-lo de acordo com a categoria penal correta, ao passo que para a saúde importam as informações de cunho epidemiológico relacionadas ao perfil da vítima e em que contexto morreu. Cada sistema estatístico refletirá, portanto, as preocupações pertinentes ao seu universo e nenhum deles é necessariamente superior *a priori*.

Isso significa que os dados de ambas as fontes nunca serão iguais, mas precisam ser congruentes: a magnitude do fenômeno deve ser aproximadamente a mesma, de modo que os locais apontados como mais violentos por uma devem coincidir com os locais indicados pela outra, e as tendências devem ser as mesmas (FBSP²⁵, 2017). O gráfico 2.3 apresenta a comparação entre os dados do Atlas da Violência, oriundos do sistema de saúde (SIM/MS), e os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, editado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base nos registros policiais das Unidades Federativas. Verifica-se que ambas as fontes apresentam a mesma tendência e números bastante similares entre 2013 e 2017, mas se entre 2014 e 2016 a diferença entre os dois sistemas não ultrapassa 1,4%, em 2017 a diferença atinge 2,7%.

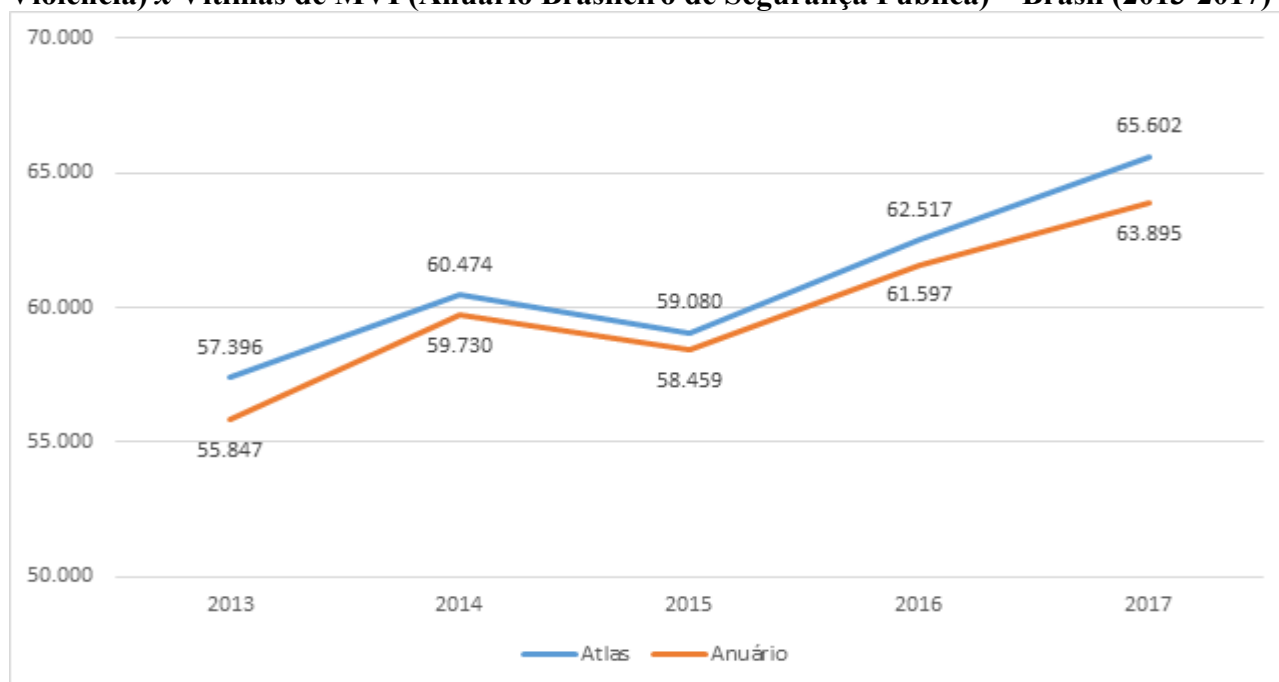
²⁵ Estudo técnico mostrando as diferenças entre as categorias de dados de ocorrências criminais e do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/MS) e a empregabilidade de cada uma de acordo com aspectos contextuais. Nota técnica produzida no âmbito do Termo de Parceria 817052/2015 com o Ministério da Justiça. São Paulo, 817052/2015 Março de 2017.

A diferença entre os dados provenientes do sistema da saúde, que alimentam o Atlas da Violência, e os registros policiais apresentou, em 2017, um movimento de distanciamento similar ao de 2013. Isso pode ter sido devido a vários fatores, mas, sobretudo quando números preliminares de 2018 indicam queda no número de ocorrências policiais de mortes, nos alertam para o necessário e contínuo investimento em monitoramento, avaliação e auditoria da qualidade dos dados no Brasil. A transparência e a qualidade dos dados são ferramentas fundamentais para a melhoria das condições da segurança pública brasileira

Os estados que apresentaram as maiores diferenças entre os sistemas de informação da saúde e da segurança foram Amazonas, cujos registros policiais indicaram 403 vítimas a menos em 2017 do que os dados do Datasus, e Bahia, cujos dados da Secretaria de Segurança Pública apresentaram 572 vítimas a menos que os registros de saúde.

GRÁFICO 2.3

Comparação dos Sistemas de Saúde e Segurança Pública: vítimas de homicídio (Atlas da Violência) x Vítimas de MVI (Anuário Brasileiro de Segurança Pública) – Brasil (2013-2017)



Fonte: Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e Anuário do FBSP. Nota: Os dados do SIM consideram as categorias X85-Y09 e Y35-Y36 da CID-10, ou seja, óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública consideram a categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI), que engloba todas as vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, homicídios de policiais e mortes decorrentes de intervenções policiais. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 2.1

Brasil: taxa de homicídio por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 25,5 | 26,7 | 27,2 | 27,8 | 27,4 | 29,4 | 28,6 | 29,8 | 28,9 | 30,3 | 31,6 | 24,0% | 7,4% | 4,2% |
| Acre | 19,5 | 19,6 | 22,1 | 22,5 | 22,0 | 27,4 | 30,1 | 29,4 | 27,0 | 44,4 | 62,2 | 219,4% | 126,9% | 39,9% |
| Alagoas | 59,5 | 60,3 | 59,3 | 66,9 | 71,4 | 64,6 | 65,1 | 62,8 | 52,3 | 54,2 | 53,7 | -9,8% | -16,9% | -0,9% |
| Amapá | 27,0 | 34,2 | 30,3 | 38,8 | 30,5 | 36,2 | 30,6 | 34,1 | 38,2 | 48,7 | 48,0 | 77,7% | 32,6% | -1,4% |
| Amazonas | 21,1 | 24,8 | 27,0 | 31,1 | 36,5 | 37,4 | 31,3 | 32,0 | 37,4 | 36,3 | 41,2 | 95,3% | 10,1% | 13,5% |
| Bahia | 26,0 | 33,2 | 37,1 | 41,7 | 39,4 | 43,4 | 37,8 | 40,0 | 39,5 | 46,9 | 48,8 | 87,8% | 12,5% | 3,9% |
| Ceará | 23,2 | 23,9 | 25,3 | 31,8 | 32,7 | 44,6 | 50,9 | 52,3 | 46,7 | 40,6 | 60,2 | 159,7% | 34,9% | 48,2% |
| Distrito Federal | 29,2 | 31,8 | 33,8 | 30,6 | 34,6 | 36,0 | 30,0 | 29,6 | 25,5 | 25,5 | 20,1 | -31,3% | -44,3% | -21,4% |
| Espírito Santo | 53,3 | 56,4 | 56,9 | 51,0 | 47,1 | 46,6 | 42,2 | 41,4 | 36,9 | 32,0 | 37,9 | -29,0% | -18,7% | 18,5% |
| Goiás | 26,0 | 30,7 | 32,1 | 33,0 | 37,4 | 45,4 | 46,2 | 44,3 | 45,3 | 45,3 | 42,8 | 64,3% | -5,7% | -5,6% |
| Maranhão | 18,0 | 20,3 | 22,0 | 23,1 | 23,9 | 26,5 | 31,8 | 35,9 | 35,3 | 34,6 | 31,1 | 73,1% | 17,7% | -10,1% |
| Mato Grosso | 30,5 | 31,7 | 33,3 | 32,0 | 32,8 | 34,5 | 36,4 | 42,1 | 36,8 | 35,7 | 32,9 | 7,9% | -4,4% | -7,7% |
| Mato Grosso do Sul | 30,5 | 29,9 | 30,7 | 26,8 | 27,2 | 27,3 | 24,3 | 26,7 | 23,9 | 25,0 | 24,3 | -20,2% | -10,9% | -2,9% |
| Minas Gerais | 20,9 | 19,6 | 18,7 | 18,6 | 21,6 | 23,0 | 22,9 | 22,8 | 21,7 | 22,0 | 20,4 | -2,7% | -11,4% | -7,5% |
| Pará | 30,3 | 39,1 | 40,2 | 46,4 | 40,0 | 41,4 | 42,7 | 42,7 | 45,0 | 50,8 | 54,7 | 80,7% | 32,2% | 7,5% |
| Paraíba | 23,7 | 27,5 | 33,5 | 38,6 | 42,6 | 40,0 | 39,6 | 39,3 | 38,3 | 33,9 | 33,3 | 40,7% | -16,7% | -1,7% |
| Paraná | 29,5 | 32,5 | 34,6 | 34,3 | 32,1 | 33,0 | 26,7 | 26,9 | 26,3 | 27,4 | 24,4 | -17,5% | -26,1% | -11,0% |
| Pernambuco | 53,0 | 50,9 | 45,0 | 39,5 | 39,2 | 37,3 | 33,9 | 36,2 | 41,2 | 47,3 | 57,2 | 7,8% | 53,6% | 21,0% |
| Piauí | 12,5 | 11,6 | 12,2 | 13,2 | 14,0 | 16,6 | 18,8 | 22,4 | 20,3 | 21,8 | 19,4 | 55,6% | 17,1% | -10,9% |
| Rio de Janeiro | 41,6 | 35,7 | 33,5 | 35,4 | 29,7 | 29,4 | 31,2 | 34,7 | 30,6 | 36,4 | 38,4 | -7,8% | 30,5% | 5,5% |
| Rio Grande do Norte | 19,1 | 23,0 | 25,5 | 25,6 | 33,0 | 34,8 | 42,9 | 47,0 | 44,9 | 53,4 | 62,8 | 228,9% | 80,4% | 17,7% |
| Rio Grande do Sul | 19,8 | 21,9 | 20,5 | 19,5 | 19,4 | 22,1 | 20,8 | 24,3 | 26,2 | 28,6 | 29,3 | 47,6% | 32,4% | 2,5% |
| Rondônia | 27,2 | 32,1 | 35,8 | 34,9 | 28,5 | 33,1 | 27,9 | 33,1 | 33,9 | 39,3 | 30,7 | 12,9% | -7,3% | -22,0% |
| Roraima | 27,9 | 25,4 | 28,0 | 26,9 | 20,6 | 30,7 | 43,8 | 31,8 | 40,1 | 39,7 | 47,5 | 69,9% | 54,7% | 19,6% |
| Santa Catarina | 10,4 | 13,3 | 13,4 | 13,2 | 12,8 | 12,9 | 11,9 | 13,5 | 14,0 | 14,2 | 15,2 | 45,7% | 18,4% | 6,9% |
| São Paulo | 15,4 | 15,4 | 15,8 | 14,6 | 14,0 | 15,7 | 13,8 | 14,0 | 12,2 | 10,9 | 10,3 | -33,5% | -34,5% | -5,6% |
| Sergipe | 25,7 | 27,8 | 32,3 | 32,7 | 35,0 | 41,6 | 44,0 | 49,4 | 58,1 | 64,7 | 57,4 | 123,5% | 37,8% | -11,3% |
| Tocantins | 16,6 | 18,5 | 22,4 | 23,6 | 25,8 | 26,7 | 23,6 | 25,5 | 33,2 | 37,6 | 35,9 | 116,0% | 34,4% | -4,5% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 2.2

Brasil: número de homicídios por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 48.219 | 50.659 | 52.043 | 53.016 | 52.807 | 57.045 | 57.396 | 60.474 | 59.080 | 62.517 | 65.602 | 36,1% | 15,0% | 4,9% |
| Acre | 137 | 133 | 153 | 165 | 164 | 208 | 234 | 232 | 217 | 363 | 516 | 276,6% | 148,1% | 42,1% |
| Alagoas | 1.836 | 1.887 | 1.873 | 2.087 | 2.244 | 2.046 | 2.148 | 2.085 | 1.748 | 1.820 | 1.813 | -1,3% | -11,4% | -0,4% |
| Amapá | 172 | 210 | 190 | 260 | 209 | 253 | 225 | 256 | 293 | 381 | 383 | 122,7% | 51,4% | 0,5% |
| Amazonas | 715 | 830 | 916 | 1.082 | 1.292 | 1.344 | 1.191 | 1.240 | 1.472 | 1.452 | 1.674 | 134,1% | 24,6% | 15,3% |
| Bahia | 3.659 | 4.819 | 5.432 | 5.844 | 5.549 | 6.148 | 5.694 | 6.052 | 6.012 | 7.171 | 7.487 | 104,6% | 21,8% | 4,4% |
| Ceará | 1.933 | 2.019 | 2.165 | 2.688 | 2.792 | 3.841 | 4.473 | 4.626 | 4.163 | 3.642 | 5.433 | 181,1% | 41,4% | 49,2% |
| Distrito Federal | 711 | 812 | 882 | 786 | 902 | 954 | 837 | 843 | 742 | 760 | 610 | -14,2% | -36,1% | -19,7% |
| Espírito Santo | 1.877 | 1.947 | 1.985 | 1.792 | 1.672 | 1.667 | 1.622 | 1.609 | 1.450 | 1.270 | 1.521 | -19,0% | -8,8% | 19,8% |
| Goiás | 1.521 | 1.792 | 1.902 | 1.979 | 2.272 | 2.793 | 2.975 | 2.887 | 2.997 | 3.036 | 2.901 | 90,7% | 3,9% | -4,4% |
| Maranhão | 1.127 | 1.277 | 1.398 | 1.519 | 1.591 | 1.777 | 2.163 | 2.462 | 2.438 | 2.408 | 2.180 | 93,4% | 22,7% | -9,5% |
| Mato Grosso | 889 | 937 | 1.000 | 972 | 1.009 | 1.074 | 1.158 | 1.358 | 1.203 | 1.180 | 1.102 | 24,0% | 2,6% | -6,6% |
| Mato Grosso do Sul | 710 | 699 | 725 | 656 | 673 | 683 | 630 | 700 | 634 | 671 | 659 | -7,2% | -3,5% | -1,8% |
| Minas Gerais | 4.125 | 3.889 | 3.742 | 3.646 | 4.262 | 4.562 | 4.717 | 4.724 | 4.532 | 4.622 | 4.299 | 4,2% | -5,8% | -7,0% |
| Pará | 2.194 | 2.860 | 2.989 | 3.521 | 3.073 | 3.236 | 3.405 | 3.446 | 3.675 | 4.223 | 4.575 | 108,5% | 41,4% | 8,3% |
| Paraíba | 864 | 1.029 | 1.263 | 1.455 | 1.614 | 1.525 | 1.551 | 1.551 | 1.522 | 1.355 | 1.341 | 55,2% | -12,1% | -1,0% |
| Paraná | 3.105 | 3.445 | 3.698 | 3.586 | 3.376 | 3.489 | 2.936 | 2.980 | 2.936 | 3.080 | 2.759 | -11,1% | -20,9% | -10,4% |
| Pernambuco | 4.557 | 4.446 | 3.963 | 3.473 | 3.471 | 3.327 | 3.124 | 3.358 | 3.847 | 4.447 | 5.419 | 18,9% | 62,9% | 21,9% |
| Piauí | 383 | 361 | 385 | 411 | 440 | 525 | 598 | 717 | 650 | 701 | 626 | 63,4% | 19,2% | -10,7% |
| Rio de Janeiro | 6.551 | 5.662 | 5.365 | 5.667 | 4.781 | 4.772 | 5.111 | 5.718 | 5.067 | 6.053 | 6.416 | -2,1% | 34,5% | 6,0% |
| Rio Grande do Norte | 589 | 714 | 800 | 810 | 1.054 | 1.124 | 1.447 | 1.602 | 1.545 | 1.854 | 2.203 | 274,0% | 96,0% | 18,8% |
| Rio Grande do Sul | 2.199 | 2.380 | 2.242 | 2.085 | 2.077 | 2.382 | 2.322 | 2.724 | 2.944 | 3.225 | 3.316 | 50,8% | 39,2% | 2,8% |
| Rondônia | 432 | 480 | 538 | 546 | 450 | 526 | 483 | 578 | 600 | 703 | 554 | 28,2% | 5,3% | -21,2% |
| Roraima | 116 | 105 | 118 | 121 | 95 | 144 | 214 | 158 | 203 | 204 | 248 | 113,8% | 72,2% | 21,6% |
| Santa Catarina | 632 | 802 | 820 | 823 | 811 | 821 | 789 | 905 | 957 | 984 | 1.066 | 68,7% | 29,8% | 8,3% |
| São Paulo | 6.437 | 6.332 | 6.557 | 6.039 | 5.842 | 6.566 | 6.035 | 6.185 | 5.427 | 4.870 | 4.631 | -28,1% | -29,5% | -4,9% |
| Sergipe | 522 | 555 | 653 | 676 | 731 | 879 | 965 | 1.097 | 1.303 | 1.465 | 1.313 | 151,5% | 49,4% | -10,4% |
| Tocantins | 226 | 237 | 289 | 327 | 361 | 379 | 349 | 381 | 503 | 577 | 557 | 146,5% | 47,0% | -3,5% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

3. JUVENTUDE PERDIDA

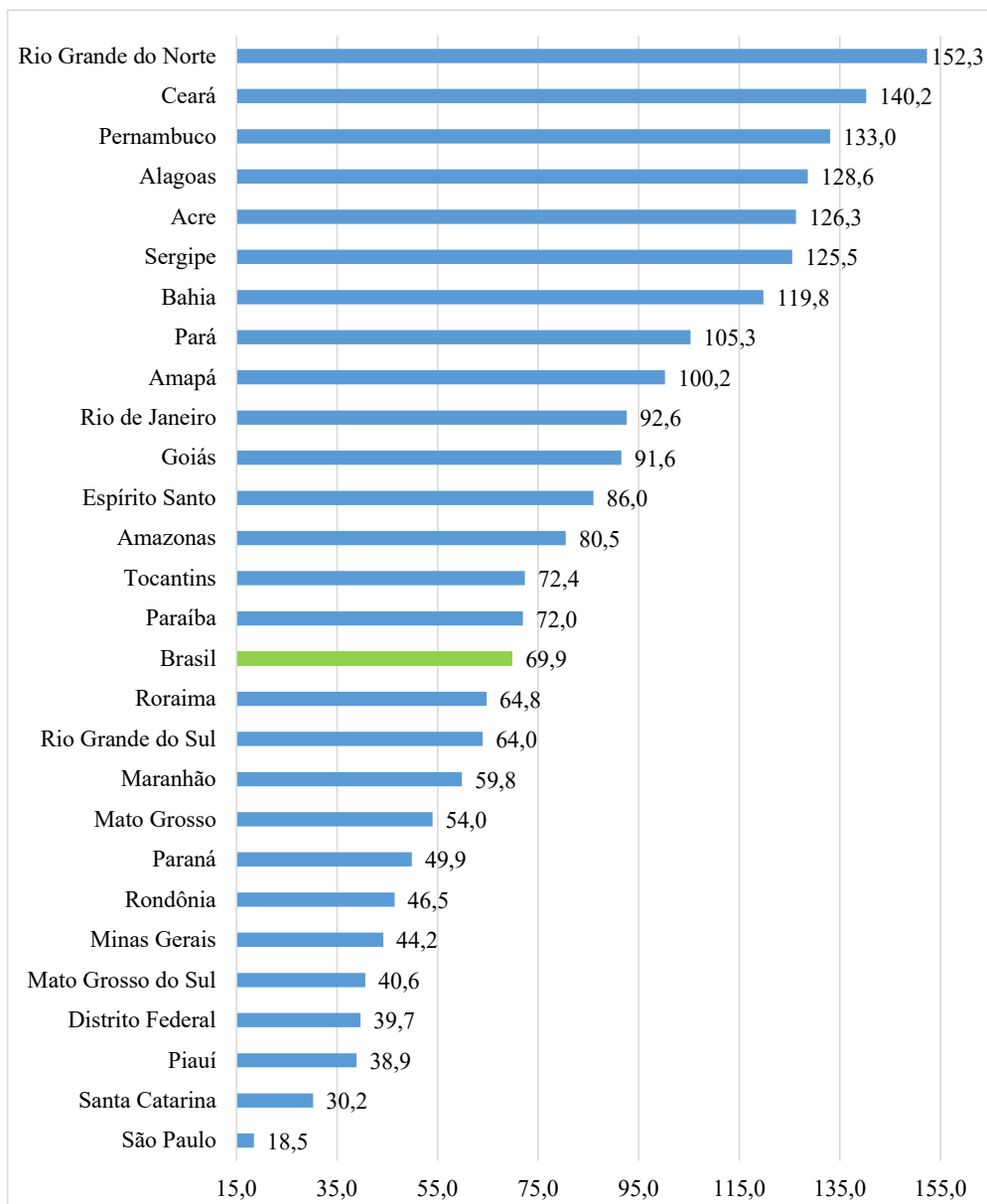
A morte prematura de jovens (15 a 29 anos) por homicídio é um fenômeno que tem crescido no Brasil desde a década de 1980. Além da tragédia humana, os homicídios de jovens geram consequências sobre o desenvolvimento econômico e redundam em substanciais custos para o país. Conforme mostraram Cerqueira e Moura (2013), as mortes violentas de jovens custaram ao Brasil cerca de 1,5% do PIB nacional em 2010.

Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017 (tabela 1.1). Conforme apontado anteriormente esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno.

As taxas por 100 mil habitantes jovens permitem a comparação da magnitude desse fenômeno nos diferentes estados do país. Em 2017, 15 UFs apresentaram taxas de homicídios de jovens acima da taxa nacional de 69,9 por 100 mil. A comparação entre os estados também evidencia a heterogeneidade do fenômeno entre as unidades federativas, com taxas variando de 18,5 até 152,3 para cada 100 mil habitantes jovens. Em 2017, os estados com as menores taxas de homicídios entre jovens foram São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Já as três taxas mais elevadas foram as dos estados de Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0).

GRÁFICO 3.1

Brasil: taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF (2017)

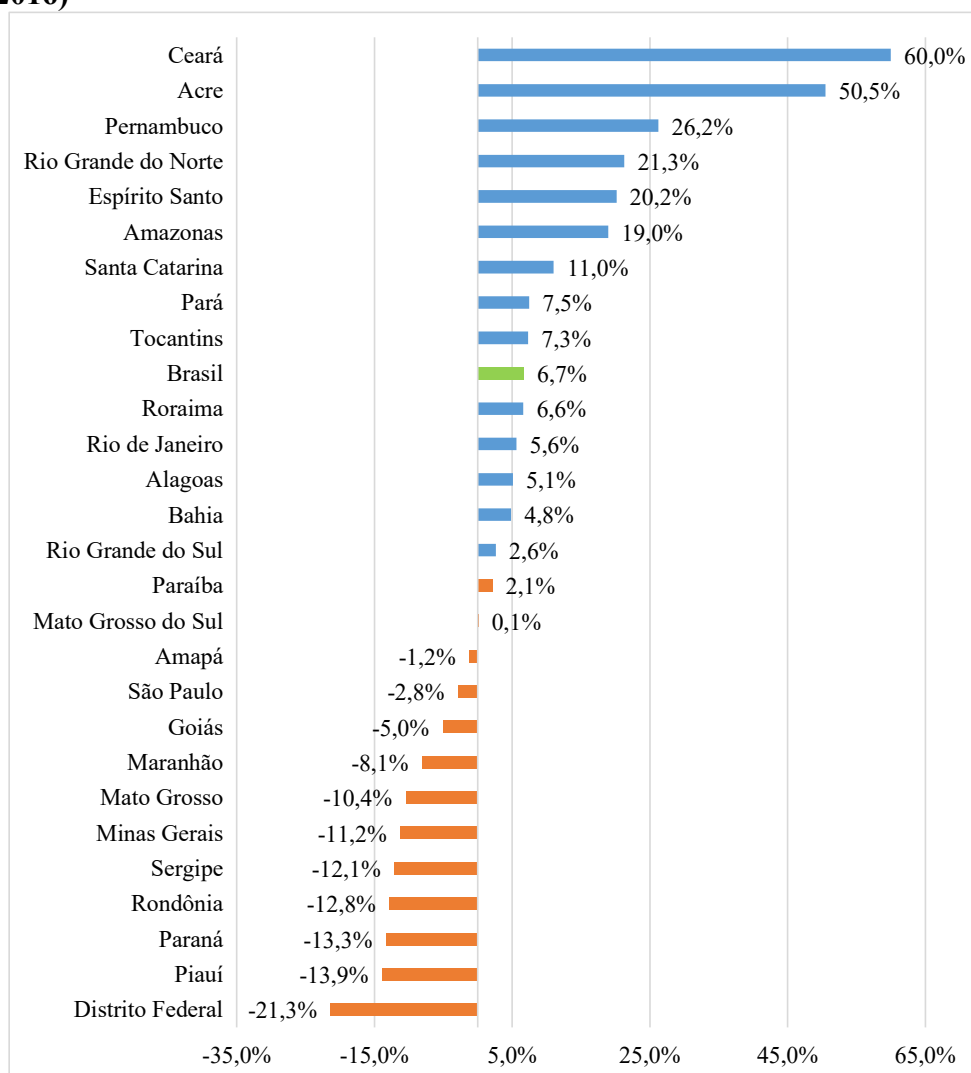


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Entre 2016 e 2017, o Brasil experimentou aumento de 6,7% na taxa de homicídios de jovens. Na última década, essa taxa passou de 50,8 por grupo de 100 mil jovens em 2007, para 69,9 por 100 mil em 2017, aumento de 37,5%. Entre 2016 e 2017, os estados com os maiores aumentos na taxa de homicídios de jovens foram Ceará (+60,0%), Acre (+50,5%), Pernambuco (+26,2%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Espírito Santo (+20,2%). As diminuições mais expressivas ocorreram no Distrito Federal (-21,3%), no Piauí (-13,9%) e no Paraná (-13,3%).

GRÁFICO 3.2

Brasil: variação percentual da taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF (2017-2016)

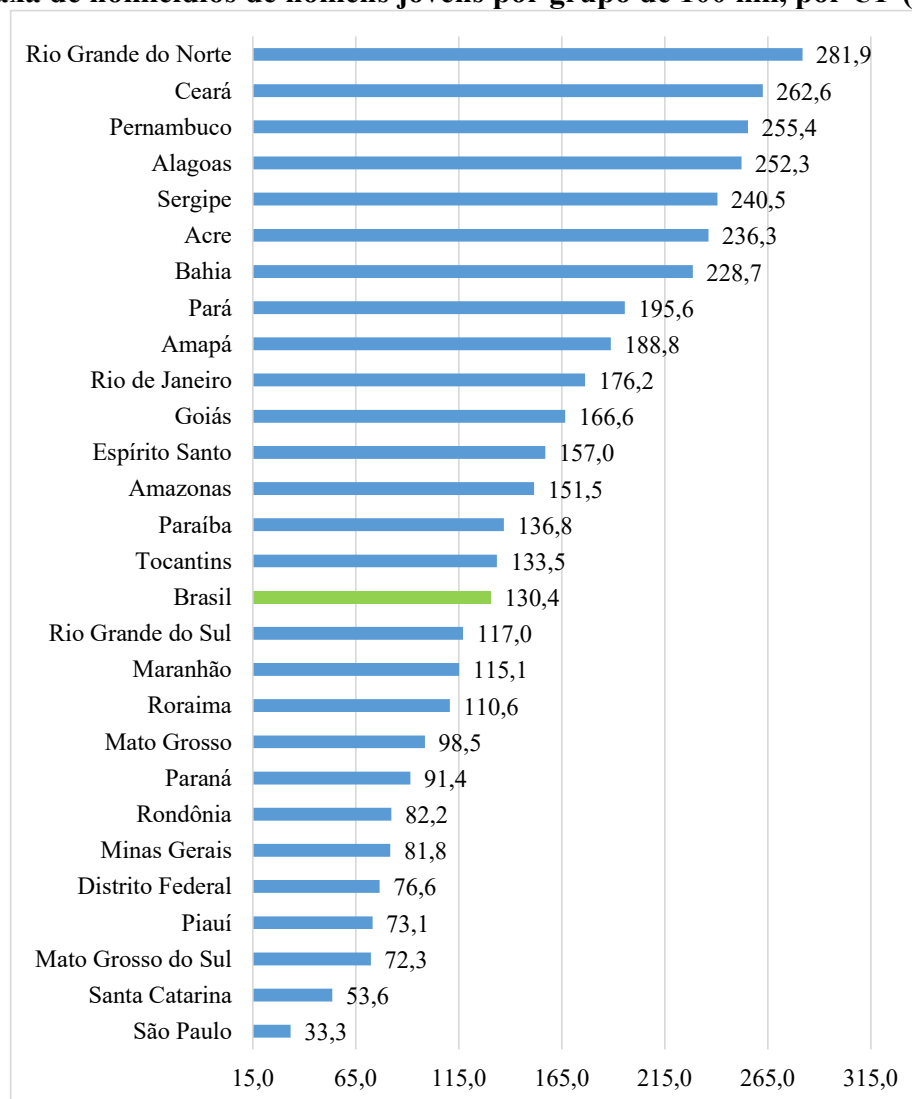


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

A criminalidade violenta vem sendo fortemente relacionada ao sexo masculino e ao grupo etário dos jovens de 15 a 29 anos. Observando especificamente o grupo dos homens jovens, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chega a 130,4 em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Para todos os estados, quando é feito o recorte de homens jovens, a taxa de homicídios apresenta considerável elevação em relação à taxa geral de homicídios de jovens. Também neste caso verifica-se grande variação das taxas entre as diferentes UFs. Considerando-se apenas os jovens do sexo masculino, os três estados com maiores taxas foram Rio Grande do Norte (281,9), Ceará (262,6) e Pernambuco (255,4). Já as menores taxas são observadas em São Paulo (33,3), Santa Catarina (53,6) e Mato Grosso do Sul (72,3).

GRÁFICO 3.3

Brasil: taxa de homicídios de homens jovens por grupo de 100 mil, por UF (2017)

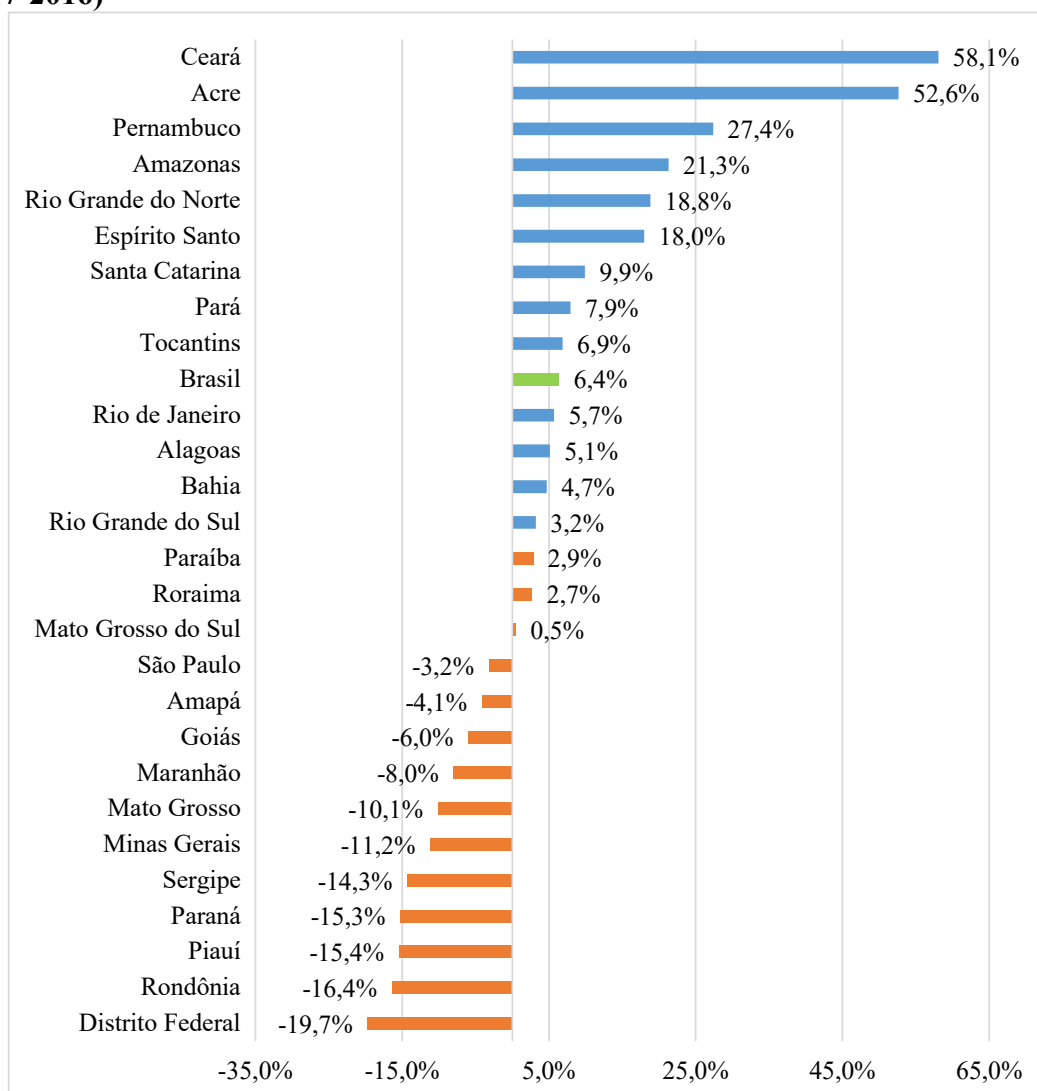


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens homens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No que se refere à evolução das taxas de homicídios de homens jovens no país, observou-se um aumento de 38,3% entre 2007 e 2017. No período mais recente, de 2016 a 2017, essa mesma taxa cresceu 6,4%. Nesse período, 11 das 27 unidades federativas apresentaram queda na taxa de homicídios de homens jovens. As maiores reduções ocorreram no Distrito Federal (-19,7%), em Rondônia (-16,4%) e no Piauí (-15,4%). Nove estados tiveram variação acima da média nacional. Os maiores aumentos foram observados nos estados do Ceará (+57,8%), Acre (+52,6%) e Pernambuco (+27,4%).

GRÁFICO 3.4

Brasil: variação da taxa de homicídios de jovens homens, por grupo de 100 mil, por UF (2017-2016)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Os dados aqui apresentados explicitam a necessidade de políticas públicas focadas na redução de homicídios entre jovens, principal grupo vitimado pelas mortes violentas intencionais. Observou-se aumento expressivo dos homicídios de jovens em diversas unidades da federação, as mesmas onde verificou-se o crescimento da taxa geral de homicídios em 2017. Ao mesmo tempo, o grupo etário de 15 a 29 anos representou 54,5% do total de vítimas de homicídio naquele ano, embora represente apenas 24,6% da população total do país. A redução da violência letal entre jovens, dessa forma, é um importante quesito para a redução dos homicídios no Brasil.

Nesse ponto, é fundamental que se façam investimentos na juventude, por meio de políticas focalizadas nos territórios mais vulneráveis socioeconomicamente, de modo a garantir condições de desenvolvimento infanto-juvenil, acesso à educação, cultura e esportes, além de mecanismos para facilitar o ingresso do jovem no mercado de trabalho. Inúmeros trabalhos científicos internacionais, como os do Prêmio Nobel James Heckman mostram que é muito mais barato investir na primeira infância e juventude para evitar que a criança de hoje se torne o criminoso de amanhã, do que aportar recursos nas infrutíferas e dispendiosas ações de repressão bélica ao crime na ponta e encarceramento.

TABELA 3.1

Brasil: número de homicídios por faixa etária de 15 a 29 anos de idade, por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios Jovens | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 26.489 | 27.880 | 28.267 | 28.562 | 27.930 | 30.609 | 30.689 | 32.436 | 31.264 | 33.590 | 35.783 | 35,1% | 16,9% | 6,5% |
| Acre | 72 | 76 | 78 | 74 | 73 | 101 | 119 | 111 | 105 | 194 | 297 | 312,5% | 194,1% | 53,1% |
| Alagoas | 1.102 | 1.142 | 1.115 | 1.287 | 1.321 | 1.231 | 1.313 | 1.243 | 1.049 | 1.079 | 1.134 | 2,9% | -7,9% | 5,1% |
| Amapá | 114 | 141 | 108 | 168 | 122 | 164 | 147 | 162 | 165 | 233 | 236 | 107,0% | 43,9% | 1,3% |
| Amazonas | 433 | 481 | 540 | 634 | 791 | 732 | 659 | 678 | 809 | 782 | 943 | 117,8% | 28,8% | 20,6% |
| Bahia | 2.160 | 2.994 | 3.427 | 3.571 | 3.221 | 3.662 | 3.338 | 3.553 | 3.559 | 4.358 | 4.522 | 109,4% | 23,5% | 3,8% |
| Ceará | 1.066 | 1.131 | 1.196 | 1.494 | 1.568 | 2.329 | 2.705 | 2.831 | 2.450 | 2.102 | 3.348 | 214,1% | 43,8% | 59,3% |
| Distrito Federal | 431 | 492 | 523 | 452 | 493 | 517 | 465 | 453 | 382 | 409 | 325 | -24,6% | -37,1% | -20,5% |
| Espírito Santo | 1.008 | 1.113 | 1.164 | 1.036 | 1.005 | 969 | 985 | 958 | 830 | 707 | 848 | -15,9% | -12,5% | 19,9% |
| Goiás | 849 | 971 | 977 | 1.088 | 1.201 | 1.518 | 1.598 | 1.568 | 1.618 | 1.675 | 1.601 | 88,6% | 5,5% | -4,4% |
| Maranhão | 623 | 714 | 775 | 837 | 820 | 952 | 1.171 | 1.311 | 1.257 | 1.212 | 1.112 | 78,5% | 16,8% | -8,3% |
| Mato Grosso | 368 | 428 | 469 | 462 | 474 | 544 | 541 | 636 | 529 | 516 | 463 | 25,8% | -14,9% | -10,3% |
| Mato Grosso do Sul | 340 | 345 | 354 | 292 | 307 | 291 | 265 | 322 | 264 | 274 | 275 | -19,1% | -5,5% | 0,4% |
| Minas Gerais | 2.344 | 2.204 | 2.062 | 1.956 | 2.250 | 2.512 | 2.595 | 2.573 | 2.378 | 2.513 | 2.217 | -5,4% | -11,7% | -11,8% |
| Pará | 1.263 | 1.635 | 1.717 | 1.935 | 1.758 | 1.799 | 1.785 | 1.821 | 1.936 | 2.266 | 2.451 | 94,1% | 36,2% | 8,2% |
| Paraíba | 461 | 561 | 710 | 834 | 915 | 901 | 893 | 869 | 828 | 699 | 709 | 53,8% | -21,3% | 1,4% |
| Paraná | 1.760 | 1.914 | 2.078 | 1.970 | 1.786 | 1.870 | 1.538 | 1.473 | 1.471 | 1.574 | 1.361 | -22,7% | -27,2% | -13,5% |
| Pernambuco | 2.698 | 2.621 | 2.281 | 1.977 | 1.928 | 1.815 | 1.709 | 1.881 | 2.143 | 2.512 | 3.167 | 17,4% | 74,5% | 26,1% |
| Piauí | 186 | 187 | 205 | 195 | 223 | 269 | 329 | 392 | 328 | 367 | 313 | 68,3% | 16,4% | -14,7% |
| Rio de Janeiro | 3.652 | 3.092 | 2.841 | 3.020 | 2.409 | 2.397 | 2.693 | 3.027 | 2.761 | 3.386 | 3.576 | -2,1% | 49,2% | 5,6% |
| Rio Grande do Norte | 314 | 402 | 455 | 439 | 596 | 649 | 883 | 1.002 | 939 | 1.129 | 1.366 | 335,0% | 110,5% | 21,0% |
| Rio Grande do Sul | 1.137 | 1.199 | 1.081 | 983 | 1.018 | 1.149 | 1.078 | 1.323 | 1.391 | 1.608 | 1.639 | 44,2% | 42,6% | 1,9% |
| Rondônia | 210 | 210 | 231 | 226 | 187 | 230 | 212 | 229 | 261 | 261 | 228 | 8,6% | -0,9% | -12,6% |
| Roraima | 47 | 38 | 52 | 52 | 39 | 70 | 78 | 56 | 77 | 92 | 100 | 112,8% | 42,9% | 8,7% |
| Santa Catarina | 328 | 406 | 429 | 380 | 389 | 407 | 369 | 402 | 442 | 475 | 527 | 60,7% | 29,5% | 10,9% |
| São Paulo | 3.135 | 2.948 | 2.940 | 2.671 | 2.505 | 2.875 | 2.552 | 2.751 | 2.333 | 2.017 | 1.955 | -37,6% | -32,0% | -3,1% |
| Sergipe | 294 | 313 | 324 | 351 | 371 | 474 | 520 | 623 | 716 | 869 | 767 | 160,9% | 61,8% | -11,7% |
| Tocantins | 94 | 122 | 135 | 178 | 160 | 182 | 149 | 188 | 243 | 281 | 303 | 222,3% | 66,5% | 7,8% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 3.2

Brasil: taxa de homicídios por 100 mil jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade, por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio Jovens por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 50,8 | 53,3 | 54,0 | 54,6 | 53,5 | 58,9 | 59,3 | 62,9 | 60,9 | 65,5 | 69,9 | 37,5% | 18,7% | 6,7% |
| Acre | 35,5 | 36,9 | 37,2 | 34,8 | 33,8 | 46,2 | 53,8 | 49,5 | 46,2 | 83,9 | 126,3 | 255,6% | 173,2% | 50,5% |
| Alagoas | 121,8 | 126,1 | 123,2 | 142,7 | 147,1 | 137,8 | 147,8 | 140,5 | 118,9 | 122,4 | 128,6 | 5,7% | -6,6% | 5,1% |
| Amapá | 60,9 | 73,4 | 54,9 | 83,5 | 59,3 | 78,1 | 68,6 | 74,0 | 73,7 | 101,4 | 100,2 | 64,5% | 28,3% | -1,2% |
| Amazonas | 42,6 | 46,5 | 51,3 | 59,3 | 72,9 | 66,5 | 59,1 | 60,1 | 70,9 | 67,7 | 80,5 | 88,8% | 21,1% | 19,0% |
| Bahia | 50,7 | 70,5 | 81,3 | 85,6 | 78,3 | 90,4 | 83,8 | 90,7 | 92,2 | 114,3 | 119,8 | 136,4% | 32,5% | 4,8% |
| Ceará | 44,6 | 46,9 | 49,3 | 61,4 | 64,4 | 95,9 | 111,7 | 117,3 | 101,9 | 87,7 | 140,2 | 214,8% | 46,3% | 60,0% |
| Distrito Federal | 59,6 | 67,3 | 70,6 | 60,0 | 64,5 | 66,7 | 59,2 | 57,0 | 47,6 | 50,4 | 39,7 | -33,5% | -40,5% | -21,3% |
| Espírito Santo | 101,9 | 112,1 | 117,0 | 104,1 | 101,0 | 97,5 | 99,3 | 96,8 | 83,8 | 71,5 | 86,0 | -15,6% | -11,8% | 20,2% |
| Goiás | 51,6 | 58,5 | 58,4 | 64,6 | 70,9 | 89,1 | 93,4 | 91,3 | 93,8 | 96,4 | 91,6 | 77,4% | 2,7% | -5,0% |
| Maranhão | 32,4 | 36,9 | 40,1 | 43,4 | 42,8 | 50,0 | 62,0 | 69,9 | 67,3 | 65,1 | 59,8 | 84,9% | 19,6% | -8,1% |
| Mato Grosso | 44,1 | 50,8 | 55,2 | 54,1 | 55,3 | 63,3 | 63,0 | 74,2 | 61,9 | 60,3 | 54,0 | 22,5% | -14,7% | -10,4% |
| Mato Grosso do Sul | 51,9 | 52,1 | 53,0 | 43,4 | 45,4 | 43,0 | 39,1 | 47,7 | 39,2 | 40,6 | 40,6 | -21,6% | -5,4% | 0,1% |
| Minas Gerais | 43,9 | 41,3 | 38,8 | 36,9 | 42,8 | 48,1 | 50,2 | 50,2 | 46,8 | 49,8 | 44,2 | 0,7% | -8,1% | -11,2% |
| Pará | 58,4 | 74,6 | 77,4 | 86,4 | 77,9 | 79,2 | 78,3 | 79,5 | 84,2 | 98,0 | 105,3 | 80,4% | 32,9% | 7,5% |
| Paraíba | 43,2 | 52,5 | 66,7 | 78,9 | 87,4 | 87,0 | 87,3 | 86,0 | 82,9 | 70,5 | 72,0 | 66,7% | -17,3% | 2,1% |
| Paraná | 63,8 | 69,1 | 74,8 | 70,8 | 64,2 | 67,3 | 55,6 | 53,5 | 53,7 | 57,6 | 49,9 | -21,7% | -25,9% | -13,3% |
| Pernambuco | 109,3 | 106,2 | 92,6 | 80,6 | 79,0 | 74,8 | 70,9 | 78,5 | 89,8 | 105,4 | 133,0 | 21,7% | 77,8% | 26,2% |
| Piauí | 20,2 | 20,4 | 22,6 | 21,9 | 25,5 | 31,3 | 39,0 | 47,3 | 40,0 | 45,2 | 38,9 | 92,7% | 24,2% | -13,9% |
| Rio de Janeiro | 94,0 | 79,7 | 73,3 | 78,0 | 62,3 | 62,0 | 69,8 | 78,4 | 71,5 | 87,7 | 92,6 | -1,4% | 49,3% | 5,6% |
| Rio Grande do Norte | 34,8 | 44,2 | 49,8 | 48,0 | 65,2 | 71,2 | 97,3 | 110,9 | 104,3 | 125,6 | 152,3 | 338,1% | 113,8% | 21,3% |
| Rio Grande do Sul | 41,7 | 44,0 | 39,7 | 36,2 | 37,7 | 42,9 | 40,7 | 50,4 | 53,6 | 62,3 | 64,0 | 53,3% | 49,1% | 2,6% |
| Rondônia | 44,4 | 43,8 | 47,8 | 46,4 | 38,2 | 46,9 | 43,2 | 46,7 | 53,4 | 53,3 | 46,5 | 4,7% | -0,9% | -12,8% |
| Roraima | 37,3 | 29,3 | 39,1 | 38,3 | 28,1 | 49,5 | 54,2 | 38,3 | 51,9 | 60,7 | 64,8 | 73,6% | 30,8% | 6,6% |
| Santa Catarina | 19,9 | 24,3 | 25,4 | 22,2 | 22,6 | 23,5 | 21,2 | 23,1 | 25,4 | 27,2 | 30,2 | 51,7% | 28,9% | 11,0% |
| São Paulo | 28,7 | 27,0 | 27,0 | 24,6 | 23,2 | 26,7 | 23,8 | 25,8 | 21,9 | 19,0 | 18,5 | -35,7% | -30,9% | -2,8% |
| Sergipe | 49,5 | 52,3 | 53,9 | 58,2 | 61,4 | 78,4 | 86,0 | 103,0 | 118,2 | 142,7 | 125,5 | 153,7% | 60,1% | -12,1% |
| Tocantins | 23,5 | 30,2 | 33,1 | 43,4 | 38,9 | 44,1 | 36,0 | 45,4 | 58,6 | 67,4 | 72,4 | 207,7% | 64,1% | 7,3% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 3.3

Brasil: número de homicídios de jovens homens na faixa etária de 15-29 anos de idade, por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios de Homens Jovens | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 24.822 | 26.135 | 26.431 | 26.598 | 26.014 | 28.601 | 28.687 | 30.461 | 29.489 | 31.784 | 33.772 | 36,1% | 18,1% | 6,3% |
| Acre | 64 | 71 | 72 | 67 | 64 | 95 | 107 | 101 | 94 | 181 | 281 | 339,1% | 195,8% | 55,2% |
| Alagoas | 1.046 | 1.101 | 1.060 | 1.223 | 1.260 | 1.166 | 1.250 | 1.176 | 1.009 | 1.038 | 1.091 | 4,3% | -6,4% | 5,1% |
| Amapá | 107 | 137 | 104 | 164 | 112 | 156 | 139 | 149 | 159 | 228 | 224 | 109,3% | 43,6% | -1,8% |
| Amazonas | 405 | 455 | 519 | 602 | 762 | 684 | 628 | 644 | 755 | 729 | 897 | 121,5% | 31,1% | 23,0% |
| Bahia | 2.036 | 2.833 | 3.276 | 3.357 | 3.017 | 3.460 | 3.142 | 3.405 | 3.408 | 4.165 | 4.313 | 111,8% | 24,7% | 3,6% |
| Ceará | 1.016 | 1.089 | 1.130 | 1.432 | 1.485 | 2.235 | 2.558 | 2.696 | 2.350 | 1.999 | 3.146 | 209,6% | 40,8% | 57,4% |
| Distrito Federal | 409 | 457 | 487 | 420 | 455 | 480 | 430 | 427 | 360 | 379 | 308 | -24,7% | -35,8% | -18,7% |
| Espírito Santo | 929 | 1.024 | 1.057 | 957 | 918 | 887 | 905 | 889 | 775 | 670 | 789 | -15,1% | -11,0% | 17,8% |
| Goiás | 789 | 914 | 915 | 1.003 | 1.098 | 1.394 | 1.484 | 1.439 | 1.516 | 1.575 | 1.491 | 89,0% | 7,0% | -5,3% |
| Maranhão | 592 | 677 | 737 | 785 | 765 | 910 | 1.114 | 1.248 | 1.200 | 1.157 | 1.063 | 79,6% | 16,8% | -8,1% |
| Mato Grosso | 334 | 390 | 425 | 434 | 439 | 498 | 515 | 587 | 481 | 480 | 432 | 29,3% | -13,3% | -10,0% |
| Mato Grosso do Sul | 312 | 318 | 328 | 267 | 274 | 267 | 243 | 283 | 241 | 248 | 250 | -19,9% | -6,4% | 0,8% |
| Minas Gerais | 2.168 | 2.014 | 1.894 | 1.772 | 2.058 | 2.296 | 2.411 | 2.405 | 2.213 | 2.365 | 2.088 | -3,7% | -9,1% | -11,7% |
| Pará | 1.197 | 1.553 | 1.635 | 1.819 | 1.679 | 1.684 | 1.691 | 1.705 | 1.827 | 2.137 | 2.322 | 94,0% | 37,9% | 8,7% |
| Paraíba | 432 | 531 | 660 | 782 | 847 | 842 | 829 | 812 | 771 | 654 | 668 | 54,6% | -20,7% | 2,1% |
| Paraná | 1.650 | 1.777 | 1.920 | 1.805 | 1.668 | 1.732 | 1.407 | 1.356 | 1.383 | 1.494 | 1.263 | -23,5% | -27,1% | -15,5% |
| Pernambuco | 2.558 | 2.482 | 2.136 | 1.858 | 1.810 | 1.719 | 1.589 | 1.768 | 2.036 | 2.381 | 3.029 | 18,4% | 76,2% | 27,2% |
| Piauí | 174 | 171 | 193 | 184 | 212 | 249 | 309 | 369 | 300 | 350 | 293 | 68,4% | 17,7% | -16,3% |
| Rio de Janeiro | 3.485 | 2.934 | 2.704 | 2.888 | 2.264 | 2.268 | 2.554 | 2.869 | 2.627 | 3.252 | 3.439 | -1,3% | 51,6% | 5,8% |
| Rio Grande do Norte | 294 | 373 | 434 | 408 | 559 | 625 | 842 | 954 | 899 | 1.079 | 1.279 | 335,0% | 104,6% | 18,5% |
| Rio Grande do Sul | 1.056 | 1.116 | 980 | 891 | 926 | 1.041 | 995 | 1.247 | 1.291 | 1.487 | 1.525 | 44,4% | 46,5% | 2,6% |
| Rondônia | 200 | 195 | 208 | 216 | 168 | 207 | 192 | 209 | 234 | 246 | 206 | 3,0% | -0,5% | -16,3% |
| Roraima | 44 | 35 | 43 | 45 | 35 | 65 | 69 | 51 | 69 | 83 | 87 | 97,7% | 33,8% | 4,8% |
| Santa Catarina | 292 | 373 | 391 | 338 | 355 | 368 | 326 | 361 | 407 | 437 | 480 | 64,4% | 30,4% | 9,8% |
| São Paulo | 2.868 | 2.706 | 2.692 | 2.389 | 2.304 | 2.657 | 2.338 | 2.542 | 2.164 | 1.860 | 1.798 | -37,3% | -32,3% | -3,3% |
| Sergipe | 282 | 298 | 311 | 332 | 343 | 451 | 494 | 596 | 693 | 847 | 728 | 158,2% | 61,4% | -14,0% |
| Tocantins | 83 | 111 | 120 | 160 | 137 | 165 | 126 | 173 | 227 | 263 | 282 | 239,8% | 70,9% | 7,2% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Considerou-se jovens indivíduos homens entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 3.4

Brasil: taxa de homicídios por 100 mil jovens homens na faixa etária de 15-29 anos de idade, por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio de Homens Jovens | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|------------------------------------|-------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 94,3 | 99,0 | 100,1 | 100,7 | 98,7 | 108,9 | 109,7 | 116,9 | 113,6 | 122,6 | 130,4 | 38,3% | 19,8% | 6,4% |
| Acre | 62,3 | 68,0 | 67,9 | 62,3 | 58,7 | 86,0 | 95,7 | 89,1 | 81,7 | 154,8 | 236,3 | 279,1% | 174,6% | 52,6% |
| Alagoas | 232,0 | 244,3 | 235,9 | 273,5 | 283,6 | 264,4 | 285,5 | 270,2 | 233,0 | 240,0 | 252,3 | 8,7% | -4,6% | 5,1% |
| Amapá | 114,3 | 142,4 | 105,3 | 162,1 | 108,2 | 147,4 | 128,6 | 135,0 | 141,0 | 196,9 | 188,8 | 65,2% | 28,1% | -4,1% |
| Amazonas | 79,1 | 87,2 | 97,8 | 111,6 | 139,1 | 123,1 | 111,6 | 113,1 | 131,1 | 124,9 | 151,5 | 91,6% | 23,1% | 21,3% |
| Bahia | 94,1 | 131,8 | 153,8 | 159,6 | 145,6 | 170,0 | 157,3 | 173,5 | 176,3 | 218,4 | 228,7 | 142,9% | 34,5% | 4,7% |
| Ceará | 84,6 | 89,9 | 92,8 | 117,2 | 121,5 | 183,3 | 210,4 | 222,6 | 194,7 | 166,1 | 262,6 | 210,3% | 43,3% | 58,1% |
| Distrito Federal | 116,7 | 128,8 | 135,4 | 115,0 | 122,7 | 127,5 | 112,6 | 110,2 | 91,7 | 95,3 | 76,6 | -34,4% | -40,0% | -19,7% |
| Espírito Santo | 184,7 | 202,8 | 208,9 | 188,9 | 181,2 | 175,3 | 179,2 | 176,2 | 153,6 | 133,0 | 157,0 | -15,0% | -10,5% | 18,0% |
| Goiás | 95,0 | 108,9 | 107,9 | 117,3 | 127,4 | 160,7 | 170,0 | 164,0 | 171,9 | 177,2 | 166,6 | 75,5% | 3,7% | -6,0% |
| Maranhão | 61,3 | 69,9 | 76,2 | 81,6 | 80,1 | 96,1 | 118,7 | 133,9 | 129,3 | 125,1 | 115,1 | 87,8% | 19,7% | -8,0% |
| Mato Grosso | 78,0 | 90,3 | 97,7 | 99,2 | 99,9 | 113,2 | 117,1 | 133,8 | 110,0 | 109,6 | 98,5 | 26,3% | -13,0% | -10,1% |
| Mato Grosso do Sul | 93,4 | 94,2 | 96,3 | 77,8 | 79,5 | 77,3 | 70,3 | 82,0 | 70,1 | 71,9 | 72,3 | -22,6% | -6,5% | 0,5% |
| Minas Gerais | 79,9 | 74,2 | 70,0 | 65,8 | 76,9 | 86,5 | 91,6 | 92,2 | 85,6 | 92,0 | 81,8 | 2,4% | -5,5% | -11,2% |
| Pará | 108,5 | 138,9 | 144,6 | 159,3 | 145,9 | 145,5 | 145,5 | 146,1 | 155,9 | 181,3 | 195,6 | 80,3% | 34,4% | 7,9% |
| Paraíba | 80,8 | 99,4 | 124,0 | 148,1 | 162,1 | 163,2 | 163,0 | 161,8 | 155,5 | 133,0 | 136,8 | 69,4% | -16,2% | 2,9% |
| Paraná | 118,3 | 126,8 | 136,6 | 128,3 | 118,5 | 123,3 | 100,5 | 97,2 | 99,7 | 107,9 | 91,4 | -22,7% | -25,8% | -15,3% |
| Pernambuco | 207,1 | 201,1 | 173,5 | 151,6 | 148,6 | 142,1 | 132,3 | 148,1 | 171,2 | 200,5 | 255,4 | 23,3% | 79,7% | 27,4% |
| Piauí | 37,5 | 37,1 | 42,4 | 41,1 | 48,3 | 58,0 | 73,4 | 89,2 | 73,4 | 86,5 | 73,1 | 94,9% | 26,2% | -15,4% |
| Rio de Janeiro | 178,6 | 150,6 | 138,9 | 148,4 | 116,3 | 116,6 | 131,3 | 147,4 | 134,7 | 166,7 | 176,2 | -1,3% | 51,2% | 5,7% |
| Rio Grande do Norte | 64,4 | 81,1 | 94,0 | 88,2 | 121,0 | 135,7 | 183,6 | 208,8 | 197,4 | 237,3 | 281,9 | 337,7% | 107,7% | 18,8% |
| Rio Grande do Sul | 76,3 | 80,6 | 70,8 | 64,6 | 67,5 | 76,5 | 73,9 | 93,5 | 97,8 | 113,4 | 117,0 | 53,3% | 53,0% | 3,2% |
| Rondônia | 83,0 | 79,9 | 84,5 | 87,1 | 67,4 | 82,8 | 76,7 | 83,6 | 93,9 | 98,4 | 82,2 | -0,9% | -0,6% | -16,4% |
| Roraima | 68,8 | 53,2 | 63,7 | 65,2 | 49,6 | 90,5 | 94,4 | 68,6 | 91,4 | 107,7 | 110,6 | 60,8% | 22,3% | 2,7% |
| Santa Catarina | 34,7 | 43,7 | 45,2 | 38,6 | 40,2 | 41,4 | 36,5 | 40,3 | 45,5 | 48,8 | 53,6 | 54,4% | 29,7% | 9,9% |
| São Paulo | 52,2 | 49,3 | 49,1 | 43,6 | 42,1 | 48,8 | 43,0 | 46,9 | 40,0 | 34,4 | 33,3 | -36,1% | -31,6% | -3,2% |
| Sergipe | 94,7 | 99,5 | 103,5 | 110,3 | 113,9 | 149,8 | 164,3 | 198,3 | 230,4 | 280,6 | 240,5 | 153,8% | 60,5% | -14,3% |
| Tocantins | 40,6 | 53,8 | 57,7 | 76,5 | 65,3 | 78,6 | 60,0 | 82,4 | 108,2 | 124,9 | 133,5 | 228,7% | 69,9% | 6,9% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O cálculo efetuado tanto para o número de óbitos, quanto para a população levou em conta apenas os indivíduos homens entre 15 e 29 anos de idade. Elaboração Diest/Ipea.

4. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A presente edição do Atlas da Violência indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007.

Os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, aqui analisados, trazem importantes subsídios para compreender melhor o fenômeno da violência letal contra a mulher, ao trazer dados sobre as características das vítimas e sobre alguns aspectos situacionais relacionados aos incidentes²⁶. Em particular, analisaremos nessa seção a evolução dos homicídios de mulheres nas unidades federativas e investigaremos se, de fato, houve crescimento dos casos de feminicídios nos últimos anos, que têm chamado a atenção da mídia, dos operadores e dos pesquisadores sobre segurança pública no país.

4.1. Evolução dos homicídios contra as mulheres nas UFs

Verificamos crescimento expressivo de 30,7% no número de homicídios de mulheres no país durante a década em análise (2007-2017), assim como no último ano da série, que registrou aumento de 6,3% em relação ao anterior.

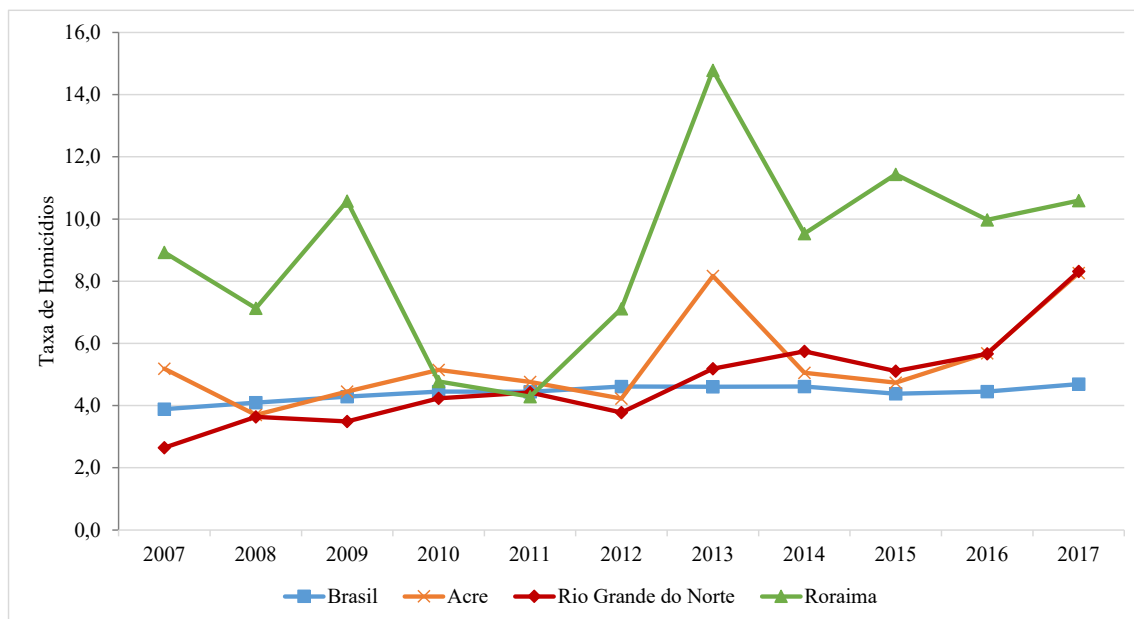
A magnitude do fenômeno e de suas variações pode ser mais bem aferida em termos da taxa de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, que permite maior comparabilidade temporal e entre as diferentes unidades federativas. Entre 2007 e 2017 houve aumento de 20,7% na taxa nacional de homicídios de mulheres, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Nesse período, houve crescimento da taxa em 17 Unidades da Federação. Já no recorte de 2012 a 2017, observamos aumento de 1,7% na taxa nacional e um aumento maior ainda de 5,4% no último ano, período em que se verificam taxas ascendentes em 17 UFs em relação a 2016.

Considerando o período decenal, Rio Grande do Norte apresentou o maior crescimento, com variação de 214,4% entre 2007 e 2017, seguido por Ceará (176,9%) e Sergipe (107,0%). Já no ano de 2017, o estado de Roraima respondeu pela maior taxa, com 10,6 mulheres vítimas de homicídio por grupo de 100 mil mulheres, índice mais de duas vezes superior à média nacional (4,7). A lista das unidades federativas onde houve mais violência letal contra as mulheres é seguida por Acre, com taxa de 8,3 para cada 100 mil mulheres, Rio Grande do Norte, também com taxa de 8,3, Ceará, com taxa de 8,1, Goiás, com taxa de 7,6, Pará e Espírito Santo com taxas de 7,5.

²⁶ Na seção 7, nós analisaremos esses aspectos socioeconômicos e situacionais relacionados aos homicídios de mulheres.

GRÁFICO 4.1

Evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as maiores taxas em 2017 (2007-2017)



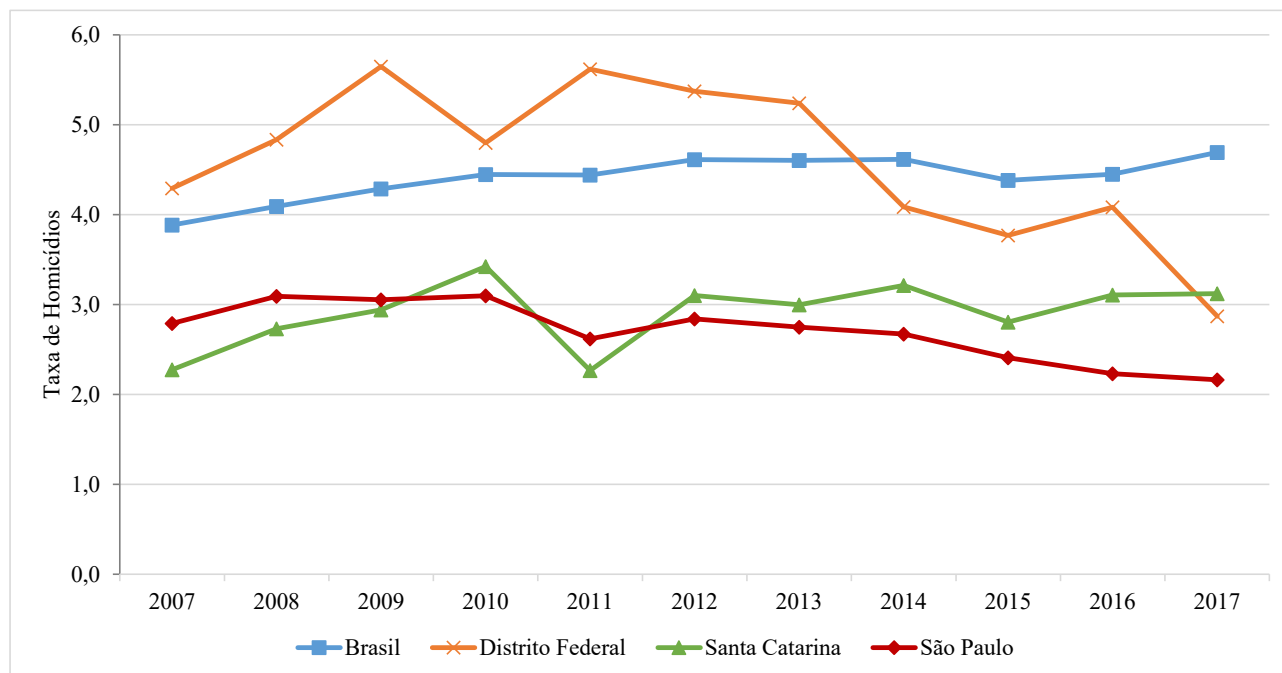
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Considerando-se as maiores diminuições decenais, Distrito Federal, Espírito Santo e São Paulo apresentaram as maiores reduções, entre 33,1% e 22,5%. O caso do Espírito Santo chama a atenção na medida em que até 2012, o estado aparecia como campeão na taxa de homicídios femininos no país. Embora tenha apresentado crescimento entre 2016 e 2017, parece ter havido uma redução consistente da violência letal contra as mulheres no estado, provavelmente reflexo das diversas políticas públicas implementadas pelo governo no período e que priorizaram a o enfrentamento da violência baseada em gênero.

Já no ano de 2017, o estado de São Paulo responde pela menor taxa de homicídios femininos, 2,2 por 100 mil mulheres, seguido pelo Distrito Federal (2,9), Santa Catarina (3,1) e Piauí (3,2), e ainda Maranhão (3,6) e Minas Gerais (3,7). Em termos de variação, reduções superiores a 10% ocorreram em seis Unidades da Federação, a saber: Distrito Federal, com redução de 29,7% na taxa; Mato Grosso do Sul, com redução de 24,6%; Maranhão com 20,7%; Paraíba com 18,3%, Tocantins com 16,6% e Mato Grosso com 12,6%.

GRÁFICO 4.2

Evolução da taxa de homicídios por 100 mil de mulheres no Brasil e nas três UFs com as menores taxas em 2017 (2007-2017)

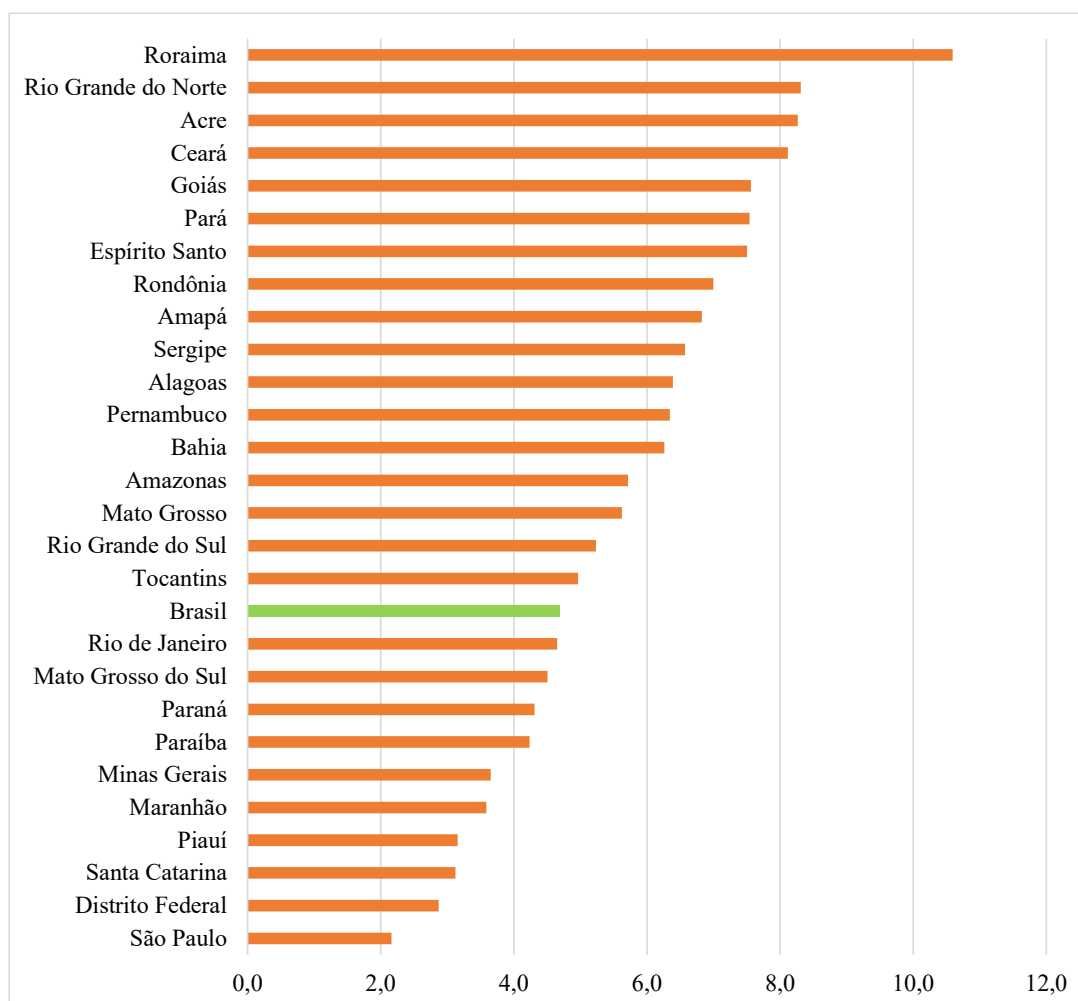


Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 4.3, a seguir, ilustra a situação de todas as Unidades da Federação em relação à taxa de homicídios de mulheres no ano de 2017.

GRÁFICO 4.3

Taxa de homicídios por 100 mil mulheres nas UFs (2017)



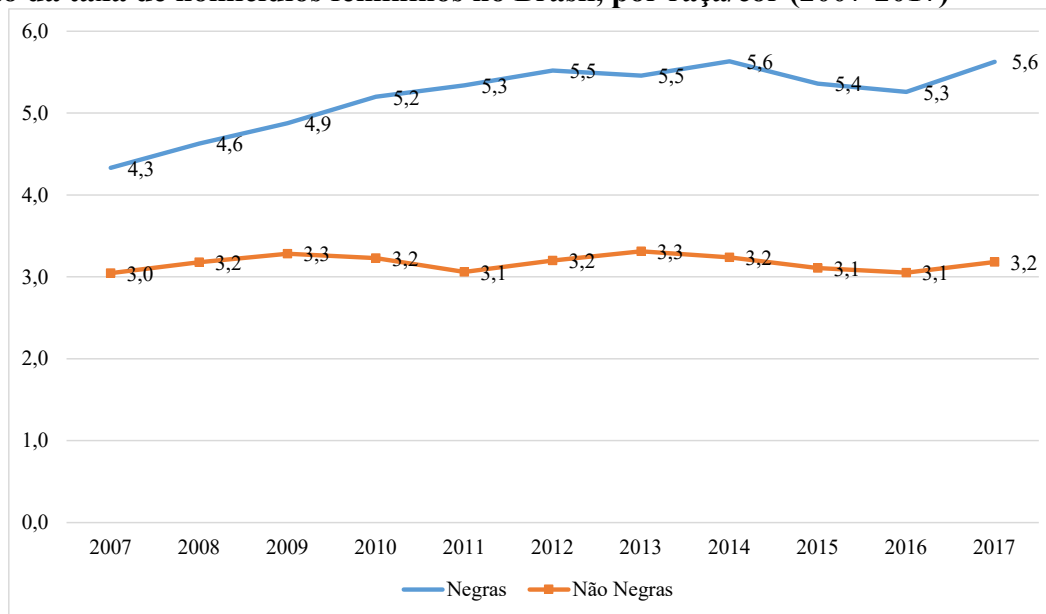
Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 4.4, a seguir, ilustra a desigualdade racial a partir da comparação entre mulheres negras e não negras vítimas de homicídio. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras teve crescimento de 1,6% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

A desigualdade racial pode ser vista também quando verificamos a proporção de mulheres negras entre as vítimas da violência letal: 66% de todas as mulheres assassinadas no país em 2017. O crescimento muito superior da violência letal entre mulheres negras em comparação com as não negras evidencia a enorme dificuldade que o Estado brasileiro tem de garantir a universalidade de suas políticas públicas.

GRÁFICO 4.4

Evolução da taxa de homicídios femininos no Brasil, por raça/cor (2007-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Aqui nós agregamos a classificação de raça/cor do IBGE, onde chamamos de “negras” as somas de pretas e pardas e “não negras” a soma de brancas, amarelas e indígenas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

4.2. Aumento de violência letal contra a mulher ou feminicídio?

Uma questão que tem chamado muita atenção nos últimos anos diz respeito à percepção de ter havido crescimento nos casos de feminicídios no país.

O ponto principal é que não se sabe ao certo se o aumento dos registros de feminicídios pelas polícias reflete efetivamente aumento no número de casos, ou diminuição da subnotificação, uma vez que a Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104, de 09/03/2015) é relativamente nova, de modo que pode haver processo de aprendizado em curso pelas autoridades judiciárias.

Se os registros de feminicídio das Polícias podem embutir alguma subnotificação, em função da não imputação do agravante de feminicídio ao crime de homicídio, por outro lado, a análise dos dados

agregados da saúde não permite uma elucidação da questão, uma vez que a classificação internacional de doenças (CID), utilizada pelo Ministério da Saúde, não lida com questões de tipificação legal e muito menos com a motivação que gerou a agressão.

Por outro lado, há reconhecimento na literatura internacional²⁷ de que a significativa maioria das mortes violentas intencionais que ocorrem dentro das residências são perpetradas por conhecidos ou íntimos das vítimas. Portanto, a taxa de incidentes letais intencionais contra mulheres que ocorrem dentro das residências é uma boa *proxy* para medir o feminicídio. Naturalmente, ainda que o número real de feminicídios não seja igual ao número de mulheres mortas dentro das residências (mesmo porque vários casos de feminicídio ocorrem fora da residência), tal *proxy* pode servir para evidenciar a evolução nas taxas de feminicídio no país.

Para analisar a questão, utilizamos os microdados da saúde²⁸, que permitem traçar o perfil desses homicídios segundo o local da ocorrência do fato. Do total de homicídios contra mulheres, 28,5% ocorrem dentro da residência (39,3% se não considerarmos os óbitos em que o local do incidente era ignorado). Muito provavelmente estes são casos de feminicídios íntimos²⁹, que decorrem de violência doméstica.

A tabela 4.1 descreve os índices de homicídio de mulheres; e ainda os indicadores quanto aos casos que ocorreram dentro das residências e aqueles em que foram utilizadas armas de fogo. Nesta tabela, observamos um pequeno aumento na taxa de homicídio de mulheres (1,7%), entre 2012 e 2017. Porém, quando desagregamos esse indicador entre os homicídios que ocorreram fora e dentro da residência, verificamos dois comportamentos distintos. Ao mesmo tempo em que a taxa de homicídios fora da residência diminuiu 3,3% no período, o segundo indicador aumentou 17,1%. Possivelmente, a redução de homicídios de mulheres fora da residência esteja refletindo a diminuição gradativa da violência geral que tem se expandido cada vez mais para um maior número de unidades federativas. Por outro lado, o crescimento dos casos que ocorrem dentro das residências deve ser reflexo do aumento de casos de feminicídios, efetivamente. Note-se ainda que o crescimento mais acentuado nos últimos dez anos tem sido na taxa homicídios dentro das residências, com o uso da arma de fogo, que cresceu 29,8%.

²⁷ Ver Cerqueira (2014).

²⁸ Utilizamos o terceiro dígito da causa base dos óbitos, que dizem respeito ao local onde ocorreu o incidente.

²⁹ O crime de feminicídio íntimo está previsto na legislação desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104/2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Assim, o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, isto é, quando o crime envolve: “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Instituto Patrícia Galvão, Dossiê Violência contra as Mulheres. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6yg7gah>>.

TABELA 4.1

Homicídio de mulheres no Brasil, dentro e fora das residências e por arma de fogo (2007-2017)

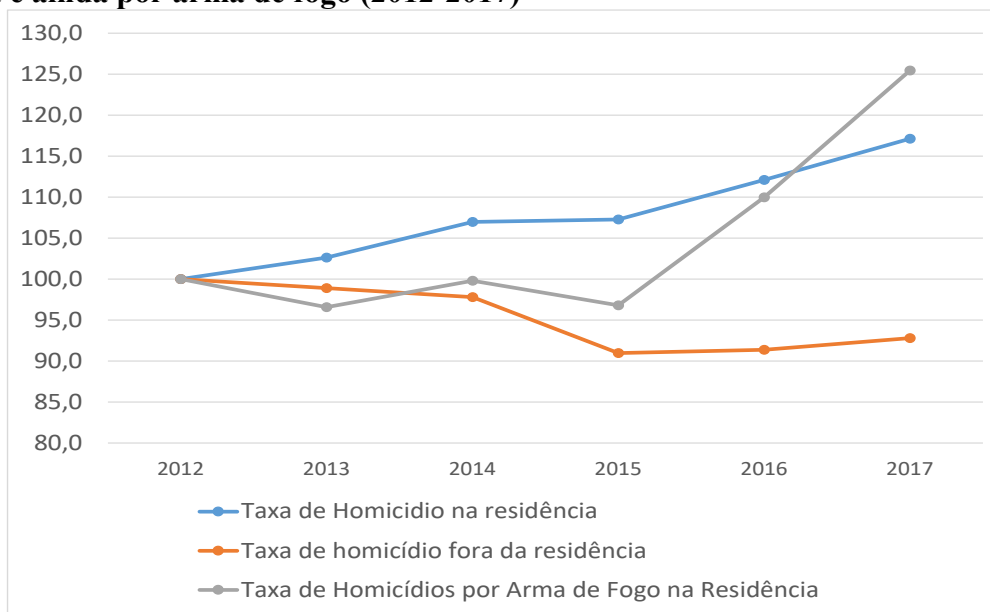
| Brasil | Homicídios de Mulheres no Brasil | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|--|----------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Número de Homicídios | 3.778 | 4.029 | 4.265 | 4.477 | 4.522 | 4.729 | 4.769 | 4.836 | 4.621 | 4.645 | 4.936 | 30,7% | 4,4% | 6,3% |
| Taxa de Homicídios | 3,9 | 4,1 | 4,3 | 4,4 | 4,4 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,4 | 4,5 | 4,7 | 20,7% | 1,7% | 5,4% |
| Número de Homicídios na Residência | 1.019 | 1.167 | 1.127 | 1.186 | 1.196 | 1.171 | 1.214 | 1.280 | 1.292 | 1.336 | 1.407 | 38,1% | 20,2% | 5,3% |
| Taxa de Homicídios na residência | 1,0 | 1,2 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,2 | 1,3 | 1,3 | 27,6% | 17,1% | 4,5% |
| Número de Homicídios Fora da Residência | 2.759 | 2.862 | 3.138 | 3.291 | 3.326 | 3.558 | 3.555 | 3.556 | 3.329 | 3.309 | 3.529 | 27,9% | -0,8% | 6,6% |
| Taxa de Homicídios Fora da Residência | 2,8 | 2,9 | 3,2 | 3,3 | 3,3 | 3,5 | 3,4 | 3,4 | 3,2 | 3,2 | 3,4 | 18,2% | -3,3% | 5,8% |
| Número de Homicídios por Arma de Fogo | 1.988 | 2.048 | 2.193 | 2.199 | 2.260 | 2.336 | 2.327 | 2.393 | 2.281 | 2.349 | 2.583 | 29,9% | 10,6% | 10,0% |
| Taxa de Homicídios por Arma de Fogo | 2,0 | 2,1 | 2,2 | 2,2 | 2,2 | 2,3 | 2,2 | 2,3 | 2,2 | 2,3 | 2,5 | 20,1% | 7,8% | 9,1% |
| Número de Homicídios por Arma de Fogo na Residência | 415 | 474 | 429 | 480 | 455 | 453 | 442 | 462 | 451 | 507 | 583 | 40,5% | 28,7% | 15,0% |
| Taxa de Homicídios por Arma de Fogo na Residência | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,5 | 0,6 | 29,8% | 25,4% | 14,1% |
| Número de Homicídios por Arma de Fogo Fora da Residência | 1.573 | 1.574 | 1.764 | 1.719 | 1.805 | 1.883 | 1.885 | 1.931 | 1.830 | 1.842 | 2.000 | 27,1% | 6,2% | 8,6% |
| Taxa de Homicídios por Arma de Fogo Fora da Residência | 1,6 | 1,6 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,8 | 1,9 | 17,5% | 3,5% | 7,7% |
| % de Homicídios na Residência | 27,0% | 29,0% | 26,4% | 26,5% | 26,4% | 24,8% | 25,5% | 26,5% | 28,0% | 28,8% | 28,5% | 5,7% | 15,1% | -0,9% |
| % de Homicídios por Arma de Fogo | 52,6% | 50,8% | 51,4% | 49,1% | 50,0% | 49,4% | 48,8% | 49,5% | 49,4% | 50,6% | 52,3% | -0,6% | 5,9% | 3,5% |
| % Homicídios por Arma de Fogo na Residência | 11,0% | 11,8% | 10,1% | 10,7% | 10,1% | 9,6% | 9,3% | 9,6% | 9,8% | 10,9% | 11,8% | 7,5% | 23,3% | 8,2% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios de mulheres na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O local do incidente foi obtido com base no terceiro dígito da causa base do óbito. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 4.5, com as taxas de homicídios, transformadas em índices de base 100, em 2012, ilustra a diferença na evolução dos casos perpetrados fora e dentro da residência e ainda por arma de fogo. Após uma virtual estabilidade, até 2015, na taxa de homicídio de mulheres por arma de fogo dentro de casa, nota-se forte crescimento nesse indicador nos últimos dois anos.

GRÁFICO 4.5

Índices de base 100 da evolução das taxas de homicídio de mulheres dentro e fora da residência e ainda por arma de fogo (2012-2017)



Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Tendo em vista a centralidade que a violência contra a mulher assumiu no debate público da sociedade brasileira, bem como os desafios para implementar políticas públicas consistentes para reduzir este enorme problema, causa preocupação a flexibilização em curso da posse e porte de armas de fogo no Brasil. Apenas em 2017, mais de 221 mil mulheres procuraram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão (lesão corporal dolosa) em decorrência de violência doméstica³⁰, número que pode estar em muito subestimado dado que muitas vítimas têm medo ou vergonha de denunciar³¹. Considerando os altíssimos índices de violência doméstica que assolam o Brasil, a possibilidade de que cada vez mais cidadãos tenham uma arma de fogo dentro de casa tende a vulnerabilizar ainda mais a vida de mulheres em situação de violência.

³⁰ Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 12, 2018. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6ostoj7>>.

³¹ Pesquisa de vitimização produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto Datafolha indicou, em fevereiro de 2019, que apenas 10,3% das mulheres que afirmaram terem sofrido algum tipo de violência no período de 12 meses entre 2018 e 2019 procuraram uma delegacia da mulher, 8% procuraram uma delegacia de polícia comum e 5% das respondentes ligaram para o 190. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yxdx23rs>>.

TABELA 4.2

Brasil: número de homicídios de mulheres por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios de Mulheres | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 3.778 | 4.029 | 4.265 | 4.477 | 4.522 | 4.729 | 4.769 | 4.836 | 4.621 | 4.645 | 4.936 | 30,7% | 4,4% | 6,3% |
| Acre | 18 | 13 | 16 | 19 | 18 | 16 | 32 | 20 | 19 | 23 | 34 | 88,9% | 112,5% | 47,8% |
| Alagoas | 109 | 83 | 111 | 137 | 138 | 133 | 142 | 125 | 95 | 101 | 111 | 1,8% | -16,5% | 9,9% |
| Amapá | 12 | 13 | 12 | 16 | 19 | 17 | 19 | 20 | 18 | 17 | 27 | 125,0% | 58,8% | 58,8% |
| Amazonas | 52 | 63 | 67 | 65 | 81 | 118 | 96 | 80 | 115 | 116 | 115 | 121,2% | -2,5% | -0,9% |
| Bahia | 249 | 315 | 345 | 438 | 449 | 437 | 423 | 385 | 382 | 441 | 487 | 95,6% | 11,4% | 10,4% |
| Ceará | 126 | 117 | 138 | 173 | 189 | 219 | 278 | 285 | 254 | 218 | 374 | 196,8% | 70,8% | 71,6% |
| Distrito Federal | 55 | 64 | 76 | 66 | 79 | 77 | 78 | 60 | 58 | 64 | 46 | -16,4% | -40,3% | -28,1% |
| Espírito Santo | 186 | 190 | 216 | 174 | 167 | 163 | 171 | 140 | 141 | 104 | 151 | -18,8% | -7,4% | 45,2% |
| Goiás | 139 | 160 | 165 | 182 | 262 | 247 | 271 | 290 | 255 | 238 | 256 | 84,2% | 3,6% | 7,6% |
| Maranhão | 63 | 81 | 87 | 117 | 131 | 114 | 131 | 152 | 148 | 159 | 127 | 101,6% | 11,4% | -20,1% |
| Mato Grosso | 95 | 86 | 94 | 80 | 87 | 100 | 91 | 111 | 118 | 104 | 92 | -3,2% | -8,0% | -11,5% |
| Mato Grosso do Sul | 67 | 60 | 65 | 76 | 78 | 77 | 75 | 85 | 58 | 80 | 61 | -9,0% | -20,8% | -23,8% |
| Minas Gerais | 403 | 377 | 402 | 409 | 457 | 460 | 427 | 403 | 415 | 375 | 388 | -3,7% | -15,7% | 3,5% |
| Pará | 144 | 169 | 180 | 231 | 186 | 232 | 231 | 249 | 261 | 294 | 311 | 116,0% | 34,1% | 5,8% |
| Paraíba | 69 | 87 | 98 | 119 | 140 | 137 | 126 | 117 | 111 | 107 | 88 | 27,5% | -35,8% | -17,8% |
| Paraná | 241 | 306 | 331 | 338 | 283 | 321 | 283 | 284 | 244 | 238 | 247 | 2,5% | -23,1% | 3,8% |
| Pernambuco | 290 | 298 | 304 | 247 | 261 | 216 | 256 | 239 | 233 | 282 | 310 | 6,9% | 43,5% | 9,9% |
| Piauí | 35 | 38 | 31 | 40 | 32 | 46 | 47 | 63 | 67 | 50 | 52 | 48,6% | 13,0% | 4,0% |
| Rio de Janeiro | 416 | 373 | 350 | 339 | 366 | 365 | 387 | 464 | 387 | 428 | 401 | -3,6% | 9,9% | -6,3% |
| Rio Grande do Norte | 42 | 59 | 57 | 71 | 76 | 64 | 89 | 102 | 92 | 100 | 148 | 252,4% | 131,3% | 48,0% |
| Rio Grande do Sul | 193 | 219 | 225 | 227 | 202 | 247 | 210 | 250 | 284 | 308 | 302 | 56,5% | 22,3% | -1,9% |
| Rondônia | 28 | 39 | 51 | 37 | 48 | 51 | 52 | 56 | 63 | 54 | 62 | 121,4% | 21,6% | 14,8% |
| Roraima | 19 | 15 | 24 | 11 | 10 | 17 | 36 | 24 | 29 | 25 | 27 | 42,1% | 58,8% | 8,0% |
| Santa Catarina | 70 | 86 | 93 | 110 | 74 | 104 | 102 | 111 | 97 | 107 | 109 | 55,7% | 4,8% | 1,9% |
| São Paulo | 595 | 667 | 660 | 678 | 580 | 640 | 620 | 612 | 559 | 507 | 495 | -16,8% | -22,7% | -2,4% |
| Sergipe | 34 | 30 | 36 | 43 | 60 | 62 | 56 | 74 | 70 | 60 | 77 | 126,5% | 24,2% | 28,3% |
| Tocantins | 28 | 21 | 31 | 34 | 49 | 49 | 40 | 35 | 48 | 45 | 38 | 35,7% | -22,4% | -15,6% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 4.3

Brasil: taxa de homicídios de mulheres por 100 mil habitantes por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 3,9 | 4,1 | 4,3 | 4,4 | 4,4 | 4,6 | 4,6 | 4,6 | 4,4 | 4,5 | 4,7 | 20,7% | 1,7% | 5,4% |
| Acre | 5,2 | 3,7 | 4,4 | 5,2 | 4,8 | 4,2 | 8,2 | 5,1 | 4,7 | 5,7 | 8,3 | 59,4% | 95,7% | 45,5% |
| Alagoas | 6,7 | 5,1 | 6,7 | 8,2 | 8,2 | 7,8 | 8,2 | 7,3 | 5,4 | 5,9 | 6,4 | -5,0% | -18,4% | 9,2% |
| Amapá | 3,7 | 4,0 | 3,6 | 4,7 | 5,4 | 4,6 | 5,1 | 5,3 | 4,7 | 4,4 | 6,8 | 84,0% | 47,8% | 55,7% |
| Amazonas | 3,1 | 3,6 | 3,8 | 3,6 | 4,4 | 6,3 | 5,0 | 4,1 | 5,9 | 5,9 | 5,7 | 87,1% | -10,0% | -2,4% |
| Bahia | 3,4 | 4,3 | 4,6 | 5,8 | 5,8 | 5,7 | 5,5 | 4,9 | 4,9 | 5,7 | 6,3 | 84,2% | 10,0% | 9,8% |
| Ceará | 2,9 | 2,7 | 3,1 | 3,9 | 4,2 | 4,8 | 6,1 | 6,3 | 5,6 | 4,8 | 8,1 | 176,9% | 67,6% | 70,4% |
| Distrito Federal | 4,3 | 4,8 | 5,6 | 4,8 | 5,6 | 5,4 | 5,2 | 4,1 | 3,8 | 4,1 | 2,9 | -33,1% | -46,6% | -29,7% |
| Espírito Santo | 10,2 | 10,3 | 11,6 | 9,2 | 8,6 | 8,5 | 8,7 | 7,0 | 6,9 | 5,2 | 7,5 | -26,2% | -11,3% | 43,6% |
| Goiás | 4,7 | 5,3 | 5,3 | 5,7 | 8,1 | 7,6 | 8,4 | 8,7 | 7,5 | 7,1 | 7,6 | 60,9% | -1,0% | 6,2% |
| Maranhão | 1,9 | 2,5 | 2,6 | 3,5 | 3,8 | 3,4 | 3,8 | 4,2 | 4,2 | 4,5 | 3,6 | 85,7% | 6,5% | -20,7% |
| Mato Grosso | 6,6 | 5,9 | 6,3 | 5,3 | 5,7 | 6,4 | 5,7 | 7,0 | 7,3 | 6,4 | 5,6 | -15,3% | -12,4% | -12,6% |
| Mato Grosso do Sul | 5,6 | 4,8 | 5,2 | 6,0 | 6,0 | 6,0 | 5,7 | 6,4 | 4,3 | 6,0 | 4,5 | -19,0% | -24,5% | -24,6% |
| Minas Gerais | 4,0 | 3,7 | 3,9 | 3,9 | 4,4 | 4,4 | 4,0 | 3,8 | 3,9 | 3,6 | 3,7 | -9,3% | -17,3% | 2,9% |
| Pará | 4,0 | 4,6 | 4,8 | 6,0 | 4,8 | 5,9 | 5,8 | 6,2 | 6,4 | 7,2 | 7,5 | 90,3% | 27,0% | 4,5% |
| Paraíba | 3,6 | 4,5 | 5,0 | 6,0 | 6,9 | 6,7 | 6,1 | 5,7 | 5,3 | 5,2 | 4,2 | 18,2% | -36,9% | -18,3% |
| Paraná | 4,5 | 5,6 | 6,0 | 6,1 | 5,1 | 5,7 | 5,0 | 5,0 | 4,3 | 4,2 | 4,3 | -4,4% | -25,0% | 3,0% |
| Pernambuco | 6,4 | 6,5 | 6,5 | 5,3 | 5,5 | 4,5 | 5,3 | 4,9 | 4,8 | 5,8 | 6,3 | -1,0% | 40,1% | 9,2% |
| Piauí | 2,2 | 2,4 | 1,9 | 2,5 | 2,0 | 2,8 | 2,9 | 3,8 | 4,1 | 3,0 | 3,2 | 42,8% | 13,5% | 3,6% |
| Rio de Janeiro | 5,0 | 4,4 | 4,1 | 4,0 | 4,2 | 4,3 | 4,4 | 5,3 | 4,4 | 5,0 | 4,7 | -7,5% | 9,1% | -6,8% |
| Rio Grande do Norte | 2,6 | 3,6 | 3,5 | 4,2 | 4,4 | 3,8 | 5,2 | 5,7 | 5,1 | 5,7 | 8,3 | 214,4% | 120,3% | 46,6% |
| Rio Grande do Sul | 3,5 | 3,9 | 4,0 | 4,0 | 3,5 | 4,3 | 3,6 | 4,3 | 4,9 | 5,4 | 5,2 | 51,0% | 21,2% | -2,3% |
| Rondônia | 3,5 | 4,8 | 6,2 | 4,4 | 5,7 | 6,1 | 6,1 | 6,4 | 7,2 | 6,2 | 7,0 | 100,7% | 15,7% | 13,6% |
| Roraima | 8,9 | 7,1 | 10,6 | 4,8 | 4,3 | 7,1 | 14,8 | 9,5 | 11,4 | 10,0 | 10,6 | 18,6% | 48,8% | 6,2% |
| Santa Catarina | 2,3 | 2,7 | 2,9 | 3,4 | 2,3 | 3,1 | 3,0 | 3,2 | 2,8 | 3,1 | 3,1 | 37,2% | 0,7% | 0,6% |
| São Paulo | 2,8 | 3,1 | 3,1 | 3,1 | 2,6 | 2,8 | 2,7 | 2,7 | 2,4 | 2,2 | 2,2 | -22,5% | -23,9% | -3,1% |
| Sergipe | 3,2 | 2,8 | 3,3 | 3,9 | 5,4 | 5,5 | 5,0 | 6,5 | 6,0 | 5,2 | 6,6 | 107,0% | 20,4% | 27,0% |
| Tocantins | 4,1 | 3,1 | 4,5 | 4,8 | 6,8 | 6,6 | 5,3 | 4,7 | 6,4 | 6,0 | 5,0 | 21,2% | -25,2% | -16,6% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. O cálculo efetuado levou em conta os indivíduos mulheres da população. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 4.4

Brasil: número de homicídios de mulheres negras por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios de Mulheres Negras | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 2.049 | 2.255 | 2.419 | 2.611 | 2.714 | 2.917 | 2.881 | 2.992 | 2.902 | 3.005 | 3.288 | 60,5% | 12,7% | 9,4% |
| Acre | 9 | 5 | 6 | 13 | 11 | 14 | 29 | 16 | 14 | 19 | 24 | 166,7% | 71,4% | 26,3% |
| Alagoas | 68 | 71 | 96 | 104 | 114 | 116 | 117 | 118 | 90 | 91 | 104 | 52,9% | -10,3% | 14,3% |
| Amapá | 8 | 13 | 10 | 14 | 16 | 15 | 15 | 19 | 13 | 15 | 23 | 187,5% | 53,3% | 53,3% |
| Amazonas | 43 | 56 | 60 | 60 | 66 | 89 | 71 | 64 | 96 | 93 | 98 | 127,9% | 10,1% | 5,4% |
| Bahia | 207 | 260 | 284 | 361 | 375 | 368 | 362 | 323 | 331 | 379 | 417 | 101,4% | 13,3% | 10,0% |
| Ceará | 84 | 74 | 80 | 111 | 106 | 110 | 125 | 145 | 154 | 149 | 325 | 286,9% | 195,5% | 118,1% |
| Distrito Federal | 41 | 57 | 61 | 50 | 61 | 63 | 66 | 46 | 45 | 53 | 34 | -17,1% | -46,0% | -35,8% |
| Espírito Santo | 116 | 129 | 152 | 128 | 104 | 137 | 129 | 110 | 107 | 81 | 116 | 0,0% | -15,3% | 43,2% |
| Goiás | 82 | 104 | 117 | 128 | 182 | 171 | 191 | 212 | 176 | 180 | 190 | 131,7% | 11,1% | 5,6% |
| Maranhão | 50 | 67 | 67 | 99 | 109 | 96 | 107 | 129 | 115 | 133 | 113 | 126,0% | 17,7% | -15,0% |
| Mato Grosso | 54 | 57 | 55 | 54 | 60 | 62 | 62 | 76 | 88 | 77 | 70 | 29,6% | 12,9% | -9,1% |
| Mato Grosso do Sul | 28 | 22 | 25 | 38 | 40 | 45 | 40 | 44 | 38 | 46 | 33 | 17,9% | -26,7% | -28,3% |
| Minas Gerais | 248 | 221 | 246 | 259 | 283 | 303 | 274 | 259 | 267 | 247 | 261 | 5,2% | -13,9% | 5,7% |
| Pará | 112 | 139 | 152 | 197 | 154 | 202 | 190 | 221 | 236 | 274 | 286 | 155,4% | 41,6% | 4,4% |
| Paraíba | 55 | 76 | 84 | 98 | 117 | 119 | 104 | 98 | 84 | 88 | 76 | 38,2% | -36,1% | -13,6% |
| Paraná | 41 | 55 | 57 | 51 | 55 | 68 | 59 | 63 | 49 | 44 | 33 | -19,5% | -51,5% | -25,0% |
| Pernambuco | 241 | 245 | 252 | 197 | 223 | 185 | 224 | 203 | 198 | 238 | 257 | 6,6% | 38,9% | 8,0% |
| Piauí | 24 | 31 | 22 | 28 | 28 | 40 | 36 | 51 | 56 | 43 | 39 | 62,5% | -2,5% | -9,3% |
| Rio de Janeiro | 216 | 223 | 190 | 196 | 223 | 223 | 236 | 283 | 233 | 276 | 260 | 20,4% | 16,6% | -5,8% |
| Rio Grande do Norte | 25 | 48 | 38 | 51 | 56 | 42 | 59 | 71 | 76 | 74 | 129 | 416,0% | 207,1% | 74,3% |
| Rio Grande do Sul | 29 | 32 | 36 | 38 | 21 | 39 | 33 | 51 | 55 | 50 | 61 | 110,3% | 56,4% | 22,0% |
| Rondônia | 20 | 20 | 35 | 23 | 31 | 36 | 28 | 38 | 49 | 34 | 40 | 100,0% | 11,1% | 17,6% |
| Roraima | 10 | 5 | 12 | 9 | 9 | 7 | 14 | 10 | 10 | 10 | 16 | 60,0% | 128,6% | 60,0% |
| Santa Catarina | 6 | 8 | 8 | 15 | 5 | 18 | 16 | 21 | 18 | 27 | 23 | 283,3% | 27,8% | -14,8% |
| São Paulo | 185 | 199 | 230 | 223 | 179 | 257 | 215 | 227 | 201 | 200 | 166 | -10,3% | -35,4% | -17,0% |
| Sergipe | 21 | 21 | 21 | 36 | 50 | 52 | 48 | 65 | 64 | 54 | 64 | 204,8% | 23,1% | 18,5% |
| Tocantins | 26 | 17 | 23 | 30 | 36 | 40 | 31 | 29 | 39 | 30 | 30 | 15,4% | -25,0% | 0,0% |

Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 4.5

Brasil: taxa de homicídios de mulheres negras por 100 mil habitantes por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 4,3 | 4,6 | 4,9 | 5,2 | 5,3 | 5,5 | 5,5 | 5,6 | 5,4 | 5,3 | 5,6 | 29,9% | 2,0% | 7,0% |
| Acre | 3,5 | 1,8 | 2,2 | 4,7 | 3,9 | 4,9 | 9,6 | 5,0 | 4,3 | 5,8 | 7,4 | 113,2% | 50,9% | 27,2% |
| Alagoas | 5,8 | 6,0 | 7,5 | 8,2 | 9,0 | 9,0 | 9,4 | 9,9 | 7,5 | 7,0 | 7,9 | 36,3% | -13,2% | 12,2% |
| Amapá | 3,7 | 5,2 | 4,3 | 5,6 | 6,1 | 5,2 | 5,0 | 6,7 | 4,4 | 4,8 | 7,3 | 99,3% | 39,3% | 52,5% |
| Amazonas | 3,4 | 4,3 | 4,4 | 4,4 | 4,9 | 6,5 | 4,7 | 4,2 | 6,0 | 6,2 | 6,4 | 86,8% | -1,1% | 2,6% |
| Bahia | 3,7 | 4,5 | 5,0 | 6,2 | 6,3 | 6,1 | 6,1 | 5,5 | 5,6 | 5,9 | 6,6 | 80,1% | 9,0% | 11,6% |
| Ceará | 3,0 | 2,5 | 2,6 | 3,7 | 3,6 | 3,6 | 4,1 | 4,7 | 4,9 | 4,6 | 9,9 | 235,0% | 175,6% | 115,0% |
| Distrito Federal | 5,8 | 7,7 | 8,1 | 6,6 | 8,0 | 7,8 | 8,9 | 6,0 | 5,5 | 5,7 | 3,5 | -39,9% | -55,3% | -39,1% |
| Espírito Santo | 11,6 | 12,8 | 15,0 | 12,4 | 9,9 | 12,6 | 11,3 | 9,6 | 9,3 | 6,6 | 9,5 | -18,2% | -24,5% | 43,9% |
| Goiás | 4,7 | 5,9 | 6,2 | 6,9 | 9,9 | 8,8 | 9,3 | 10,7 | 8,6 | 8,5 | 8,8 | 87,3% | 0,2% | 3,7% |
| Maranhão | 2,1 | 2,8 | 2,6 | 3,8 | 4,1 | 3,5 | 4,0 | 4,7 | 4,1 | 4,8 | 3,9 | 90,1% | 10,4% | -18,1% |
| Mato Grosso | 6,2 | 6,6 | 6,0 | 5,8 | 6,4 | 6,5 | 6,2 | 7,2 | 8,3 | 7,1 | 6,3 | 2,5% | -2,4% | -10,6% |
| Mato Grosso do Sul | 5,1 | 3,8 | 4,3 | 6,6 | 7,1 | 7,4 | 6,0 | 6,3 | 5,4 | 6,3 | 4,4 | -13,4% | -40,2% | -29,7% |
| Minas Gerais | 4,7 | 4,1 | 4,4 | 4,7 | 5,2 | 5,3 | 4,7 | 4,4 | 4,6 | 3,9 | 4,1 | -13,3% | -23,2% | 3,7% |
| Pará | 4,0 | 4,8 | 5,1 | 6,6 | 5,1 | 6,5 | 6,0 | 6,6 | 7,2 | 8,3 | 8,6 | 113,7% | 32,6% | 3,7% |
| Paraíba | 4,6 | 6,5 | 6,9 | 8,1 | 9,6 | 9,2 | 8,7 | 8,2 | 7,0 | 6,7 | 5,6 | 20,9% | -39,4% | -16,6% |
| Paraná | 2,9 | 4,0 | 4,1 | 3,5 | 3,7 | 4,5 | 3,5 | 3,8 | 2,8 | 2,5 | 1,9 | -35,7% | -58,3% | -24,1% |
| Pernambuco | 8,7 | 8,7 | 8,7 | 6,7 | 7,4 | 6,0 | 7,6 | 6,6 | 6,4 | 7,2 | 7,6 | -12,5% | 27,6% | 5,6% |
| Piauí | 2,0 | 2,5 | 1,7 | 2,3 | 2,3 | 3,1 | 3,0 | 4,1 | 4,4 | 3,4 | 3,0 | 49,1% | -5,8% | -13,0% |
| Rio de Janeiro | 5,8 | 5,7 | 5,0 | 4,8 | 5,2 | 4,9 | 5,5 | 6,7 | 5,4 | 5,9 | 5,4 | -7,7% | 9,8% | -9,2% |
| Rio Grande do Norte | 2,3 | 4,4 | 3,4 | 4,7 | 5,4 | 4,2 | 5,8 | 7,0 | 7,6 | 6,5 | 11,4 | 385,3% | 169,1% | 74,7% |
| Rio Grande do Sul | 3,7 | 3,7 | 4,3 | 4,5 | 2,5 | 4,4 | 3,8 | 5,4 | 6,0 | 4,9 | 5,3 | 44,7% | 21,3% | 9,0% |
| Rondônia | 3,8 | 3,9 | 6,4 | 4,2 | 5,8 | 6,5 | 5,0 | 6,3 | 8,4 | 5,6 | 6,5 | 71,9% | -0,3% | 17,1% |
| Roraima | 6,9 | 3,4 | 8,3 | 6,2 | 6,2 | 4,4 | 8,5 | 6,0 | 6,0 | 6,1 | 9,5 | 38,1% | 114,6% | 55,7% |
| Santa Catarina | 1,8 | 2,4 | 2,2 | 4,2 | 1,4 | 4,3 | 3,2 | 4,8 | 4,0 | 5,1 | 4,0 | 121,9% | -6,6% | -22,8% |
| São Paulo | 3,0 | 3,0 | 3,4 | 3,2 | 2,5 | 3,5 | 2,9 | 3,1 | 2,6 | 2,4 | 1,9 | -36,2% | -44,9% | -20,8% |
| Sergipe | 3,0 | 3,1 | 3,0 | 4,8 | 6,4 | 6,4 | 6,0 | 7,9 | 7,7 | 6,0 | 6,9 | 130,7% | 7,4% | 14,9% |
| Tocantins | 5,3 | 3,4 | 4,6 | 6,0 | 7,2 | 7,3 | 5,3 | 5,0 | 6,6 | 5,1 | 5,3 | 0,5% | -27,2% | 4,1% |

Fonte: Os dados populacionais foram obtidos com base na PNAD/IBGE e na PNADc/IBGE. Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 4.6

Brasil: número de homicídios de mulheres não negras por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios de Mulheres Não Negras | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 1.518 | 1.579 | 1.636 | 1.626 | 1.557 | 1.585 | 1.641 | 1.620 | 1.539 | 1.488 | 1.544 | 1,7% | -2,6% | 3,8% |
| Acre | 8 | 5 | 6 | 3 | 4 | 1 | 3 | 4 | 5 | 4 | 9 | 12,5% | 800,0% | 125,0% |
| Alagoas | 11 | 3 | 2 | 6 | 7 | 12 | 18 | 4 | 1 | 6 | 1 | -90,9% | -91,7% | -83,3% |
| Amapá | 4 | - | 2 | 2 | 3 | 2 | 2 | 1 | 3 | 2 | 2 | -50,0% | 0,0% | 0,0% |
| Amazonas | 7 | 7 | 7 | 5 | 15 | 28 | 22 | 13 | 18 | 22 | 16 | 128,6% | -42,9% | -27,3% |
| Bahia | 27 | 34 | 32 | 42 | 40 | 42 | 42 | 50 | 42 | 50 | 55 | 103,7% | 31,0% | 10,0% |
| Ceará | 27 | 18 | 25 | 27 | 24 | 26 | 34 | 25 | 21 | 14 | 32 | 18,5% | 23,1% | 128,6% |
| Distrito Federal | 13 | 7 | 14 | 15 | 16 | 11 | 12 | 13 | 13 | 11 | 12 | -7,7% | 9,1% | 9,1% |
| Espírito Santo | 32 | 30 | 32 | 34 | 40 | 17 | 36 | 25 | 24 | 18 | 26 | -18,8% | 52,9% | 44,4% |
| Goiás | 51 | 49 | 45 | 48 | 67 | 67 | 66 | 77 | 76 | 54 | 59 | 15,7% | -11,9% | 9,3% |
| Maranhão | 13 | 12 | 19 | 18 | 20 | 16 | 23 | 21 | 27 | 24 | 12 | -7,7% | -25,0% | -50,0% |
| Mato Grosso | 41 | 27 | 38 | 26 | 27 | 35 | 28 | 33 | 30 | 26 | 22 | -46,3% | -37,1% | -15,4% |
| Mato Grosso do Sul | 39 | 38 | 40 | 33 | 38 | 32 | 34 | 40 | 20 | 34 | 28 | -28,2% | -12,5% | -17,6% |
| Minas Gerais | 131 | 133 | 132 | 141 | 165 | 148 | 145 | 141 | 139 | 122 | 122 | -6,9% | -17,6% | 0,0% |
| Pará | 26 | 27 | 23 | 30 | 27 | 27 | 35 | 21 | 20 | 14 | 21 | -19,2% | -22,2% | 50,0% |
| Paraíba | 8 | 8 | 10 | 8 | 18 | 8 | 12 | 13 | 14 | 15 | 11 | 37,5% | 37,5% | -26,7% |
| Paraná | 193 | 244 | 274 | 283 | 220 | 248 | 223 | 218 | 193 | 190 | 207 | 7,3% | -16,5% | 8,9% |
| Pernambuco | 36 | 45 | 42 | 29 | 21 | 21 | 27 | 33 | 32 | 39 | 50 | 38,9% | 138,1% | 28,2% |
| Piauí | 9 | 6 | 7 | 10 | 4 | 5 | 10 | 4 | 8 | 3 | 9 | 0,0% | 80,0% | 200,0% |
| Rio de Janeiro | 187 | 133 | 145 | 128 | 127 | 125 | 137 | 164 | 150 | 142 | 136 | -27,3% | 8,8% | -4,2% |
| Rio Grande do Norte | 11 | 7 | 17 | 13 | 11 | 16 | 20 | 21 | 9 | 19 | 17 | 54,5% | 6,3% | -10,5% |
| Rio Grande do Sul | 161 | 184 | 186 | 185 | 180 | 202 | 173 | 196 | 223 | 250 | 238 | 47,8% | 17,8% | -4,8% |
| Rondônia | 8 | 16 | 15 | 11 | 14 | 13 | 20 | 15 | 13 | 18 | 22 | 175,0% | 69,2% | 22,2% |
| Roraima | 8 | 9 | 11 | 2 | 1 | 10 | 21 | 14 | 17 | 14 | 11 | 37,5% | 10,0% | -21,4% |
| Santa Catarina | 60 | 74 | 82 | 94 | 68 | 85 | 82 | 88 | 79 | 80 | 86 | 43,3% | 1,2% | 7,5% |
| São Paulo | 396 | 451 | 413 | 424 | 380 | 370 | 401 | 371 | 349 | 302 | 321 | -18,9% | -13,2% | 6,3% |
| Sergipe | 9 | 8 | 9 | 6 | 9 | 9 | 8 | 9 | 5 | 5 | 12 | 33,3% | 33,3% | 140,0% |
| Tocantins | 2 | 4 | 8 | 3 | 11 | 9 | 7 | 6 | 8 | 10 | 7 | 250,0% | -22,2% | -30,0% |

Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 4.7

Brasil: taxa de homicídios de mulheres não negras por 100 mil habitantes por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 3,0 | 3,2 | 3,3 | 3,2 | 3,1 | 3,2 | 3,3 | 3,2 | 3,1 | 3,1 | 3,2 | 4,5% | -0,5% | 4,3% |
| Acre | 8,8 | 6,3 | 6,5 | 3,1 | 4,1 | 1,0 | 3,4 | 5,1 | 7,2 | 5,2 | 10,6 | 20,7% | 932,9% | 106,0% |
| Alagoas | 2,5 | 0,7 | 0,5 | 1,5 | 1,6 | 2,8 | 4,3 | 0,9 | 0,2 | 1,3 | 0,2 | -90,9% | -91,9% | -82,8% |
| Amapá | 4,5 | - | 2,4 | 2,6 | 4,1 | 2,9 | 2,5 | 1,1 | 3,1 | 2,3 | 2,4 | -45,4% | -16,4% | 5,6% |
| Amazonas | 1,8 | 1,8 | 2,0 | 1,3 | 3,5 | 6,6 | 6,1 | 3,3 | 5,3 | 5,4 | 3,8 | 109,9% | -43,3% | -30,8% |
| Bahia | 1,6 | 2,1 | 1,7 | 2,3 | 2,2 | 2,6 | 2,7 | 3,0 | 2,7 | 3,4 | 3,5 | 120,9% | 35,3% | 3,0% |
| Ceará | 1,9 | 1,3 | 1,9 | 1,9 | 1,6 | 1,8 | 2,4 | 1,8 | 1,5 | 1,0 | 2,4 | 26,1% | 31,8% | 132,5% |
| Distrito Federal | 2,2 | 1,2 | 2,3 | 2,4 | 2,4 | 1,7 | 1,7 | 2,0 | 2,1 | 1,7 | 1,9 | -14,3% | 9,9% | 8,8% |
| Espírito Santo | 3,8 | 3,6 | 3,8 | 3,9 | 4,5 | 2,0 | 4,5 | 3,1 | 2,9 | 2,2 | 3,1 | -17,2% | 56,5% | 43,2% |
| Goiás | 4,2 | 3,9 | 3,6 | 3,6 | 4,8 | 5,2 | 5,3 | 5,8 | 5,8 | 4,1 | 4,5 | 7,9% | -12,7% | 9,4% |
| Maranhão | 1,5 | 1,4 | 2,3 | 2,2 | 2,5 | 2,3 | 3,1 | 3,2 | 4,2 | 3,3 | 1,7 | 11,9% | -24,0% | -47,7% |
| Mato Grosso | 7,4 | 4,6 | 6,5 | 4,5 | 4,7 | 5,9 | 4,9 | 5,9 | 5,5 | 4,8 | 3,9 | -47,2% | -33,2% | -17,7% |
| Mato Grosso do Sul | 6,3 | 6,1 | 6,5 | 5,1 | 5,5 | 5,0 | 5,6 | 6,4 | 3,2 | 5,6 | 4,5 | -28,4% | -9,6% | -19,6% |
| Minas Gerais | 2,7 | 2,7 | 2,8 | 2,9 | 3,3 | 3,1 | 3,1 | 3,0 | 2,9 | 2,7 | 2,7 | 0,3% | -11,7% | 2,0% |
| Pará | 2,9 | 3,1 | 2,6 | 3,4 | 3,0 | 3,2 | 4,1 | 2,8 | 2,4 | 1,7 | 2,4 | -14,9% | -23,0% | 42,1% |
| Paraíba | 1,1 | 1,0 | 1,4 | 1,1 | 2,2 | 1,1 | 1,6 | 1,7 | 1,8 | 1,9 | 1,5 | 35,6% | 38,3% | -21,2% |
| Paraná | 4,9 | 6,0 | 6,6 | 6,9 | 5,4 | 6,1 | 5,6 | 5,4 | 4,8 | 4,8 | 5,2 | 6,0% | -14,7% | 9,0% |
| Pernambuco | 2,1 | 2,6 | 2,4 | 1,7 | 1,2 | 1,3 | 1,6 | 2,1 | 2,0 | 2,4 | 3,2 | 53,4% | 151,8% | 28,8% |
| Piauí | 2,5 | 1,7 | 2,0 | 2,7 | 1,1 | 1,3 | 2,5 | 1,1 | 2,3 | 0,8 | 2,6 | 4,6% | 91,8% | 228,4% |
| Rio de Janeiro | 4,1 | 3,0 | 3,1 | 2,9 | 2,9 | 3,1 | 3,4 | 3,9 | 3,7 | 3,5 | 3,4 | -16,6% | 10,7% | -3,1% |
| Rio Grande do Norte | 2,0 | 1,3 | 3,1 | 2,1 | 1,6 | 2,2 | 2,8 | 2,9 | 1,2 | 2,8 | 2,5 | 29,5% | 14,3% | -8,7% |
| Rio Grande do Sul | 3,3 | 3,8 | 3,8 | 3,8 | 3,6 | 4,1 | 3,5 | 4,0 | 4,5 | 5,2 | 5,0 | 50,8% | 21,0% | -3,7% |
| Rondônia | 2,9 | 5,3 | 5,3 | 3,7 | 4,5 | 4,4 | 7,1 | 5,6 | 4,6 | 6,6 | 7,5 | 164,1% | 72,3% | 15,0% |
| Roraima | 17,6 | 20,7 | 19,1 | 3,3 | 1,6 | 17,9 | 36,1 | 25,8 | 27,0 | 21,9 | 16,7 | -5,3% | -7,1% | -24,0% |
| Santa Catarina | 2,2 | 2,6 | 2,9 | 3,3 | 2,4 | 2,9 | 2,8 | 2,9 | 2,6 | 2,7 | 2,9 | 31,6% | -1,0% | 7,5% |
| São Paulo | 2,6 | 3,1 | 2,8 | 2,9 | 2,6 | 2,5 | 2,6 | 2,4 | 2,3 | 2,0 | 2,2 | -17,8% | -12,6% | 7,2% |
| Sergipe | 2,5 | 2,0 | 2,4 | 1,7 | 2,8 | 2,9 | 2,5 | 3,0 | 1,9 | 1,8 | 4,6 | 81,8% | 54,8% | 147,5% |
| Tocantins | 1,1 | 2,5 | 4,7 | 1,6 | 5,4 | 5,2 | 4,4 | 3,7 | 4,6 | 5,7 | 3,5 | 208,7% | -32,4% | -37,4% |

Fonte: Os dados populacionais foram obtidos com base na PNAD/IBGE e na PNADc/IBGE. Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de negras foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

5. VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS

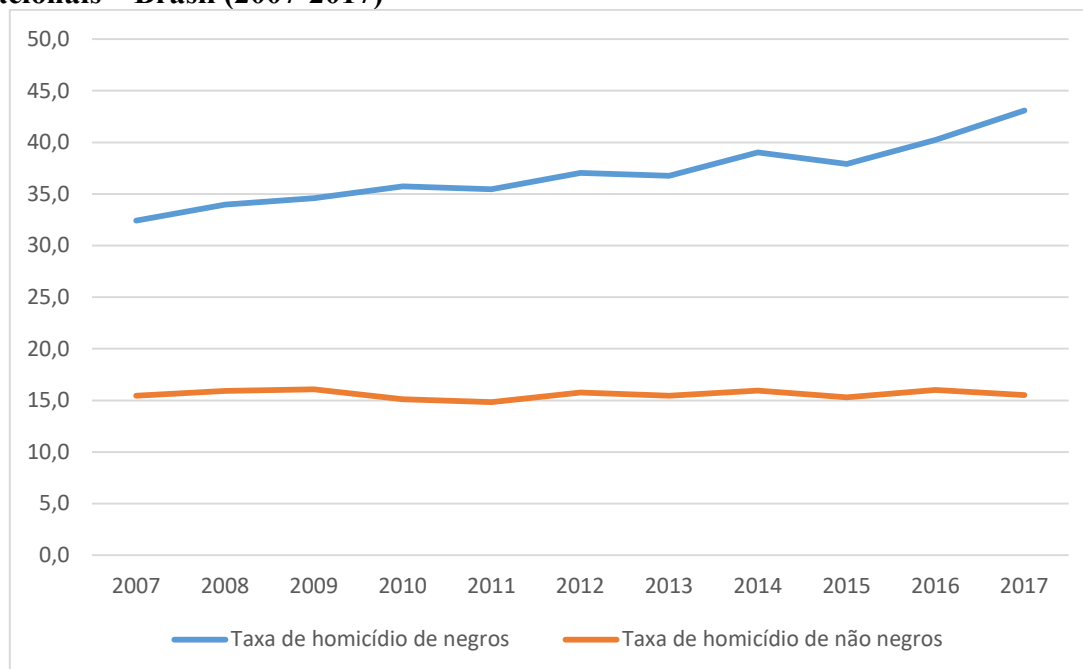
No Atlas da Violência 2019, verificamos a continuidade do processo de aprofundamento da desigualdade racial nos indicadores de violência letal no Brasil, já apontado em outras edições.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, para cada indivíduo não negro que sofreu homicídio em 2017, aproximadamente, 2,7 negros foram mortos.

O gráfico 5.1 descreve a piora na desigualdade de letalidade racial no Brasil. No período de uma década (2007 a 2017), a taxa de negros cresceu 33,1%, já a de não negros apresentou um pequeno crescimento de 3,3%. Analisando apenas a variação no último ano, enquanto a taxa de mortes de não negros apresentou relativa estabilidade, com redução de 0,3%, a de negros cresceu 7,2%.

GRÁFICO 5.1

Taxas de homicídios de negros e de não negros a cada 100 mil habitantes dentro destes grupos populacionais – Brasil (2007-2017)



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: O número de Negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o De não negras se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Os cinco estados com maiores taxas de homicídios de negros estão localizados na região Nordeste. Em 2017, o Rio Grande do Norte apresentou a taxa mais alta, com 87,0 mortos a cada 100 mil habitantes negros, mais do que o dobro da taxa nacional, seguido por Ceará (75,6), Pernambuco (73,2), Sergipe (68,8) e Alagoas (67,9).

O crescimento decenal da taxa de homicídio de negros em alguns estados foi substancial. Novamente o Rio Grande do Norte apareceu nessa lista como detentora do maior índice de crescimento: 333,3%. Seguindo a lista, outros estados com crescimento acentuado desse índice foram o Acre (+276,8%), o Ceará (+207,6%) e Sergipe (155,9%).

Já os estados que possuem menores taxas de homicídio de negros foram São Paulo, com 12,6 negros a cada 100 mil habitantes deste segmento; Paraná, com 19,0; e Piauí, com 21,5. Ressalte-se que oito unidades da federação observaram redução nesta taxa entre 2007 e 2017: São Paulo (-40,7%), Distrito Federal (-40,4%), Espírito Santo (-18,1%), Rio de Janeiro (-12,9%), Paraná (-11,9%), Mato Grosso do Sul (-11,4%), Minas Gerais (-4,9%) e Pernambuco (-0,9%). O Paraná continua sendo o único estado a observar taxa de homicídio de não negros superior à de negros: 26,5 contra 19,0. Apesar do cenário trágico, não deixa de ser esperançoso verificar que oito Unidades da Federação têm conseguido reduzir seus indicadores.

A desigualdade racial dos homicídios fica evidenciada no caso de Alagoas. Na última edição do Atlas, já havíamos apontado que esse estado apresentava a maior diferença na letalidade entre negros e não negros. Contudo, este fosso foi ampliado ainda mais em 2017, quando a taxa de homicídios de negros superou em 18,3 vezes a de não negros. De fato, é estarrecedor notar que a terra de Zumbi dos Palmares é um dos locais mais perigosos do país para indivíduos negros, ao mesmo tempo que ostenta o título do estado mais seguro para indivíduos não negros (em termos das chances de letalidade violenta intencional), onde a taxa de homicídios de não negros é igual a 3,7 mortos a cada 100 mil habitantes deste grupo. Em termos de vulnerabilidade à violência, é como se negros e não negros vivessem em países completamente distintos.

Tais disparidades nas chances de vitimização entre negros e não negros foi ainda observada na Paraíba (6,6 vezes), no Ceará (5,9 vezes), no Rio Grande do Norte (5,8 vezes) e Sergipe (4,3 vezes).

Não obstante, chama a atenção que alguns estados tenham observado forte crescimento de homicídios também entre os não negros. Inclusive, em alguns estados, o crescimento de homicídios na última década se deu em ritmo mais acentuado do que entre os negros, contrariando a média nacional. No Amazonas, a taxa de homicídio de não negros cresceu 203,8% contra o crescimento de

88,9% no índice de mortes de negros. Outros estados em que o índice de crescimento decenal da letalidade de negros foi menor *vis-à-vis* a de não negros: Tocantins (+98,0% contra +199,0%); Pernambuco (-0,9% contra +142,4%); Paraíba (43,7% contra +138,5%); Pará (+75,6% contra +81,8%); Rio Grande do Sul (+30,3% contra +45,2%); e Rondônia (+13,3% contra +28,9%).

Em resumo, constatamos em mais uma edição do Atlas da Violência a continuidade do processo de profunda desigualdade racial no país, ainda que reconheçamos que esse processo se manifesta de formas distintas, caracterizando cenários estaduais e regionais muito diversos sobre o mesmo fenômeno. Portanto, pelo que descrevemos aqui, fica evidente a necessidade de que políticas públicas de segurança e garantia de direitos devam, necessariamente, levar em conta tais diversidades, para que possam melhor focalizar seu público-alvo, de forma a promover mais segurança aos grupos mais vulneráveis.

TABELA 5.1

Brasil: número de homicídios de negros por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 30.523 | 32.702 | 33.929 | 35.480 | 35.616 | 38.755 | 39.169 | 41.941 | 41.592 | 45.378 | 49.524 | 62,3% | 27,8% | 9,1% |
| Acre | 91 | 74 | 103 | 96 | 99 | 171 | 194 | 187 | 183 | 307 | 428 | 370,3% | 150,3% | 39,4% |
| Alagoas | 1.247 | 1.536 | 1.595 | 1.696 | 2.013 | 1.905 | 1.962 | 1.947 | 1.656 | 1.757 | 1.740 | 39,5% | -8,7% | -1,0% |
| Amapá | 140 | 196 | 168 | 205 | 179 | 215 | 177 | 232 | 264 | 362 | 351 | 150,7% | 63,3% | -3,0% |
| Amazonas | 648 | 767 | 846 | 980 | 1.131 | 1.183 | 1.026 | 1.102 | 1.338 | 1.324 | 1.516 | 134,0% | 28,1% | 14,5% |
| Bahia | 3.116 | 4.137 | 4.741 | 5.145 | 4.780 | 5.358 | 5.072 | 5.419 | 5.446 | 6.512 | 6.798 | 118,2% | 26,9% | 4,4% |
| Ceará | 1.367 | 1.377 | 1.360 | 1.711 | 1.647 | 1.921 | 2.213 | 2.507 | 2.272 | 2.512 | 4.905 | 258,8% | 155,3% | 95,3% |
| Distrito Federal | 591 | 701 | 753 | 680 | 784 | 849 | 747 | 710 | 598 | 622 | 486 | -17,8% | -42,8% | -21,9% |
| Espírito Santo | 1.197 | 1.252 | 1.367 | 1.299 | 1.209 | 1.342 | 1.311 | 1.316 | 1.168 | 1.024 | 1.214 | 1,4% | -9,5% | 18,6% |
| Goiás | 1.052 | 1.309 | 1.446 | 1.533 | 1.721 | 2.134 | 2.268 | 2.198 | 2.263 | 2.349 | 2.284 | 117,1% | 7,0% | -2,8% |
| Maranhão | 962 | 1.097 | 1.210 | 1.341 | 1.364 | 1.555 | 1.895 | 2.179 | 2.118 | 2.097 | 1.968 | 104,6% | 26,6% | -6,2% |
| Mato Grosso | 615 | 687 | 738 | 722 | 740 | 794 | 860 | 1.022 | 931 | 922 | 850 | 38,2% | 7,1% | -7,8% |
| Mato Grosso do Sul | 369 | 361 | 399 | 374 | 416 | 447 | 400 | 432 | 405 | 415 | 418 | 13,3% | -6,5% | 0,7% |
| Minas Gerais | 2.776 | 2.628 | 2.507 | 2.515 | 2.906 | 3.200 | 3.350 | 3.412 | 3.300 | 3.346 | 3.146 | 13,3% | -1,7% | -6,0% |
| Pará | 1.953 | 2.585 | 2.711 | 3.198 | 2.787 | 2.942 | 3.025 | 3.135 | 3.375 | 3.871 | 4.144 | 112,2% | 40,9% | 7,1% |
| Paraíba | 759 | 928 | 1.153 | 1.325 | 1.441 | 1.295 | 1.292 | 1.342 | 1.306 | 1.187 | 1.227 | 61,7% | -5,3% | 3,4% |
| Paraná | 617 | 695 | 677 | 670 | 654 | 758 | 599 | 604 | 660 | 663 | 680 | 10,2% | -10,3% | 2,6% |
| Pernambuco | 4.032 | 3.888 | 3.460 | 3.000 | 3.013 | 2.991 | 2.796 | 2.907 | 3.373 | 3.858 | 4.720 | 17,1% | 57,8% | 22,3% |
| Piauí | 310 | 299 | 318 | 327 | 355 | 453 | 489 | 589 | 544 | 606 | 549 | 77,1% | 21,2% | -9,4% |
| Rio de Janeiro | 4.169 | 3.593 | 3.430 | 3.684 | 3.161 | 3.228 | 3.492 | 3.954 | 3.517 | 4.363 | 4.650 | 11,5% | 44,1% | 6,6% |
| Rio Grande do Norte | 424 | 558 | 612 | 633 | 813 | 861 | 1.124 | 1.304 | 1.283 | 1.553 | 1.928 | 354,7% | 123,9% | 24,1% |
| Rio Grande do Sul | 440 | 471 | 445 | 436 | 448 | 514 | 487 | 628 | 656 | 757 | 833 | 89,3% | 62,1% | 10,0% |
| Rondônia | 305 | 319 | 373 | 388 | 321 | 374 | 316 | 424 | 446 | 517 | 397 | 30,2% | 6,1% | -23,2% |
| Roraima | 85 | 74 | 78 | 102 | 74 | 100 | 137 | 93 | 148 | 155 | 185 | 117,6% | 85,0% | 19,4% |
| Santa Catarina | 94 | 108 | 115 | 129 | 128 | 174 | 117 | 159 | 203 | 240 | 270 | 187,2% | 55,2% | 12,5% |
| São Paulo | 2.602 | 2.464 | 2.618 | 2.442 | 2.473 | 2.885 | 2.676 | 2.840 | 2.537 | 2.219 | 2.168 | -16,7% | -24,9% | -2,3% |
| Sergipe | 371 | 404 | 475 | 569 | 671 | 800 | 877 | 1.003 | 1.221 | 1.384 | 1.232 | 232,1% | 54,0% | -11,0% |
| Tocantins | 191 | 194 | 231 | 280 | 288 | 306 | 267 | 296 | 381 | 456 | 437 | 128,8% | 42,8% | -4,2% |

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: Os números de Negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP

TABELA 5.2

Brasil: taxa de homicídios de negros por 100 mil, por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 32,4 | 34,0 | 34,6 | 35,7 | 35,5 | 37,0 | 36,8 | 39,0 | 37,9 | 40,2 | 43,1 | 33,1% | 16,5% | 7,2% |
| Acre | 17,4 | 13,2 | 18,7 | 17,3 | 17,8 | 30,1 | 32,8 | 29,6 | 28,1 | 46,9 | 65,6 | 276,8% | 117,7% | 39,7% |
| Alagoas | 54,2 | 66,1 | 64,5 | 69,2 | 83,0 | 76,6 | 78,0 | 78,8 | 66,4 | 69,7 | 67,9 | 25,3% | -11,4% | -2,6% |
| Amapá | 30,8 | 36,2 | 33,6 | 39,1 | 32,6 | 36,4 | 30,3 | 40,5 | 45,5 | 59,4 | 55,2 | 79,4% | 51,7% | -7,0% |
| Amazonas | 25,8 | 29,2 | 30,5 | 35,8 | 42,0 | 42,5 | 34,4 | 36,9 | 42,8 | 43,0 | 48,7 | 88,9% | 14,6% | 13,3% |
| Bahia | 27,4 | 36,0 | 42,1 | 45,0 | 41,2 | 45,1 | 42,2 | 45,3 | 44,8 | 52,4 | 55,3 | 102,0% | 22,5% | 5,5% |
| Ceará | 24,6 | 24,2 | 22,8 | 29,2 | 28,6 | 31,9 | 35,8 | 40,1 | 35,8 | 38,9 | 75,6 | 207,6% | 137,3% | 94,4% |
| Distrito Federal | 43,5 | 49,8 | 52,0 | 46,5 | 53,2 | 54,1 | 49,2 | 43,8 | 34,7 | 34,5 | 26,0 | -40,4% | -52,0% | -24,7% |
| Espírito Santo | 61,3 | 64,3 | 66,9 | 63,0 | 58,0 | 61,6 | 57,5 | 56,9 | 49,6 | 42,3 | 50,2 | -18,1% | -18,5% | 18,8% |
| Goiás | 29,6 | 36,8 | 39,2 | 41,8 | 47,3 | 54,5 | 56,1 | 55,1 | 56,0 | 55,5 | 53,0 | 78,9% | -2,8% | -4,5% |
| Maranhão | 20,1 | 22,7 | 24,1 | 26,2 | 26,3 | 28,8 | 35,2 | 39,1 | 37,5 | 37,9 | 35,0 | 74,3% | 21,3% | -7,7% |
| Mato Grosso | 33,1 | 38,5 | 40,1 | 38,0 | 37,8 | 40,5 | 43,1 | 48,9 | 43,8 | 42,3 | 38,5 | 16,3% | -5,0% | -9,1% |
| Mato Grosso do Sul | 32,1 | 30,3 | 33,7 | 31,9 | 35,9 | 35,4 | 29,5 | 31,4 | 28,6 | 28,6 | 28,4 | -11,4% | -19,7% | -0,4% |
| Minas Gerais | 26,4 | 24,8 | 22,8 | 23,1 | 27,0 | 28,3 | 28,7 | 29,1 | 28,0 | 27,2 | 25,1 | -4,9% | -11,1% | -7,6% |
| Pará | 35,1 | 44,5 | 46,4 | 53,9 | 46,3 | 47,1 | 47,8 | 47,6 | 51,5 | 57,7 | 61,7 | 75,6% | 31,0% | 7,0% |
| Paraíba | 32,3 | 39,7 | 48,2 | 55,3 | 59,9 | 51,4 | 52,1 | 54,4 | 52,7 | 46,5 | 46,4 | 43,7% | -9,7% | -0,3% |
| Paraná | 21,6 | 25,6 | 24,2 | 22,8 | 21,2 | 24,3 | 18,1 | 18,5 | 19,7 | 19,0 | 19,0 | -11,9% | -21,8% | 0,1% |
| Pernambuco | 73,8 | 70,8 | 60,7 | 51,9 | 51,3 | 49,8 | 46,3 | 46,4 | 52,8 | 60,4 | 73,2 | -0,9% | 47,1% | 21,1% |
| Piauí | 12,8 | 12,2 | 13,0 | 13,4 | 14,6 | 18,2 | 20,0 | 23,6 | 21,3 | 24,0 | 21,5 | 68,0% | 18,1% | -10,6% |
| Rio de Janeiro | 57,3 | 48,7 | 47,9 | 47,9 | 38,5 | 36,6 | 39,3 | 45,1 | 38,7 | 47,6 | 49,9 | -12,9% | 36,2% | 4,9% |
| Rio Grande do Norte | 20,1 | 26,0 | 27,7 | 30,1 | 40,6 | 43,4 | 54,9 | 62,8 | 62,1 | 70,5 | 87,0 | 333,3% | 100,3% | 23,5% |
| Rio Grande do Sul | 28,2 | 27,7 | 26,6 | 26,3 | 27,2 | 28,5 | 28,1 | 33,4 | 35,9 | 36,8 | 36,7 | 30,3% | 28,9% | -0,2% |
| Rondônia | 28,6 | 30,6 | 33,8 | 35,4 | 29,5 | 33,1 | 27,4 | 34,7 | 36,9 | 41,5 | 32,4 | 13,3% | -2,0% | -21,9% |
| Roraima | 28,9 | 24,0 | 26,3 | 34,1 | 24,5 | 30,8 | 42,3 | 27,8 | 44,9 | 46,2 | 54,9 | 89,9% | 78,0% | 18,8% |
| Santa Catarina | 13,5 | 15,8 | 15,0 | 16,6 | 16,3 | 19,9 | 12,5 | 19,4 | 23,3 | 22,4 | 22,9 | 69,8% | 15,1% | 2,3% |
| São Paulo | 21,3 | 18,6 | 19,4 | 17,7 | 17,5 | 19,6 | 17,9 | 19,1 | 16,2 | 13,5 | 12,6 | -40,7% | -35,7% | -6,7% |
| Sergipe | 26,9 | 29,6 | 33,1 | 38,3 | 43,6 | 49,8 | 53,9 | 60,1 | 70,4 | 79,0 | 68,8 | 155,9% | 38,1% | -12,9% |
| Tocantins | 19,1 | 18,6 | 22,0 | 26,8 | 27,7 | 27,6 | 23,1 | 25,6 | 32,5 | 38,5 | 37,7 | 98,0% | 36,9% | -2,0% |

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: Os números de Negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 5.3

Brasil: número de homicídios de não negros por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 14.671 | 15.053 | 15.249 | 14.458 | 14.283 | 14.816 | 14.518 | 15.121 | 14.399 | 14.850 | 14.734 | 0,4% | -0,6% | -0,8% |
| Acre | 34 | 23 | 16 | 28 | 16 | 18 | 23 | 39 | 30 | 43 | 77 | 126,5% | 327,8% | 79,1% |
| Alagoas | 76 | 58 | 48 | 48 | 74 | 85 | 113 | 75 | 55 | 34 | 30 | -60,5% | -64,7% | -11,8% |
| Amapá | 21 | 6 | 11 | 28 | 27 | 21 | 27 | 15 | 15 | 13 | 24 | 14,3% | 14,3% | 84,6% |
| Amazonas | 45 | 47 | 44 | 76 | 146 | 150 | 144 | 105 | 118 | 106 | 146 | 224,4% | -2,7% | 37,7% |
| Bahia | 260 | 345 | 333 | 374 | 415 | 437 | 372 | 417 | 375 | 442 | 484 | 86,2% | 10,8% | 9,5% |
| Ceará | 213 | 194 | 191 | 299 | 275 | 249 | 266 | 276 | 231 | 209 | 323 | 51,6% | 29,7% | 54,5% |
| Distrito Federal | 107 | 105 | 119 | 100 | 110 | 94 | 81 | 118 | 133 | 132 | 121 | 13,1% | 28,7% | -8,3% |
| Espírito Santo | 277 | 264 | 251 | 265 | 241 | 192 | 237 | 243 | 187 | 144 | 187 | -32,5% | -2,6% | 29,9% |
| Goiás | 392 | 413 | 410 | 397 | 459 | 578 | 624 | 651 | 677 | 638 | 561 | 43,1% | -2,9% | -12,1% |
| Maranhão | 157 | 156 | 161 | 151 | 204 | 188 | 208 | 236 | 267 | 271 | 181 | 15,3% | -3,7% | -33,2% |
| Mato Grosso | 271 | 238 | 247 | 243 | 254 | 253 | 271 | 311 | 251 | 244 | 244 | -10,0% | -3,6% | 0,0% |
| Mato Grosso do Sul | 314 | 312 | 316 | 271 | 252 | 228 | 226 | 258 | 225 | 245 | 237 | -24,5% | 3,9% | -3,3% |
| Minas Gerais | 1.161 | 1.071 | 1.055 | 938 | 1.226 | 1.250 | 1.264 | 1.216 | 1.149 | 1.177 | 1.096 | -5,6% | -12,3% | -6,9% |
| Pará | 190 | 213 | 213 | 266 | 245 | 248 | 276 | 216 | 222 | 257 | 329 | 73,2% | 32,7% | 28,0% |
| Paraíba | 40 | 50 | 51 | 56 | 83 | 89 | 98 | 85 | 90 | 83 | 96 | 140,0% | 7,9% | 15,7% |
| Paraná | 2.414 | 2.660 | 2.972 | 2.871 | 2.660 | 2.657 | 2.312 | 2.344 | 2.241 | 2.370 | 2.045 | -15,3% | -23,0% | -13,7% |
| Pernambuco | 282 | 433 | 370 | 257 | 222 | 182 | 223 | 377 | 402 | 529 | 630 | 123,4% | 246,2% | 19,1% |
| Piauí | 59 | 52 | 56 | 55 | 55 | 50 | 68 | 44 | 60 | 48 | 55 | -6,8% | 10,0% | 14,6% |
| Rio de Janeiro | 2.071 | 1.777 | 1.684 | 1.738 | 1.448 | 1.367 | 1.443 | 1.529 | 1.390 | 1.530 | 1.634 | -21,1% | 19,5% | 6,8% |
| Rio Grande do Norte | 95 | 100 | 132 | 111 | 151 | 191 | 198 | 215 | 156 | 204 | 195 | 105,3% | 2,1% | -4,4% |
| Rio Grande do Sul | 1.735 | 1.869 | 1.775 | 1.623 | 1.605 | 1.819 | 1.787 | 2.056 | 2.247 | 2.413 | 2.449 | 41,2% | 34,6% | 1,5% |
| Rondônia | 102 | 136 | 142 | 142 | 116 | 137 | 151 | 142 | 142 | 176 | 145 | 42,2% | 5,8% | -17,6% |
| Roraima | 28 | 28 | 37 | 13 | 15 | 42 | 71 | 61 | 53 | 47 | 61 | 117,9% | 45,2% | 29,8% |
| Santa Catarina | 510 | 674 | 687 | 673 | 675 | 638 | 659 | 728 | 741 | 734 | 787 | 54,3% | 23,4% | 7,2% |
| São Paulo | 3.711 | 3.715 | 3.799 | 3.336 | 3.189 | 3.520 | 3.225 | 3.205 | 2.765 | 2.586 | 2.415 | -34,9% | -31,4% | -6,6% |
| Sergipe | 75 | 73 | 74 | 58 | 58 | 74 | 84 | 88 | 77 | 78 | 79 | 5,3% | 6,8% | 1,3% |
| Tocantins | 31 | 41 | 55 | 41 | 62 | 59 | 67 | 71 | 100 | 97 | 103 | 232,3% | 74,6% | 6,2% |

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: Os números de Negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBSP

TABELA 5.4

Brasil: taxa de homicídios de não negros por 100 mil, por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 15,5 | 15,9 | 16,1 | 15,1 | 14,8 | 15,8 | 15,5 | 16,0 | 15,3 | 16,0 | 16,0 | 3,3% | 1,3% | -0,3% |
| Acre | 21,5 | 16,5 | 10,1 | 16,6 | 8,9 | 9,9 | 13,5 | 26,8 | 21,6 | 28,8 | 47,1 | 118,8% | 374,3% | 63,6% |
| Alagoas | 9,2 | 7,0 | 6,5 | 6,2 | 9,1 | 10,8 | 14,5 | 8,9 | 6,5 | 4,1 | 3,7 | -59,6% | -65,6% | -8,9% |
| Amapá | 12,5 | 5,7 | 6,9 | 18,4 | 18,5 | 17,2 | 18,6 | 8,7 | 8,3 | 7,8 | 15,4 | 23,3% | -10,5% | 97,1% |
| Amazonas | 6,0 | 6,6 | 6,8 | 10,3 | 17,4 | 18,5 | 21,0 | 14,1 | 17,6 | 13,7 | 18,2 | 203,8% | -1,5% | 33,0% |
| Bahia | 8,5 | 11,3 | 9,8 | 11,3 | 12,8 | 14,2 | 12,3 | 13,3 | 12,4 | 15,6 | 15,9 | 87,3% | 11,9% | 2,2% |
| Ceará | 7,7 | 7,2 | 7,5 | 11,1 | 9,6 | 9,3 | 10,3 | 10,7 | 9,0 | 8,3 | 12,7 | 64,4% | 37,2% | 52,9% |
| Distrito Federal | 10,0 | 9,7 | 10,9 | 8,7 | 9,2 | 8,1 | 6,4 | 9,6 | 11,2 | 11,3 | 10,4 | 4,5% | 28,0% | -7,8% |
| Espírito Santo | 17,3 | 15,9 | 15,6 | 16,2 | 14,5 | 11,9 | 15,2 | 15,5 | 11,9 | 9,3 | 11,7 | -32,2% | -1,7% | 26,0% |
| Goiás | 17,0 | 17,3 | 17,4 | 16,0 | 17,7 | 23,8 | 26,1 | 25,7 | 26,4 | 25,9 | 22,7 | 33,6% | -4,4% | -12,2% |
| Maranhão | 10,3 | 10,0 | 11,1 | 10,5 | 14,3 | 14,4 | 15,2 | 19,0 | 22,0 | 19,6 | 13,6 | 31,5% | -6,1% | -30,9% |
| Mato Grosso | 26,8 | 21,3 | 22,2 | 22,0 | 23,2 | 22,4 | 23,8 | 28,6 | 23,0 | 22,6 | 22,5 | -16,2% | 0,3% | -0,7% |
| Mato Grosso do Sul | 26,8 | 26,8 | 26,2 | 21,7 | 19,5 | 18,5 | 19,4 | 21,8 | 19,2 | 21,0 | 20,1 | -24,8% | 8,4% | -4,3% |
| Minas Gerais | 12,7 | 11,7 | 11,8 | 10,2 | 12,9 | 13,7 | 14,2 | 13,5 | 12,7 | 13,6 | 12,8 | 0,1% | -6,9% | -5,9% |
| Pará | 11,2 | 13,7 | 13,0 | 16,0 | 14,5 | 15,7 | 17,2 | 14,9 | 14,1 | 16,9 | 20,4 | 81,8% | 29,6% | 20,8% |
| Paraíba | 3,0 | 3,6 | 3,7 | 4,0 | 5,8 | 6,6 | 7,0 | 5,8 | 6,1 | 5,8 | 7,1 | 138,5% | 6,4% | 21,3% |
| Paraná | 31,9 | 34,0 | 37,9 | 36,9 | 34,4 | 34,2 | 30,1 | 30,0 | 28,7 | 30,6 | 26,5 | -17,0% | -22,5% | -13,6% |
| Pernambuco | 8,8 | 13,3 | 11,8 | 8,2 | 7,1 | 5,9 | 7,2 | 12,8 | 13,9 | 17,8 | 21,3 | 142,4% | 258,4% | 19,2% |
| Piauí | 8,9 | 7,9 | 8,2 | 7,9 | 7,6 | 7,4 | 9,2 | 6,3 | 9,2 | 7,0 | 8,3 | -7,2% | 12,8% | 19,0% |
| Rio de Janeiro | 24,6 | 21,2 | 19,3 | 20,9 | 18,3 | 18,3 | 19,3 | 19,8 | 18,6 | 20,5 | 22,1 | -10,5% | 20,6% | 7,8% |
| Rio Grande do Norte | 8,9 | 9,3 | 12,4 | 9,4 | 11,6 | 14,1 | 14,9 | 16,2 | 11,3 | 16,0 | 15,1 | 70,3% | 7,2% | -5,9% |
| Rio Grande do Sul | 18,6 | 20,3 | 19,1 | 17,3 | 17,0 | 19,6 | 19,0 | 22,1 | 23,9 | 26,2 | 27,1 | 45,2% | 38,5% | 3,5% |
| Rondônia | 19,7 | 24,3 | 26,8 | 25,5 | 19,8 | 24,2 | 26,7 | 27,5 | 25,9 | 33,0 | 25,4 | 28,9% | 4,9% | -23,2% |
| Roraima | 32,0 | 33,2 | 36,0 | 12,0 | 13,1 | 41,2 | 63,9 | 56,5 | 43,7 | 38,3 | 47,4 | 48,0% | 15,0% | 23,7% |
| Santa Catarina | 9,5 | 12,3 | 12,5 | 12,1 | 11,9 | 11,3 | 11,6 | 12,3 | 12,5 | 12,6 | 13,6 | 43,1% | 20,1% | 7,5% |
| São Paulo | 12,7 | 13,1 | 13,3 | 11,6 | 11,1 | 12,3 | 11,2 | 11,0 | 9,6 | 9,1 | 8,7 | -32,0% | -29,8% | -5,1% |
| Sergipe | 11,1 | 10,1 | 11,0 | 9,0 | 9,4 | 13,1 | 14,8 | 16,0 | 15,1 | 15,2 | 15,9 | 43,6% | 21,1% | 4,4% |
| Tocantins | 9,1 | 12,8 | 16,4 | 11,4 | 16,1 | 17,5 | 21,7 | 21,7 | 30,3 | 28,9 | 27,1 | 199,0% | 54,8% | -6,1% |

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Observação: Os números de Negros foram obtidos somando pardos e pretos, enquanto os de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FBS

6. VIOLÊNCIA CONTRA A POPULAÇÃO LGBTI+

No Atlas da Violência 2019, trouxemos esta seção inédita que aborda a questão da violência contra a população LGBTI+. Desde já devemos ressaltar dois pontos centrais. O primeiro diz respeito à gravidade do tema e como, aparentemente, o problema tem se agravado nos últimos anos, conforme evidências que apresentaremos aqui. O segundo ponto diz respeito à invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas.

Por exemplo, não sabemos sequer qual é o tamanho da população LGBTI+³² (o que inviabiliza qualquer cálculo de prevalência relativa de violência contra esse grupo social), uma vez que o IBGE não faz qualquer pergunta nos seus *surveys* domiciliares sobre a orientação sexual. Por outro lado, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito. Portanto, torna-se uma tarefa extremamente árdua dimensionar e traçar diagnósticos para produzir políticas públicas que venha a mitigar a violência contra a população LGBTI+.

Uma raríssima exceção a esse apagão estatístico tem sido os relatórios do Grupo Gay da Bahia (GGB)³³, que há 39 anos vem fazendo um levantamento do número de pessoas assassinadas por questões homofóbicas, com base em notícias publicadas na imprensa, na internet e informações pessoais compartilhada com o grupo.

Nesta seção, analisaremos a violência contra pessoas LGBTI+ a partir de duas bases distintas: das denúncias registradas no Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e dos registros administrativos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde.

6.1. Disque 100

O Disque 100³⁴ consiste em um canal que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionados a vários grupos, como crianças, idosos, LGBTI+, entre outros; e também relacionados a vários temas, como tráfico de pessoas, trabalho escravo e outros mais. Além de ser um canal de denúncias, o Disque 100 também funciona como um “pronto socorro”, pois atende

³² LGBTI+ é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais. Doravante incluiremos ainda o “+”, utilizado pelo movimento gay para fazer alusão à visibilidade de casos de assassinatos de heterossexuais sob motivações homofóbicas, tendo sido a vítima confundida com gays ou lésbicas.

³³ Disponível em: <<https://tinyurl.com/y4vzy5xe>>.

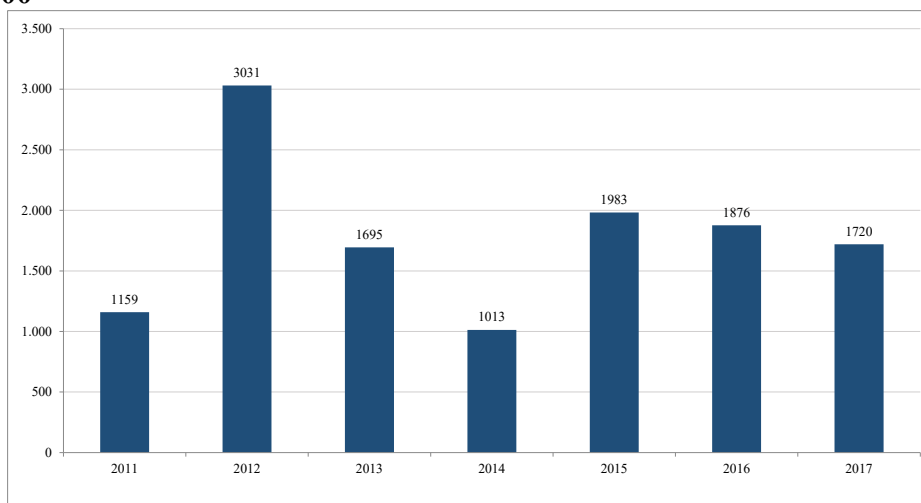
³⁴ O Disque 100 funciona diariamente, 24 horas por dia, incluindo sábados, domingos e feriados. Existem três opções para registrar sua denúncia: Disque 100, aplicativo Proteja Brasil e Ouvidoria Online <<https://tinyurl.com/y44t8sn9>>.

também situações de violações que acabaram de ocorrer ou que ainda estão em curso, acionando os órgãos competentes.

As denúncias totais de violências contra a população LGBTI+, registradas no Disque 100, atingiram o seu máximo em 2012 (gráfico 6.1) e, desde então, têm variado sem, contudo, passar do nível de denúncias registrado naquele ano.

GRÁFICO 6.1

Número de denúncias de violência contra pessoas LGBTI+ no Brasil (2011-2017), segundo o Disque 100

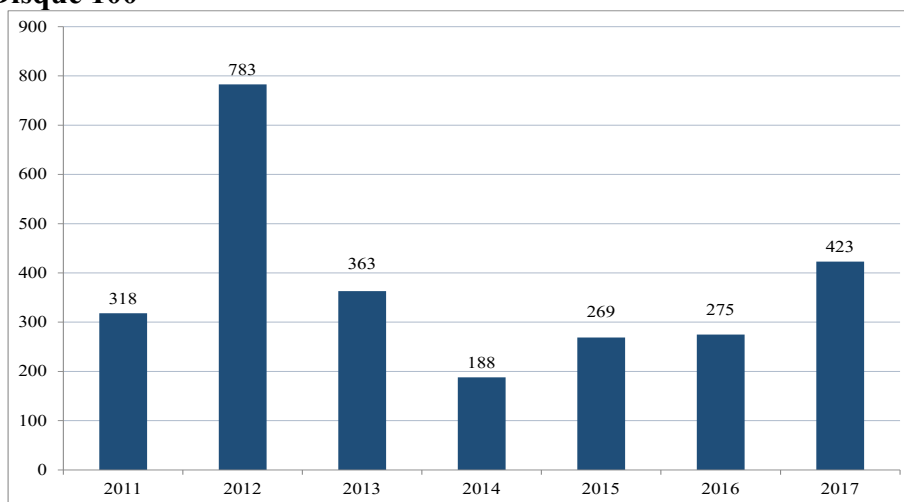


Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

A mesma dinâmica seguiu o número de denúncias por lesão corporal contra população LGBTI+, que também atingiu o seu ápice no ano de 2012, conforme o gráfico 6.2, assim como ocorreu com o número de homicídios e tentativa de homicídio (gráfico 6.3).

GRÁFICO 6.2

Número de denúncias de lesão corporal contra pessoas LGBTI+ no Brasil (2011-2017), segundo o Disque 100



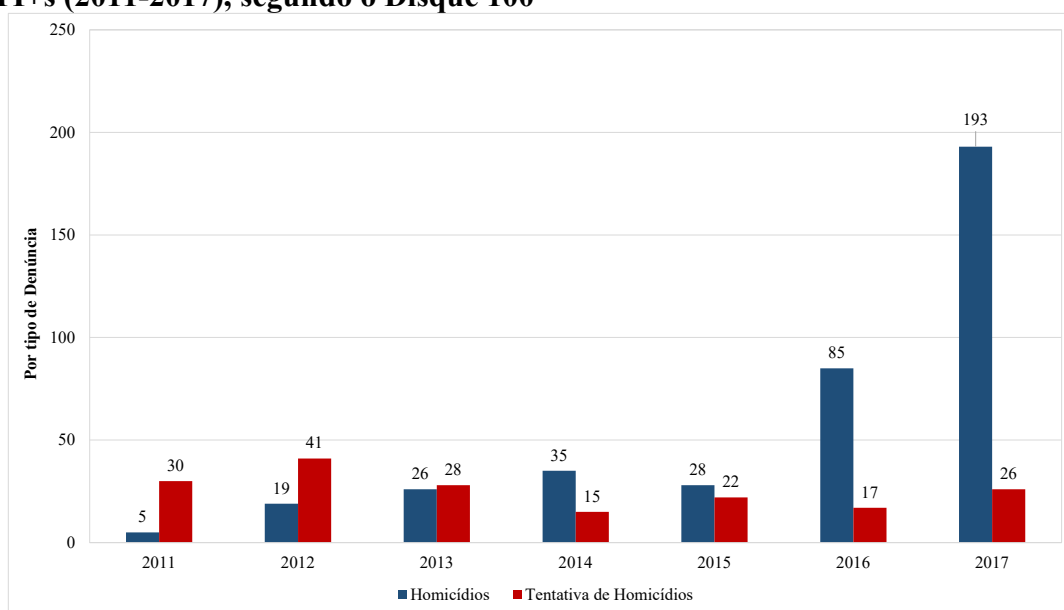
Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Contudo, no que se refere às denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, houve uma dinâmica totalmente contrária, verificando-se um forte crescimento nos últimos seis anos apontados, saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017. Apenas no último ano houve um crescimento de 127%.

Naturalmente, pode-se aventar a possibilidade de tal crescimento ter sido ocasionado por uma diminuição da subnotificação, uma vez que, nesse período, o movimento LGBTI+ tem sido bastante ativo no sentido de visibilizar e denunciar o problema da violência contra a população LGBTI+. Contudo, se isto explicasse totalmente esse forte crescimento de homicídios de pessoas LGBTI+, não deveríamos observar dinâmicas contrárias nas denúncias totais, nas denúncias de lesão corporal, ou ainda nas denúncias de tentativa de homicídio para essa mesma população, que diminuíram, durante o período. Inclusive, o número de homicídios supera o número de tentativas de homicídio a partir de 2014.

GRÁFICO 6.3

Número de denúncias de homicídios e de tentativa de homicídios no Brasil contra pessoas LGBTI+s (2011-2017), segundo o Disque 100

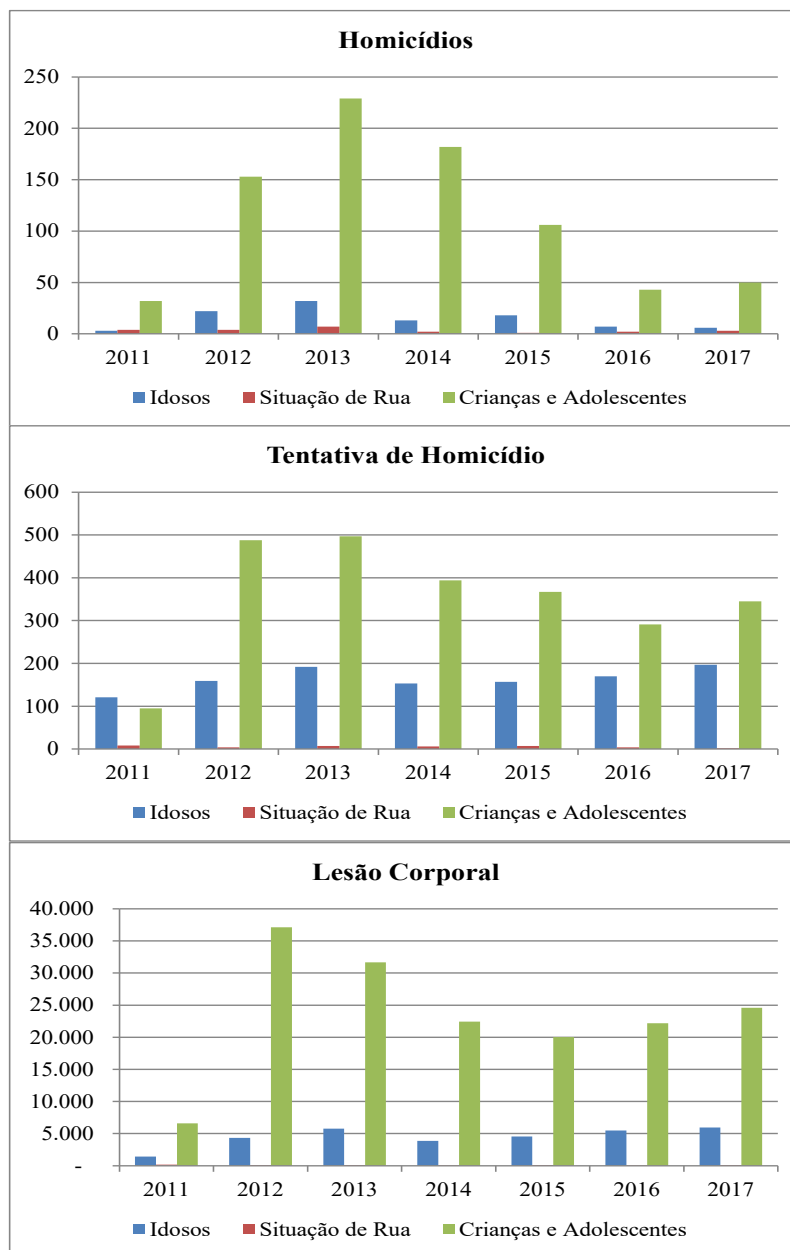


Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Uma explicação alternativa seria a de que, no período, o Disque 100 foi mais difundido, o que pode ter contribuído para aumentar o número de denúncias. Contudo, se essa fosse a explicação para o crescimento do número de homicídios de pessoas LGBTI+, então deveríamos observar fato semelhante nas violências contra outros grupos sociais, como idosos, moradores em situação de rua e crianças e adolescentes. O painel 6.1, a seguir, mostra que isso não ocorreu.

PAINEL 6.1

Violências contra idosos, moradores em situação de rua e crianças e adolescentes no Brasil (2011-2017), segundo o Disque 100



Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Como a base de dados do Disque 100 é produzida a partir de denúncias telefônicas, não há como garantir que a variação apontada reflita decisivamente a variação do fenômeno da violência contra a população LGBTI+. Contudo, quando comparamos com algumas informações do Sinan, descritos na próxima subseção, encontramos um mesmo resultado qualitativo, o aumento das violências contra a população LGBTI+ sobretudo após 2016.

As tabelas 6.1 a 6.4 descrevem os registros do Disque 100, por Unidade Federativa, para o total de denúncias, e denúncias por lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio.

TABELA 6.1

Brasil: número de denúncias de LGBTs por UF – Disque 100 (2011-2017)

| | Número de denúncias de LGBTs | | | | | | |
|----------------------------|------------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| | 1.159 | 3.031 | 1.695 | 1.013 | 1.983 | 1.876 | 1.720 |
| Acre | 2 | 10 | 4 | 7 | 3 | 5 | 1 |
| Alagoas | 17 | 63 | 16 | 47 | 16 | 20 | 30 |
| Amazonas | 13 | 60 | 33 | 9 | 21 | 16 | 22 |
| Amapá | 0 | 6 | 4 | 2 | 2 | 3 | 1 |
| Bahia | 94 | 194 | 113 | 49 | 77 | 91 | 72 |
| Ceará | 63 | 143 | 76 | 28 | 76 | 63 | 107 |
| Distrito Federal | 45 | 236 | 60 | 39 | 39 | 46 | 52 |
| Espírito Santo | 24 | 73 | 50 | 26 | 34 | 25 | 31 |
| Goiás | 26 | 111 | 63 | 42 | 47 | 43 | 45 |
| Maranhão | 67 | 105 | 39 | 19 | 19 | 37 | 30 |
| Minas Gerais | 98 | 248 | 146 | 73 | 80 | 96 | 117 |
| Mato Grosso do Sul | 13 | 44 | 21 | 13 | 16 | 12 | 20 |
| Mato Grosso | 7 | 123 | 17 | 5 | 15 | 15 | 20 |
| Pará | 36 | 98 | 36 | 24 | 26 | 25 | 34 |
| Paraíba | 28 | 95 | 59 | 46 | 40 | 44 | 46 |
| Pernambuco | 52 | 109 | 62 | 31 | 47 | 56 | 62 |
| Piauí | 107 | 66 | 104 | 38 | 29 | 23 | 21 |
| Paraná | 68 | 181 | 73 | 57 | 53 | 46 | 58 |
| Rio de Janeiro | 81 | 258 | 185 | 77 | 110 | 121 | 181 |
| Rio Grande do Norte | 22 | 72 | 47 | 26 | 32 | 28 | 23 |
| Rondônia | 2 | 13 | 8 | 7 | 2 | 3 | 7 |
| Roraima | 0 | 7 | 2 | 0 | 4 | 0 | 2 |
| Rio Grande do Sul | 58 | 200 | 82 | 50 | 44 | 50 | 46 |
| Santa Catarina | 25 | 58 | 35 | 15 | 23 | 25 | 24 |
| Sergipe | 7 | 31 | 13 | 10 | 9 | 8 | 12 |
| São Paulo | 197 | 405 | 322 | 250 | 238 | 277 | 260 |
| Tocantins | 7 | 15 | 6 | 2 | 1 | 4 | 12 |
| Não informado | 0 | 7 | 19 | 21 | 880 | 694 | 384 |

Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 6.2

Brasil: número de denúncias de lesão corporal de LGBTs por UF – Disque 100 (2011-2017)

| | Número de denúncias de lesão corporal de LGBTs | | | | | | |
|---------------------|--|------|------|------|------|------|------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| | 318 | 783 | 363 | 188 | 269 | 275 | 423 |
| Acre | | 2 | | 1 | 1 | 1 | |
| Alagoas | 6 | 24 | 5 | 14 | 2 | 6 | 7 |
| Amazonas | 7 | 19 | 10 | | 6 | 9 | 9 |
| Amapá | | | | | 1 | | |
| Bahia | 37 | 53 | 26 | 10 | 21 | 18 | 22 |
| Ceará | 19 | 47 | 27 | 4 | 18 | 15 | 38 |
| Distrito Federal | 8 | 19 | 11 | 7 | 8 | 8 | 8 |
| Espírito Santo | 5 | 27 | 18 | 6 | 11 | 3 | 7 |
| Goiás | 5 | 21 | 15 | 15 | 12 | 10 | 10 |
| Maranhão | 32 | 23 | 12 | 3 | 4 | 11 | 12 |
| Minas Gerais | 26 | 70 | 27 | 15 | 15 | 26 | 43 |
| Mato Grosso do Sul | 6 | 15 | 9 | 3 | 3 | 1 | 3 |
| Mato Grosso | 3 | 85 | 4 | 2 | 7 | 2 | 5 |
| Pará | 14 | 21 | 8 | 3 | 4 | 6 | 13 |
| Paraíba | 11 | 21 | 14 | 2 | 12 | 10 | 15 |
| Pernambuco | 18 | 32 | 8 | 5 | 6 | 19 | 19 |
| Piauí | 13 | 11 | 13 | 6 | 13 | 2 | 5 |
| Paraná | 17 | 41 | 12 | 9 | 13 | 9 | 19 |
| Rio de Janeiro | 22 | 77 | 42 | 13 | 21 | 31 | 57 |
| Rio Grande do Norte | 3 | 14 | 12 | 3 | 10 | 5 | 12 |
| Rondônia | | 2 | 2 | 2 | 0 | 1 | 2 |
| Roraima | | 1 | 2 | | 2 | | |
| Rio Grande do Sul | 17 | 43 | 17 | 9 | 8 | 11 | 12 |
| Santa Catarina | 11 | 15 | 9 | 5 | 8 | 5 | 12 |
| Sergipe | 1 | 4 | 1 | 1 | 2 | 2 | 6 |
| São Paulo | 33 | 90 | 59 | 50 | 61 | 61 | 82 |
| Tocantins | 4 | 6 | | | 0 | 2 | 3 |
| Não informado | | | | | 0 | 1 | 2 |

Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 6.3

Brasil: número de denúncias de tentativas de homicídio de LGBTs por UF – Disque 100 (2011-2017)

| | Número de denúncias de tentativas de homicídio de LGBTs | | | | | | |
|---------------------|---|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Brasil | 30 | 41 | 28 | 15 | 22 | 17 | 26 |
| Acre | | | | | 0 | | |
| Alagoas | | 1 | | 1 | 0 | | |
| Amazonas | | 2 | 4 | | 0 | | |
| Amapá | | | | | 0 | | |
| Bahia | 6 | 4 | 2 | | 2 | 1 | |
| Ceará | 3 | 1 | 1 | | 1 | | 2 |
| Distrito Federal | 1 | | | | 1 | | 2 |
| Espírito Santo | 1 | | | 1 | 1 | 1 | |
| Goias | | 2 | 2 | | 1 | 1 | |
| Maranhão | 2 | 1 | | | 0 | 2 | 2 |
| Minas Gerais | 4 | 4 | 3 | | 1 | 4 | 2 |
| Mato Grosso do Sul | 1 | 1 | 1 | | 1 | 1 | |
| Mato Grosso | | 1 | 1 | | 1 | | 1 |
| Pará | 1 | 2 | | | 0 | 1 | 1 |
| Paraíba | | 2 | 1 | | 3 | 2 | |
| Pernambuco | 2 | 1 | | | 1 | 1 | 2 |
| Piauí | 2 | 1 | 1 | | 0 | | |
| Paraná | 2 | 4 | 2 | | 1 | | |
| Rio de Janeiro | | 5 | 3 | | 2 | 2 | 8 |
| Rio Grande do Norte | | | 1 | 3 | 0 | | |
| Rondônia | | | 1 | | 0 | | |
| Roraima | | | | | 0 | | |
| Rio Grande do Sul | 2 | 4 | 2 | 3 | 0 | 1 | 2 |
| Santa Catarina | 2 | | 1 | | 0 | | |
| Sergipe | | 1 | | | 0 | | 1 |
| São Paulo | 1 | 4 | 2 | 7 | 5 | | 2 |
| Tocantins | | | | | 0 | | 1 |
| Não informado | | | | | 1 | | |

Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 6.4

Brasil: número de denúncias de homicídios de LGBTs por UF – Disque 100 (2011-2017)

| | Número de denúncias de homicídios de LGBTs | | | | | | |
|----------------------|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|
| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Brasil | 5 | 19 | 26 | 35 | 28 | 85 | 193 |
| Acre | | | | | 0 | 2 | |
| Alagoas | | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 7 |
| Amazonas | | 4 | | | 0 | 5 | 6 |
| Amapá | | | | | 0 | 1 | |
| Bahia | | 3 | 1 | 2 | 3 | 7 | 18 |
| Ceará | 1 | | 1 | 1 | 1 | 1 | 20 |
| Distrito Federal | 1 | | | 2 | 1 | 2 | 4 |
| Espírito Santo | | | | | 0 | 1 | 4 |
| Goiás | | 1 | 2 | 3 | 1 | 3 | 5 |
| Maranhão | | | | | 0 | 2 | 1 |
| Minas Gerais | 2 | 1 | 1 | 10 | 4 | 6 | 19 |
| Mato Grosso do Sul | | | 1 | | 2 | 2 | 3 |
| Mato Grosso | | 1 | 1 | | 0 | 2 | 6 |
| Pará | | | | | 0 | 2 | 10 |
| Paraíba | 1 | | 2 | 2 | 0 | 2 | 8 |
| Pernambuco | | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 12 |
| Piauí | | | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Paraná | | 4 | 3 | 1 | 0 | 4 | 8 |
| Rio de Janeiro | | | 6 | 3 | 3 | 9 | 14 |
| Rio Grande do Norte | | | | 3 | 1 | 2 | 4 |
| Rondônia | | | | 1 | 0 | | 2 |
| Roraima | | | | | 0 | | 1 |
| Rio Grande do Sul | | | 2 | | 2 | 5 | 7 |
| Santa Catarina | | | | | 1 | | 4 |
| Sergipe | | | | | 0 | 3 | 3 |
| São Paulo | | 1 | 2 | 4 | 7 | 14 | 21 |
| Tocantins | | 1 | 1 | | 0 | 2 | 4 |
| Não informado | | | | | 0 | 2 | 1 |

Fonte: Disque 100/MMFDH. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

6.2. Sinan

O Sistema de Vigilância de Violências (Viva) foi instituído em 2006 pelo Ministério da Saúde como um componente da Vigilância Contínua (Viva Contínuo/Sinan), que capta dados de violência interpessoal/autoprovocada nos serviços de saúde do Brasil. A partir de 2011, a notificação de violências passou a integrar a lista de notificação compulsória, isto é, a “Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional” (Portaria nº 204, de 17 de fevereiro de 2016). Este procedimento universalizou a notificação para todos os serviços de saúde. Com isso, o Ministério da Saúde passou a catalogar e classificar diversos tipos de violência interpessoal, de maneira comparável. Um cuidado apenas, em termos de comparações intertemporais, diz respeito ao fato que o número de municípios e de serviços especializados aptos a fazerem o registro tenha aumentado nos últimos anos.

No caso dos registros de violências, o Sinan classifica dez tipos diferentes: violência física; violência psicológica; tráfico humano; trabalho infantil; tortura; violência sexual; violência financeira; negligência ou abandono; intervenção legal; e outras.

O Sinan classifica a orientação sexual em três categorias: heterossexual, homossexual ou bissexual. Nesta subseção apresentaremos os dados apenas para os anos de 2015 e 2016, que são os mais comparáveis e captura o último ano para o qual dispomos dos microdados³⁵.

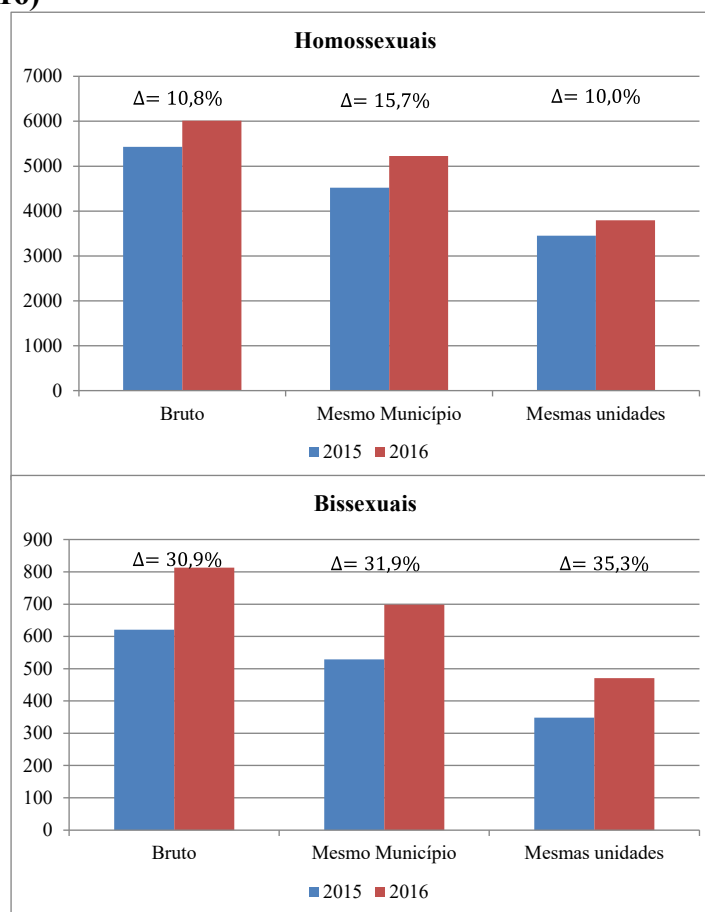
O painel 6.2 descreve a evolução do número total de registros em 2015 e 2016, quando a vítima era homossexual ou bissexual. Como o número de municípios inseridos no Sinan aumentou, bem como o número de serviços aptos a fazer o registro, fazemos a análise em três etapas: a comparamos os números brutos (totais) de um ano para o outro; depois consideramos apenas os municípios onde já havia os serviços especializados em 2015; e, por último, analisamos a variação, contemplando apenas os serviços já ativos em 2015.

Para as três situações, notou-se um aumento do total de casos entre 10,0% e 15,7%, em um único ano, quando a vítima era homossexual. Quando consideradas as vítimas bissexuais, o crescimento anual de casos foi ainda maior, ficando entre 30,9% e 35,3%. Note-se, portanto, que tais crescimentos não podem ser explicados pela expansão do Sinan.

³⁵ Não conseguimos o acesso aos microdados do Sinan de 2017.

PAINEL 6.2

Número total de casos de violência contra homossexuais e bissexuais, segundo os registros do Sinan (2015-2016)

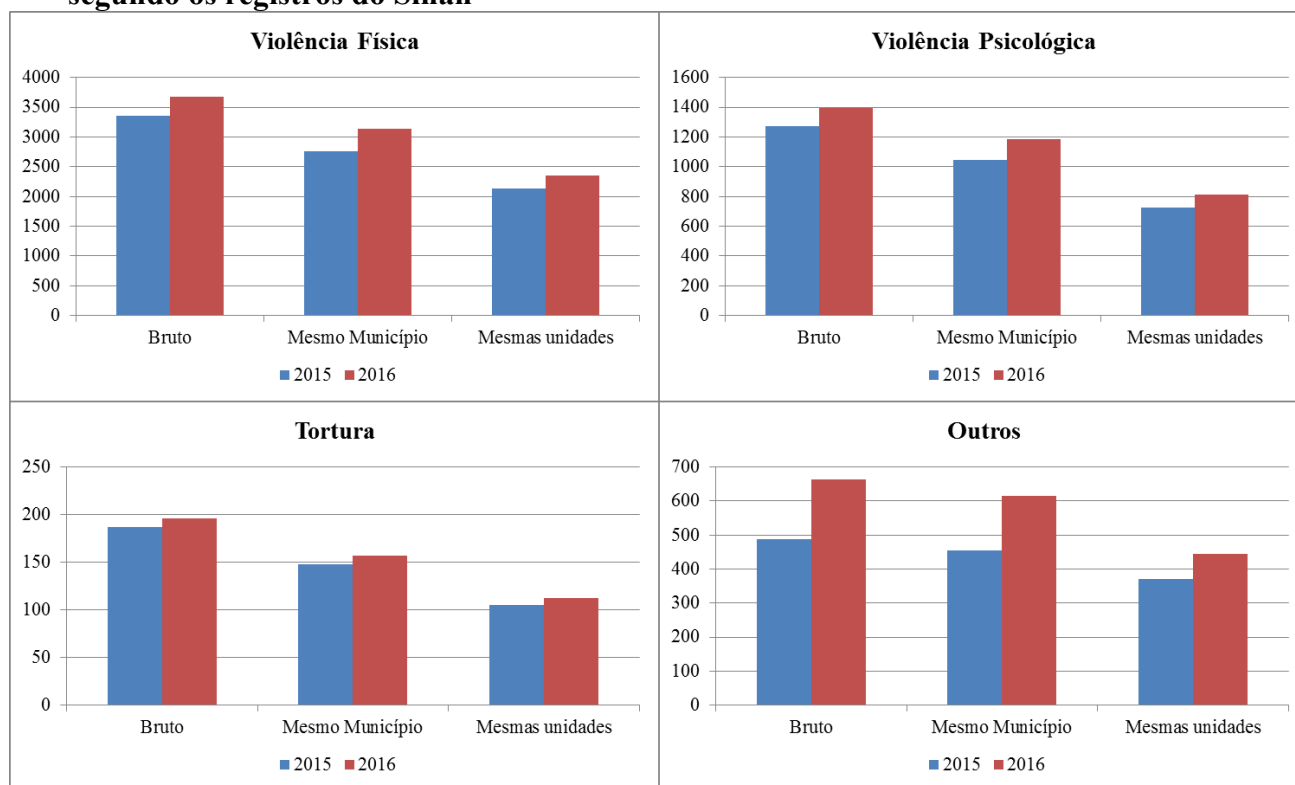


Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No painel 6.3 mostramos, para as três situações distintas, o número agregado de registros de violência para homossexuais ou bissexuais, levando em conta quatro tipificações: violência física; violência psicológica, tortura e outros (categoria que embute outras dinâmicas de violência, diferentes das nove listadas no início dessa subseção). Nota-se que houve crescimento no número de casos para todos os quatro tipos listados.

PAINEL 6.3

Número de registros de tipos de violência selecionadas contra a população LGBTI+, segundo os registros do Sinan



Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Para além dos números de registros, o Sinan permite ainda uma análise sobre o perfil socioeconômico da vítima e sobre o sexo do autor da violência, conforme mostrado na tabela 6.5.

Além de certa regularidade estatística dos casos, nos dois anos listados, quatro elementos chamam mais atenção nessa tabela: *i*) em mais de 70% dos casos de violência ocorridos em 2015 os autores eram do sexo masculino; *ii*) mais de 90% dos casos ocorreram em áreas urbanas; *iii*) cerca de 60% dos casos acometem solteiros; e *iv*) a maioria dos casos vitimam homo ou bissexuais do sexo feminino.

TABELA 6.5

Características socioeconômicas das vítimas de violência contra a população LGBTI+ e sexo do autor (2015-2016)

| | | 2015 | | | | | | | 2016 | | | | | | |
|---|-------------------|-----------|-----------|-------------|----------|---------------|----------|----------|-----------|----------|-------------|----------|---------------|----------|--------|
| Raça por orientação sexual da vítima | Orientação sexual | Branca | Preta | Amarela | Parda | Indígena | Ignorado | Total | Branca | Preta | Amarela | Parda | Indígena | Ignorado | Total |
| | Homossexual | 38,5% | 8,7% | 0,8% | 35,1% | 0,9% | 6,4% | 90,3% | 42,9% | 8,8% | 0,7% | 35,1% | 0,9% | 0,2% | 88,5% |
| | Bissexual | 4,6% | 1,1% | 0,1% | 3,3% | 0,1% | 0,6% | 9,7% | 5,1% | 1,1% | 0,1% | 4,6% | 0,1% | 0,5% | 11,5% |
| | Total | 43,1% | 9,8% | 0,8% | 38,4% | 1,0% | 7,0% | 100,0% | 47,9% | 9,9% | 0,8% | 39,7% | 1,0% | 0,7% | 100,0% |
| Sexo do autor da violência segundo orientação sexual da vítima | Orientação sexual | Masculino | Feminino | Ambos Sexos | | Ignorado | | Total | Masculino | Feminino | Ambos Sexos | | Ignorado | | Total |
| | Homossexual | 60,9% | 21,0% | 3,0% | | 5,2% | | 90,2% | 57,9% | 22,8% | 3,3% | | 5,2% | | 89,2% |
| | Bissexual | 6,5% | 2,4% | 0,4% | | 0,5% | | 9,8% | 6,9% | 2,9% | 0,5% | | 0,6% | | 10,8% |
| | Total | 67,5% | 23,4% | 3,4% | | 5,7% | | 100,0% | 64,8% | 25,7% | 3,8% | | 5,8% | | 100,0% |
| Zonade residência segundo orientação sexual da vítima | Orientação sexual | Urbana | Rural | Periurbana | | Ignorado | | Total | Urbana | Rural | Periurbana | | Ignorado | | Total |
| | Homossexual | 81,3% | 8,0% | 0,5% | | 0,4% | | 90,3% | 82,2% | 6,2% | 0,6% | | 0,3% | | 89,2% |
| | Bissexual | 9,0% | 0,6% | 0,0% | | 0,0% | | 9,7% | 9,9% | 0,7% | 0,1% | | 0,1% | | 10,8% |
| | Total | 90,4% | 8,6% | 0,6% | | 0,4% | | 100,0% | 92,1% | 6,8% | 0,7% | | 0,0% | | 100,0% |
| Situação conjugal segundo orientação sexual da vítima | Orientação sexual | Solteiro | Casado | Viúvo | Separado | Não se aplica | Ignorado | Total | Solteiro | Casado | Viúvo | Separado | Não se aplica | Ignorado | Total |
| | Homossexual | 50,8% | 25,6% | 1,5% | 3,0% | 3,1% | 6,2% | 90,2% | 54,8% | 22,7% | 1,1% | 3,1% | 2,2% | 5,3% | 89,2% |
| | Bissexual | 6,4% | 2,0% | 0,3% | 0,5% | 0,2% | 0,4% | 9,8% | 7,7% | 1,8% | 0,2% | 0,5% | 0,2% | 0,4% | 10,8% |
| | Total | 57,2% | 27,6% | 1,8% | 3,5% | 3,2% | 6,6% | 100,0% | 62,5% | 24,5% | 1,3% | 3,7% | 2,3% | 5,7% | 100,0% |
| Sexo da vítima segundo orientação sexual | Orientação sexual | Feminino | Masculino | | Ignorado | | Total | Feminino | Masculino | Ignorado | | Ignorado | | Total | |
| | Homossexual | 49,5% | 40,6% | | 0,1% | | 90,2% | 51,4% | 37,8% | 0,0% | | 0,0% | | 89,2% | |
| | Bissexual | 6,7% | 3,1% | | 0,0% | | 9,8% | 8,1% | 2,7% | 0,0% | | 0,0% | | 10,8% | |
| | Total | 56,2% | 43,7% | | 0,1% | | 100,0% | 59,5% | 40,4% | 0,0% | | 0,0% | | 100,0% | |

Fonte: Sinan/MS. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

As grandes flutuações nos dados de denúncias evidenciam a necessidade de aprimoramento dos mecanismos de registro relativos à violência contra LGBTI+. Soma-se a isso, o fato de diversos relatórios internacionais (ILGA, 2017; TGEU, 2016) apontarem para a falta de dados estatísticos oficiais relativos à violência contra a população LGBTI+ como desafio central ao avanço da agenda de direitos para essas pessoas.

Não obstante a falta de dados, o Brasil é um dos quatro países que concentram 80% dos assassinatos de ativistas por direitos humanos registrados no mundo. Ao todo, foram registradas 312 mortes de defensores de direitos humanos³⁶ no mundo em 2017, das quais 212 ocorreram nas Américas, tendo 156 ocorrido no Brasil (FLD, 2017). Em 2018, foi assassinada no Rio de Janeiro a vereadora negra, lésbica, feminista e ativista por direitos humanos Marielle Franco, havendo grande repercussão nacional e internacional do caso. A investigação do crime segue em curso, mas mesmo com a enorme repercussão, não houve uma mobilização em prol da criação de mecanismos oficiais de registros estatísticos relativos à violência contra a população LGBTI+ no país.

Mesmo considerando a escassez e falta de qualidade das informações sobre a população LGBTI+, vimos aqui – tanto no que se refere aos dados do Disque 100, quanto nos dados do Sinan – evidências do aumento de casos de violência contra a população LGBTI+ no país.

Este cenário ocorre em um momento que um novo desafio se interpõe, que diz respeito à ascensão do discurso contra o reconhecimento dos direitos das populações LGBTI+. Ainda não é possível diagnosticar se essa transformação discursiva em curso irá ou não reverberar em um aumento significativo da violência contra a população LGBTI+ para os próximos anos. Diante da escassez dos dados disponíveis, um desafio central à pauta da redução da violência enfrentada pelo segmento LGBTI+ é a criação de dispositivos de coleta e monitoramento de dados estatísticos e indicadores relativos à temática.

³⁶ Incluem-se no número defensores de direitos humanos em geral, não apenas de direitos LGBTI+.

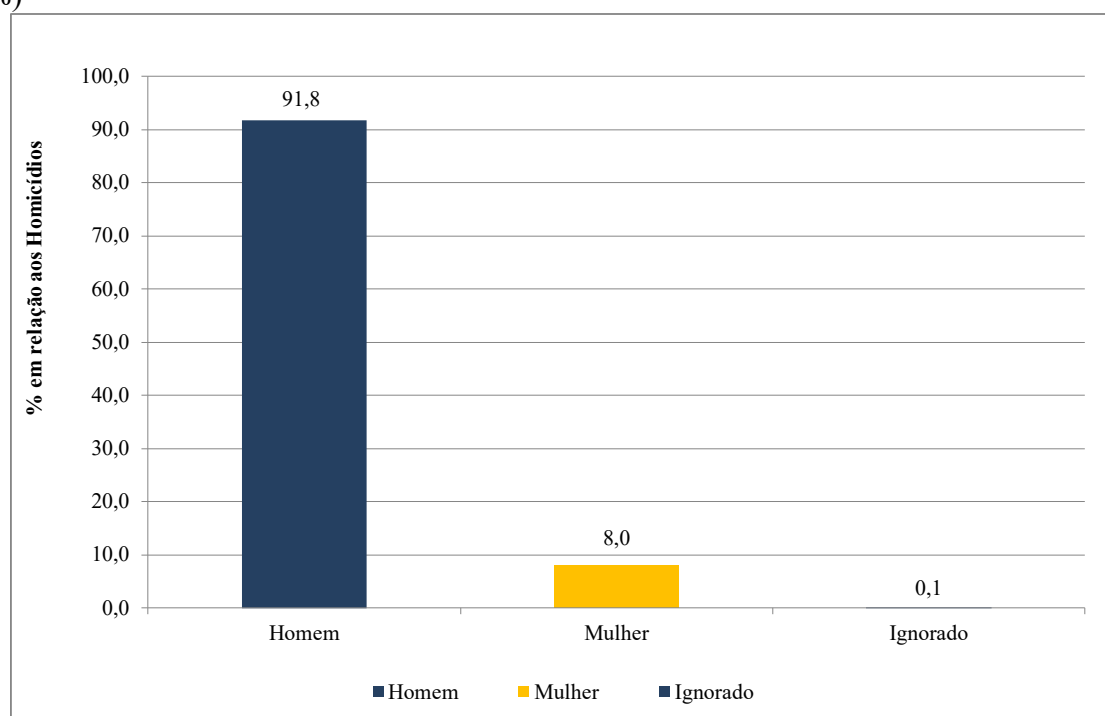
7. PERFIL DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL

Existem regularidades estatísticas que descrevem o fenômeno dos homicídios no Brasil. Conhecer tais padrões é importante, sobretudo, para pensar políticas públicas. O objetivo desta seção é descrever tais características e, em particular, o perfil socioeconômico das vítimas, bem como alguns aspectos situacionais. Para tanto, analisamos os microdados dos cerca de 618 mil homicídios³⁷ ocorridos no Brasil entre 2007 e 2017, segundo os registros do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS).

O gráfico 7.1 apresenta o padrão de vitimização dos homicídios por sexo, onde se observa que 91,8% das vítimas é homem.

GRÁFICO 7.1

Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao sexo
(Em %)



Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017 do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

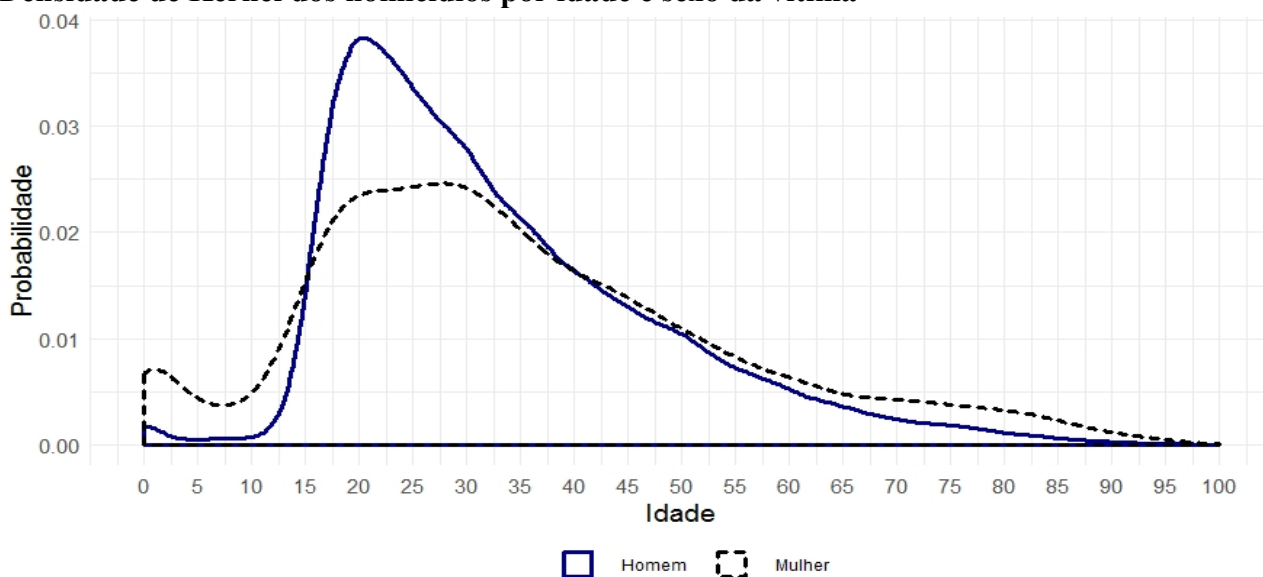
³⁷ Para o cálculo do número de homicídios foram consideradas as seguintes categorias da CID-10 na causa básica do óbito: X85 a Y09 e Y35 – Y36.

No gráfico 7.2 descrevemos a distribuição dos homicídios segundo a idade da vítima, para homens e mulheres, sendo que as funções de densidade de probabilidade foram estimadas por Kernel³⁸. Conforme se pode observar, há uma maior probabilidade de ocorrência de homicídios entre os homens mais jovens, em que o pico se dá aos 21 anos de idade. Com efeito, 55,0% dos homicídios de homens acontece no período da juventude, entre 15 e 29 anos, ao passo que o mesmo índice para mulheres é de 41,7%, e de 53,9, quando consideramos homens e mulheres.

A distribuição de homicídios femininos, por idade, possui moda menos acentuada do que a dos homens, sendo o pico caracterizado por um platô que perpassa dos 18 aos 30 anos. Por outro lado, as chances relativas (em relação ao homem) de a mulher ser assassinada na infância ou nas idades mais avançadas é maior, o que possivelmente reflete a questão da violência passional e da misoginia ainda presentes na sociedade brasileira, que se diferencia do problema da violência masculina ligada à juventude.

GRÁFICO 7.2

Densidade de Kernel dos homicídios por idade e sexo da vítima



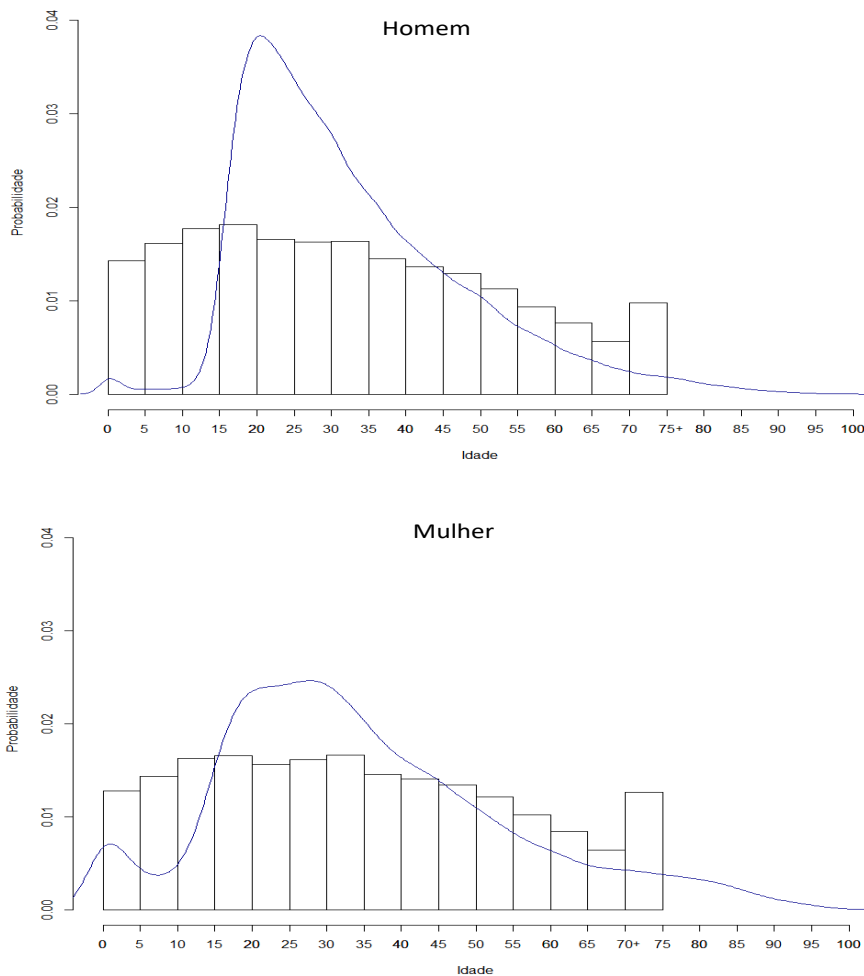
Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Nota: Com dados preliminares para o ano de 2017 e não foram considerados os indivíduos com idade ignorada. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No painel 7.1, sobreposemos as distribuições de homicídios com a respectiva população por faixa etária para cada sexo. Em ambos os gráficos verificamos que a parcela da população sobrerrepresentada nos índices de homicídios é a de indivíduos entre 15 e 45 anos.

³⁸ Para a estimação do Kernel foi utilizada a função Gaussiana.

PAINEL 7.1

Densidade de Kernel dos homicídios por idade e distribuição da população por faixa etária, por sexo

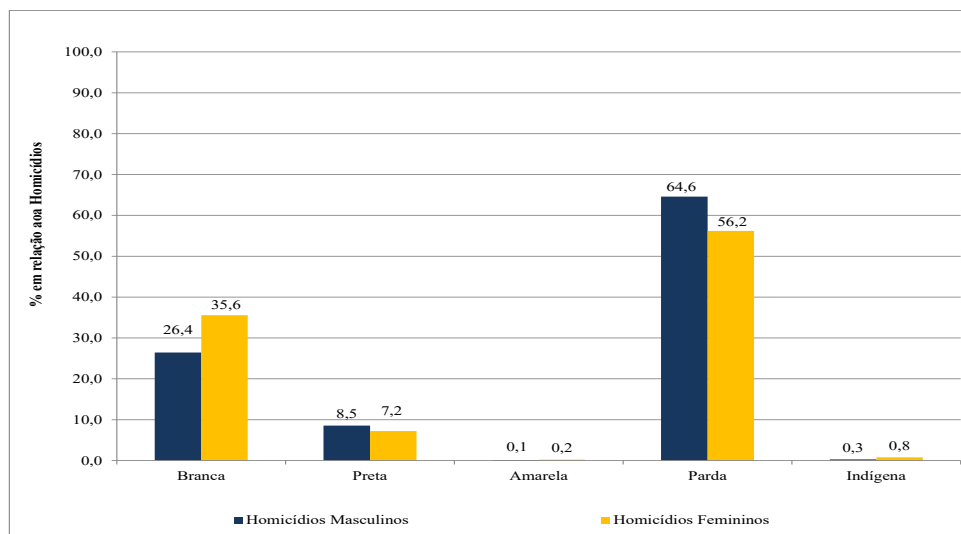


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Nota: Com dados preliminares para o ano de 2017 e não foram considerados os indivíduos com idade ignorada. A população por faixa etária é a projeção do IBGE, proveniente da PNAD 2012 e do SIDRA/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 7.3 apresenta o padrão de vitimização por raça/cor, que indica superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negro(a)s (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros, chegando a 73,1% para homens e de 63,4% para as mulheres negras. Nota-se que enquanto os homicídios de homens e mulheres brancas estão sub-representados em relação às suas participações nas populações, a proporção de homicídio de pardos (64,6%) entre os homens, supera a participação de 46,2% da população de homens pardos, em relação à população masculina. Deve-se, contudo, atentar que como em 5,1% e 4,5% dos homicídios de homens e mulheres, respectivamente, a raça/cor da vítima era ignorada, parcelas que não entraram em nossos cálculos.

GRÁFICO 7.3

Padrão de vitimização dos homicídios em relação à raça/cor e o sexo da vítima

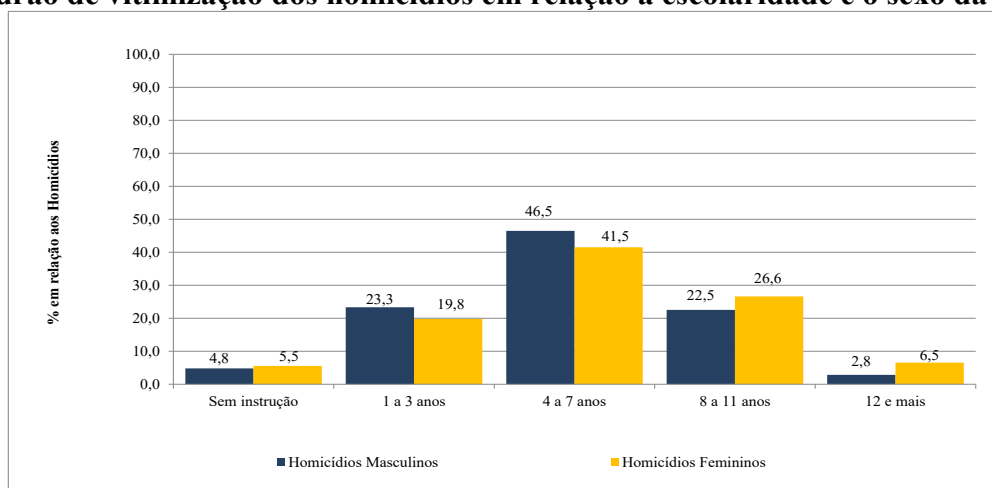


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

O gráfico 7.4, a seguir, indica que a maior parte dos homicídios vitimam indivíduos com baixa escolaridade, que cursaram até o segundo ciclo do ensino fundamental incompleto. Desconsiderando os homicídios cuja escolaridade da vítima era ignorada (que representavam 27,5% e 29,8% do total das mortes de homens e mulheres, respectivamente) 74,6% dos homens vitimados possuíam até sete anos de estudo (na população brasileira 48,5% dos homens possuíam essa faixa de escolaridade) enquanto esse indicador era de 66,8% para as mulheres (sendo que 44,7% das mulheres no país possuíam tal escolaridade).

GRÁFICO 7.4

Padrão de vitimização dos homicídios em relação à escolaridade e o sexo da vítima

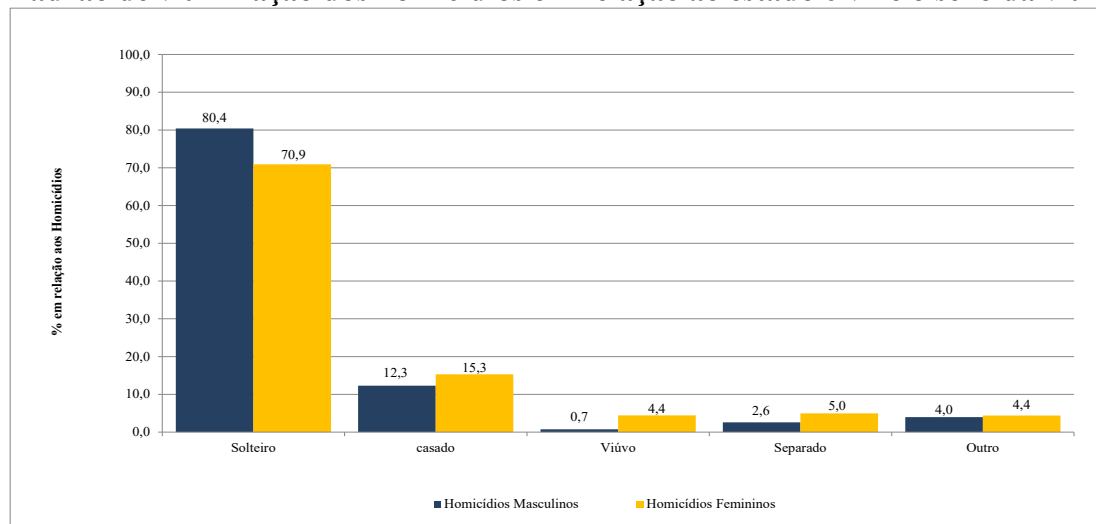


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Desconsideramos da amostra os homicídios com escolaridade ignorada, que representava 27,5% das mortes dos homens e 29,8% das de mulheres. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

A maior parte dos homicídios acomete indivíduos solteiros, chegando a um percentual de 80,4% para os homens solteiros e de 70,9% para as mulheres solteiras (gráfico 7.5). Não estão considerados os casos com estado civil ignorado.

GRÁFICO 7.5

Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao estado civil e o sexo da vítima

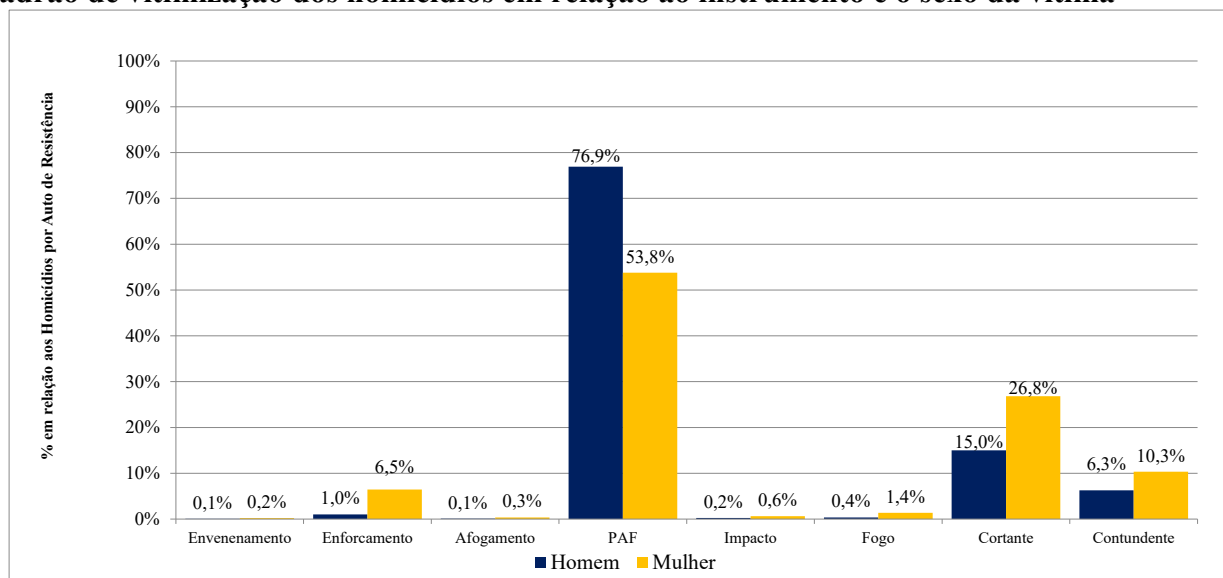


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O índice de homicídios com estado civil ignorado era de 10% e 12,1% para homens e mulheres, respectivamente. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Os índices de desconhecimento sobre os meios utilizados para perpetrar os homicídios masculinos e femininos foram de 4,1% e 6,2%, respectivamente, no período analisado. Sem levar em conta esses casos, 76,9% dos homicídios masculinos foram cometidos com a utilização de arma de fogo, sendo que mais da metade dos homicídios femininos também foi cometido com a utilização de armas de fogo (53,8%), conforme mostrado no gráfico 7.6. Em segundo lugar aparecem as armas brancas, seguidas dos objetos contundentes.

GRÁFICO 7.6

Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao instrumento e o sexo da vítima

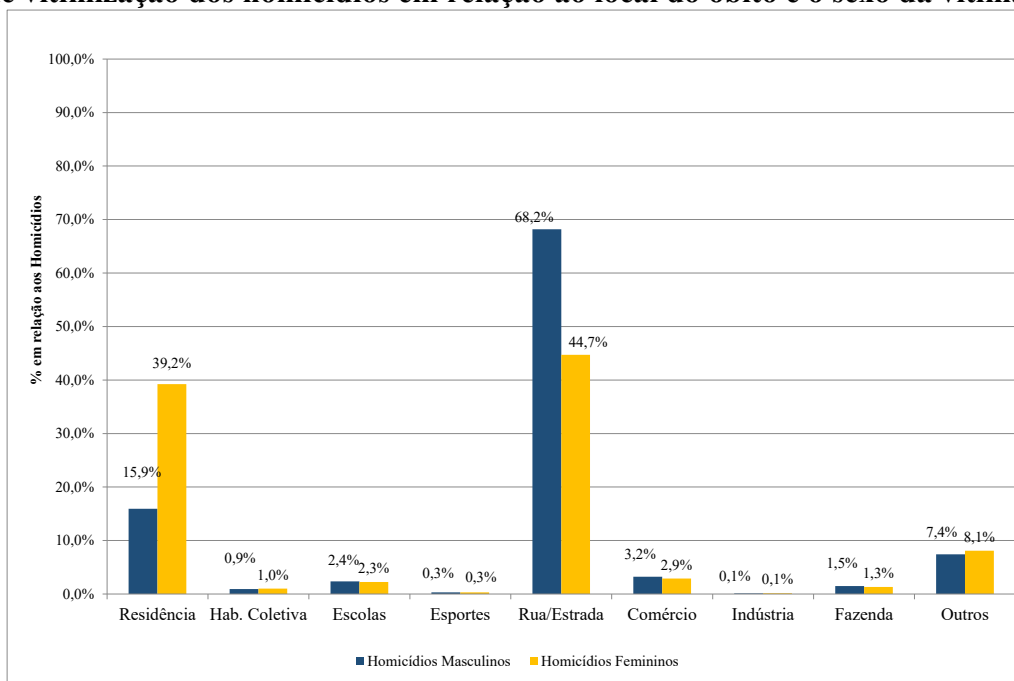


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Nota: Quanto a Classificação do instrumento, ver Cerqueira (2012). Com dados preliminares para o ano de 2017. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Quanto ao local de ocorrência do incidente que gerou o homicídio (gráfico 7.7), em aproximadamente 31% dos casos o sistema de saúde não conseguiu identificar onde o mesmo ocorreu. Considerando apenas os incidentes cujos locais eram conhecidos, a local com maior proporção de incidentes é na via pública (rua/estada), onde 68,2% dos homens são vitimados nesse local, contra 44,7% das mulheres. É interessante perceber o alto índice de eventos violentos letais intencionais contra as mulheres dentro da residência, que correspondem por 39,2%, e que com grandes chances se relacionam com casos de feminicídio.

GRÁFICO 7.7

Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao local do óbito e o sexo da vítima

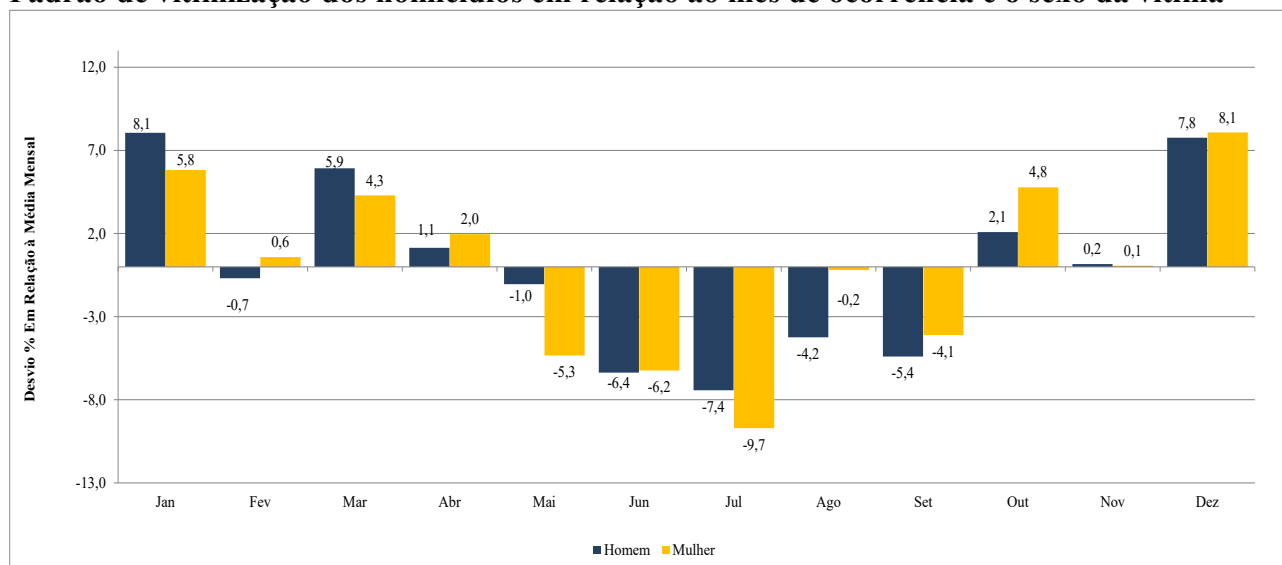


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Nota: Com dados preliminares para o ano de 2017. O percentual de casos com local ignorado quanto aos homicídios de homens e mulheres foi de 31,9% e 43,3%, respectivamente. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No que se refere ao mês de ocorrência dos homicídios, calculamos o desvio percentual médio em relação ao mês de ocorrência. O gráfico 7.8 indica uma maior incidência de acidentes fatais com homens e mulheres nos meses mais quentes do ano, o que, possivelmente, tem a ver com os períodos de maior interação social. Um fato curioso diz respeito aos meses de fevereiro e novembro, que praticamente apresentam a média mensal anual, destoando dos meses vizinhos.

GRÁFICO 7.8

Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao mês de ocorrência e o sexo da vítima

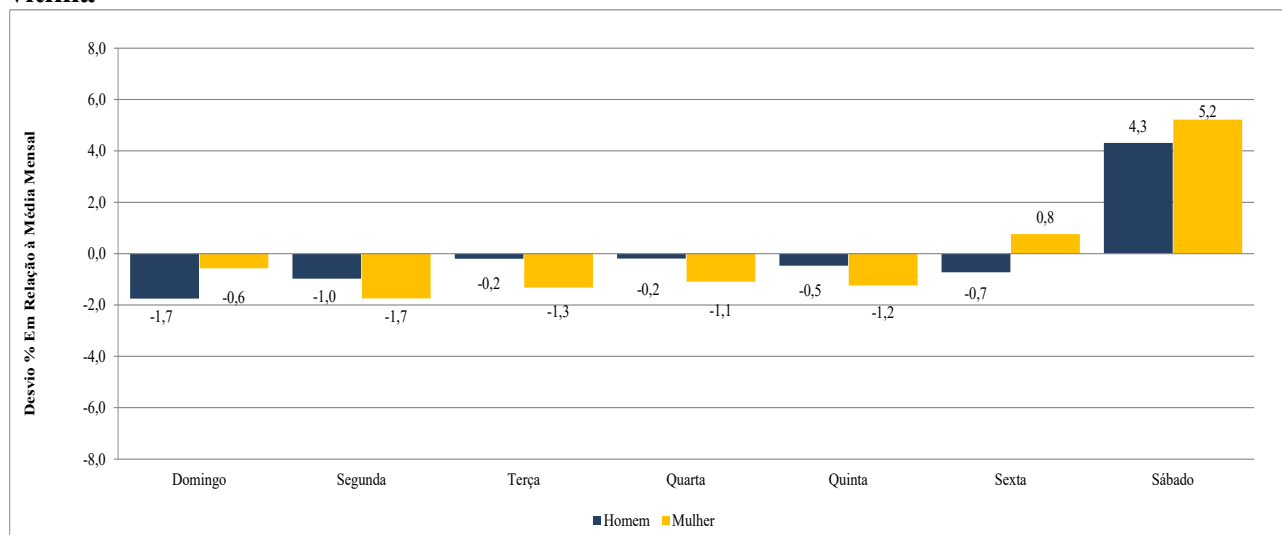


Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
 Nota: Com dados preliminares para o ano de 2017. Desvio % em relação à média mensal. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Quanto ao dia da semana de ocorrência dos homicídios, por meio do gráfico 6.9, podemos observar que os mesmos ocorrem com mais frequência no sábado, tanto para homens quanto para mulheres, o que sugere que uma maior atenção do policiamento preventivo nesse dia poderia ser bastante efetivo.

GRÁFICO 7.9

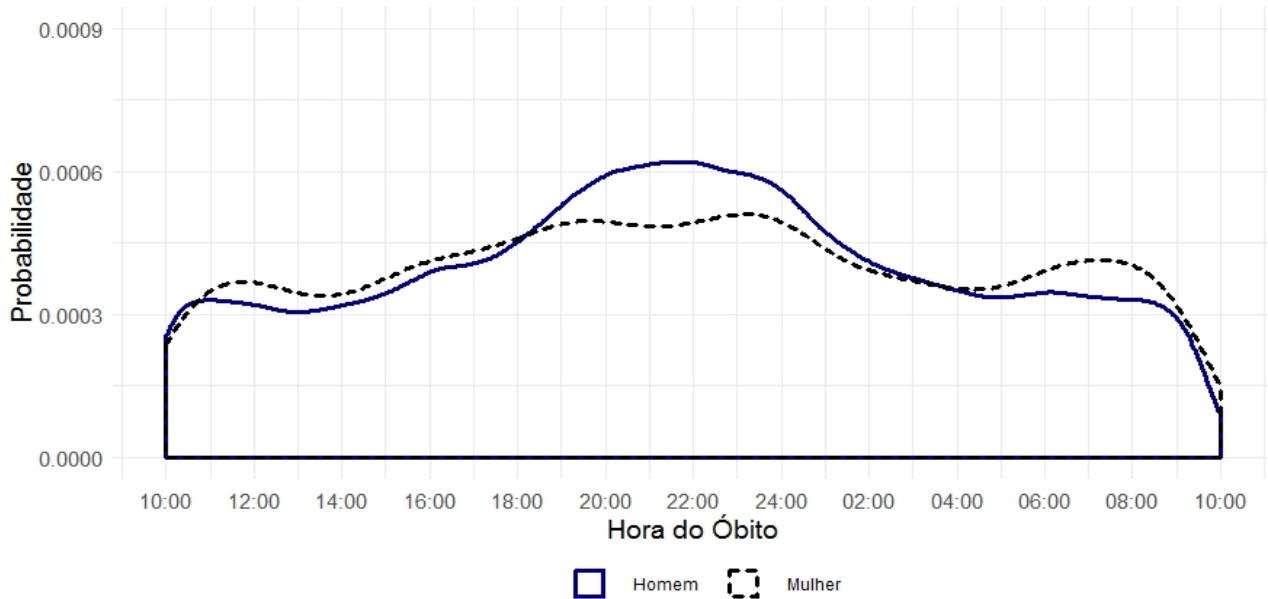
Padrão de vitimização dos homicídios em relação ao dia da semana de ocorrência e o sexo da vítima



Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.
 Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

No gráfico 7.10 tem-se a função de densidade de probabilidade dos homicídios em relação à hora do óbito e ao sexo da vítima, que foram estimadas por Kernel³⁹. Conforme se pode observar, há uma maior probabilidade de ocorrência de homicídios entre os homens no intervalo compreendido entre as 18h e as 02h, enquanto o comportamento que para as mulheres é mais uniforme ao longo do dia.

GRÁFICO 7.10
Densidade de Kernel dos homicídios pela hora do óbito e pelo sexo da vítima



Fonte: Produzido com base no empilhamento dos microdados entre 2007 e 2017, do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.
Nota: Com dados preliminares para o ano de 2017. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

³⁹ Para a estimação do Kernel foi utilizada a função Gaussiana.

8. ARMAS DE FOGO

8.1. Um quadro geral da literatura científica sobre armas e crimes

O prof. John J. Donohue III (Univ. Stanford), um dos mais proeminentes pesquisadores mundiais sobre os efeitos da difusão de arma de fogo, publicou⁴⁰ junto com colegas, em abril de 2019, no *Journal of Empirical Legal Studies* o mais abrangente artigo científico sobre o efeito da flexibilização do porte de armas nos EUA (onde a lei difere de estado para estado). Neste trabalho, em que os autores se basearam numa metodologia econométrica robusta para capturar a causalidade, eles concluíram que a flexibilização da lei fez aumentar entre 13% a 15% a taxa de crimes violentos em 10 anos.

Dois anos antes, um dos mais prestigiosos periódicos científicos internacionais, da Associação Médica Americana, o *The Journal of the American Medical Association – JAMA*, publicado desde 1883, produziu um editorial⁴¹, em 2017, onde resumiu as conclusões de décadas de pesquisas e conclamou a sociedade americana a combater a epidemia da violência armada. Nesse documento, eles apontaram a disponibilidade de armas de fogo como o principal elemento propiciador de suicídios, homicídios e assassinatos em massa; e exortaram os *policy makers* e legisladores a implementarem leis e ações restritivas quanto ao acesso à arma de fogo, quando concluíram: “(...) *the key to reducing firearm deaths in the United States is to understand and reduce exposure to the cause, just like in any epidemic, and in this case that is guns*”.

De fato, há consenso na literatura científica internacional sobre os efeitos perniciosos da difusão de armas de fogo na sociedade. Por exemplo, Conti fez uma análise⁴² intitulada “*Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes*”. Segundo o autor: “90% das revisões de literatura são contrárias à tese “mais Armas, menos Crimes”. Das 10 revisões de literatura ou meta-análises publicadas em periódicos com revisão por pares entre 2012 e 2017, nove concluíram que a literatura empírica disponível é amplamente favorável à conclusão de que a quantidade de armas tem efeito positivo sobre os homicídios, sobre a violência letal e sobre alguns outros tipos de crime.

Em 2016, 56 pesquisadores brasileiros e estrangeiros, que produziram e publicaram pesquisas sobre os efeitos da arma de fogo na sociedade foram unânimes em afirmar⁴³ que “O relaxamento da atual legislação [o Estatuto do Desarmamento] sobre o controle do acesso às armas de fogo implicará mais mortes e ainda mais insegurança no país”.

⁴⁰ Ver Donohue *et al.* (2019).

⁴¹ JAMA (2017, p. 1.763). Disponível em: <<https://tinyurl.com/y2hamyqr>>.

⁴² Disponível em: <<https://tinyurl.com/y5tuxph7>>.

⁴³ Disponível em: <<https://tinyurl.com/y48peq5n>>.

O perigo da difusão de armas de fogo para engendrar um maior índice de crimes violentos – incluindo aí as mortes ocasionadas por conflitos interpessoais e feminicídios – tem sido objeto de várias análises nas edições anuais do Atlas da Violência, onde apontamos haver um debate desigual, em que, de um lado, estão as evidências empíricas científicas e de outro a retórica armamentista da autodefesa, nunca confirmada em pesquisas científicas.

8.2 Alguns achados específicos dos estudos

No Brasil, Cerqueira (2014) mostrou evidências de que a cada 1% a mais de armas de fogo em circulação há um aumento de 2% na taxa de homicídio. Resultados qualitativamente idênticos foram obtidos em duas teses de doutorado na EPGE/FGV e na USP, onde os autores utilizaram métodos quantitativos também sofisticados. Além disso, nesses trabalhos não se verificou qualquer relação da difusão da arma de fogo com a diminuição de crimes contra o patrimônio.

Cerqueira e De Mello (2013) encontraram que se não fosse o Estatuto do Desarmamento, a taxa de homicídio teria aumentado 12% acima da verificada, entre 2004 e 2007. A respeito do debate sobre a legislação, nos Estados Unidos, há consenso nas evidências de que leis de armas de fogo mais rígidas estão associadas a reduções nas taxas de homicídios por armas de fogo, como conclui Lee (2017), num trabalho de revisão sistemática da literatura, agora mais uma vez confirmado por Donohue *et al.* (2019). Por outro lado, Cook e Ludwig, dois professores das universidades de Stanford e Chicago, respectivamente, num trabalho de 2002, mostraram evidências de que nos bairros onde há mais domicílios com armas de fogo acontecem mais roubos à residência, o que demonstra que a arma dentro de casa, menos do que um instrumento para propiciar a segurança do lar, funciona com um atrativo para o criminoso, ainda mais que existe o fator surpresa a favor do perpetrador.

Além dos estudos que demonstram que a maior difusão de arma de fogo faz aumentar a insegurança pública, vários trabalhos científicos mostram que a presença de uma arma de fogo no lar conspira contra a segurança da família, ao fazer aumentar inúmeras vezes as chances de algum morador sofrer homicídio, suicídio ou um acidente fatal, inclusive, envolvendo crianças, como por exemplo foi descrito em Dahlberg *et al.* (2004).

8.3. Por que a difusão de arma faz aumentar a insegurança pública? Canais causais

1. Como falado, uma arma de fogo dentro do lar faz aumentar as mortes violentas dos moradores, seja por questões que envolvem crimes passionais e feminicídios, seja porque aumenta barbaramente as chances de suicídio, ou ainda porque aumentam as chances de acidentes fatais, inclusive envolvendo crianças. Por exemplo, Dahlberg *et al.* (2004), mostraram que o risco de um homem cometer suicídio em casas onde há armas aumenta 10,4 vezes. Segundo Fowler *et al.* (2017), em função de acidentes domésticos envolvendo armas de fogo, a cada ano 1.300 crianças são mortas nos EUA e 5.790 são internadas a cada ano.
2. Uma parte significativa dos crimes violentos letais intencionais é perpetrada por razões interpessoais. No Brasil, cerca de 4% dessas mortes ocorrem por latrocínio. Por outro lado, alguns trabalhos, como o de Dirk e Moura (2017), com dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, mostraram que, no total dos casos de crimes letais intencionais conhecidos, mais de 20% das mortes ocorrem por questões interpessoais, como brigas de vizinho, crimes passionais, brigas de bar, etc. Portanto, o indivíduo com uma arma de fogo na mão que se envolve em um conflito aumenta as chances de ocorrência de uma tragédia;
3. Significativa parcela das armas legais são extraviadas ou roubadas e terminam em algum momento caindo na ilegalidade, fazendo com que o preço da arma no mercado ilegal diminua e facilitando o acesso à arma aos criminosos contumazes. A CPI das Armas realizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, mostrou dados robustos sobre a questão. Em 10 anos no estado do Rio de Janeiro, foram extraviadas ou roubadas 17.662 armas das empresas de vigilância ou segurança privada. Nessa mesma CPI mostrou-se que das armas ilegais apreendidas, 68% tinham sido armas legais num primeiro momento vendidas no território nacional e 18% tinham sido armas desviadas das Forças Armadas ou polícias. Ou seja, 86% das armas ilegais foram em algum momento legais e depois desviadas para o crime.
4. A arma de fogo no ambiente urbano é um bom instrumento de ataque, mas um péssimo instrumento de defesa, em vista do fator surpresa. Aliás, as mortes de inúmeros policiais nos dias de folga atestam esse ponto. De outra forma, uma pesquisa do IBCCRIM mostrou que uma vítima de um assalto quando armada possui 56% a mais de chances de ser morta do que a vítima desarmada.

8.4. A escalada da violência armada no Brasil desde 1980 e o freio ao aumento das mortes imposto pelo estatuto do desarmamento

De fato, os dados sobre violência armada no Brasil mostram a escalada de homicídios no rastro de uma verdadeira corrida armamentista que varreu as décadas de 1980 e 1990 até 2003. Entre 1980 e 2017, cerca de 955 mil pessoas foram mortas com o uso de armas de fogo. No começo dos anos 1980, para cada 100 pessoas assassinadas, cerca de 40 eram vítimas de armas de fogo. A partir de 2003 (ano em que foi sancionado o Estatuto do Desarmamento) esse índice estacionou em 71%. Portanto, nessas décadas, saímos de um percentual de homicídio por arma de fogo equivalente ao de países vizinhos, como o Chile e a média dos países da América do Sul e chegamos a índices parecidos como países como Honduras e Jamaica.

O gráfico 8.1, que traz a evolução dos homicídios perpetrados com o uso da arma de fogo e por outros meios, apresenta de maneira simples o potencial efeito do Estatuto do Desarmamento (ED) para frear o aumento dos homicídios no Brasil desde 2003, ainda que de forma ilustrativa.

Enquanto nos 14 anos após o ED, entre 2003 e 2017, o crescimento médio anual da taxa de homicídios por arma de fogo no país foi de 0,85%. Nos 14 anos antes do ED, a taxa média anual havia sido de 5,44%, ou mais de seis vezes maior. Claramente, o gráfico 8.1 mostra uma quebra de tendência na velocidade de crescimento das mortes por armas de fogo exatamente em 2003. Por outro lado, essa mudança poderia se dar por outras razões alheias à sanção do ED (de cunho macroeconômico, ou demográfico, por exemplo). Contudo, se esse fosse o caso, tal fenômeno deveria afetar a violência em geral e não apenas as mortes por armas de fogo, mas os homicídios por outros meios também.

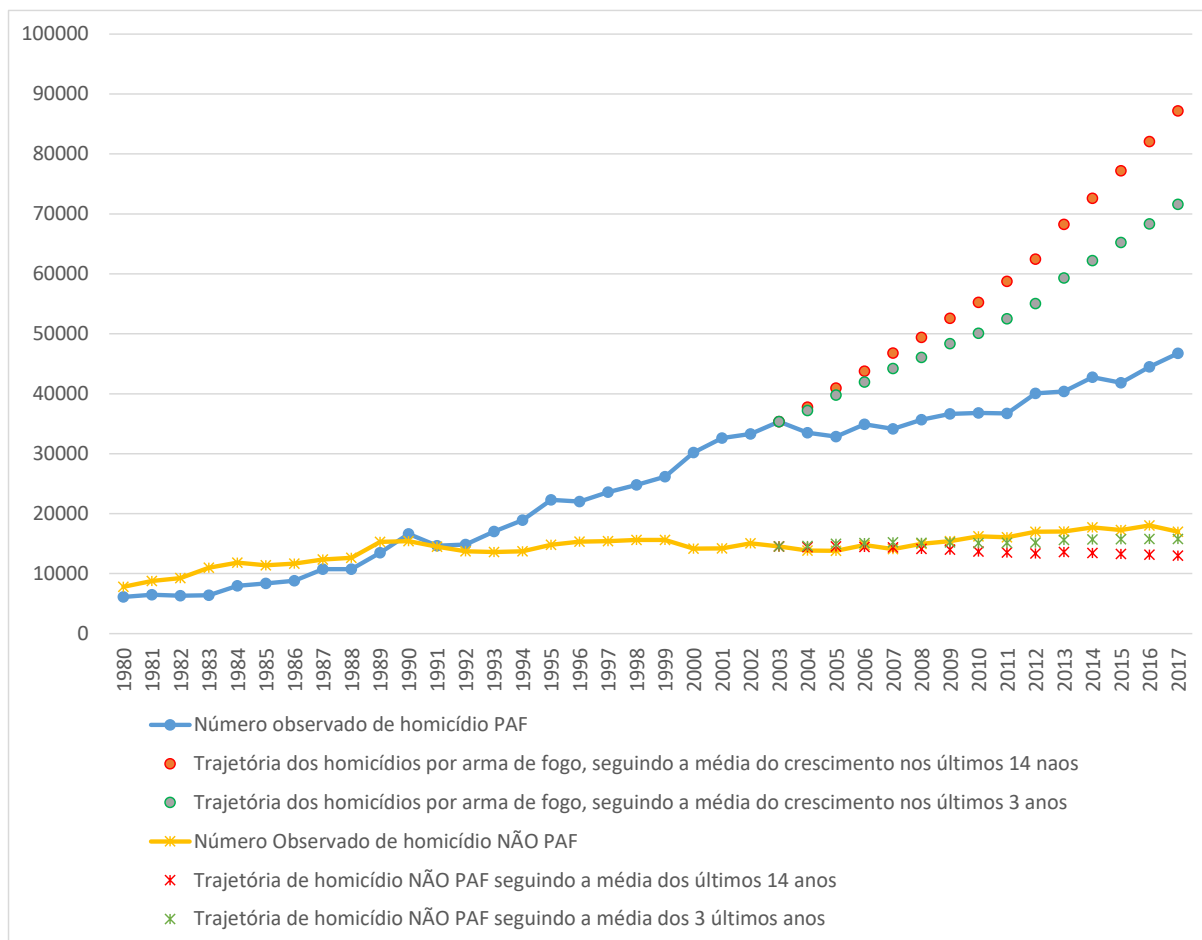
A fim de visualizar essa questão fizemos dois exercícios. No primeiro, projetamos os homicídios por arma de fogo e os homicídios por outros meios após 2003, na hipótese de que as taxas de crescimento dos indicadores desses grupos de letalidade se dessem, a partir desse ano, de forma idêntica às verificadas pelas médias anuais de crescimento vigente nos 14 anos anteriores. No segundo exercício, consideramos as taxas médias anuais de crescimento nos três anos antes de 2003.

Basicamente, o gráfico mostra que considerando as trajetórias de letalidade no período pré Estatuto do Desarmamento (tanto num prazo mais longo – 14 anos – quando num prazo mais curto – 3 anos, para projetar o futuro), enquanto verificamos trajetórias idênticas de homicídios por outros meios, entre 2003 e 2017, há, por outro lado, uma clara mudança na trajetória das mortes por armas de fogo, que teriam crescido muito mais do que os dados efetivamente observados. Portanto, ainda

que outros fatores possam explicar a mudança de padrão de letalidade após 2003, esses fatores alternativos teriam que dar conta de explicar por que a mudança ocorre exatamente em 2003 e por que a mudança ocorre apenas para a violência armada e não por outros meios. Tais exercícios trazem, portanto, uma forte sugestão do efeito do Estatuto do Desarmamento para frear a violência armada no país.

GRÁFICO 8.1

Número de homicídios por arma de fogo (PAF) e por outros meios (não PAF) no Brasil, entre 1980 e 2017 – observado e calculado, caso a taxa de crescimento após 2003 se dessem no mesmo padrão de 14 e 3 anos anteriores



Fonte: Microdados do Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

8.5. Evolução da violência armada nas UFs na última década

Claramente, há uma heterogeneidade na dinâmica da violência armada entre as unidades federativas, que decorrem de fatores locais. Por exemplo, em estados como São Paulo, o ED serviu como elemento propulsor para uma política focada no controle e retirada das armas de fogo das ruas, que já acontecia desde 1999. Nesse estado, considerando apenas os últimos 10 anos, a diminuição na taxa de homicídios por armas de fogo foi a maior do país (-43,9%) (tabela 8.2). Em outros estados, em que não houve um enfoque na retirada de armas de fogo de circulação e onde as facções criminosas atuaram de forma mais intensiva e se viram envolvidas em escaramuças pelo domínio de mercados varejistas e rotas de transporte de drogas, se percebeu um aumento da violência armada. Esses são os casos das unidades federativas objeto das análises nas seções iniciais, sendo que os principais

aumentos nessas taxas entre 2007 e 2017 ocorreram no Acre (+538,4%), no Rio Grande do Norte (+286,9%) e no Ceará (+254,7).

O resultado dessa combinação de fenômenos fez com que as taxas de homicídio por arma de fogo aumentassem em 26,9% na última década, ou 6,0% apenas no último ano, mesmo que 15 unidades federativas tenham obtido redução no índice de letalidade armada.

TABELA 8.1

Brasil: número de homicídios por arma de fogo por UF (2007-2017)

| | Número de Homicídios por Arma de Fogo | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 34.147 | 35.676 | 36.624 | 36.792 | 36.737 | 40.077 | 40.369 | 42.755 | 41.817 | 44.475 | 47.510 | 39,1% | 18,5% | 6,8% |
| Acre | 51 | 40 | 61 | 63 | 50 | 85 | 95 | 115 | 116 | 226 | 384 | 652,9% | 351,8% | 69,9% |
| Alagoas | 1.552 | 1.596 | 1.560 | 1.721 | 1.913 | 1.737 | 1.860 | 1.806 | 1.476 | 1.546 | 1.526 | -1,7% | -12,1% | -1,3% |
| Amapá | 60 | 65 | 69 | 103 | 80 | 117 | 104 | 152 | 154 | 222 | 177 | 195,0% | 51,3% | -20,3% |
| Amazonas | 415 | 446 | 572 | 635 | 879 | 855 | 695 | 762 | 930 | 791 | 975 | 134,9% | 14,0% | 23,3% |
| Bahia | 2.700 | 3.828 | 4.361 | 4.439 | 4.170 | 4.594 | 4.287 | 4.671 | 4.555 | 5.449 | 5.427 | 101,0% | 18,1% | -0,4% |
| Ceará | 1.224 | 1.332 | 1.511 | 2.057 | 2.063 | 3.135 | 3.655 | 3.795 | 3.393 | 2.908 | 4.698 | 283,8% | 49,9% | 61,6% |
| Distrito Federal | 516 | 579 | 666 | 576 | 657 | 725 | 593 | 631 | 489 | 516 | 401 | -22,3% | -44,7% | -22,3% |
| Espírito Santo | 1.363 | 1.495 | 1.548 | 1.359 | 1.352 | 1.335 | 1.290 | 1.292 | 1.093 | 968 | 1.227 | -10,0% | -8,1% | 26,8% |
| Goiás | 1.009 | 1.201 | 1.260 | 1.317 | 1.579 | 1.955 | 2.138 | 2.054 | 2.161 | 2.143 | 2.057 | 103,9% | 5,2% | -4,0% |
| Maranhão | 602 | 698 | 785 | 827 | 944 | 1.152 | 1.397 | 1.688 | 1.718 | 1.625 | 1.483 | 146,3% | 28,7% | -8,7% |
| Mato Grosso | 542 | 572 | 573 | 566 | 602 | 641 | 745 | 854 | 769 | 752 | 669 | 23,4% | 4,4% | -11,0% |
| Mato Grosso do Sul | 401 | 392 | 429 | 344 | 368 | 337 | 318 | 357 | 316 | 326 | 327 | -18,5% | -3,0% | 0,3% |
| Minas Gerais | 2.983 | 2.755 | 2.603 | 2.456 | 3.000 | 3.228 | 3.468 | 3.377 | 3.214 | 3.321 | 3.067 | 2,8% | -5,0% | -7,6% |
| Pará | 1.385 | 1.929 | 2.038 | 2.502 | 2.077 | 2.138 | 2.229 | 2.305 | 2.539 | 3.048 | 3.362 | 142,7% | 57,2% | 10,3% |
| Paraíba | 656 | 750 | 1.019 | 1.208 | 1.379 | 1.224 | 1.258 | 1.253 | 1.264 | 1.060 | 1.054 | 60,7% | -13,9% | -0,6% |
| Paraná | 2.285 | 2.540 | 2.673 | 2.630 | 2.365 | 2.433 | 2.025 | 2.071 | 1.972 | 2.125 | 1.832 | -19,8% | -24,7% | -13,8% |
| Pernambuco | 3.706 | 3.449 | 3.117 | 2.649 | 2.541 | 2.475 | 2.299 | 2.543 | 3.065 | 3.475 | 4.478 | 20,8% | 80,9% | 28,9% |
| Piauí | 184 | 159 | 184 | 207 | 251 | 311 | 365 | 455 | 400 | 440 | 376 | 104,3% | 20,9% | -14,5% |
| Rio de Janeiro | 5.102 | 4.336 | 4.009 | 4.111 | 3.411 | 3.472 | 3.555 | 3.642 | 3.182 | 4.019 | 4.411 | -13,5% | 27,0% | 9,8% |
| Rio Grande do Norte | 438 | 536 | 620 | 611 | 788 | 856 | 1.149 | 1.314 | 1.238 | 1.569 | 1.927 | 340,0% | 125,1% | 22,8% |
| Rio Grande do Sul | 1.661 | 1.801 | 1.645 | 1.496 | 1.531 | 1.737 | 1.714 | 2.055 | 2.282 | 2.507 | 2.591 | 56,0% | 49,2% | 3,4% |
| Rondônia | 321 | 286 | 353 | 351 | 286 | 338 | 300 | 402 | 383 | 465 | 373 | 16,2% | 10,4% | -19,8% |
| Roraima | 28 | 29 | 27 | 29 | 25 | 32 | 70 | 47 | 57 | 72 | 93 | 232,1% | 190,6% | 29,2% |
| Santa Catarina | 377 | 505 | 511 | 483 | 483 | 491 | 442 | 499 | 570 | 611 | 653 | 73,2% | 33,0% | 6,9% |
| São Paulo | 4.150 | 3.891 | 3.851 | 3.469 | 3.262 | 3.848 | 3.440 | 3.541 | 3.097 | 2.720 | 2.518 | -39,3% | -34,6% | -7,4% |
| Sergipe | 348 | 368 | 451 | 452 | 523 | 648 | 732 | 898 | 1.108 | 1.259 | 1.106 | 217,8% | 70,7% | -12,2% |
| Tocantins | 88 | 98 | 128 | 131 | 158 | 178 | 146 | 176 | 276 | 312 | 318 | 261,4% | 78,7% | 1,9% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X93-X95, ou seja: óbitos causados por agressão por disparo de arma de fogo. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 8.2

Brasil: taxa de homicídios por arma de fogo por UF (2007-2017)

| | Taxa de Homicídio Cometido por Arma de Fogo por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 18,0 | 18,8 | 19,1 | 19,3 | 19,1 | 20,7 | 20,1 | 21,1 | 20,5 | 21,6 | 22,9 | 26,9% | 10,7% | 6,0% |
| Acre | 7,3 | 5,9 | 8,8 | 8,6 | 6,7 | 11,2 | 12,2 | 14,6 | 14,4 | 27,7 | 46,3 | 538,4% | 313,2% | 67,3% |
| Alagoas | 50,3 | 51,0 | 49,4 | 55,2 | 60,9 | 54,9 | 56,3 | 54,4 | 44,2 | 46,0 | 45,2 | -10,1% | -17,6% | -1,8% |
| Amapá | 9,4 | 10,6 | 11,0 | 15,4 | 11,7 | 16,7 | 14,2 | 20,2 | 20,1 | 28,4 | 22,2 | 135,4% | 32,5% | -21,8% |
| Amazonas | 12,2 | 13,3 | 16,9 | 18,2 | 24,8 | 23,8 | 18,3 | 19,7 | 23,6 | 19,8 | 24,0 | 95,9% | 0,8% | 21,4% |
| Bahia | 19,2 | 26,4 | 29,8 | 31,7 | 29,6 | 32,4 | 28,5 | 30,9 | 30,0 | 35,7 | 35,4 | 84,5% | 9,1% | -0,8% |
| Ceará | 14,7 | 15,8 | 17,7 | 24,3 | 24,2 | 36,4 | 41,6 | 42,9 | 38,1 | 32,4 | 52,1 | 254,7% | 43,0% | 60,5% |
| Distrito Federal | 21,2 | 22,6 | 25,5 | 22,4 | 25,2 | 27,4 | 21,3 | 22,1 | 16,8 | 17,3 | 13,2 | -37,8% | -51,8% | -23,9% |
| Espírito Santo | 38,7 | 43,3 | 44,4 | 38,7 | 38,1 | 37,3 | 33,6 | 33,3 | 27,8 | 24,4 | 30,6 | -21,1% | -18,1% | 25,4% |
| Goiás | 17,3 | 20,5 | 21,3 | 21,9 | 26,0 | 31,8 | 33,2 | 31,5 | 32,7 | 32,0 | 30,3 | 75,7% | -4,5% | -5,2% |
| Maranhão | 9,6 | 11,1 | 12,3 | 12,6 | 14,2 | 17,2 | 20,6 | 24,6 | 24,9 | 23,4 | 21,2 | 120,5% | 23,5% | -9,3% |
| Mato Grosso | 18,6 | 19,3 | 19,1 | 18,6 | 19,6 | 20,6 | 23,4 | 26,5 | 23,5 | 22,7 | 20,0 | 7,4% | -2,8% | -12,1% |
| Mato Grosso do Sul | 17,2 | 16,8 | 18,2 | 14,0 | 14,9 | 13,5 | 12,3 | 13,6 | 11,9 | 12,2 | 12,1 | -29,9% | -10,4% | -0,8% |
| Minas Gerais | 15,1 | 13,9 | 13,0 | 12,5 | 15,2 | 16,3 | 16,8 | 16,3 | 15,4 | 15,8 | 14,5 | -4,0% | -10,7% | -8,2% |
| Pará | 19,1 | 26,3 | 27,4 | 33,0 | 27,0 | 27,3 | 28,0 | 28,5 | 31,1 | 36,7 | 40,2 | 110,3% | 47,0% | 9,5% |
| Paraíba | 18,0 | 20,0 | 27,0 | 32,1 | 36,4 | 32,1 | 32,1 | 31,8 | 31,8 | 26,5 | 26,2 | 45,7% | -18,4% | -1,2% |
| Paraná | 21,7 | 24,0 | 25,0 | 25,2 | 22,5 | 23,0 | 18,4 | 18,7 | 17,7 | 18,9 | 16,2 | -25,6% | -29,6% | -14,4% |
| Pernambuco | 43,1 | 39,5 | 35,4 | 30,1 | 28,7 | 27,7 | 25,0 | 27,4 | 32,8 | 36,9 | 47,3 | 9,6% | 70,6% | 28,0% |
| Piauí | 6,0 | 5,1 | 5,9 | 6,6 | 8,0 | 9,8 | 11,5 | 14,2 | 12,5 | 13,7 | 11,7 | 94,6% | 18,7% | -14,7% |
| Rio de Janeiro | 32,4 | 27,3 | 25,0 | 25,7 | 21,2 | 21,4 | 21,7 | 22,1 | 19,2 | 24,2 | 26,4 | -18,6% | 23,3% | 9,2% |
| Rio Grande do Norte | 14,2 | 17,3 | 19,8 | 19,3 | 24,6 | 26,5 | 34,1 | 38,6 | 36,0 | 45,2 | 54,9 | 286,9% | 107,2% | 21,7% |
| Rio Grande do Sul | 15,0 | 16,6 | 15,1 | 14,0 | 14,3 | 16,1 | 15,4 | 18,3 | 20,3 | 22,2 | 22,9 | 52,6% | 41,9% | 3,0% |
| Rondônia | 20,2 | 19,1 | 23,5 | 22,5 | 18,1 | 21,3 | 17,4 | 23,0 | 21,7 | 26,0 | 20,7 | 2,3% | -2,8% | -20,6% |
| Roraima | 6,7 | 7,0 | 6,4 | 6,4 | 5,4 | 6,8 | 14,3 | 9,5 | 11,3 | 14,0 | 17,8 | 163,9% | 161,1% | 27,1% |
| Santa Catarina | 6,2 | 8,3 | 8,4 | 7,7 | 7,6 | 7,7 | 6,7 | 7,4 | 8,4 | 8,8 | 9,3 | 49,7% | 21,3% | 5,5% |
| São Paulo | 10,0 | 9,5 | 9,3 | 8,4 | 7,8 | 9,2 | 7,9 | 8,0 | 7,0 | 6,1 | 5,6 | -43,9% | -39,2% | -8,1% |
| Sergipe | 17,1 | 18,4 | 22,3 | 21,9 | 25,0 | 30,7 | 33,3 | 40,5 | 49,4 | 55,6 | 48,3 | 182,4% | 57,5% | -13,0% |
| Tocantins | 6,5 | 7,7 | 9,9 | 9,5 | 11,3 | 12,6 | 9,9 | 11,8 | 18,2 | 20,4 | 20,5 | 216,8% | 63,4% | 0,8% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X93-X95, ou seja: óbitos causados por agressão por disparo de arma de fogo. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 8.3

Brasil: proporção de homicídios por arma de fogo por UF (2007-2017)

| | Proporção de Homicídios Cometidos por Arma de Fogo | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 71,6 | 71,2 | 71,2 | 70,4 | 70,4 | 71,1 | 71,1 | 71,6 | 71,9 | 71,1 | 72,4 | 1,2% | 1,8% | 1,8% |
| Acre | 37,8 | 30,1 | 39,9 | 38,2 | 30,5 | 40,9 | 40,6 | 49,6 | 53,5 | 62,3 | 74,4 | 97,0% | 82,1% | 19,5% |
| Alagoas | 84,6 | 84,6 | 83,3 | 82,5 | 85,3 | 84,9 | 86,6 | 86,6 | 84,4 | 84,9 | 84,2 | -0,5% | -0,9% | -0,9% |
| Amapá | 35,3 | 31,0 | 36,3 | 39,6 | 38,3 | 46,3 | 46,2 | 59,4 | 52,6 | 58,3 | 46,2 | 31,0% | -0,1% | -20,7% |
| Amazonas | 58,0 | 53,7 | 62,5 | 58,7 | 68,0 | 63,6 | 58,4 | 61,5 | 63,2 | 54,5 | 58,2 | 0,4% | -8,5% | 6,9% |
| Bahia | 74,4 | 80,0 | 81,0 | 77,1 | 76,3 | 77,4 | 77,2 | 78,9 | 78,7 | 76,0 | 72,5 | -2,6% | -6,3% | -4,6% |
| Ceará | 63,4 | 66,0 | 69,8 | 76,6 | 73,9 | 81,6 | 81,7 | 82,1 | 81,5 | 79,8 | 86,5 | 36,5% | 5,9% | 8,3% |
| Distrito Federal | 72,7 | 71,3 | 75,7 | 73,3 | 72,9 | 76,2 | 71,0 | 75,0 | 66,0 | 67,9 | 65,7 | -9,6% | -13,7% | -3,2% |
| Espírito Santo | 72,6 | 76,8 | 78,0 | 75,8 | 80,9 | 80,1 | 79,7 | 80,4 | 75,5 | 76,2 | 80,7 | 11,1% | 0,7% | 5,8% |
| Goiás | 66,3 | 67,0 | 66,3 | 66,6 | 69,5 | 70,0 | 71,9 | 71,2 | 72,2 | 70,6 | 70,9 | 6,9% | 1,3% | 0,5% |
| Maranhão | 53,5 | 54,8 | 56,2 | 54,6 | 59,3 | 64,9 | 64,6 | 68,7 | 70,5 | 67,5 | 68,0 | 27,2% | 4,8% | 0,8% |
| Mato Grosso | 61,0 | 61,1 | 57,5 | 58,3 | 60,8 | 60,5 | 64,6 | 63,0 | 64,1 | 63,7 | 60,7 | -0,5% | 0,4% | -4,7% |
| Mato Grosso do Sul | 57,3 | 56,4 | 59,3 | 53,3 | 54,9 | 49,4 | 50,6 | 51,1 | 50,4 | 48,6 | 49,6 | -13,4% | 0,4% | 2,1% |
| Minas Gerais | 72,4 | 71,0 | 69,6 | 67,5 | 70,4 | 70,8 | 73,6 | 71,6 | 71,0 | 71,9 | 71,3 | -1,5% | 0,7% | -0,7% |
| Pará | 63,2 | 67,5 | 68,2 | 71,2 | 67,7 | 66,1 | 65,5 | 67,0 | 69,1 | 72,2 | 73,5 | 16,3% | 11,2% | 1,8% |
| Paraíba | 76,2 | 73,0 | 80,7 | 83,0 | 85,4 | 80,3 | 81,1 | 80,8 | 83,1 | 78,2 | 78,6 | 3,2% | -2,1% | 0,5% |
| Paraná | 73,8 | 73,8 | 72,6 | 73,6 | 71,2 | 70,4 | 69,6 | 70,0 | 68,9 | 69,0 | 66,4 | -10,0% | -5,7% | -3,8% |
| Pernambuco | 81,3 | 77,6 | 78,7 | 76,3 | 73,3 | 74,4 | 73,6 | 75,7 | 79,7 | 78,1 | 82,6 | 1,6% | 11,1% | 5,7% |
| Piauí | 48,0 | 44,2 | 47,8 | 50,4 | 57,6 | 59,2 | 61,3 | 63,6 | 61,6 | 62,8 | 60,1 | 25,0% | 1,4% | -4,3% |
| Rio de Janeiro | 80,9 | 80,6 | 79,2 | 78,3 | 74,8 | 75,7 | 72,8 | 67,5 | 66,5 | 66,4 | 68,8 | -15,1% | -9,2% | 3,5% |
| Rio Grande do Norte | 74,4 | 75,1 | 77,5 | 75,4 | 74,8 | 76,2 | 79,5 | 82,0 | 80,2 | 84,6 | 87,5 | 17,6% | 14,8% | 3,4% |
| Rio Grande do Sul | 76,2 | 75,9 | 73,7 | 72,4 | 74,4 | 73,5 | 74,1 | 75,8 | 78,2 | 77,7 | 78,1 | 2,6% | 6,3% | 0,5% |
| Rondônia | 74,3 | 59,6 | 65,6 | 64,4 | 63,8 | 64,5 | 62,4 | 69,7 | 63,8 | 66,1 | 67,3 | -9,4% | 4,4% | 1,8% |
| Roraima | 24,1 | 27,9 | 23,1 | 24,0 | 26,3 | 22,4 | 32,7 | 29,8 | 28,1 | 35,3 | 37,5 | 55,3% | 67,6% | 6,2% |
| Santa Catarina | 59,8 | 63,5 | 62,7 | 58,8 | 60,2 | 60,5 | 57,0 | 57,8 | 61,2 | 62,1 | 61,3 | 2,5% | 1,2% | -1,3% |
| São Paulo | 66,3 | 63,3 | 60,7 | 59,3 | 57,6 | 60,7 | 58,5 | 59,5 | 60,1 | 55,9 | 54,4 | -18,0% | -10,4% | -2,6% |
| Sergipe | 66,7 | 66,3 | 69,1 | 66,9 | 71,6 | 73,7 | 75,9 | 81,9 | 85,1 | 85,9 | 84,2 | 26,3% | 14,3% | -2,0% |
| Tocantins | 39,5 | 41,4 | 44,4 | 40,3 | 44,0 | 47,0 | 41,8 | 46,3 | 55,8 | 54,1 | 57,1 | 44,7% | 21,5% | 5,6% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE – Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. A proporção se baseia no número de homicídios por arma de fogo dividido pelo número de homicídios. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X93-X95, ou seja: óbitos causados por agressão por disparo de arma de fogo; e o número de homicídios CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

9. MORTES VIOLENTAS COM CAUSA INDETERMINADA E QUALIDADE DOS DADOS

Segundo a 10ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), adotada pelo Brasil desde 1996, as mortes violentas, ou mortes por causas externas, podem ser divididas em: acidentes; lesões autoprovocadas intencionalmente; agressões; intervenções legais e operações de guerra; e mortes violentas com causa indeterminada (MVCI). Essa última categoria se refere à situação em que o óbito se deu por uma causa não natural, sendo que os profissionais envolvidos no sistema de informações sobre mortalidade (isto é, médicos legistas, gestores da saúde, policiais, incluindo peritos criminais etc.) não conseguiram informar a motivação primeira que desencadeou todo o processo mórbido, ou seja não conseguiram identificar a motivação do incidente.

Os dados de homicídios (óbitos por agressões e intervenção legal) calculados a partir do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) são a principal referência para o diagnóstico da violência no Brasil desde 1979. No entanto, os dados de 2017 trazem preocupação ao revelar um aumento de MVCI.

Conforme observado na tabela 9.1, em 2017 houve 9.798 mortes violentas com causa indeterminada (MVCI). Em termos proporcionais (tabela 9.3), em 2017, este índice correspondeu a 7,2% do total de casos de causas externas⁴⁴. Considerando-se o indicador proporcionalmente à população, em 2017 houve uma taxa 4,7 mortes por causa indeterminada por 100 mil habitantes (tabela 9.2).

Alguns estados se destacaram em 2017 na proporção das mortes violentas que não tiveram a motivação determinada (tabela 9.3), entre eles, São Paulo (15,8%), Minas Gerais (13,4%), Rio de Janeiro (13,0%) e Bahia (11,3%).

Quando analisamos a taxa de MVCI por 100 mil habitantes, verificamos que os estados com pior qualidade na classificação são Bahia (8,2), Rio de Janeiro (8,2) e Minas Gerais (7,5) e São Paulo (5,8).

⁴⁴ Causas externas de mortalidade na CID-10 incluem: acidentes de transporte; quedas; afogamento e submersão acidentais; exposição à fumaça, ao fogo e às chamas; envenenamento, intoxicação por ou exposição a substâncias nocivas; lesões autoprovocadas voluntariamente; agressões; Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada; intervenções legais e operações de guerra; e todas as outras causas externas.

Portanto, vemos com grande preocupação a qualidade da informação sobre mortalidade nesses quatro estados, uma vez que os indicadores de homicídios podem estar sendo subestimados nessas localidades.

A disparidade na qualidade dos dados entre os estados talvez esteja mais relacionada ao trabalho de produção da informação e integração entre as informações das várias agências envolvidas no SIM. Borges *et al.* (2012), a partir de pesquisa realizada em três capitais brasileiras junto as secretarias de segurança pública, as polícias civis, institutos médicos legais (IMLs) e secretarias municipais e estaduais de saúde, apontaram problemas como: formulários oficiais mal preenchidos por falta de informação ou despreparo e descaso de alguns funcionários; más condições de trabalho e falta de recursos nos IMLs; relatos de não encaminhamento de informações importantes da polícia civil para o IML; não preenchimento da causa básica na Declaração de Óbito pelos médicos legistas por entender que são necessárias devidas investigações, pois a Declaração de Óbito pode vir a ser usada como prova legal; falta de percepção nas delegacias da importância da qualidade da informação; falta de institucionalização dos trabalhos de crítica dos dados realizados por iniciativas das equipes das secretarias de saúde.

No Brasil, suspeita-se ainda que estes dois sistemas de coleta sofram com subnotificações para os homicídios, principalmente por conta de enterros clandestinos⁴⁵, e menos por falta de comunicação oficial das mortes (Cano, Ribeiro, 2007). Parte destas mortes pode estar sendo contabilizada em números de pessoas desaparecidas. O FBSP (2018) publicou números sobre pessoas desaparecidas (82.684) e pessoas localizadas (53.525) em 2017, mas os dados apresentam, conforme a própria publicação indica, várias limitações: estados que não informaram ou não apresentaram um total para o estado, indefinição de se as pessoas foram localizadas vivas ou mortas, se o encontro está ou não vinculada a reporte anterior de desaparecimento e se as pessoas encontradas em 2017 correspondem a pessoas desaparecidas neste mesmo ano.

O aperfeiçoamento nas coletas de dados de declarações de óbitos e ocorrências policiais é fundamental para o ciclo das políticas públicas (formação de agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, monitoramento e avaliação) na área de segurança pública. Neste sentido, proposta contida no Protocolo de Bogotá (OSF *et al.*, 2015), dentre outras, de aplicação da metodologia de cruzamento de homicídios, vítima a vítima, pode contribuir para melhorar a qualidade das informações produzidas pelo SIM e pelas instituições de segurança pública.

⁴⁵ Algumas notícias indicam, por exemplo, a existência de cemitérios clandestinos em áreas dominadas por tráfico de drogas (Brione e Reis, 2019) e por milícias (Tchao, 2018).

TABELA 9.1

Brasil: número de mortes violentas por causa indeterminada por UF (2007-2017)

| | Número de Mortes por Causa Indeterminada | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 11.367 | 12.056 | 13.253 | 9.703 | 10.353 | 10.051 | 9.788 | 9.468 | 9.810 | 10.274 | 9.798 | -13,8% | -2,5% | -4,6% |
| Acre | 4 | 7 | 13 | 12 | 11 | 5 | 11 | 10 | 7 | 10 | 12 | 200,0% | 140,0% | 20,0% |
| Alagoas | 4 | 12 | 29 | 21 | 9 | 12 | 20 | 10 | 14 | 11 | 19 | 375,0% | 58,3% | 72,7% |
| Amapá | - | 3 | 3 | 7 | 10 | 25 | 35 | 33 | 34 | 6 | 5 | - | -80,0% | -16,7% |
| Amazonas | 42 | 49 | 29 | 46 | 69 | 42 | 22 | 42 | 59 | 32 | 21 | -50,0% | -50,0% | -34,4% |
| Bahia | 1.680 | 2.094 | 2.139 | 1.281 | 1.479 | 1.766 | 1.482 | 1.662 | 1.756 | 1.487 | 1.263 | -24,8% | -28,5% | -15,1% |
| Ceará | 382 | 304 | 408 | 416 | 552 | 506 | 336 | 272 | 556 | 603 | 493 | 29,1% | -2,6% | -18,2% |
| Distrito Federal | 14 | 16 | 10 | 10 | 17 | 18 | 26 | 33 | 41 | 28 | 14 | 0,0% | -22,2% | -50,0% |
| Espírito Santo | 86 | 149 | 128 | 104 | 135 | 163 | 165 | 189 | 223 | 240 | 143 | 66,3% | -12,3% | -40,4% |
| Goiás | 160 | 234 | 181 | 160 | 113 | 155 | 112 | 99 | 114 | 130 | 124 | -22,5% | -20,0% | -4,6% |
| Maranhão | 110 | 107 | 121 | 104 | 136 | 149 | 126 | 133 | 141 | 141 | 84 | -23,6% | -43,6% | -40,4% |
| Mato Grosso | 114 | 94 | 107 | 110 | 116 | 119 | 137 | 131 | 117 | 114 | 86 | -24,6% | -27,7% | -24,6% |
| Mato Grosso do Sul | 68 | 42 | 48 | 67 | 61 | 45 | 77 | 70 | 62 | 125 | 59 | -13,2% | 31,1% | -52,8% |
| Minas Gerais | 1.109 | 1.217 | 1.479 | 1.262 | 1.449 | 1.133 | 1.341 | 1.457 | 1.378 | 1.549 | 1.581 | 42,6% | 39,5% | 2,1% |
| Pará | 140 | 163 | 168 | 144 | 116 | 127 | 169 | 157 | 157 | 192 | 131 | -6,4% | 3,1% | -31,8% |
| Paraíba | 68 | 48 | 48 | 77 | 52 | 50 | 90 | 68 | 49 | 38 | 37 | -45,6% | -26,0% | -2,6% |
| Paraná | 289 | 269 | 291 | 297 | 353 | 379 | 378 | 392 | 362 | 309 | 354 | 22,5% | -6,6% | 14,6% |
| Pernambuco | 553 | 593 | 628 | 644 | 601 | 556 | 732 | 557 | 842 | 859 | 637 | 15,2% | 14,6% | -25,8% |
| Piauí | 68 | 119 | 91 | 53 | 65 | 95 | 92 | 105 | 111 | 69 | 89 | 30,9% | -6,3% | 29,0% |
| Rio de Janeiro | 3.174 | 3.259 | 3.615 | 1.409 | 1.684 | 1.576 | 1.680 | 910 | 941 | 1.317 | 1.369 | -56,9% | -13,1% | 3,9% |
| Rio Grande do Norte | 358 | 331 | 439 | 116 | 203 | 253 | 181 | 186 | 164 | 195 | 244 | -31,8% | -3,6% | 25,1% |
| Rio Grande do Sul | 467 | 400 | 508 | 518 | 399 | 433 | 281 | 328 | 261 | 259 | 129 | -72,4% | -70,2% | -50,2% |
| Rondônia | 28 | 29 | 47 | 41 | 29 | 34 | 26 | 15 | 27 | 18 | 24 | -14,3% | -29,4% | 33,3% |
| Roraima | 9 | 27 | 23 | 25 | 15 | 31 | 33 | 57 | 21 | 30 | 30 | 233,3% | -3,2% | 0,0% |
| Santa Catarina | 126 | 156 | 115 | 96 | 89 | 56 | 64 | 80 | 48 | 81 | 122 | -3,2% | 117,9% | 50,6% |
| São Paulo | 2.197 | 2.222 | 2.451 | 2.556 | 2.521 | 2.241 | 2.088 | 2.343 | 2.212 | 2.291 | 2.617 | 19,1% | 16,8% | 14,2% |
| Sergipe | 104 | 84 | 93 | 89 | 56 | 59 | 62 | 66 | 92 | 104 | 78 | -25,0% | 32,2% | -25,0% |
| Tocantins | 13 | 28 | 41 | 38 | 13 | 23 | 22 | 63 | 21 | 36 | 33 | 153,8% | 43,5% | -8,3% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de mortes por causa indeterminada na UF de residência foi obtido pela Causa CID-BR-10: 111, ou seja: eventos cuja intenção é indeterminada. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 9.2

Brasil: taxa de mortes violentas por causa indeterminada por UF, por 100 mil habitantes (2007-2017)

| | Taxa de Mortes por Causa Indeterminada por 100 mil Habitantes | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|---------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 6,0 | 6,4 | 6,9 | 5,1 | 5,4 | 5,2 | 4,9 | 4,7 | 4,8 | 5,0 | 4,7 | -21,4% | -8,9% | -5,3% |
| Acre | 0,6 | 1,0 | 1,9 | 1,6 | 1,5 | 0,7 | 1,4 | 1,3 | 0,9 | 1,2 | 1,4 | 154,2% | 119,5% | 18,1% |
| Alagoas | 0,1 | 0,4 | 0,9 | 0,7 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,3 | 0,4 | 0,3 | 0,6 | 332,9% | 48,5% | 71,9% |
| Amapá | - | 0,5 | 0,5 | 1,0 | 1,5 | 3,6 | 4,8 | 4,4 | 4,4 | 0,8 | 0,6 | - | -82,5% | -18,3% |
| Amazonas | 1,2 | 1,5 | 0,9 | 1,3 | 2,0 | 1,2 | 0,6 | 1,1 | 1,5 | 0,8 | 0,5 | -58,3% | -55,8% | -35,4% |
| Bahia | 11,9 | 14,4 | 14,6 | 9,1 | 10,5 | 12,5 | 9,9 | 11,0 | 11,6 | 9,7 | 8,2 | -31,0% | -33,9% | -15,4% |
| Ceará | 4,6 | 3,6 | 4,8 | 4,9 | 6,5 | 5,9 | 3,8 | 3,1 | 6,2 | 6,7 | 5,5 | 19,3% | -7,1% | -18,8% |
| Distrito Federal | 0,6 | 0,6 | 0,4 | 0,4 | 0,7 | 0,7 | 0,9 | 1,2 | 1,4 | 0,9 | 0,5 | -19,9% | -32,3% | -51,0% |
| Espírito Santo | 2,4 | 4,3 | 3,7 | 3,0 | 3,8 | 4,6 | 4,3 | 4,9 | 5,7 | 6,0 | 3,6 | 45,7% | -21,9% | -41,0% |
| Goiás | 2,7 | 4,0 | 3,1 | 2,7 | 1,9 | 2,5 | 1,7 | 1,5 | 1,7 | 1,9 | 1,8 | -33,2% | -27,4% | -5,8% |
| Maranhão | 1,8 | 1,7 | 1,9 | 1,6 | 2,0 | 2,2 | 1,9 | 1,9 | 2,0 | 2,0 | 1,2 | -31,7% | -45,9% | -40,8% |
| Mato Grosso | 3,9 | 3,2 | 3,6 | 3,6 | 3,8 | 3,8 | 4,3 | 4,1 | 3,6 | 3,4 | 2,6 | -34,4% | -32,7% | -25,4% |
| Mato Grosso do Sul | 2,9 | 1,8 | 2,0 | 2,7 | 2,5 | 1,8 | 3,0 | 2,7 | 2,3 | 4,7 | 2,2 | -25,5% | 21,1% | -53,3% |
| Minas Gerais | 5,6 | 6,1 | 7,4 | 6,4 | 7,3 | 5,7 | 6,5 | 7,0 | 6,6 | 7,4 | 7,5 | 33,1% | 31,2% | 1,5% |
| Pará | 1,9 | 2,2 | 2,3 | 1,9 | 1,5 | 1,6 | 2,1 | 1,9 | 1,9 | 2,3 | 1,6 | -18,9% | -3,6% | -32,3% |
| Paraíba | 1,9 | 1,3 | 1,3 | 2,0 | 1,4 | 1,3 | 2,3 | 1,7 | 1,2 | 1,0 | 0,9 | -50,7% | -29,9% | -3,3% |
| Paraná | 2,7 | 2,5 | 2,7 | 2,8 | 3,4 | 3,6 | 3,4 | 3,5 | 3,2 | 2,7 | 3,1 | 13,7% | -12,7% | 13,8% |
| Pernambuco | 6,4 | 6,8 | 7,1 | 7,3 | 6,8 | 6,2 | 7,9 | 6,0 | 9,0 | 9,1 | 6,7 | 4,5% | 8,0% | -26,3% |
| Piauí | 2,2 | 3,8 | 2,9 | 1,7 | 2,1 | 3,0 | 2,9 | 3,3 | 3,5 | 2,1 | 2,8 | 24,6% | -8,0% | 28,7% |
| Rio de Janeiro | 20,2 | 20,5 | 22,6 | 8,8 | 10,5 | 9,7 | 10,3 | 5,5 | 5,7 | 7,9 | 8,2 | -59,4% | -15,7% | 3,4% |
| Rio Grande do Norte | 11,6 | 10,7 | 14,0 | 3,7 | 6,3 | 7,8 | 5,4 | 5,5 | 4,8 | 5,6 | 7,0 | -40,1% | -11,2% | 24,0% |
| Rio Grande do Sul | 4,2 | 3,7 | 4,7 | 4,8 | 3,7 | 4,0 | 2,5 | 2,9 | 2,3 | 2,3 | 1,1 | -73,0% | -71,7% | -50,4% |
| Rondônia | 1,8 | 1,9 | 3,1 | 2,6 | 1,8 | 2,1 | 1,5 | 0,9 | 1,5 | 1,0 | 1,3 | -24,5% | -37,8% | 32,0% |
| Roraima | 2,2 | 6,5 | 5,5 | 5,6 | 3,3 | 6,6 | 6,8 | 11,5 | 4,2 | 5,8 | 5,7 | 164,9% | -13,1% | -1,6% |
| Santa Catarina | 2,1 | 2,6 | 1,9 | 1,5 | 1,4 | 0,9 | 1,0 | 1,2 | 0,7 | 1,2 | 1,7 | -16,3% | 98,7% | 48,7% |
| São Paulo | 5,3 | 5,4 | 5,9 | 6,2 | 6,1 | 5,3 | 4,8 | 5,3 | 5,0 | 5,1 | 5,8 | 10,1% | 8,5% | 13,4% |
| Sergipe | 5,1 | 4,2 | 4,6 | 4,3 | 2,7 | 2,8 | 2,8 | 3,0 | 4,1 | 4,6 | 3,4 | -33,4% | 22,0% | -25,7% |
| Tocantins | 1,0 | 2,2 | 3,2 | 2,7 | 0,9 | 1,6 | 1,5 | 4,2 | 1,4 | 2,3 | 2,1 | 122,4% | 31,2% | -9,4% |

Fonte: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica e MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de mortes por causa indeterminada na UF de residência foi obtido pela Causa CID-BR-10: 111, ou seja: eventos cuja intenção é indeterminada. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 9.3

Brasil: proporção de MVCI em relação ao total de mortes violentas, por UF (2007-2017)

(Em %)

| | Proporção de Mortes por Causa Indeterminada a Mortes Violentas por Causa Externa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|---------------|-------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 8,7% | 8,9% | 9,6% | 6,8% | 7,1% | 6,6% | 6,5% | 6,0% | 6,4% | 6,6% | 7,2% | -16,4% | 9,6% | 10,0% |
| Acre | 1,1% | 2,0% | 3,4% | 2,7% | 2,3% | 0,9% | 2,1% | 1,8% | 1,4% | 1,5% | 1,6% | 38,7% | 65,1% | 1,8% |
| Alagoas | 0,1% | 0,4% | 0,9% | 0,6% | 0,3% | 0,4% | 0,6% | 0,3% | 0,5% | 0,4% | 0,6% | 383,3% | 81,8% | 82,3% |
| Amapá | - | 0,7% | 0,7% | 1,4% | 2,0% | 4,7% | 6,4% | 6,1% | 6,1% | 1,0% | 0,9% | - | -80,6% | -9,7% |
| Amazonas | 2,5% | 2,5% | 1,5% | 2,0% | 2,7% | 1,6% | 0,8% | 1,5% | 2,0% | 1,1% | 0,7% | -70,2% | -52,5% | -34,4% |
| Bahia | 17,8% | 19,7% | 18,6% | 10,5% | 12,4% | 13,3% | 11,8% | 12,7% | 13,8% | 10,8% | 11,3% | -36,6% | -15,5% | 4,0% |
| Ceará | 6,8% | 5,2% | 7,0% | 5,9% | 7,4% | 6,0% | 3,7% | 2,9% | 6,3% | 7,4% | 5,5% | -18,9% | -8,6% | -26,0% |
| Distrito Federal | 0,8% | 0,9% | 0,5% | 0,5% | 0,9% | 0,9% | 1,4% | 1,7% | 2,4% | 1,6% | 1,0% | 20,7% | 10,3% | -38,7% |
| Espírito Santo | 2,2% | 3,7% | 3,3% | 2,6% | 3,5% | 4,1% | 4,2% | 4,8% | 6,1% | 7,0% | 4,2% | 90,5% | 3,5% | -39,6% |
| Goiás | 3,7% | 4,8% | 3,7% | 3,0% | 2,0% | 2,4% | 1,7% | 1,5% | 1,7% | 2,0% | 2,1% | -44,4% | -14,9% | 4,8% |
| Maranhão | 3,5% | 3,1% | 3,4% | 2,7% | 3,3% | 3,2% | 2,5% | 2,4% | 2,6% | 2,6% | 1,9% | -46,5% | -41,3% | -27,5% |
| Mato Grosso | 4,6% | 3,4% | 3,7% | 3,8% | 4,1% | 3,9% | 4,3% | 3,9% | 3,8% | 3,7% | 3,2% | -30,6% | -19,3% | -14,4% |
| Mato Grosso do Sul | 3,4% | 2,1% | 2,3% | 3,2% | 2,7% | 2,1% | 3,5% | 3,1% | 3,1% | 5,9% | 3,3% | -3,7% | 58,7% | -45,0% |
| Minas Gerais | 8,9% | 10,0% | 11,7% | 9,8% | 10,2% | 8,0% | 9,5% | 9,8% | 9,8% | 11,0% | 13,4% | 49,5% | 67,8% | 21,0% |
| Pará | 3,2% | 3,1% | 3,2% | 2,4% | 2,0% | 2,0% | 2,6% | 2,4% | 2,3% | 2,6% | 1,8% | -42,7% | -10,7% | -29,1% |
| Paraíba | 3,2% | 1,9% | 1,8% | 2,6% | 1,7% | 1,6% | 2,8% | 2,1% | 1,5% | 1,2% | 1,3% | -60,2% | -19,4% | 4,8% |
| Paraná | 3,3% | 3,0% | 3,1% | 3,1% | 3,8% | 3,9% | 4,2% | 4,4% | 4,1% | 3,4% | 4,6% | 41,9% | 20,4% | 35,6% |
| Pernambuco | 6,8% | 7,3% | 7,9% | 8,4% | 7,7% | 7,4% | 10,0% | 7,4% | 10,3% | 9,4% | 7,5% | 10,0% | 0,5% | -20,8% |
| Piauí | 4,1% | 6,7% | 4,9% | 2,7% | 3,1% | 4,1% | 3,9% | 4,0% | 4,5% | 2,7% | 4,0% | -2,9% | -2,8% | 49,5% |
| Rio de Janeiro | 20,9% | 22,6% | 25,5% | 10,2% | 12,2% | 12,1% | 12,4% | 6,5% | 7,1% | 9,0% | 13,0% | -37,7% | 7,9% | 44,0% |
| Rio Grande do Norte | 18,5% | 15,9% | 19,2% | 5,4% | 8,4% | 9,9% | 6,6% | 6,2% | 5,7% | 6,1% | 7,7% | -58,5% | -22,8% | 25,1% |
| Rio Grande do Sul | 6,4% | 5,4% | 6,9% | 7,1% | 5,6% | 5,7% | 3,6% | 4,1% | 3,3% | 3,1% | 1,6% | -74,7% | -71,6% | -47,1% |
| Rondônia | 2,5% | 2,2% | 3,3% | 2,7% | 2,1% | 2,2% | 1,8% | 1,0% | 1,8% | 1,1% | 1,8% | -29,1% | -17,8% | 55,9% |
| Roraima | 2,3% | 8,0% | 6,6% | 6,7% | 4,3% | 7,4% | 6,5% | 13,1% | 3,9% | 6,3% | 5,9% | 153,6% | -19,9% | -6,3% |
| Santa Catarina | 3,2% | 3,8% | 2,8% | 2,3% | 2,1% | 1,3% | 1,6% | 1,8% | 1,1% | 1,9% | 2,9% | -8,4% | 123,5% | 56,3% |
| São Paulo | 9,5% | 9,3% | 10,2% | 10,6% | 10,4% | 8,9% | 8,6% | 9,3% | 9,4% | 10,2% | 15,8% | 67,5% | 77,0% | 55,7% |
| Sergipe | 7,8% | 5,8% | 5,7% | 5,0% | 3,2% | 3,0% | 2,9% | 3,0% | 3,8% | 4,2% | 3,6% | -53,2% | 20,4% | -13,2% |
| Tocantins | 1,4% | 2,9% | 3,9% | 3,2% | 1,1% | 1,9% | 1,7% | 4,8% | 1,5% | 2,4% | 2,3% | 67,3% | 23,6% | -2,6% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. O número de mortes por causa indeterminada na UF de residência foi obtido pela Causa CID-BR-10: 111, ou seja: eventos cuja intenção é indeterminada. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA 9.4

Número de crimes violentos intencionais do Sinesp *versus* MVCIs do SIM (2017)

| | MVI-Sinesp | Agressões + Intervenção Legal (SIM) | MVCI (SIM) | =(Agressões+IL - MVI)/MVI em (%) | =MVCI/Agressões + IL em (%) |
|---------------------|---------------|---|--------------|-------------------------------------|--------------------------------|
| Brasil | 63.895 | 65.602 | 9.798 | 2,7% | 14,9% |
| Acre | 530 | 516 | 12 | -2,6% | 2,3% |
| Alagoas | 1.921 | 1.813 | 19 | -5,6% | 1,0% |
| Amapá | 445 | 383 | 5 | -13,9% | 1,3% |
| Amazonas | 1.271 | 1.674 | 21 | 31,7% | 1,3% |
| Bahia | 6.915 | 7.487 | 1.263 | 8,3% | 16,9% |
| Ceará | 5.332 | 5.433 | 493 | 1,9% | 9,1% |
| Distrito Federal | 554 | 610 | 14 | 10,1% | 2,3% |
| Espírito Santo | 1.501 | 1.521 | 143 | 1,3% | 9,4% |
| Goiás | 2.665 | 2.901 | 124 | 8,9% | 4,3% |
| Maranhão | 2.055 | 2.180 | 84 | 6,1% | 3,9% |
| Mato Grosso | 1.053 | 1.102 | 86 | 4,7% | 7,8% |
| Mato Grosso do Sul | 565 | 659 | 59 | 16,6% | 9,0% |
| Minas Gerais | 4.134 | 4.299 | 1.581 | 4,0% | 36,8% |
| Pará | 4.465 | 4.575 | 131 | 2,5% | 2,9% |
| Paraíba | 1.286 | 1.341 | 37 | 4,3% | 2,8% |
| Paraná | 2.555 | 2.759 | 354 | 8,0% | 12,8% |
| Pernambuco | 5.426 | 5.419 | 637 | -0,1% | 11,8% |
| Piauí | 651 | 626 | 89 | -3,8% | 14,2% |
| Rio de Janeiro | 6.749 | 6.416 | 1.369 | -4,9% | 21,3% |
| Rio Grande do Norte | 2.386 | 2.203 | 244 | -7,7% | 11,1% |
| Rio Grande do Sul | 3.022 | 3.316 | 129 | 9,7% | 3,9% |
| Rondônia | 508 | 554 | 24 | 9,1% | 4,3% |
| Roraima | 230 | 248 | 30 | 7,8% | 12,1% |
| Santa Catarina | 1.158 | 1.066 | 122 | -7,9% | 11,4% |
| São Paulo | 4.831 | 4.631 | 2.617 | -4,1% | 56,5% |
| Sergipe | 1.275 | 1.313 | 78 | 3,0% | 5,9% |
| Tocantins | 412 | 557 | 33 | 35,2% | 5,9% |

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM e 12º Anuário do FBSP. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

10. POR POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA BASEADAS EM EVIDÊNCIAS E EM UMA GESTÃO FEDERATIVA

Desde as Ordenações Filipinas, no Brasil Colônia, passando pela Constituição Federal de 1824, no período do Império, e nas seis constituições republicanas, há uma lacuna sobre o papel do governo federal na Segurança Pública. Há, inclusive, na Constituição Cidadã de 1988 uma admirável discrepância nos capítulos relativos a questões sociais e de segurança pública. Enquanto o artigo 144 se limita, basicamente, a enunciar os órgãos policiais, na área da saúde, por exemplo, a Seção II trata de instituir o Sistema Único de Saúde, definindo responsabilidades e atribuições federativas, bem como fontes de financiamento.

Apenas em 2018 foi aprovada a Lei nº 13.675, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Ainda que seja um primeiro passo na direção da construção de uma arquitetura institucional que promova a coordenação e a responsabilização dos vários entes federativos, no sentido da racionalização da política, passos mais firmes nessa direção só poderão ser dados a partir de uma emenda constitucional.

Na ausência de uma política nacional de segurança pública, em um país continental como o Brasil, com características tão heterogêneas entre as UFs, em geral, as políticas públicas locais terminam sendo conduzidas pelo empirismo do dia a dia, na base da improvisação e no apagar de incêndio das crises recorrentes, seja em função dos crimes que ocorrem nas ruas, seja dentro dos cárceres, onde há muito o Estado perdeu o controle.

Não obstante, existem bons exemplos aqui mesmo no Brasil, onde a ação pública parece ter surtido efeito, como em São Paulo, em Pernambuco, no Espírito Santo, na Paraíba, ou em Minas Gerais⁴⁶. Importa estudar e avaliar o que deu ou não deu certo e empregar os instrumentos de gestão científica orientada por resultados e baseada em evidências.

Tais políticas não podem abrir mão do conhecimento científico especializado, ainda mais em um cenário de ajuste fiscal severo, em que os recursos escassos devem ser efetivos. Nesse sentido, a presente edição do Atlas da Violência trouxe à tona grandes questões que precisam ser pensadas; a principal delas, passa por estruturar políticas de Estado visando a prevenção social do crime, com ações focalizadas na infância e na juventude, e nos territórios mais vulneráveis.

Vimos ainda a urgência de se enfrentar o legado da escravidão: somos um país extremamente desigual não apenas economicamente, mas racialmente. Nos últimos anos verificamos também

⁴⁶ Estamos nos referindo às muitas inovações ocorridas no Estado de São Paulo, ao Programa Pacto pela Vida (2007-2010), ao Programa Estado Presente, do Espírito Santo (2011-2014), ao Programa Paraíba Unidos pela Paz (2011-2018) e ao Programa Ficar Vivo (2002-2006) em Minas Gerais.

substancial aumento de casos de letalidade intencional, motivados por feminicídio e por homofobia, dois temas que têm que ter um tratamento particular, não apenas por parte do aparelho de segurança pública estrito senso, mas no plano educacional para fortalecer os valores cidadãos, de respeito às diferenças e à vida.

Ainda sobre a política baseadas em evidências, há uma verdadeira unanimidade das pesquisas científicas sobre as fortes e trágicas implicações da flexibilização do uso e porte da arma de fogo, conforme apontamos na seção 8. Neste sentido, fica aqui uma profunda preocupação.

Outro ponto central e necessário diz respeito à mudança de ênfase do trabalho de coerção policial para um modelo baseado fortemente em investigação e inteligência policial, em detrimento da crença única no policiamento ostensivo e na repressão ao varejo das drogas. Enquanto a taxa de elucidação de homicídios⁴⁷ no país é desconhecida (porque sequer se computa), em alguns estados que se conhece, esse índice é baixíssimo, algo em torno de 10% a 20%. Isto para ficar apenas no caso de homicídio. Mas a taxa de investigação também é baixíssima, porque o sistema de investigação está sucateado, obsoleto e sobrecarregado, pela falta de recursos. Muitas vezes, os inquéritos são abertos apenas quando o perpetrador é preso em flagrante⁴⁸. De fato, o homicida contumaz ou o criminoso que causa mais danos e medo à sociedade só como exceção à regra será preso pelo policiamento ostensivo nas ruas, mas apenas por um prévio trabalho de investigação e inteligência. Enquanto isso, alocamos nossos recursos para prender e superlotar os presídios com presos de baixa qualidade, geralmente nos flagrantes das ruas, que ajudam a dinamizar as facções penais.

Não obstante, além de não investirmos seriamente na investigação, na inteligência e no trabalho de qualificação policial, insistimos sempre na crença nunca confirmada que o endurecimento na legislação penal trará resultados, sendo que ela já foi testada em diversos momentos, sem nenhum efeito visível, como na Lei nº 8.072 de 1990 que tipifica quais os crimes hediondos, descritos na CF/88, ou nas leis nºs 8.330/94 e 9.695/98 que aumentam a lista de crimes hediondos e a Lei nº 11.343/2006, que aumenta a pena por tráfico de drogas. A controvérsia acerca da capacidade do endurecimento penal afetar a taxa de crimes é bastante densa na literatura empírica internacional. A esse respeito, uma grande resenha sobre o assunto é devida a Webster and Doob (2003, p. 143):

“The literature on the effects of sentence severity on crime levels has been reviewed numerous times in the past twenty-five years. Most reviews conclude that there is little

⁴⁷ Várias unidades federativas não calculam a taxa de elucidação de homicídios. Esse número refere-se a uma média do *survey* feito por Ribeiro (2019).

⁴⁸ O Globo, com base em solicitação de informações via Lei de Acesso à Informação, encontrou que, no Rio de Janeiro, há inquéritos instaurados em apenas 4,2% dos roubos registrados. Possivelmente, parcela substancial desses inquéritos tenha sido aberta a partir da prisão em flagrante, o que demonstra a fragilidade da investigação: <<https://tinyurl.com/y34815p7>>.

or no consistent evidence that harsher sanctions reduce crime rates in Western populations. Nevertheless, most reviewers have been reluctant to conclude that variation in the severity of sentence does not have differential deterrent impacts. A reasonable assessment of the research to date – with a particular focus on studies conducted in the past decade – is that sentence severity has no effect on the level of crime in society”.

Finalizando, como mostramos na seção 2, existe um processo paulatino de redução dos homicídios na maioria das UFs desde, pelo menos, 2012. Fica a dúvida, para o futuro da nação, se a guerra das facções penais somadas à possibilidade de crescente armamento da população e à adesão a uma retórica de embrutecimento policial e da licença para matar sobrepujará ou não uma tendência de queda de homicídios para os próximos anos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. **Cocaína: a rota caipira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.
- BONI, J. Rondônia registra mais de 500 assassinatos em 2017. **G1 RO**, 22 mar. 2018. Disponível em: <<http://twixar.me/ztpn>>. Acesso em: 20 mai. 2019.
- BRIONE A., REIS, V. Polícia encontra cemitério clandestino durante investigação de tráfico de drogas em Caieiras, Grande SP. **TV Globo e G1**, 12 abr. 2019. Disponível: <<http://twixar.me/Ytpn>>.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações: CBO**. Disponível em: <<http://twixar.me/d8pn>>. Acesso em: mar. 2019.
- CAMARANO, A. A. **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- CERQUEIRA, D. **Mapa dos homicídios ocultos no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://twixar.me/R8pn>>. (Texto para Discussão, n. 1.848).
- CERQUEIRA, D. *et al.* A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil. *In*: BOUERI, R.; COSTA, M. A. (Ed.). **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013. v. 3. p. 877-898.
- _____. **Causa e consequências do crime no Brasil**. Tese (Doutorado) – Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/s8pn>>.
- CERQUEIRA, D.; MELLO, J. M. P. de **Evaluating a national anti-firearm law and estimating the causal effect of guns on crime**. Rio de Janeiro: PUC, 2013. Disponível em: <<http://twixar.me/JBpn>>. (Texto para Discussão, n. 607).
- _____. **Menos armas, menos crimes**. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: <<http://twixar.me/6Bpn>>. (Texto para Discussão, n. 1.721).
- CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L. Custo da juventude perdida no Brasil. *In*: SEMINÁRIO JUVENTUDE E RISCO: PERDAS E GANHOS SOCIAIS NA CRISTA DA POPULAÇÃO JOVEM. Rio de Janeiro: Ipea, 2013.
- _____. Demografia e homicídios no Brasil. *In*: CAMARANO, A. A. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014. cap. 11, p. 355- 373.
- CCPHA – COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Relatório do primeiro semestre de 2017**. Disponível em: <<http://cadavidaimporta.com.br/>>.
- CIMI – CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório de violência contra povos indígenas**. Disponível em: <<http://twixar.me/5Ypn>>. Acesso em: mar. 2019.
- COSTA, J.; ROCHA, E.; SILVA, C. Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades. *In*: NOVELLA, R.; *et al.* (Eds.). **Voces de la juventud en Brasil: aspiraciones y prioridades in Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?** 2018.
- DAHLBERG, L. L.; IKEDA, R. M.; KRESNOW, Marcie-jo. Guns in the home and risk of a violent death in the home: findings from a national study. **American Journal of Epidemiology**, v. 160, n. 10, 15 Nov. 2004, p. 929–936.

DIRK, R.; MOURA L. de. As motivações nos casos de letalidade violenta da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Cadernos de Segurança Pública**, ano 9, n. 8, jul. 2017.

DOOB, A. N.; WEBSTER, C. H. Sentence severity and crime: accepting the null hypothesis. *In*: TONRY, M. (Ed.). **Crime and justice** – a review of research. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

DONOHUE, J. J.; ANEJA A.; WEBER, K. D. Right-to-carry laws and violent crime: a comprehensive assessment using panel data and a state-level synthetic control analysis. **Journal of Empirical Legal Studies**, v. 16, n. 2, 198–247, Apr.2019.

FLD – FRONT LINE DEFENDERS. **Annual report on human rights defenders at risk in 2017**. Dublin: FLD, 2017.

FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. Várias edições. São Paulo: FBSP, 2017.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 12 ed. São Paulo: FBSP, 2018.

_____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. Edição Especial 2018. Disponível em: <<https://is.gd/raK0CA>>.

FOWLER, K. A., *et al.* Childhood firearm injuries in the United States. **Pediatrics**, July 2017, v. 140, n. 1.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2017.

_____. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018**. Bahia: Grupo Gay da Bahia, 2018.

ILGA – THE INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION. **State-sponsored homophobia 2017**. Geneva: ILGA, 2017.

_____. **State-sponsored homophobia 2019**. Geneva: ILGA, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos**. Disponível em: <<https://is.gd/bD16TQ>>.

_____. **Contagem Populacional**. Disponível em: <<https://is.gd/5p6OkI>>.

_____. **População Residente - Estimativas para o TCU**. Disponível em: <<https://is.gd/5p6OkI>>.

_____. **Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030**. Disponível em: <<https://is.gd/5p6OkI>>.

_____. PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<https://is.gd/5zLUrd>>.

LEE, L. K. *et al.* Firearm laws and firearm homicides: a systematic review. **JAMA Internal Medicine**, v. 177, n. 1, p. 106-119, 1 jan. 2017.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra** – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

- MARSHALL, R. M. Mapping disease and mortality rates using Empirical Bayes Estimators. *In: Journal of the Royal Statistical Society, Series C: Applied Statistics*, v. 40, n. 2, 283-294. London: England, 1991.
- MMFDH – MINISTÉRIO A MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Disque 100**. Disponível em: <<https://www.mdh.gov.br/disque100>>. Acesso em: mar. 2019.
- MELLO, J. M. P.; SCHNEIDER, A. Mudança Demográfica e a Dinâmica dos Homicídios no Estado de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 21, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2007.
- MILENA, L. Pacote anticrime de Moro fortalecerá as milícias no Rio, avaliação Luiz Eduardo Soares. **GGN**, 13 maio 2019. Disponível em: <<https://is.gd/pHoeSZ>>. Acesso em: 14 maio 2019.
- RATTON, J. L.; DAUDELIN, J. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: the case of pact for life in Pernambuco, Brazil. **International Journal of Criminology and Sociology**, v. 7, 173-183, 2018.
- RIBEIRO, L. **Será que vai virar processo?** Determinantes da elucidação dos homicídios dolosos em uma cidade brasileira. 2019. Mimeografado.
- TGEU – TRANSGENDER EUROPE. Transrespect versus Transphobia Worldwide. **TvT Publication Series**, v. 14. Berlim: Laserline Druckzentrum Berlin Kg, 2016.
- UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Analysis of drug market – Opiates, cocaine, cannabis, synthetic drugs. **World Drug Report**, v. 3, 2018. Disponível em: <<https://is.gd/JFgczE>>.
- _____. **World Drug Report 2015**. Disponível em: <<https://is.gd/3b5LSp>>.

APÊNDICE A

Neste apêndice serão apresentados os aspectos metodológicos abordados nos indicadores utilizados em cada capítulo do Atlas 2019.

CAPÍTULO 1

Neste capítulo foram utilizados dados de homicídios provenientes do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/MS) e, posteriormente foram obtidas as taxas de homicídios por 100.000 habitantes no Brasil e nas regiões brasileiras. Além destes, foi calculada também a proporção de óbitos causados por homicídios: total, por sexo e também por faixa etária.

O número de homicídios para o Brasil, e também por região, foi coletado pelos seguintes códigos da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID-10): X85-Y09 e Y35-Y36. Esse número compreende pessoas de ambos os sexos (inclusive a classificação ignorada), todas as cores/raças (inclusive a classificação ignorada) e também todas as idades (inclusive a classificação ignorada).

A taxa de homicídios foi calculada por meio da fórmula: $\frac{\text{número de homicídios (ano)}}{\text{população(ano)}} \times 100.000$ em que o número de homicídios é definido acima (tanto para o Brasil quanto por região) e a população utilizada foi a população residente obtida na Contagem Populacional feita pelo IBGE.

A proporção de óbitos causados por homicídios, em porcentagem, foi calculada pela divisão do número de homicídios pelo total de óbitos. Os números de homicídios, para cada faixa etária, foram obtidos a partir dos seguintes códigos da CID-10 X85-Y09 e Y35-Y36: para pessoas do sexo feminino, para pessoas do sexo masculino e para o somatório de ambos os sexos (total). Já a os números de óbitos, para cada faixa etária, foram pegos com os seguintes códigos da CID-10 A00-U99: para pessoas do sexo feminino, para pessoas do sexo masculino e para o somatório de ambos os sexos (total).

Os dados obtidos pelo Google Trends sobre as facções têm o objetivo de captar o seu surgimento, se este foi no período de tempo coletado, e se ainda continua ativa. Os números coletados representam o interesse de pesquisa relativo ao ponto mais alto no gráfico de uma determinada região em um dado período. Um valor de 100 representa o pico de popularidade de um termo em um determinado local. Um valor de 50 significa que o termo teve metade da popularidade. Uma pontuação de 0 significa que não havia dados suficientes sobre o termo.

Dessa forma, a coleta foi feita ano a ano, por período personalizado de 2006 até 2018, para o Brasil e por Unidade Federativa e também pelas categorias “notícias” e “pesquisa na *web*”. Coletamos através do nome da facção ou sigla (caso os dados não fossem suficientes por nome), quando os assuntos e/ou consultas relacionadas estavam de acordo com o contexto “facção criminosa” e também na presença de insuficiência de dados de pesquisa nestas áreas. Os dados não foram coletados na ocorrência de assuntos e/ou consultas fora de contexto e dados que não estão em conformidade com a área de atuação da facção.

CAPÍTULO 2

No capítulo 2, os indicadores apresentados foram o número de homicídios e a taxa de homicídios por Unidade Federativa do Brasil. O número de homicídios foi coletado pelos códigos da CID-10 X85-Y09 e Y35-Y36, englobando as pessoas de ambos os sexos (inclusive a classificação ignorada), pessoas de todas as cores/raças (inclusive a classificação ignorada) e também todas as idades (inclusive a classificação ignorada).

A taxa de homicídios foi calculada pela fórmula:
$$\frac{\text{número de homicídios (ano)}}{\text{população (ano)}} \times 100.000$$
, em que o número de homicídios é definido acima e a população utilizada foi:

- Nos anos 2016 e 2017: População Residente - Estimativas para o TCU.
- Nos anos 2007-2015: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

CAPÍTULO 3

Neste capítulo, que trata sobre jovens, foram utilizados os indicadores de número de homicídios jovens, taxa de homicídios jovens e taxa de homicídios jovens homens, todos por UF.

O número de homicídios por UF para jovens foi obtido por meio dos códigos CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36, para ambos os sexos (incluindo a categoria ignorado), para todas as cores/raças (incluindo a categoria ignorado) e na faixa etária de 15 a 29 anos de idade. O número de homicídios por UF para jovens homens foi obtido com os códigos CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36, para o sexo masculino, para todas as cores/raças (incluindo a categoria ignorado) e na faixa etária de 15 a 29 anos de idade.

A taxa de homicídios jovens (e jovens homens) foi calculada pela fórmula: $\frac{\text{número de homicídios de jovens(ano)}}{\text{população jovem (ano)}} \times 100.000$ em que o número de homicídios é definidos acima e a população utilizada, tanto para jovens quanto para jovens homens (apenas diferenciando que um utiliza pessoas de ambos os sexos e o outro apenas do sexo masculino), foi:

- Nos anos 2007-2017: Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030.

CAPÍTULO 4

No capítulo 4 é abordada a violência contra a mulher, os indicadores utilizados foram: número de homicídios de mulheres, de mulheres negras e de mulheres não negras. Também taxa de homicídios para esses mesmos grupos, todos por UF.

O número de homicídios de mulheres por UF foi coletado pelos códigos da CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36 para pessoas do sexo feminino, de todas as faixas etárias (incluindo a categoria ignorado) e para todas as cores/raças (incluindo a categoria ignorado). O número de homicídios de mulheres negras por UF foi coletado pelos códigos da CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36 para pessoas do sexo feminino, de todas as faixas etárias (incluindo a categoria ignorado) e para as categorias preta e parda de cor/raça. O número de homicídios de mulheres não negras por UF foi coletado pelos códigos da CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36 para pessoas do sexo feminino, de todas as faixas etárias (incluindo a categoria ignorado) e para as categorias branca, amarela e indígena de cor/raça.

A taxa de homicídios de mulheres (também de negras e não negras) foi calculada pela fórmula: $\frac{\text{número de homicídios de mulheres}}{\text{população feminina}} \times 100.000$ em que o número de homicídios são os definidos acima e a população utilizada foi:

- Mulheres:
 - Nos anos 2007-2015: PNAD/IBGE.
 - Nos anos 2016 e 2017: Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030.
- Mulheres negras e não negras:
 - População retroativa a partir da PNAD e PNADc.

A metodologia utilizada na criação da População retroativa a partir da PNAD e PNADc se deu da seguinte maneira:

- De 2012 a 2015 – Foi utilizada a População da PNADc (PNAD contínua)
- De 2007 a 2011 – Foi realizada uma compatibilização entre as populações da PNAD e da PNADc para os anos que existia a PNAD e não a PNAD contínua.

Regra utilizada na População de Negros

$$População_t = \frac{Pop_{(t+1)}}{1 + [Variação da População PNAD entre t + 1 e t]}$$

$$\text{Exemplo: } População_{2011 \text{ imputada}} = \frac{Pop_{2012 \text{ PNADc}}}{1 + \left[\frac{Pop_{2012 \text{ PNAD}}}{Pop_{2011 \text{ PNAD}}} - 1 \right]}$$

Além destes, foram obtidos, por meio dos microdados do SIM (com dados provisórios para o ano de 2017), os indicadores de número de homicídios de mulheres, número de homicídios de mulheres na residência, homicídios de mulheres por arma de fogo e número de homicídios de mulheres por armas de fogo na residência (número absoluto e percentual).

O número de homicídios de mulheres foi obtido pelo cruzamento da variável sexo (sexo = 2) com a variável CAUSABAS, que remete aos códigos da CID-10 utilizados para captar os homicídios: X85-Y09 e Y35-Y36.

O número de homicídios de mulheres por armas de fogo foi obtido pelo cruzamento da variável sexo (sexo = 2) com a variável CAUSABAS, que remete aos códigos da CID-10 utilizados para captar os homicídios com a utilização de Armas de Fogo: X93, X94 e X95.

O local de ocorrência dos homicídios foi obtido pelo quarto dígito da variável CAUSABAS, onde o zero indica que o homicídio ocorreu na residência da vítima.

CAPÍTULO 5

Neste capítulo é tratada a violência contra negros, e os indicadores abordados foram a taxa de homicídios de negros e a taxa de homicídios de não negros. O número de homicídios de negros por UF foi coletado pelos códigos da CID-10 X85-Y09 e Y35-Y36 para ambos os sexos (incluindo a categoria ignorado), de todas as faixas etárias (incluindo a categoria ignorado) e para as categorias preta e parda de cor/raça. O número de homicídios de não negros por UF foi coletado pelos códigos da CID-10 X85-Y09 e Y35-Y36 para ambos os sexos (incluindo a categoria ignorado), de todas as faixas etárias (incluindo a categoria ignorado) e para as categorias branca, amarela e indígena de cor/raça.

A taxa de homicídios de negros e não negros foi calculada pela fórmula $\frac{\text{número de homicídios de negros}}{\text{população negra}} \times 100.000$ em que o número de homicídios são os definidos acima e a população utilizada para negros e não negros (apenas diferenciando que um utiliza pessoas negras e o outro apenas não negros) foi:

- População retroativa a partir da PNAD e PNADc.

CAPÍTULO 6

O capítulo 6 aborda a violência contra as pessoas LGBTs. Nele, os indicadores utilizados foram coletados diretamente no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) e tratam do número de denúncias, número de lesão corporal, número de tentativa de homicídios e o número de homicídios de pessoas LGBTs.

O número de denúncias é o total de denúncias recebidas pelo Disque 100, o número de lesão corporal é o total de denúncias por lesão corporal, o número de tentativas de homicídios é o total de denúncias por tentativa de homicídios e o número de homicídios é o total de denúncias por homicídios.

Da base do Sistema Nacional de Agravos e Notificação (Sinan) utilizamos as variáveis orientação sexual da vítima (Bissexual ou Homossexual) e tipo de violência cometida contra a vítima (física, psicológica, tortura, sexual, tráfico humano, financeira, negligência/abandono, trabalho infantil, intervenção legal e outros).

CAPÍTULO 7

O capítulo 7 apresenta um perfil dos homicídios no Brasil a partir dos dados oficiais do SIM obtidos via TABNET e também dos microdados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM/DATASUS) para o período compreendido entre os anos de 2007 a 2017 (com dados preliminares para o ano de 2017).

Os indicadores do número de homicídios foram obtidos pelos códigos da CID-10: X85-Y09 e Y35-Y36 coletados em conjunto com as informações de sexo, raça/cor, escolaridade, estado civil, local do óbito.

Para os demais indicadores foram utilizados os microdados do SIM a partir do cruzamento das variáveis CAUSABAS, que remete aos homicídios, com as variáveis de data de internação, o mês do óbito e também o dia da semana do óbito.

Para o indicador do Instrumento do óbito foram utilizadas as seguintes classificações a partir da variável CAUSABAS dentro da classificação de Homicídios (X85 a Y09 e Y35-Y36):

| | |
|---------------------|--|
| Envenenamento | X85 a X90 |
| Enforcamento | X91 |
| Afogamento | X92 |
| Arma de fogo | X93 a X95 ou Y35 com local do óbito 0 ou 1 |
| Impacto | X96 ou Y01 a Y03 |
| Fogo | X97 a X98 ou Y35 e local do óbito 2 |
| Perfurante/Cortante | X99 ou Y35 e local do óbito 4 |
| Contundente | Y00 ou Y04 a Y05 ou Y35 e local do óbito 3 |
| Desconhecido | Y06 a Y09 ou Y35 e local do óbito 5, 6 ou 7 ou Y36 |

Para o gráfico de Kernel, foi utilizada a função Gaussiana para a estimação da probabilidade de ocorrência do óbito pela idade e pelo sexo dos indivíduos, bem como pela hora do óbito.

CAPÍTULO 8

Neste capítulo, que trata sobre armas de fogo, os indicadores abordados foram o número de homicídios por arma de fogo, a taxa de homicídios por arma de fogo e a proporção de homicídios por arma de fogo em relação aos homicídios.

O número de homicídios por arma de fogo foi coletado pelos códigos da CID-10 X93-X95, englobando as pessoas de ambos os sexos (inclusive a classificação ignorada), pessoas de todas as

cores/raças (inclusive a classificação ignorada) e também todas as idades (inclusive a classificação ignorada). A taxa de homicídios foi calculada pela fórmula $\frac{\text{número de homicídios}}{\text{população}} \times 100.000$ em que o número de homicídios por arma de fogo são os já definidos e a população utilizada foi:

- Nos anos 2016 e 2017: População Residente - Estimativas para o TCU.
- Nos anos 2007-2015: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A proporção, em porcentagem, de homicídios por arma de fogo em relação aos homicídios foi calculada através da divisão do número de homicídios por arma de fogo pelo número de homicídios (X85-Y09 e Y35-Y36).

CAPÍTULO 9

No capítulo 9, utilizou-se os indicadores de número de mortes violentas por causa indeterminada, taxa de mortes violentas por causa indeterminada, proporção de mortes violentas por causa indeterminada pelo total de mortes violentas.

O número de mortes violentas por causa indeterminada foi coletado pelos códigos da CID-10 Y10-Y34, englobando as pessoas de ambos os sexos (inclusive a classificação ignorada), pessoas de todas as cores/raças (inclusive a classificação ignorada) e também todas as idades (inclusive a classificação ignorada). A taxa de mortes violentas por causa indeterminada foi calculada pela fórmula $\frac{\text{número de homicídios}}{\text{população}} \times 100.000$ em que o número de homicídios são os números de mortes violentas por causa indeterminada já definidos e a população utilizada foi:

- Nos anos 2016 e 2017: População Residente - Estimativas para o TCU.
- Nos anos 2007-2015: IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A proporção, em porcentagem, de mortes violentas por causa indeterminada em relação ao total de mortes violentas foi calculada através da divisão do número de mortes violentas por causa indeterminada pelo número mortes violentas (V01-Y98).

APÊNDICE B

TABELAS DE APÊNDICE

TABELA B.1

População por região – Brasil (2007-2017)

| | População por Região | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Norte | 14.648.122 | 15.142.684 | 15.385.707 | 15.865.678 | 16.095.187 | 16.347.807 | 17.013.559 | 17.261.983 | 17.504.446 | 17.740.418 | 17.936.201 | 22,4% | 9,7% | 1,1% |
| Nordeste | 51.535.782 | 53.088.499 | 53.591.197 | 53.078.137 | 53.501.859 | 53.907.144 | 55.794.707 | 56.186.190 | 56.560.081 | 56.915.936 | 57.254.159 | 11,1% | 6,2% | 0,6% |
| Sudeste | 77.873.342 | 80.187.717 | 80.915.332 | 80.353.724 | 80.975.616 | 81.565.983 | 84.465.570 | 85.115.623 | 85.745.520 | 86.356.952 | 86.949.714 | 11,7% | 6,6% | 0,7% |
| Sul | 26.733.877 | 27.497.970 | 27.719.118 | 27.384.815 | 27.562.433 | 27.731.644 | 28.795.762 | 29.016.114 | 29.230.180 | 29.439.773 | 29.644.948 | 10,9% | 6,9% | 0,7% |
| Centro-Oeste | 13.223.393 | 13.695.944 | 13.895.375 | 14.050.340 | 14.244.192 | 14.423.952 | 14.993.191 | 15.219.608 | 15.442.232 | 15.660.988 | 15.875.907 | 20,1% | 10,1% | 1,4% |

Fonte: População Residente - Estimativas para o TCU - Brasil/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.2

População por UF – Brasil (2007-2017)

| | População por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|----------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 189.335.191 | 189.612.814 | 191.481.045 | 190.755.799 | 192.379.287 | 193.976.530 | 201.032.714 | 202.768.562 | 204.450.649 | 206.114.067 | 207.660.929 | 9,7% | 7,1% | 0,8% |
| Acre | 703.447 | 680.073 | 691.169 | 733.559 | 746.386 | 758.786 | 776.463 | 790.101 | 803.513 | 816.687 | 829.619 | 17,9% | 9,3% | 1,6% |
| Alagoas | 3.085.053 | 3.127.557 | 3.156.101 | 3.120.494 | 3.143.384 | 3.165.472 | 3.300.935 | 3.321.305 | 3.340.502 | 3.358.963 | 3.375.823 | 9,4% | 6,6% | 0,5% |
| Amapá | 636.652 | 613.164 | 626.607 | 669.526 | 684.309 | 698.602 | 734.996 | 750.912 | 766.679 | 782.295 | 797.722 | 25,3% | 14,2% | 2,0% |
| Amazonas | 3.389.081 | 3.341.096 | 3.393.357 | 3.483.985 | 3.538.387 | 3.590.985 | 3.807.921 | 3.873.743 | 3.938.336 | 4.001.667 | 4.063.614 | 19,9% | 13,2% | 1,5% |
| Bahia | 14.083.771 | 14.502.575 | 14.637.500 | 14.016.906 | 14.097.534 | 14.175.341 | 15.044.137 | 15.126.371 | 15.203.934 | 15.276.566 | 15.344.447 | 9,0% | 8,2% | 0,4% |
| Ceará | 8.335.849 | 8.450.527 | 8.547.750 | 8.452.381 | 8.530.155 | 8.606.005 | 8.779.338 | 8.843.553 | 8.905.225 | 8.963.663 | 9.020.460 | 8,2% | 4,8% | 0,6% |
| Distrito Federal | 2.434.033 | 2.557.158 | 2.606.884 | 2.570.160 | 2.609.998 | 2.648.532 | 2.789.761 | 2.852.372 | 2.914.830 | 2.977.216 | 3.039.444 | 24,9% | 14,8% | 2,1% |
| Espírito Santo | 3.519.712 | 3.453.648 | 3.487.094 | 3.514.952 | 3.547.055 | 3.578.067 | 3.839.366 | 3.885.049 | 3.929.911 | 3.973.697 | 4.016.356 | 14,1% | 12,2% | 1,1% |
| Goiás | 5.840.650 | 5.844.996 | 5.926.308 | 6.003.788 | 6.080.716 | 6.154.996 | 6.434.048 | 6.523.222 | 6.610.681 | 6.695.855 | 6.778.772 | 16,1% | 10,1% | 1,2% |
| Maranhão | 6.265.102 | 6.305.539 | 6.367.111 | 6.574.789 | 6.645.761 | 6.714.314 | 6.794.301 | 6.850.884 | 6.904.241 | 6.954.036 | 7.000.229 | 11,7% | 4,3% | 0,7% |
| Mato Grosso | 2.910.255 | 2.957.732 | 3.001.725 | 3.035.122 | 3.075.936 | 3.115.336 | 3.182.113 | 3.224.357 | 3.265.486 | 3.305.531 | 3.344.544 | 14,9% | 7,4% | 1,2% |
| Mato Grosso do Sul | 2.331.243 | 2.336.058 | 2.360.550 | 2.449.024 | 2.477.542 | 2.505.088 | 2.587.269 | 2.619.657 | 2.651.235 | 2.682.386 | 2.713.147 | 16,4% | 8,3% | 1,1% |
| Minas Gerais | 19.719.285 | 19.850.072 | 20.034.068 | 19.597.330 | 19.728.701 | 19.855.332 | 20.593.356 | 20.734.097 | 20.869.101 | 20.997.560 | 21.119.536 | 7,1% | 6,4% | 0,6% |
| Pará | 7.249.184 | 7.321.493 | 7.431.041 | 7.581.051 | 7.688.593 | 7.822.205 | 7.969.654 | 8.073.924 | 8.175.113 | 8.305.359 | 8.366.628 | 15,4% | 7,0% | 0,7% |
| Paraíba | 3.650.180 | 3.742.606 | 3.769.954 | 3.766.528 | 3.791.315 | 3.815.171 | 3.914.421 | 3.943.885 | 3.972.202 | 3.999.415 | 4.025.558 | 10,3% | 5,5% | 0,7% |
| Paraná | 10.511.933 | 10.590.169 | 10.686.228 | 10.444.526 | 10.512.349 | 10.577.755 | 10.997.465 | 11.081.692 | 11.163.018 | 11.242.720 | 11.320.892 | 7,7% | 7,0% | 0,7% |
| Pernambuco | 8.590.868 | 8.734.194 | 8.810.318 | 8.796.448 | 8.864.906 | 8.931.028 | 9.208.550 | 9.278.152 | 9.345.603 | 9.410.336 | 9.473.266 | 10,3% | 6,1% | 0,7% |
| Piauí | 3.065.488 | 3.119.697 | 3.145.164 | 3.118.360 | 3.140.328 | 3.160.748 | 3.183.404 | 3.193.956 | 3.203.262 | 3.212.180 | 3.219.257 | 5,0% | 1,9% | 0,2% |
| Rio de Janeiro | 15.738.536 | 15.872.362 | 16.010.386 | 15.989.929 | 16.112.678 | 16.231.365 | 16.369.179 | 16.461.173 | 16.550.024 | 16.635.996 | 16.718.956 | 6,2% | 3,0% | 0,5% |
| Rio Grande do Norte | 3.084.106 | 3.106.430 | 3.137.646 | 3.168.027 | 3.198.657 | 3.228.198 | 3.373.959 | 3.408.510 | 3.442.175 | 3.474.998 | 3.507.003 | 13,7% | 8,6% | 0,9% |
| Rio Grande do Sul | 11.080.317 | 10.855.214 | 10.914.042 | 10.693.929 | 10.733.030 | 10.770.603 | 11.164.043 | 11.207.274 | 11.247.972 | 11.286.500 | 11.322.895 | 2,2% | 5,1% | 0,3% |
| Rondônia | 1.590.027 | 1.493.566 | 1.503.911 | 1.562.409 | 1.576.455 | 1.590.011 | 1.728.214 | 1.748.531 | 1.768.204 | 1.787.279 | 1.805.788 | 13,6% | 13,6% | 1,0% |
| Roraima | 415.281 | 412.783 | 421.497 | 450.479 | 460.165 | 469.524 | 488.072 | 496.936 | 505.665 | 514.229 | 522.636 | 25,9% | 11,3% | 1,6% |
| Santa Catarina | 6.049.251 | 6.052.587 | 6.118.727 | 6.248.436 | 6.317.054 | 6.383.286 | 6.634.254 | 6.727.148 | 6.819.190 | 6.910.553 | 7.001.161 | 15,7% | 9,7% | 1,3% |
| São Paulo | 41.663.568 | 41.011.635 | 41.384.089 | 41.262.199 | 41.587.182 | 41.901.219 | 43.663.669 | 44.035.304 | 44.396.484 | 44.749.699 | 45.094.866 | 8,2% | 7,6% | 0,8% |
| Sergipe | 2.033.430 | 1.999.374 | 2.019.755 | 2.068.017 | 2.089.819 | 2.110.867 | 2.195.662 | 2.219.574 | 2.242.937 | 2.265.779 | 2.288.116 | 12,5% | 8,4% | 1,0% |
| Tocantins | 1.358.889 | 1.280.509 | 1.292.063 | 1.383.445 | 1.400.892 | 1.417.694 | 1.478.164 | 1.496.880 | 1.515.126 | 1.532.902 | 1.550.194 | 14,1% | 9,3% | 1,1% |

Fonte: População Residente - Estimativas para o TCU - Brasil/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.3

População de jovens na faixa etária de 15-29 anos de idade por UF – Brasil (2007-2017)

| | População Jovem por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 52.118.615 | 52.261.301 | 52.317.647 | 52.288.917 | 52.181.424 | 51.993.867 | 51.764.358 | 51.548.444 | 51.373.431 | 51.275.819 | 51.188.148 | -1,8% | -1,5% | -0,2% |
| Acre | 202.731 | 206.183 | 209.503 | 212.664 | 215.679 | 218.511 | 221.297 | 224.234 | 227.358 | 231.167 | 235.170 | 16,0% | 7,6% | 1,7% |
| Alagoas | 905.011 | 905.806 | 904.765 | 902.029 | 898.088 | 893.286 | 888.480 | 884.736 | 882.189 | 881.576 | 881.482 | -2,6% | -1,3% | 0,0% |
| Amapá | 187.177 | 191.991 | 196.685 | 201.198 | 205.598 | 209.920 | 214.290 | 218.894 | 223.796 | 229.728 | 235.491 | 25,8% | 12,2% | 2,5% |
| Amazonas | 1.015.342 | 1.034.063 | 1.052.149 | 1.069.406 | 1.085.709 | 1.100.651 | 1.114.521 | 1.127.912 | 1.140.661 | 1.155.435 | 1.171.324 | 15,4% | 6,4% | 1,4% |
| Bahia | 4.262.599 | 4.245.648 | 4.215.305 | 4.171.362 | 4.116.240 | 4.051.212 | 3.982.150 | 3.917.464 | 3.861.397 | 3.813.834 | 3.774.666 | -11,4% | -6,8% | -1,0% |
| Ceará | 2.392.646 | 2.412.936 | 2.426.468 | 2.432.890 | 2.433.429 | 2.429.095 | 2.421.568 | 2.413.162 | 2.405.136 | 2.397.775 | 2.387.240 | -0,2% | -1,7% | -0,4% |
| Distrito Federal | 722.570 | 731.205 | 741.160 | 752.721 | 764.554 | 775.242 | 784.992 | 794.207 | 802.874 | 811.083 | 819.346 | 13,4% | 5,7% | 1,0% |
| Espírito Santo | 989.166 | 992.760 | 994.836 | 995.662 | 995.229 | 993.540 | 991.469 | 990.119 | 990.208 | 988.173 | 986.315 | -0,3% | -0,7% | -0,2% |
| Goiás | 1.644.463 | 1.658.789 | 1.671.793 | 1.683.780 | 1.694.273 | 1.702.970 | 1.710.567 | 1.717.739 | 1.724.578 | 1.737.046 | 1.748.450 | 6,3% | 2,7% | 0,7% |
| Maranhão | 1.924.802 | 1.932.864 | 1.933.939 | 1.928.188 | 1.917.267 | 1.902.697 | 1.887.405 | 1.875.166 | 1.868.180 | 1.862.068 | 1.858.105 | -3,5% | -2,3% | -0,2% |
| Mato Grosso | 835.074 | 842.761 | 849.230 | 854.272 | 857.738 | 859.381 | 859.290 | 857.682 | 854.479 | 856.072 | 857.626 | 2,7% | -0,2% | 0,2% |
| Mato Grosso do Sul | 655.628 | 662.419 | 668.198 | 672.632 | 675.716 | 677.169 | 677.048 | 675.742 | 673.292 | 674.793 | 676.675 | 3,2% | -0,1% | 0,3% |
| Minas Gerais | 5.337.037 | 5.333.592 | 5.319.682 | 5.296.195 | 5.263.155 | 5.220.519 | 5.172.671 | 5.125.376 | 5.081.733 | 5.048.199 | 5.015.244 | -6,0% | -3,9% | -0,7% |
| Pará | 2.163.618 | 2.192.631 | 2.218.314 | 2.240.009 | 2.257.669 | 2.270.872 | 2.280.953 | 2.289.935 | 2.298.443 | 2.312.472 | 2.327.726 | 7,6% | 2,5% | 0,7% |
| Paraíba | 1.067.849 | 1.067.627 | 1.064.007 | 1.057.090 | 1.047.473 | 1.035.606 | 1.022.683 | 1.010.299 | 999.363 | 991.941 | 985.191 | -7,7% | -4,9% | -0,7% |
| Paraná | 2.760.302 | 2.770.717 | 2.778.082 | 2.781.700 | 2.781.547 | 2.776.682 | 2.767.517 | 2.755.556 | 2.741.197 | 2.734.881 | 2.727.493 | -1,2% | -1,8% | -0,3% |
| Pernambuco | 2.467.839 | 2.467.335 | 2.462.383 | 2.453.177 | 2.440.557 | 2.425.084 | 2.409.186 | 2.395.990 | 2.386.959 | 2.383.598 | 2.380.553 | -3,5% | -1,8% | -0,1% |
| Piauí | 921.541 | 915.640 | 905.507 | 891.650 | 875.571 | 858.677 | 842.592 | 829.387 | 820.679 | 812.720 | 804.752 | -12,7% | -6,3% | -1,0% |
| Rio de Janeiro | 3.885.565 | 3.879.394 | 3.874.174 | 3.870.524 | 3.867.543 | 3.863.684 | 3.860.304 | 3.859.638 | 3.861.922 | 3.860.204 | 3.860.095 | -0,7% | -0,1% | 0,0% |
| Rio Grande do Norte | 903.278 | 909.710 | 913.609 | 914.945 | 914.039 | 911.157 | 907.204 | 903.412 | 900.506 | 899.103 | 896.884 | -0,7% | -1,6% | -0,2% |
| Rio Grande do Sul | 2.725.421 | 2.727.938 | 2.724.912 | 2.715.585 | 2.700.107 | 2.677.818 | 2.650.954 | 2.623.281 | 2.596.741 | 2.579.372 | 2.561.943 | -6,0% | -4,3% | -0,7% |
| Rondônia | 473.371 | 479.011 | 483.689 | 487.266 | 489.680 | 490.835 | 490.894 | 490.126 | 488.577 | 490.032 | 490.841 | 3,7% | 0,0% | 0,2% |
| Roraima | 126.028 | 129.542 | 132.863 | 135.925 | 138.763 | 141.381 | 143.834 | 146.201 | 148.497 | 151.478 | 154.424 | 22,5% | 9,2% | 1,9% |
| Santa Catarina | 1.644.925 | 1.668.813 | 1.690.628 | 1.709.472 | 1.724.571 | 1.734.706 | 1.740.473 | 1.743.208 | 1.743.496 | 1.743.530 | 1.742.314 | 5,9% | 0,4% | -0,1% |
| São Paulo | 10.910.558 | 10.899.607 | 10.877.107 | 10.845.455 | 10.805.280 | 10.755.896 | 10.704.133 | 10.660.151 | 10.630.562 | 10.604.034 | 10.579.013 | -3,0% | -1,6% | -0,2% |
| Sergipe | 594.420 | 598.418 | 601.363 | 603.286 | 604.317 | 604.521 | 604.426 | 604.761 | 605.870 | 608.796 | 611.146 | 2,8% | 1,1% | 0,4% |
| Tocantins | 399.654 | 403.901 | 407.296 | 409.834 | 411.632 | 412.755 | 413.457 | 414.066 | 414.738 | 416.709 | 418.639 | 4,8% | 1,4% | 0,5% |

Fonte: Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA B.4

População de jovens homens na faixa etária de 15-29 anos de idade por UF – Brasil (2007-2017)

| | População Jovem Homem por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 26.312.731 | 26.386.390 | 26.416.696 | 26.404.499 | 26.353.200 | 26.262.326 | 26.151.350 | 26.048.382 | 25.966.185 | 25.925.118 | 25.889.012 | -1,6% | -1,4% | -0,1% |
| Acre | 102.706 | 104.390 | 106.005 | 107.539 | 109.010 | 110.406 | 111.813 | 113.340 | 115.018 | 116.931 | 118.936 | 15,8% | 7,7% | 1,7% |
| Alagoas | 450.842 | 450.591 | 449.328 | 447.123 | 444.282 | 441.017 | 437.789 | 435.153 | 433.056 | 432.507 | 432.443 | -4,1% | -1,9% | 0,0% |
| Amapá | 93.633 | 96.199 | 98.724 | 101.154 | 103.512 | 105.802 | 108.073 | 110.400 | 112.804 | 115.774 | 118.629 | 26,7% | 12,1% | 2,5% |
| Amazonas | 512.004 | 521.543 | 530.769 | 539.586 | 547.927 | 555.584 | 562.669 | 569.433 | 575.750 | 583.571 | 591.933 | 15,6% | 6,5% | 1,4% |
| Bahia | 2.163.034 | 2.150.257 | 2.130.513 | 2.103.907 | 2.071.928 | 2.035.483 | 1.997.630 | 1.962.665 | 1.932.569 | 1.907.062 | 1.886.228 | -12,8% | -7,3% | -1,1% |
| Ceará | 1.200.564 | 1.211.217 | 1.218.296 | 1.221.576 | 1.221.776 | 1.219.470 | 1.215.538 | 1.211.190 | 1.206.967 | 1.203.280 | 1.198.127 | -0,2% | -1,8% | -0,4% |
| Distrito Federal | 350.524 | 354.790 | 359.595 | 365.111 | 370.899 | 376.478 | 381.907 | 387.315 | 392.666 | 397.499 | 402.299 | 14,8% | 6,9% | 1,2% |
| Espírito Santo | 503.006 | 504.911 | 506.081 | 506.665 | 506.622 | 505.921 | 505.019 | 504.489 | 504.705 | 503.668 | 502.703 | -0,1% | -0,6% | -0,2% |
| Goiás | 830.931 | 839.606 | 847.659 | 855.222 | 861.979 | 867.715 | 872.761 | 877.429 | 881.758 | 888.681 | 894.867 | 7,7% | 3,1% | 0,7% |
| Maranhão | 966.204 | 968.261 | 966.931 | 962.352 | 955.413 | 946.897 | 938.342 | 931.714 | 927.986 | 925.156 | 923.716 | -4,4% | -2,4% | -0,2% |
| Mato Grosso | 428.051 | 431.926 | 435.154 | 437.626 | 439.264 | 439.940 | 439.737 | 438.815 | 437.179 | 437.851 | 438.518 | 2,4% | -0,3% | 0,2% |
| Mato Grosso do Sul | 333.912 | 337.539 | 340.612 | 342.975 | 344.632 | 345.456 | 345.488 | 344.938 | 343.837 | 344.770 | 345.850 | 3,6% | 0,1% | 0,3% |
| Minas Gerais | 2.714.443 | 2.712.459 | 2.705.179 | 2.693.230 | 2.676.565 | 2.655.148 | 2.631.211 | 2.607.638 | 2.585.937 | 2.569.757 | 2.553.884 | -5,9% | -3,8% | -0,6% |
| Pará | 1.103.300 | 1.117.803 | 1.130.687 | 1.141.615 | 1.150.565 | 1.157.337 | 1.162.574 | 1.167.240 | 1.171.546 | 1.178.929 | 1.186.987 | 7,6% | 2,6% | 0,7% |
| Paraíba | 534.730 | 534.435 | 532.241 | 528.181 | 522.646 | 515.917 | 508.656 | 501.757 | 495.672 | 491.665 | 488.167 | -8,7% | -5,4% | -0,7% |
| Paraná | 1.395.298 | 1.401.065 | 1.405.185 | 1.407.305 | 1.407.439 | 1.405.118 | 1.400.571 | 1.394.591 | 1.387.374 | 1.384.531 | 1.381.185 | -1,0% | -1,7% | -0,2% |
| Pernambuco | 1.235.336 | 1.234.255 | 1.230.868 | 1.225.331 | 1.218.122 | 1.209.577 | 1.200.962 | 1.193.884 | 1.188.949 | 1.187.282 | 1.185.918 | -4,0% | -2,0% | -0,1% |
| Piauí | 463.874 | 460.784 | 455.314 | 447.712 | 438.890 | 429.663 | 420.898 | 413.716 | 408.914 | 404.762 | 400.755 | -13,6% | -6,7% | -1,0% |
| Rio de Janeiro | 1.950.944 | 1.948.585 | 1.946.915 | 1.946.239 | 1.946.072 | 1.945.619 | 1.945.561 | 1.946.996 | 1.950.053 | 1.950.415 | 1.951.303 | 0,0% | 0,3% | 0,0% |
| Rio Grande do Norte | 456.475 | 459.775 | 461.763 | 462.437 | 461.981 | 460.548 | 458.608 | 456.793 | 455.430 | 454.755 | 453.693 | -0,6% | -1,5% | -0,2% |
| Rio Grande do Sul | 1.383.143 | 1.384.893 | 1.383.740 | 1.379.286 | 1.371.618 | 1.360.411 | 1.346.871 | 1.332.987 | 1.319.799 | 1.311.419 | 1.302.981 | -5,8% | -4,2% | -0,6% |
| Rondônia | 241.046 | 243.906 | 246.281 | 248.130 | 249.403 | 250.050 | 250.166 | 249.911 | 249.312 | 250.047 | 250.457 | 3,9% | 0,2% | 0,2% |
| Roraima | 63.965 | 65.768 | 67.476 | 69.050 | 70.509 | 71.856 | 73.116 | 74.323 | 75.480 | 77.075 | 78.643 | 22,9% | 9,4% | 2,0% |
| Santa Catarina | 840.808 | 853.680 | 865.510 | 875.824 | 884.157 | 889.817 | 893.137 | 894.848 | 895.279 | 895.559 | 895.155 | 6,5% | 0,6% | 0,0% |
| São Paulo | 5.492.012 | 5.492.021 | 5.487.405 | 5.479.154 | 5.467.001 | 5.450.087 | 5.431.617 | 5.416.406 | 5.407.590 | 5.399.836 | 5.391.746 | -1,8% | -1,1% | -0,1% |
| Sergipe | 297.638 | 299.369 | 300.521 | 301.126 | 301.271 | 301.013 | 300.629 | 300.481 | 300.722 | 301.835 | 302.691 | 1,7% | 0,6% | 0,3% |
| Tocantins | 204.308 | 206.362 | 207.944 | 209.043 | 209.717 | 209.996 | 210.007 | 209.930 | 209.833 | 210.501 | 211.198 | 3,4% | 0,6% | 0,3% |

Fonte: Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2000-2030/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

TABELA B.5

População de mulheres por UF – Brasil (2007-2017)

| | População Feminina por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 97.203.360 | 98.470.717 | 99.492.944 | 100.663.628 | 101.834.312 | 102.505.031 | 103.571.423 | 104.771.166 | 105.449.966 | 104.355.330 | 105.189.655 | 8,2% | 2,6% | 0,8% |
| Acre | 347.247 | 351.680 | 359.573 | 368.843 | 378.113 | 378.943 | 391.778 | 395.952 | 401.345 | 404.807 | 411.402 | 18,5% | 8,6% | 1,6% |
| Alagoas | 1.620.165 | 1.637.582 | 1.649.858 | 1.668.190 | 1.686.522 | 1.697.309 | 1.736.093 | 1.718.342 | 1.744.835 | 1.726.284 | 1.736.945 | 7,2% | 2,3% | 0,6% |
| Amapá | 323.598 | 321.381 | 332.294 | 342.246 | 352.197 | 368.207 | 369.657 | 377.620 | 387.027 | 387.929 | 395.738 | 22,3% | 7,5% | 2,0% |
| Amazonas | 1.702.899 | 1.751.969 | 1.782.028 | 1.814.846 | 1.847.664 | 1.859.362 | 1.903.970 | 1.953.968 | 1.957.051 | 1.981.297 | 2.012.579 | 18,2% | 8,2% | 1,6% |
| Bahia | 7.325.548 | 7.380.712 | 7.447.250 | 7.570.136 | 7.693.022 | 7.674.050 | 7.757.792 | 7.847.402 | 7.875.156 | 7.732.758 | 7.776.608 | 6,2% | 1,3% | 0,6% |
| Ceará | 4.297.817 | 4.324.843 | 4.413.829 | 4.449.452 | 4.485.075 | 4.521.036 | 4.536.548 | 4.552.559 | 4.546.389 | 4.575.463 | 4.607.150 | 7,2% | 1,9% | 0,7% |
| Distrito Federal | 1.281.166 | 1.324.028 | 1.345.178 | 1.375.587 | 1.405.995 | 1.432.701 | 1.488.216 | 1.468.321 | 1.538.241 | 1.567.545 | 1.601.779 | 25,0% | 11,8% | 2,2% |
| Espírito Santo | 1.829.762 | 1.846.826 | 1.858.125 | 1.895.949 | 1.933.773 | 1.926.329 | 1.963.621 | 2.002.368 | 2.049.744 | 1.991.078 | 2.012.925 | 10,0% | 4,5% | 1,1% |
| Goiás | 2.958.307 | 3.022.396 | 3.106.931 | 3.170.218 | 3.233.505 | 3.233.707 | 3.229.335 | 3.319.696 | 3.400.002 | 3.344.858 | 3.386.472 | 14,5% | 4,7% | 1,2% |
| Maranhão | 3.261.412 | 3.245.696 | 3.331.830 | 3.367.769 | 3.403.707 | 3.386.548 | 3.431.761 | 3.577.831 | 3.494.258 | 3.515.090 | 3.541.323 | 8,6% | 4,6% | 0,7% |
| Mato Grosso | 1.430.725 | 1.452.701 | 1.502.373 | 1.515.265 | 1.528.156 | 1.557.058 | 1.596.176 | 1.594.141 | 1.622.795 | 1.615.194 | 1.635.521 | 14,3% | 5,0% | 1,3% |
| Mato Grosso do Sul | 1.204.044 | 1.240.143 | 1.240.991 | 1.266.827 | 1.292.662 | 1.289.210 | 1.311.794 | 1.330.433 | 1.345.903 | 1.337.616 | 1.353.500 | 12,4% | 5,0% | 1,2% |
| Minas Gerais | 10.003.805 | 10.196.500 | 10.287.670 | 10.360.812 | 10.433.954 | 10.409.465 | 10.574.445 | 10.642.201 | 10.611.754 | 10.559.089 | 10.621.754 | 6,2% | 2,0% | 0,6% |
| Pará | 3.634.883 | 3.698.428 | 3.776.743 | 3.823.407 | 3.870.071 | 3.907.248 | 3.981.395 | 4.019.530 | 4.065.983 | 4.075.052 | 4.124.195 | 13,5% | 5,6% | 1,2% |
| Paraíba | 1.924.695 | 1.947.761 | 1.950.230 | 1.990.361 | 2.030.491 | 2.040.866 | 2.055.415 | 2.047.204 | 2.083.510 | 2.061.771 | 2.076.428 | 7,9% | 1,7% | 0,7% |
| Paraná | 5.347.895 | 5.436.690 | 5.492.938 | 5.513.025 | 5.533.111 | 5.588.044 | 5.638.238 | 5.682.171 | 5.698.168 | 5.689.168 | 5.731.365 | 7,2% | 2,6% | 0,7% |
| Pernambuco | 4.525.558 | 4.565.392 | 4.651.792 | 4.690.846 | 4.729.899 | 4.770.574 | 4.844.071 | 4.858.404 | 4.884.405 | 4.853.698 | 4.888.042 | 8,0% | 2,5% | 0,7% |
| Piauí | 1.584.135 | 1.578.279 | 1.616.350 | 1.616.063 | 1.615.775 | 1.655.094 | 1.636.672 | 1.650.802 | 1.634.574 | 1.642.934 | 1.648.489 | 4,1% | -0,4% | 0,3% |
| Rio de Janeiro | 8.278.060 | 8.409.464 | 8.478.981 | 8.549.136 | 8.619.290 | 8.562.180 | 8.721.037 | 8.750.567 | 8.765.529 | 8.579.926 | 8.622.395 | 4,2% | 0,7% | 0,5% |
| Rio Grande do Norte | 1.588.651 | 1.620.468 | 1.633.889 | 1.676.064 | 1.718.239 | 1.696.033 | 1.715.878 | 1.775.876 | 1.800.048 | 1.763.660 | 1.780.507 | 12,1% | 5,0% | 1,0% |
| Rio Grande do Sul | 5.566.225 | 5.609.805 | 5.632.538 | 5.680.780 | 5.729.021 | 5.716.413 | 5.770.985 | 5.836.742 | 5.819.126 | 5.749.344 | 5.769.039 | 3,6% | 0,9% | 0,3% |
| Rondônia | 802.909 | 806.552 | 824.676 | 832.355 | 840.033 | 842.831 | 854.695 | 873.553 | 878.885 | 876.337 | 885.954 | 10,3% | 5,1% | 1,1% |
| Roraima | 212.785 | 210.304 | 226.951 | 230.173 | 233.394 | 238.811 | 243.582 | 251.862 | 253.547 | 250.685 | 254.920 | 19,8% | 6,7% | 1,7% |
| Santa Catarina | 3.075.170 | 3.148.694 | 3.162.357 | 3.212.654 | 3.262.951 | 3.352.375 | 3.401.378 | 3.454.522 | 3.458.854 | 3.444.987 | 3.490.071 | 13,5% | 4,1% | 1,3% |
| São Paulo | 21.322.157 | 21.575.998 | 21.612.328 | 21.877.822 | 22.143.316 | 22.526.824 | 22.549.339 | 22.900.440 | 23.218.069 | 22.713.819 | 22.887.809 | 7,3% | 1,6% | 0,8% |
| Sergipe | 1.070.660 | 1.084.270 | 1.086.542 | 1.100.889 | 1.115.236 | 1.135.855 | 1.112.543 | 1.136.357 | 1.164.306 | 1.159.147 | 1.171.612 | 9,4% | 3,1% | 1,1% |
| Tocantins | 683.082 | 682.155 | 688.699 | 703.920 | 719.140 | 737.958 | 755.009 | 752.302 | 750.462 | 755.794 | 765.133 | 12,0% | 3,7% | 1,2% |

Fonte: Anos 2007-2015: PNAD/IBGE. Anos 2016 e 2017: Projeção da População das Unidades da Federação por sexo e grupos de idade: 2000-2030/IBGE. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.6

População de mulheres negras por UF – Brasil (2007-2017)

| | População de Mulheres Negras por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 47.316.251 | 48.727.942 | 49.606.071 | 50.227.130 | 50.848.190 | 52.861.942 | 52.778.631 | 53.133.333 | 54.147.748 | 57.153.634 | 58.437.540 | 23,5% | 10,5% | 2,2% |
| Acre | 260.620 | 278.849 | 271.122 | 277.766 | 284.410 | 286.810 | 302.305 | 321.955 | 327.605 | 328.207 | 325.934 | 25,1% | 13,6% | -0,7% |
| Alagoas | 1.179.915 | 1.189.417 | 1.272.026 | 1.266.257 | 1.260.488 | 1.282.166 | 1.238.310 | 1.191.412 | 1.194.223 | 1.299.062 | 1.323.661 | 12,2% | 3,2% | 1,9% |
| Amapá | 218.499 | 251.822 | 235.018 | 249.580 | 264.142 | 286.402 | 301.483 | 282.562 | 293.699 | 313.402 | 315.196 | 44,3% | 10,1% | 0,6% |
| Amazonas | 1.255.865 | 1.317.366 | 1.374.618 | 1.366.878 | 1.359.137 | 1.376.334 | 1.518.470 | 1.509.785 | 1.593.617 | 1.492.140 | 1.532.164 | 22,0% | 11,3% | 2,7% |
| Bahia | 5.650.685 | 5.792.158 | 5.643.264 | 5.790.052 | 5.936.840 | 6.078.284 | 5.893.806 | 5.820.745 | 5.923.736 | 6.410.911 | 6.319.445 | 11,8% | 4,0% | -1,4% |
| Ceará | 2.844.745 | 2.902.306 | 3.066.302 | 3.005.545 | 2.944.787 | 3.064.305 | 3.056.921 | 3.072.595 | 3.113.396 | 3.237.923 | 3.285.082 | 15,5% | 7,2% | 1,5% |
| Distrito Federal | 706.444 | 738.094 | 754.037 | 756.960 | 759.882 | 807.868 | 737.764 | 772.045 | 825.197 | 925.190 | 974.709 | 38,0% | 20,7% | 5,4% |
| Espírito Santo | 997.366 | 1.010.683 | 1.015.737 | 1.034.326 | 1.052.915 | 1.087.601 | 1.143.206 | 1.148.179 | 1.151.592 | 1.225.412 | 1.219.299 | 22,3% | 12,1% | -0,5% |
| Goiás | 1.751.044 | 1.776.316 | 1.873.027 | 1.854.924 | 1.836.821 | 1.952.834 | 2.046.945 | 1.978.787 | 2.040.209 | 2.126.905 | 2.165.915 | 23,7% | 10,9% | 1,8% |
| Maranhão | 2.431.770 | 2.424.833 | 2.530.666 | 2.582.049 | 2.633.432 | 2.711.135 | 2.694.324 | 2.761.337 | 2.808.874 | 2.787.452 | 2.890.761 | 18,9% | 6,6% | 3,7% |
| Mato Grosso | 874.847 | 861.317 | 911.074 | 926.784 | 942.494 | 957.135 | 1.002.159 | 1.057.220 | 1.057.961 | 1.088.332 | 1.106.869 | 26,5% | 15,6% | 1,7% |
| Mato Grosso do Sul | 548.970 | 579.824 | 584.038 | 575.438 | 566.838 | 609.321 | 671.943 | 693.484 | 699.749 | 732.290 | 747.500 | 36,2% | 22,7% | 2,1% |
| Minas Gerais | 5.250.415 | 5.384.922 | 5.573.000 | 5.529.892 | 5.486.785 | 5.680.528 | 5.787.636 | 5.822.359 | 5.849.761 | 6.255.638 | 6.372.953 | 21,4% | 12,2% | 1,9% |
| Pará | 2.789.731 | 2.908.387 | 2.970.122 | 2.998.279 | 3.026.437 | 3.122.539 | 3.173.373 | 3.336.677 | 3.283.233 | 3.313.019 | 3.333.395 | 19,5% | 6,8% | 0,6% |
| Paraíba | 1.195.493 | 1.161.186 | 1.213.650 | 1.214.542 | 1.215.434 | 1.297.016 | 1.198.276 | 1.201.981 | 1.198.686 | 1.320.415 | 1.366.629 | 14,3% | 5,4% | 3,5% |
| Paraná | 1.418.474 | 1.373.369 | 1.382.735 | 1.440.616 | 1.498.497 | 1.523.451 | 1.679.441 | 1.639.705 | 1.720.197 | 1.795.386 | 1.775.060 | 25,1% | 16,5% | -1,1% |
| Pernambuco | 2.764.425 | 2.826.705 | 2.904.616 | 2.951.186 | 2.997.756 | 3.096.809 | 2.961.157 | 3.078.000 | 3.071.997 | 3.296.107 | 3.370.644 | 21,9% | 8,8% | 2,3% |
| Piauí | 1.210.342 | 1.220.751 | 1.258.074 | 1.242.644 | 1.227.215 | 1.275.075 | 1.196.596 | 1.229.551 | 1.268.366 | 1.266.179 | 1.319.476 | 9,0% | 3,5% | 4,2% |
| Rio de Janeiro | 3.716.817 | 3.892.224 | 3.806.649 | 4.048.749 | 4.290.848 | 4.565.096 | 4.265.634 | 4.230.243 | 4.349.193 | 4.674.669 | 4.847.794 | 30,4% | 6,2% | 3,7% |
| Rio Grande do Norte | 1.064.441 | 1.098.645 | 1.122.412 | 1.084.482 | 1.046.551 | 991.502 | 1.014.387 | 1.016.892 | 1.003.039 | 1.134.250 | 1.131.810 | 6,3% | 14,2% | -0,2% |
| Rio Grande do Sul | 787.250 | 857.248 | 845.901 | 836.316 | 826.731 | 887.769 | 862.167 | 936.983 | 917.231 | 1.022.833 | 1.144.445 | 45,4% | 28,9% | 11,9% |
| Rondônia | 528.492 | 508.194 | 550.413 | 542.179 | 533.944 | 551.615 | 560.566 | 600.258 | 585.133 | 612.152 | 614.958 | 16,4% | 11,5% | 0,5% |
| Roraima | 145.473 | 145.298 | 145.358 | 145.005 | 144.652 | 158.210 | 163.850 | 167.828 | 167.559 | 163.962 | 168.493 | 15,8% | 6,5% | 2,8% |
| Santa Catarina | 335.037 | 332.560 | 356.059 | 360.570 | 365.080 | 423.322 | 493.243 | 433.773 | 447.389 | 524.551 | 578.865 | 72,8% | 36,7% | 10,4% |
| São Paulo | 6.190.508 | 6.704.251 | 6.735.784 | 6.902.137 | 7.068.490 | 7.426.150 | 7.426.304 | 7.423.244 | 7.835.609 | 8.314.387 | 8.708.445 | 40,7% | 17,3% | 4,7% |
| Sergipe | 705.940 | 685.273 | 709.795 | 744.909 | 780.024 | 814.007 | 800.384 | 826.281 | 828.799 | 904.431 | 932.691 | 32,1% | 14,6% | 3,1% |
| Tocantins | 492.644 | 505.941 | 500.574 | 499.066 | 497.558 | 548.660 | 587.980 | 579.452 | 591.698 | 588.428 | 565.350 | 14,8% | 3,0% | -3,9% |

Fonte: PNAD/IBGE. O número de negras foi obtido somando mulheres pardas e pretas, enquanto o de não negras se deu pela soma das brancas, amarelas e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.7

População de mulheres não negras por UF – Brasil (2007-2017)

| | População de Mulheres Não Negras por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|---------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 49.832.983 | 49.670.951 | 49.845.450 | 50.371.202 | 50.896.953 | 49.546.366 | 49.566.587 | 50.036.615 | 49.527.820 | 48.771.234 | 48.513.519 | -2,6% | -2,1% | -0,5% |
| Acre | 90.691 | 79.697 | 92.890 | 95.567 | 98.244 | 97.011 | 88.781 | 77.780 | 69.566 | 77.377 | 84.527 | -6,8% | -12,9% | 9,2% |
| Alagoas | 439.054 | 446.265 | 391.909 | 411.847 | 431.786 | 423.887 | 416.476 | 455.668 | 449.899 | 452.672 | 437.926 | -0,3% | 3,3% | -3,3% |
| Amapá | 89.319 | 58.036 | 82.341 | 78.180 | 74.019 | 68.352 | 81.514 | 93.367 | 97.413 | 86.357 | 81.760 | -8,5% | 19,6% | -5,3% |
| Amazonas | 390.827 | 380.348 | 357.114 | 392.082 | 427.049 | 422.374 | 361.648 | 391.920 | 342.631 | 404.879 | 425.621 | 8,9% | 0,8% | 5,1% |
| Bahia | 1.727.631 | 1.638.426 | 1.861.003 | 1.836.255 | 1.811.507 | 1.645.758 | 1.568.547 | 1.652.085 | 1.569.202 | 1.491.581 | 1.593.228 | -7,8% | -3,2% | 6,8% |
| Ceará | 1.427.577 | 1.400.562 | 1.334.772 | 1.423.118 | 1.511.464 | 1.436.573 | 1.395.922 | 1.405.222 | 1.382.735 | 1.364.721 | 1.341.836 | -6,0% | -6,6% | -1,7% |
| Distrito Federal | 585.279 | 596.336 | 601.446 | 630.059 | 658.673 | 635.506 | 694.134 | 665.793 | 630.952 | 628.927 | 630.590 | 7,7% | -0,8% | 0,3% |
| Espírito Santo | 841.417 | 844.924 | 851.314 | 870.899 | 890.484 | 845.194 | 808.939 | 815.246 | 818.454 | 818.562 | 825.959 | -1,8% | -2,3% | 0,9% |
| Goias | 1.215.619 | 1.253.726 | 1.245.074 | 1.322.732 | 1.400.390 | 1.292.736 | 1.252.824 | 1.319.934 | 1.318.180 | 1.305.502 | 1.303.441 | 7,2% | 0,8% | -0,2% |
| Maranhão | 839.806 | 831.384 | 815.481 | 802.233 | 788.985 | 701.741 | 733.104 | 660.302 | 642.512 | 724.606 | 692.554 | -17,5% | -1,3% | -4,4% |
| Mato Grosso | 550.492 | 584.693 | 585.299 | 582.787 | 580.275 | 594.290 | 576.657 | 554.858 | 546.516 | 543.474 | 558.937 | 1,5% | -5,9% | 2,8% |
| Mato Grosso do Sul | 617.875 | 622.035 | 618.651 | 652.245 | 685.838 | 640.105 | 611.306 | 623.499 | 619.789 | 605.172 | 619.880 | 0,3% | -3,2% | 2,4% |
| Minas Gerais | 4.811.228 | 4.870.023 | 4.771.509 | 4.889.421 | 5.007.333 | 4.785.816 | 4.629.056 | 4.760.187 | 4.779.375 | 4.554.753 | 4.465.637 | -7,2% | -6,7% | -2,0% |
| Pará | 911.404 | 857.556 | 875.566 | 894.912 | 914.257 | 856.111 | 847.357 | 761.997 | 826.804 | 819.147 | 864.521 | -5,1% | 1,0% | 5,5% |
| Paraíba | 715.871 | 772.547 | 723.097 | 761.793 | 800.488 | 730.038 | 741.427 | 767.365 | 787.904 | 780.086 | 726.078 | 1,4% | -0,5% | -6,9% |
| Paraná | 3.949.075 | 4.087.299 | 4.134.711 | 4.093.930 | 4.053.150 | 4.082.725 | 3.992.660 | 4.065.353 | 4.049.966 | 3.996.409 | 3.995.471 | 1,2% | -2,1% | 0,0% |
| Pernambuco | 1.751.342 | 1.731.537 | 1.741.646 | 1.735.678 | 1.729.709 | 1.676.577 | 1.702.486 | 1.607.590 | 1.561.405 | 1.592.350 | 1.585.322 | -9,5% | -5,4% | -0,4% |
| Piauí | 364.309 | 349.728 | 351.161 | 364.619 | 378.078 | 371.275 | 393.888 | 353.242 | 343.314 | 381.347 | 348.385 | -4,4% | -6,2% | -8,6% |
| Rio de Janeiro | 4.534.774 | 4.499.062 | 4.645.192 | 4.488.783 | 4.332.374 | 4.023.641 | 4.076.310 | 4.167.102 | 4.058.058 | 4.000.567 | 3.955.024 | -12,8% | -1,7% | -1,1% |
| Rio Grande do Norte | 558.850 | 559.304 | 551.712 | 621.707 | 691.701 | 717.365 | 704.170 | 715.179 | 724.778 | 680.346 | 666.868 | 19,3% | -7,0% | -2,0% |
| Rio Grande do Sul | 4.840.554 | 4.799.329 | 4.837.149 | 4.899.438 | 4.961.728 | 4.872.896 | 4.903.882 | 4.865.942 | 4.931.012 | 4.800.745 | 4.744.162 | -2,0% | -2,6% | -1,2% |
| Rondônia | 280.271 | 302.583 | 280.829 | 295.829 | 310.829 | 297.131 | 281.058 | 266.589 | 284.874 | 274.595 | 291.818 | 4,1% | -1,8% | 6,3% |
| Roraima | 45.485 | 43.528 | 57.708 | 60.793 | 63.879 | 55.792 | 58.121 | 54.260 | 62.967 | 63.872 | 66.058 | 45,2% | 18,4% | 3,4% |
| Santa Catarina | 2.724.022 | 2.801.269 | 2.787.936 | 2.833.610 | 2.879.284 | 2.902.449 | 2.921.198 | 2.993.836 | 3.064.349 | 2.966.456 | 2.965.834 | 8,9% | 2,2% | 0,0% |
| São Paulo | 14.997.619 | 14.703.885 | 14.706.916 | 14.797.849 | 14.888.782 | 14.894.176 | 15.253.741 | 15.480.713 | 15.123.252 | 14.909.029 | 14.781.629 | -1,4% | -0,8% | -0,9% |
| Sergipe | 358.252 | 396.921 | 371.183 | 346.455 | 321.728 | 305.161 | 313.764 | 298.159 | 268.390 | 271.059 | 262.796 | -26,6% | -13,9% | -3,0% |
| Tocantins | 174.341 | 159.949 | 171.843 | 188.382 | 204.922 | 171.684 | 157.614 | 163.428 | 173.524 | 176.644 | 197.659 | 13,4% | 15,1% | 11,9% |

Fonte: PNAD/IBGE. O número de negras foi obtido somando mulheres pardas e pretas, enquanto o de não negras se deu pela soma das brancas, amarelas e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.8

População de negros por UF – Brasil (2007-2017)

| | População de Negros por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|-------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 94.163.263 | 96.304.285 | 98.111.545 | 99.276.388 | 100.441.231 | 104.658.727 | 106.510.591 | 107.452.867 | 109.733.668 | 112.744.318 | 114.780.529 | 21,9% | 9,7% | 1,8% |
| Acre | 523.031 | 560.955 | 552.114 | 554.062 | 556.011 | 567.736 | 592.206 | 631.378 | 651.595 | 654.078 | 652.875 | 24,8% | 15,0% | -0,2% |
| Alagoas | 2.300.364 | 2.323.365 | 2.473.572 | 2.449.937 | 2.426.302 | 2.485.510 | 2.516.087 | 2.470.993 | 2.493.522 | 2.519.373 | 2.562.698 | 11,4% | 3,1% | 1,7% |
| Amapá | 454.732 | 541.545 | 500.173 | 524.335 | 548.496 | 590.554 | 584.128 | 573.050 | 580.610 | 609.558 | 635.492 | 39,8% | 7,6% | 4,3% |
| Amazonas | 2.516.002 | 2.630.736 | 2.775.623 | 2.735.272 | 2.694.921 | 2.786.333 | 2.978.255 | 2.983.970 | 3.122.947 | 3.081.427 | 3.115.326 | 23,8% | 11,8% | 1,1% |
| Bahia | 11.374.850 | 11.492.546 | 11.253.851 | 11.429.158 | 11.604.465 | 11.867.374 | 12.007.109 | 11.973.433 | 12.150.054 | 12.420.296 | 12.286.364 | 8,0% | 3,5% | -1,1% |
| Ceará | 5.558.911 | 5.696.335 | 5.960.364 | 5.860.897 | 5.761.430 | 6.027.131 | 6.184.543 | 6.259.390 | 6.342.719 | 6.454.263 | 6.484.298 | 16,6% | 7,6% | 0,5% |
| Distrito Federal | 1.357.408 | 1.408.549 | 1.449.291 | 1.460.832 | 1.472.373 | 1.568.072 | 1.517.551 | 1.620.006 | 1.721.042 | 1.804.091 | 1.871.695 | 37,9% | 19,4% | 3,7% |
| Espírito Santo | 1.951.844 | 1.947.398 | 2.042.134 | 2.063.400 | 2.084.666 | 2.176.956 | 2.279.167 | 2.312.740 | 2.353.083 | 2.420.422 | 2.416.383 | 23,8% | 11,0% | -0,2% |
| Goiás | 3.552.067 | 3.559.563 | 3.693.276 | 3.664.117 | 3.634.957 | 3.914.259 | 4.043.797 | 3.986.060 | 4.042.018 | 4.232.569 | 4.310.972 | 21,4% | 10,1% | 1,9% |
| Maranhão | 4.797.492 | 4.832.587 | 5.026.492 | 5.109.193 | 5.191.893 | 5.394.840 | 5.389.436 | 5.567.705 | 5.651.038 | 5.535.690 | 5.630.496 | 17,4% | 4,4% | 1,7% |
| Mato Grosso | 1.860.422 | 1.783.846 | 1.840.598 | 1.898.058 | 1.955.518 | 1.961.865 | 1.995.130 | 2.090.699 | 2.126.559 | 2.179.270 | 2.210.470 | 18,8% | 12,7% | 1,4% |
| Mato Grosso do Sul | 1.149.351 | 1.190.770 | 1.185.280 | 1.172.787 | 1.160.294 | 1.261.697 | 1.357.118 | 1.373.659 | 1.414.732 | 1.452.653 | 1.469.485 | 27,9% | 16,5% | 1,2% |
| Minas Gerais | 10.504.613 | 10.606.048 | 10.991.982 | 10.887.079 | 10.782.176 | 11.314.421 | 11.679.334 | 11.713.353 | 11.805.184 | 12.300.122 | 12.518.839 | 19,2% | 10,6% | 1,8% |
| Pará | 5.558.241 | 5.814.474 | 5.840.609 | 5.929.248 | 6.017.887 | 6.245.072 | 6.322.509 | 6.581.218 | 6.556.247 | 6.709.419 | 6.714.678 | 20,8% | 7,5% | 0,1% |
| Paraíba | 2.350.249 | 2.335.907 | 2.390.279 | 2.398.161 | 2.406.043 | 2.521.411 | 2.481.725 | 2.467.155 | 2.477.632 | 2.551.391 | 2.644.454 | 12,5% | 4,9% | 3,6% |
| Paraná | 2.862.346 | 2.714.169 | 2.792.134 | 2.934.910 | 3.077.686 | 3.123.021 | 3.312.469 | 3.259.187 | 3.357.228 | 3.495.746 | 3.581.742 | 25,1% | 14,7% | 2,5% |
| Pernambuco | 5.462.945 | 5.490.539 | 5.696.614 | 5.785.561 | 5.874.508 | 6.010.524 | 6.038.516 | 6.269.992 | 6.387.403 | 6.386.942 | 6.450.047 | 18,1% | 7,3% | 1,0% |
| Piauí | 2.425.530 | 2.446.134 | 2.444.304 | 2.437.009 | 2.429.714 | 2.491.863 | 2.443.133 | 2.495.537 | 2.553.251 | 2.524.503 | 2.557.141 | 5,4% | 2,6% | 1,3% |
| Rio de Janeiro | 7.269.415 | 7.377.500 | 7.166.602 | 7.693.307 | 8.220.012 | 8.809.473 | 8.895.802 | 8.762.530 | 9.094.574 | 9.163.155 | 9.314.098 | 28,1% | 5,7% | 1,6% |
| Rio Grande do Norte | 2.110.738 | 2.143.550 | 2.206.698 | 2.105.639 | 2.004.579 | 1.981.920 | 2.048.061 | 2.077.562 | 2.066.708 | 2.203.447 | 2.215.177 | 4,9% | 11,8% | 0,5% |
| Rio Grande do Sul | 1.560.164 | 1.700.233 | 1.674.338 | 1.660.263 | 1.646.188 | 1.803.745 | 1.731.039 | 1.880.310 | 1.829.051 | 2.055.137 | 2.267.001 | 45,3% | 25,7% | 10,3% |
| Rondônia | 1.066.178 | 1.044.151 | 1.103.927 | 1.095.374 | 1.086.820 | 1.130.776 | 1.152.303 | 1.222.772 | 1.210.098 | 1.245.364 | 1.225.081 | 14,9% | 8,3% | -1,6% |
| Roraima | 294.281 | 307.824 | 296.477 | 299.010 | 301.543 | 324.553 | 323.799 | 335.113 | 329.669 | 335.718 | 337.260 | 14,6% | 3,9% | 0,5% |
| Santa Catarina | 697.542 | 683.221 | 768.160 | 777.435 | 786.710 | 875.293 | 934.400 | 817.901 | 872.791 | 1.073.357 | 1.179.981 | 69,2% | 34,8% | 9,9% |
| São Paulo | 12.222.770 | 13.261.256 | 13.499.895 | 13.819.073 | 14.138.250 | 14.708.304 | 14.919.863 | 14.901.017 | 15.637.912 | 16.398.547 | 17.179.750 | 40,6% | 16,8% | 4,8% |
| Sergipe | 1.379.625 | 1.365.326 | 1.436.999 | 1.487.255 | 1.537.512 | 1.606.192 | 1.625.841 | 1.668.807 | 1.733.567 | 1.752.939 | 1.790.593 | 29,8% | 11,5% | 2,1% |
| Tocantins | 1.002.152 | 1.045.759 | 1.049.757 | 1.045.018 | 1.040.278 | 1.109.833 | 1.157.272 | 1.157.331 | 1.172.434 | 1.184.843 | 1.158.134 | 15,6% | 4,4% | -2,3% |

Fonte: PNAD/IBGE. O número de Negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

TABELA B.9

População de não negros por UF – Brasil (2007-2017)

| | População de Não Negros por Unidade Federativa | | | | | | | | | | | Variação % | | |
|----------------------------|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2007 a 2017 | 2012 a 2017 | 2016 a 2017 |
| Brasil | 94.952.660 | 94.665.019 | 94.934.690 | 95.657.449 | 96.380.207 | 94.001.442 | 93.944.218 | 94.742.049 | 94.145.741 | 92.754.763 | 92.286.815 | -2,8% | -1,8% | -0,5% |
| Acre | 158.017 | 139.094 | 159.084 | 169.053 | 179.023 | 181.385 | 170.770 | 145.286 | 138.578 | 149.413 | 163.588 | 3,5% | -9,8% | 9,5% |
| Alagoas | 826.279 | 830.631 | 734.225 | 774.427 | 814.628 | 786.681 | 778.013 | 843.709 | 840.528 | 832.367 | 806.485 | -2,4% | 2,5% | -3,1% |
| Amapá | 168.602 | 105.028 | 158.974 | 152.280 | 145.586 | 122.342 | 145.009 | 172.086 | 180.292 | 166.890 | 156.296 | -7,3% | 27,8% | -6,3% |
| Amazonas | 751.701 | 710.050 | 644.475 | 740.805 | 837.134 | 812.687 | 686.913 | 746.236 | 671.142 | 775.334 | 802.849 | 6,8% | -1,2% | 3,5% |
| Bahia | 3.055.369 | 3.045.007 | 3.388.211 | 3.312.414 | 3.236.617 | 3.068.063 | 3.015.435 | 3.131.499 | 3.032.636 | 2.834.294 | 3.037.477 | -0,6% | -1,0% | 7,2% |
| Ceará | 2.751.120 | 2.699.705 | 2.534.151 | 2.699.542 | 2.864.932 | 2.683.956 | 2.594.585 | 2.584.660 | 2.563.272 | 2.510.822 | 2.537.172 | -7,8% | -5,5% | 1,0% |
| Distrito Federal | 1.073.977 | 1.078.084 | 1.094.242 | 1.143.938 | 1.193.634 | 1.156.341 | 1.268.310 | 1.227.935 | 1.189.413 | 1.169.118 | 1.162.461 | 8,2% | 0,5% | -0,6% |
| Espírito Santo | 1.603.599 | 1.661.121 | 1.607.346 | 1.635.005 | 1.662.665 | 1.611.427 | 1.555.558 | 1.567.587 | 1.572.063 | 1.548.726 | 1.595.908 | -0,5% | -1,0% | 3,0% |
| Goiás | 2.302.116 | 2.389.822 | 2.359.954 | 2.478.817 | 2.597.680 | 2.428.122 | 2.389.840 | 2.536.824 | 2.567.741 | 2.462.389 | 2.466.079 | 7,1% | 1,6% | 0,1% |
| Maranhão | 1.521.317 | 1.556.923 | 1.450.603 | 1.437.119 | 1.423.636 | 1.301.525 | 1.366.372 | 1.244.637 | 1.214.954 | 1.381.084 | 1.334.209 | -12,3% | 2,5% | -3,4% |
| Mato Grosso | 1.010.624 | 1.119.132 | 1.115.043 | 1.104.630 | 1.094.216 | 1.129.320 | 1.139.129 | 1.085.724 | 1.091.098 | 1.078.654 | 1.086.004 | 7,5% | -3,8% | 0,7% |
| Mato Grosso do Sul | 1.173.291 | 1.164.979 | 1.205.367 | 1.250.051 | 1.294.735 | 1.229.146 | 1.166.368 | 1.181.899 | 1.172.290 | 1.165.191 | 1.178.156 | 0,4% | -4,1% | 1,1% |
| Minas Gerais | 9.113.748 | 9.183.556 | 8.969.348 | 9.238.022 | 9.506.696 | 9.121.232 | 8.903.492 | 9.010.473 | 9.053.532 | 8.684.712 | 8.591.544 | -5,7% | -5,8% | -1,1% |
| Pará | 1.694.557 | 1.551.739 | 1.634.640 | 1.663.868 | 1.693.096 | 1.576.204 | 1.605.832 | 1.451.394 | 1.577.548 | 1.523.203 | 1.613.593 | -4,8% | 2,4% | 5,9% |
| Paraíba | 1.349.921 | 1.397.180 | 1.376.168 | 1.399.821 | 1.423.474 | 1.339.787 | 1.409.473 | 1.453.236 | 1.471.107 | 1.424.815 | 1.358.304 | 0,6% | 1,4% | -4,7% |
| Paraná | 7.572.682 | 7.827.073 | 7.848.019 | 7.790.717 | 7.733.415 | 7.777.209 | 7.675.291 | 7.813.450 | 7.797.604 | 7.738.551 | 7.728.111 | 2,1% | -0,6% | -0,1% |
| Pernambuco | 3.215.647 | 3.261.049 | 3.145.300 | 3.135.854 | 3.126.409 | 3.068.251 | 3.111.560 | 2.949.373 | 2.899.218 | 2.964.912 | 2.963.320 | -7,8% | -3,4% | -0,1% |
| Piauí | 659.576 | 660.535 | 679.524 | 700.446 | 721.368 | 679.537 | 740.789 | 699.422 | 651.339 | 688.392 | 662.812 | 0,5% | -2,5% | -3,7% |
| Rio de Janeiro | 8.406.229 | 8.396.944 | 8.720.521 | 8.325.277 | 7.930.033 | 7.469.832 | 7.479.871 | 7.705.677 | 7.462.362 | 7.475.619 | 7.406.601 | -11,9% | -0,8% | -0,9% |
| Rio Grande do Norte | 1.072.071 | 1.079.896 | 1.064.851 | 1.184.333 | 1.303.815 | 1.356.334 | 1.325.836 | 1.331.080 | 1.375.789 | 1.271.518 | 1.291.863 | 20,5% | -4,8% | 1,6% |
| Rio Grande do Sul | 9.304.075 | 9.197.044 | 9.294.312 | 9.369.517 | 9.444.722 | 9.301.323 | 9.421.253 | 9.316.013 | 9.408.185 | 9.219.129 | 9.043.084 | -2,8% | -2,8% | -1,9% |
| Rondônia | 518.357 | 560.134 | 529.497 | 557.695 | 585.893 | 566.736 | 566.304 | 516.290 | 548.805 | 532.769 | 571.681 | 10,3% | 0,9% | 7,3% |
| Roraima | 87.475 | 84.372 | 102.730 | 108.539 | 114.349 | 101.911 | 111.070 | 107.890 | 121.225 | 122.725 | 128.761 | 47,2% | 26,3% | 4,9% |
| Santa Catarina | 5.385.895 | 5.490.492 | 5.492.103 | 5.575.784 | 5.659.465 | 5.652.673 | 5.686.624 | 5.895.864 | 5.932.841 | 5.824.320 | 5.807.643 | 7,8% | 2,7% | -0,3% |
| São Paulo | 29.156.437 | 28.430.839 | 28.617.156 | 28.704.630 | 28.792.104 | 28.578.135 | 28.752.448 | 29.145.971 | 28.772.480 | 28.361.216 | 27.915.500 | -4,3% | -2,3% | -1,6% |
| Sergipe | 678.197 | 724.890 | 672.609 | 643.776 | 614.943 | 564.476 | 569.483 | 550.582 | 509.308 | 512.856 | 497.570 | -26,6% | -11,9% | -3,0% |
| Tocantins | 341.780 | 319.701 | 336.237 | 361.088 | 385.940 | 336.806 | 308.589 | 327.252 | 330.391 | 335.743 | 379.745 | 11,1% | 12,7% | 13,1% |

Fonte: PNAD/IBGE. O número de Negros foi obtido somando pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas, todos os ignorados não entraram nas contas. Elaboração Diest/Ipea e FSBP.

